

revista

hydra

HISTÓRIA DA DISSIDÊNCIA DE
GÊNERO E DA SEXUALIDADE
NA AMÉRICA LATINA



EXPEDIENTE

SOBRE A REVISTA

A **Revista Hydra** é uma publicação acadêmica semestral, Capes B2, com avaliação duplo-cego, produzida por iniciativa de estudantes do Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Aceitamos artigos livres e de dossiês temáticos, entrevistas e resenhas (titulação mínima de pós-graduandes, com a possibilidade de colaboração de graduades e graduandes em coautoria), além de notas de pesquisa (titulação mínima de graduande).

Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
Secretaria de Pós-Graduação
A/C: Conselho Editorial da Revista Hydra
Estrada do Caminho Velho, 333 - Bairro dos Pimentas Guarulhos/SP - CEP: 07252-312
E-mail: revistahydra@gmail.com
Instagram: @revistahydra
Facebook: <https://www.facebook.com/RevistaHydra>

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da EFLCH/UNIFESP

Revista Hydra (recurso eletrônico) / Universidade Federal de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em História. Vol. 8, n. 16 (2024). Dados eletrônicos. – São Paulo: Ed. Unifesp, 2024.

Semestral a partir de março de 2016. Sistema
requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/hydra/index>

ISSN: 2447-942X

1. História. I. Universidade Federal de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em História
-

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

Reitora: Raiane Patrícia Severino Assumpção
Vice-Reitora: Lia Rita Azeredo Bittencourt

ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora acadêmica: Elaine Lourenço
Vice-Diretora acadêmica: Edna Martins

PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Coordenador: André Roberto de Arruda Machado

Vice-Coordenador: José Carlos Vilardaga

CONSELHO EDITORIAL

Editores-chefe:

Carlos Augusto Correia Rocha
Samara Akemi Saraiva

Conselho Científico:

Bruna Novais Prado
João Guilherme Carini da Silva Fonseca

Conselheiros Editoriais:

Aline Davies Moreira
Arthur Harder Reis
Augusto Antônio de Assis
Beatriz Luedemann Campos
Beatriz Anselmo
Beatriz Nascimento Marçal
Celso Ranucci Júnior
Gabriel do Lago Loureiro
Gabriela Uechi
Jéssica Quinteiro Rodrigues
José Alberto dos Santos Junior
Larissa Maria de Oliveira
Lara Mattos Lisboa Leite
Luís Fernando Costa Cavalheiro
Ney Lodos
Nycolle Botelho dos Santos
Priscilla Marques
Sabrina Pinheiro Freitas Madeiras
Wemerson dos Santos Romualdo

CONSELHO PERMANENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

Alexandre Pianelli Godoy
Ana Lúcia Lana Nemi
André Roberto de Arruda Machado
Andréa Slemian
Antônio Simplício de Almeida Neto
Bruno Guilherme Feitler
Clifford Andrew Welch
Denilson Botelho de Deus
Edilene Teresinha Toledo
Fabiano Fernandes
Fábio Franzini
Fernando Atique
Gilberto da Silva Francisco
Glaydson José da Silva
Jaime Rodrigues

Janes Jorge
José Carlos Vilardaga
Luigi Biondi
Luis Antonio Coelho Ferla
Luís Filipe Silvério Lima
Maria Luiza Ferreira de Oliveira
Maria Rita de Almeida Toledo
Mariana Martins Villaça
Odair da Cruz Paiva
Patrícia Teixeira Santos
Rafael Ruiz Gonzalez
Samira Adel Osman
Wilma Peres Costa

CONSELHO CONSULTIVO

Ana Cristina Ribeiro Silva (UFPel)
Ana Lúcia Silva Souza (UECE)
André Santoro Fernandes (Unifesp)
Antonio Ailton (UFMA)
Audrey Miasso (UFsCar)
Caio Marcondes Ribeiro Barbosa (USP)
Carlos Augusto Correia Rocha (Unifesp)
Carmen Lúcia Faustino (UFBA)
Carolina Vidal Ferreira (PUC-SP)
Cássia Daiane Macedo da Silveira (UFRGS)
Cátia Corrêa Michalovich (PUC-PR)
Célio José dos Santos (UFBA)
Cleidiane Gonçalves França (UnB)
Cleyton Feitosa Pereira (UnB)
D'Angelles Coutinho Vieira (UFPB)
Daniel de Carvalho Lopes (USP)
Daniele Weigert (USP)
Diego José Fernandes Freire (UFRN)
Fabiano Garcia (UFSC)
Fabio Cesar Venturini (Unifesp)
Flávia Cristina Silveira Lemos (UFPA)
Gilson Lázaro (UAN)
Giovanna Silveira Santos (UFG)
Guilherme Botelho (USP)
Gustavo Souza da Silva (UNIP)
Hevely Ferreira Acruche (UFJF)
Isabella Rocha Ferreira (Unifesp)
Jancleide Teixeira Góes (UFBA)
João Guilherme Carini da Silva Fonseca (Unifesp)
José Antônio Martinuzzo (UFES)
Klauder Gonzaga (UFF)
Lara Santos de Amorim (UFPB)
Leandro Silva de Oliveira (UNESP)
Lucas de Almeida Pereira (UNESP)
Luis Guilherme Assis Kalil (UFRRJ)

Luiz Carlos Assis Lasbeck (UnB)
Maria Aparecida Costa dos Santos (USP)
Maria Cristina Nunes Ferreira Neto (PUC-GO)
Maurício Moysés (Unicamp)
Mauricio Priess da Costa (UFPR)
Melissa Marangoni (Unifesp)
Murilo Neto (Unifesp)
Natielly de Jesus Santos (UFBA)
Noemi Loureiro (UFAL)
Paulo Ricardo Müller (UFFS)
Renan Ribeiro Moutinho (CEFET/RJ)
Renata Cristina Simões de Oliveira (UFMG)
Renata Eloisa Flor Cieslak (UFRGS)
Rosenverck Estrela Santos (UFMA)
Samara Akemi Saraiva (Unifesp)
Sávio Oliveira da Silva Santos (UESC)
Sérgio Luiz de Souza (UNIR)
Sidney Barata de Aguiar (UFAM)
Tairini Ayhu Cruz Aparicio de Almeida (Unifesp)
Thiago Granja Belieiro (UNESPAR)
Thiago Lima dos Santos (UFBA)
Thifani Postali Jacinto (UNISO)
Tiago Viotto da Silva (UNESP)
Vanessa Clemente Cardoso (UFG)
Wildson Félix Roque da Silva (UFPE)

COLABORARAM COM ESTE NÚMERO

Adomiran Moreira de Araújo Junior
Afrânio Carneiro Jácome
Alessandra Rinaldi
Aline Ludmila de Jesus
Amanda Ribeiro Mafra Lima
Andrei Marcelo da Rosa
Artur Oriel
Bruno Oliveira Castelo Branco
Caio Giulliano Paião
Camila Alves Jourdan
Camila Miranda Martins
Cristiane Oliveira Pisani Martini
Cristiane Prudenciano de Souza
Daniele Weigert
Dionisio Tito de Barros Neto
Dyel Gedhay da Silva
Edilene Teresinha Toledo
Eduardo Soares Nunes
Ellen Juliane Bueno dos Santos
Elton Luis da Silva Júnior
Érica Sarmiento
Erika Cristina Domião
Evandro Ramos de Sant' Anna Junior
Fabrício Sparvoli Godoy
Evelise Amgarten Quitzau

Fábio Alexandre da Silva
Fábio Franzini
Fernando Cauduro Pureza
Fernando Victor Aguiar Ribeiro
Gabriela Isbaes
Gabriela Nery
Geovane Constantino Bitencourt da Costa
Henrique Cintra Santos
Hugo Dante Cyro Macedo Müller
Ícaro Silva Jatobá
Inaê Isabela Barbosa
Izabel Priscila Pimentel da Silva
Juliana Amorim da Cruz
Juliana Cavalcanti
Juliana Marques do Nascimento
Leonardo Fontes
Leticia Sangaletti
Leticia Batista Rodrigues Leite
Lino Gabriel Nascimento dos Santos
Lívia de Barros Salgado
Lívia Gonçalves Buzolin
Lucas Alonso Sales
Luís Fellipe Fernandes Afonso
Mateus Mello Araujo da Silva
Maria Aparecida Rocha Gouvêa
Maria Eduarda Oliveira
Maurício João Vieira Filho
Michel Gomes da Rocha
Milena dos Reis Rabelo
Nathanael Martins Pereira
Paolla Galollete Silva
Paula Elise Ferreira Soares
Rafael Lamera Giesta Cabral
Robson Evangelista dos Santos Filho
Sara Munique Noal
Thasio Fernandes Sobral
Tennen Inauhiny de Abreu
Tiago Augusto Rodrigues
Victor Hugo da Silva Gomes Mariusso

CAPA:

Arte: Samara Akemi Saraiva.

Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil.

(Desfile de 2025 do Grêmio Recreativo Escola de Samba Paraíso do Tuiuti que desfilou com o samba enredo "Quem tem medo de Xica Manicongo?", uma homenagem à primeira travesti não-indígena do Brasil").

EDITORIAL

Gênero e sexualidade são temas que vêm marcando profundamente as dinâmicas sociais do século XXI, tanto na esfera do debate público quanto na produção acadêmica ao redor do mundo. Buscando contribuir com essas questões a 16^a edição da Revista Hydra apresenta o dossiê temático “*História da dissidência de gênero e da sexualidade na América Latina*”, enfatizando diferentes formas de experienciar o mundo e se organizar de grupos dissidentes da cisheteronormatividade na América Latina ao longo da história.

O dossiê conta com seis contribuições que cobrem desde o período colonial ao recente surto de MPOX de 2022, passando pela formação de movimentos ativistas ao longo da segunda metade do século XX e evidenciando a transnacionalidade das experiências, saberes e práticas dissidentes. Além disso, a edição também conta com quatro artigos de temática livre, um dos quais versa sobre o conceito de masculinidade na Ilíada de Homero, três notas de pesquisa, dentre as quais uma explora a temática da violência contra mulheres e uma resenha de livro.

Encerramos essa sessão com alguns agradecimentos: aos autores, por nos terem confiado suas valiosas contribuições, à assessoria *ad hoc*, cuja colaboração é fundamental para a manutenção da qualidade dos trabalhos publicados, e a todo o corpo editorial da Revista Hydra, pela atenção e trabalho fundamentais em todos os números que publicamos. Além disso, agradecemos o apoio institucional do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo e à CAPES que, por meio do programa PROAP/2025, financiou os serviços de revisão textual da presente edição.

Guarulhos, 25 de novembro de 2025

Carlos Augusto Correia Rocha e Samara Akemi Saraiva

Editores-chefe da Revista Hydra

APRESENTAÇÃO

A presente proposta de dossiê nasce de um profundo incômodo e de uma crescente preocupação diante da onda de ataques que vêm ameaçando os direitos da população LGBTQIA+ em diferentes partes do mundo. Esse cenário nos impactou especialmente ao iniciarmos o ano de 2025 sob o efeito de uma nova investida de políticas anti-LGBTQIA+, em particular anti-trans, emanadas do principal centro do poder imperialista contemporâneo, o governo dos Estados Unidos, e amplamente debatidas em escala global. Logo no primeiro dia de seu mandato, o atual presidente, Donald Trump, assinou a Ordem Executiva nº 14168, intitulada “*Defendendo as mulheres do extremismo da ideologia de gênero e restaurando a verdade biológica para o governo federal*”¹.

A medida representa um retrocesso drástico nas políticas de direitos humanos, ao determinar que o Departamento de Estado altere suas diretrizes para emitir apenas passaportes que “reflitem com precisão o sexo do titular”²; que o sistema prisional federal negue assistência médica e moradia adequadas a pessoas trans encarceradas; e que o Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano revogue as normas que garantem o acesso seguro de pessoas trans a abrigos. Além disso, a ordem instrui as agências federais a remover quaisquer menções à identidade de gênero de seus materiais e formulários oficiais, configurando uma tentativa explícita de apagamento institucional das identidades trans.

Poucos dias depois, em 28 de janeiro de 2025, uma nova diretriz presidencial, a Ordem Executiva 14187, intitulada “*Protegendo crianças da*

¹ A Casa Branca. Ações Presidenciais. 20 de janeiro de 2025. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/01/defending-women-from-gender-ideology-extremism-and-restoring-biological-truth-to-the-federal-government/>>. Acesso em: 28/10/2025.

² Ibid.

mutilação química e cirúrgica”³, buscou proibir o acesso de jovens trans menores de 19 anos a cuidados médicos essenciais. A medida inclui o bloqueio de cobertura para dependentes trans de funcionários federais e o corte de financiamento público a organizações de saúde que ofereçam esse tipo de assistência. A ofensiva foi complementada por outra diretriz presidencial, “Manter os homens fora dos esportes femininos”⁴, que proíbe meninas trans de participarem de esportes escolares e ameaça com sanções financeiras às instituições que assegurem sua inclusão.

As Ordens Executivas (executive orders) nos Estados Unidos são instrumentos legais, emitidos pelo Presidente da República, que possuem força de lei dentro do âmbito do Poder Executivo. Esses atos têm como finalidade orientar o funcionamento da administração federal, implementar políticas públicas e definir a forma como as leis já existentes devem ser aplicadas. A autoridade presidencial para emitir tais ordens é conferida pela Constituição dos Estados Unidos, especificamente pelo Artigo II⁵, que estabelece que o poder executivo está investido na figura do Presidente (“The executive Power shall be vested in a President of the United States of America”). Apesar de serem mecanismos legítimos, as ordens executivas frequentemente geram controvérsias, uma vez que permitem ao presidente adotar medidas sem a necessidade de aprovação do Congresso, o que levanta debates sobre os limites da atuação presidencial e o equilíbrio entre os poderes⁶.

Os títulos dessas ordens executivas revelam, por si só, a essência da ideologia republicana contemporânea, que se constrói em oposição direta às

³ A Casa Branca. Ações Presidenciais. 28 de janeiro de 2025. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/01/protecting-children-from-chemical-and-surgical-mutilation/>>. Acesso em: 28/10/2025.

⁴ A Casa Branca. Ações Presidenciais. 05 de fevereiro de 2025. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/02/keeping-men-out-of-womens-sports/>>. Acesso em: 28/10/2025.

⁵ ESTADOS UNIDOS. Constituição (1787). Disponível em: <<https://www.senate.gov/about/origins-foundations/senate-and-constitution/constitution.htm#a2>>. Acesso em: 06/11/2025.

⁶ “What are executive orders? The powerful tool used by US presidents”. BBC, 20 de janeiro de 2025. Ver em: <<https://www.bbc.com/news/world-us-canada-69606315>>. Acesso em: 28/10/2025.

pautas de direitos da população LGBTQIA+, sobretudo da população trans, e da diversidade de gênero. Ao empregar expressões como “verdade biológica” e “proteção de mulheres e crianças”, essas formulações mobilizam uma retórica moralizante e biologizante que mascara, sob o discurso de defesa e ordem natural, uma agenda política de exclusão e controle sobre corpos.

Trata-se de uma tentativa de reafirmar uma visão binária e hierárquica de gênero, como fundamento do Estado, transformando debates sobre identidade e direitos humanos em ameaças à moral e à “segurança” social. Essas medidas, tomadas em rápida sucessão pelo presidente Trump, integram um projeto político antigo de tentativa de reconfiguração e controle do corpo segundo uma noção restritiva de “verdade biológica”. Assim, ao negar a legitimidade das identidades dissidentes, o atual governo norte-americano coloca em disputa o próprio sentido de humanidade, corpo e verdade.

O governo de Donald Trump parece empenhado não apenas em restringir que corpos dissidentes tenham acesso a direitos humanos básicos, mas também em apagar e erradicar a história dessas populações. Como parte de sua política contra a ficção da chamada “ideologia de gênero”, dados de saúde pública foram rapidamente removidos dos sites do governo federal. Isso incluiu, por exemplo, décadas de pesquisas sobre HIV. Algumas dessas páginas só foram restauradas após forte pressão pública e uma ordem judicial federal⁷. Já o Serviço Nacional de Parques apagou todas as referências a pessoas trans da página dedicada à Revolta de Stonewall de 1969, um dos momentos mais emblemáticos da história LGBTQIA+ nos Estados Unidos. A agência justificou a ação alegando conformidade com o decreto

⁷ “As Trump hits delete, the race is on to save LGBTQ and climate data”. NBC News, 11 de fevereiro de 2025. Ver em: <<https://www.nbcnews.com/nbc-out/out-politics-and-policy/trump-hits-delete-race-lgbtq-climate-data-rcna191652>>. Acesso em: 28/10/2025.

de Trump, que equiparava a identidade trans a um suposto “extremismo da ideologia de gênero”⁸.

Nesse contexto de intensificação das políticas de controle e exclusão emanadas do Norte deste grande continente, torna-se urgente revisitar, a partir do Sul, as histórias de sexualidade, gênero e dissidência que marcam nosso continente e que oferecem resistência a esse retrocesso e à tentativa sistemática de apagamento dessas vivências e corpos. Historicamente situada entre projetos coloniais, imperiais e neoliberais, a América Latina tem produzido resistências singulares, modos de existir, amar e criar que desafiam continuamente os regimes normativos, impositivos e excludentes de gênero e sexualidade. Assim como, olhar para essas existências a partir do Sul da América é unir forças contra todo o controle político, econômico e cultural que os Estados Unidos, historicamente, buscam exercer sobre a região. Atualmente, a América Latina ocupa o lugar do Outro em relação aos Estados Unidos, tudo aquilo que esse país rejeita e do qual procura se distanciar. É justamente desse lugar que nossas vozes emergem e se afirmam, compondo um projeto de resistência que se opõe às suas políticas de morte e exclusão.

Assim, este dossiê, intitulado “História da dissidência de gênero e da sexualidade na América Latina”, propõe-se a pensar essas histórias de resistência e invenção, cruzando perspectivas historiográficas, antropológicas, literárias e políticas. Reunimos aqui pesquisas que investigam as formas pelas quais corpos dissidentes foram narrados, regulados e subvertidos em diferentes contextos latino-americanos. Ao fazê-lo, buscamos contribuir para o debate contemporâneo sobre as políticas de vida e morte, ampliando o campo dos estudos de gênero e sexualidade e reafirmando o compromisso da pesquisa crítica com a defesa incondicional da dignidade e da pluralidade humana.

⁸ Shanahan, Ed; Rosman, Katherine e Stack, Liam. “U.S. Park Service Strikes Transgender References From Stonewall Website”. The New York Times, 13 de fevereiro de 2025. Ver em: <<https://www.nytimes.com/2025/02/13/nyregion/stonewall-transgender-parks-service.html?smtyp=cur&smid=bsky-nytimes>>. Acesso em: 28/10/2025.

Dessa forma, o pesquisador Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos abre o dossiê temático desta edição refletindo sobre a figura do(a) migrante como sujeito histórico das dissidências de gênero e sexualidade. A partir de uma perspectiva interseccional e decolonial, o autor revela como a mobilidade e o deslocamento, frequentemente marcados por violências e exclusões, também se tornam espaços de invenção política e de criação de redes *cuir* de solidariedade e resistência.

Na sequência, Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto, amplia o olhar sobre as mobilizações políticas latino-americanas, demonstrando como as trajetórias dos movimentos homossexuais se entrelaçam em uma teia de influências locais e transnacionais. Sua análise evidencia que as lutas por visibilidade e direitos não se desenvolveram de forma homogênea, mas em diálogo com contextos específicos de repressão, oportunidades políticas e disputas morais, compondo uma história relacional e comparada das dissidências sexuais na região.

Em diálogo com essas preocupações históricas e políticas, Raphael Escritório, recupera as continuidades e descontinuidades entre as respostas sociais e sanitárias à Aids nos anos 1980 e ao surto de Mpox em 2022. O autor evidencia como a patologização das sexualidades dissidentes persiste como dispositivo de controle, mas também como a memória coletiva LGBTQIAPN+ atua na produção de saberes críticos e estratégias de enfrentamento ético e solidário às novas emergências sanitárias.

A reflexão sobre as articulações entre sexualidade, poder e moralidade é aprofundada por Carlos Augusto Lima Barros, que revisita processos inquisitoriais da América Espanhola colonial para revelar como a repressão aos chamados “pecados contra a natureza” funcionou como instrumento de controle social e corporal. Ao dialogar com Foucault, Butler, Quijano e Lugones, o autor demonstra que os discursos religiosos e jurídicos sobre a sexualidade foram também mecanismos de sustentação da ordem colonial e racializada.

O dossiê então desloca o foco para o protagonismo feminino em contextos de luta política e autoritarismo com o trabalho de Amanda Monteiro Diniz Carneiro. A pesquisadora analisa as experiências de mulheres militantes nas organizações argentinas Montoneros e PRT-ERP, destacando como elas desafiaram tanto a repressão estatal quanto o machismo interno das organizações revolucionárias.

Na mesma direção crítica, encerrando o conjunto central do dossiê, o estudo de Stephanie Oliveira Afonso e Filomena Luciene Cordeiro Reis evidencia, em contexto distinto, como o patriarcado e o anticomunismo se articularam para desmoralizar e controlar as mulheres militantes, revelando a dimensão de gênero na repressão política e na memória da ditadura.

Reunidos, esses trabalhos formam um mosaico de temporalidades e geografias que se cruzam na tarefa de repensar a história da dissidência de gênero e da sexualidade. Do mundo colonial hispânico à América Latina contemporânea, da militância armada às epidemias de saúde, o dossiê propõe que as experiências dissidentes de gênero e sexualidade não sejam vistas apenas como objetos de estudo, mas como produtoras legítimas de conhecimento histórico.

Complementando o dossiê, os artigos livres ampliam a diversidade temática da edição, abordando desde as masculinidades e a religiosidade na Antiguidade Clássica até a história indígena e os debates contemporâneos sobre populismo. Felipe Daniel Ruzene e Danielly Baldenebro revisitam o mundo grego para repensar as relações entre gênero, poder e representação, enquanto Roberto Junio Martinasso Ribeiro propõe uma reflexão teórica sobre a viabilidade de uma história global do populismo. Thawanne Rayssa Galdino Silva, por sua vez, retoma o período da ditadura militar brasileira para examinar a demarcação das terras Karajá, revelando as contradições da política indigenista em um contexto autoritário.

Nas notas de pesquisa, Sabrina Bentes, Leandro Ferraz e Peterson Mendes Paulino exploram temas que reafirmam o compromisso com uma

história crítica e plural: as origens coloniais da violência de gênero no Amapá; o papel do trabalho indígena nas missões jesuíticas do Guairá, Tape e Itatim; e as tensões urbanas na periferia de Guarulhos durante a transição democrática.

Por fim, a resenha “No momento de perigo, quem escuta o testemunho da barbárie?” de Davi Lee Oliveira de Castro avalia o livro *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*, de Márcio Seligmann-Silva, encerrando a edição com uma reflexão sobre a ética da escuta e a potência do testemunho.

A apresentação deste dossiê poderia ter assumido diversas formas. Em certo momento, inclusive, esboçamos propostas estruturais bastante diferentes do resultado final que ora se apresenta. Cogitamos, por exemplo, traçar uma breve história da dissidência de gênero e da sexualidade desde a Antiguidade, resgatando seus vestígios e transformações ao longo do tempo. Também consideramos refletir brevemente sobre essas mesmas histórias no contexto latino-americano e que ainda são pouco divulgadas em nosso território, além de homenagear figuras históricas fundamentais como Xica Manicongo e Felipa de Souza. No entanto, decidimos concentrar nossa atenção em um tema que se impõe com urgência para a história da dissidência de gênero e da sexualidade: o recrudescimento dos ataques às pessoas trans em nossa história contemporânea.

Essa escolha nos leva, inevitavelmente, a uma autocrítica: a ausência, neste dossiê, de um trabalho que aborde centralmente essa temática. Ainda não temos uma resposta definitiva para tal lacuna, mas reconhecemos sua importância e assumimos o compromisso de seguir refletindo sobre ela até que essa reflexão se converta em ação concreta.

Entendemos que apresentar este dossiê ressaltando nossa preocupação com o presente e o futuro das pessoas trans, suas vivências, lutas, saúde e felicidade, é a forma mais sincera de afirmar qual tem sido, e

deve continuar a ser, a nossa prioridade: a defesa incondicional da existência e do direito de existir e ser das pessoas trans.

A atual organização da *Revista Hydra* se posiciona publicamente e faz da história uma ferramenta de reflexão e de ação política. O movimento LGBTQIA + foi forjado na diversidade e por isso, reafirmamos de maneira categórica: não! as pessoas representadas pela letra T não serão excluídas do movimento. Qualquer tentativa nesse sentido constitui um ato de retrocesso e conservadorismo, posturas que repudiamos e com as quais não compactuamos.

O Brasil é, lamentavelmente, o país que mais mata pessoas trans no mundo⁹, e elas são alvo preferencial dos discursos e movimentos de extrema direita, dentro e fora da América Latina¹⁰. A narrativa de que as pautas trans “roubam espaço” dentro do movimento LGBTQIA + é não apenas falaciosa, mas covarde e desonesta. Embora cada segmento da sigla possua demandas legítimas e específicas, a luta pela diversidade sexual e de gênero é e deve continuar sendo uma luta coletiva.

Desejamos, assim, que este dossiê seja mais do que uma reunião de pesquisas fundamentais sobre a história das dissidências de gênero e da sexualidade. Que ele se constitua também como um ato político, reafirmando a importância de continuarmos produzindo conhecimento e promovendo lutas em torno das experiências, existências e modos de viver desses corpos múltiplos que compõem nossas sociedades latino-americanas.

⁹ NARCISA, Tayana e BONETS, Vitor. “Brasil é o país que mais mata pessoas trans e travestis, aponta dossiê”. CNN Brasil, 27 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-e-travestis-aponta-dossie/>. Acesso em: 06/11/2025.

¹⁰ PELECH, Lana de Holanda. “Extrema direita faz pessoas trans de bode expiatório. Nos EUA e aqui”. Intercept Brasil, 05 de fevereiro de 2025. Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/2025/02/05/extrema-direita-faz-pessoas-trans-de-bode-expiatorio-nos-eua-e-aqui/>> . Acesso em: 06/11/2025.

Samara Akemi Saraiva
Editora-chefe da Revista Hydra
Guarulhos, 06 de novembro de 2025.

ENTRE FRONTEIRAS E DISSIDÊNCIAS: MIGRANTES NA HISTÓRIA DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA AMÉRICA LATINA¹

Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos²

Resumo: Este artigo analisa criticamente a figura do(a) migrante na história das dissidências de gênero e sexualidade na América Latina, articulando perspectivas interseccionais e decoloniais desde o período colonial até o século XXI. A colonização ibérica instaurou normativas heteropatriarcais que reprimiram identidades dissidentes, cujas reverberações se prolongaram nas independências nacionais. Examina-se a emergência de subculturas urbanas e ativismos queer/cuir transnacionais, bem como o papel das migrações internas e externas na intensificação de vulnerabilidades e na criação de redes de resistência. Com base em autores como Bento, Colling e Lugones, argumenta-se que ser simultaneamente migrante e dissidente de gênero/sexualidade exacerbava exclusões socioeconômicas e simbólicas. Destaca-se, ainda, a potência política do termo *cuir* como estratégia de contestação às normatividades brancas, colonialistas e elitistas. A visibilização das narrativas LGBTQIAPN+ migrantes revela-se crucial para a construção de uma memória coletiva plural e para o fortalecimento de alianças latino-americanas.

Palavras-chave: Migração; Dissidência sexual; Gênero; Interseccionalidade; Decolonialidade; Queer/Cuir.

ACROSS BORDERS AND DISSIDENCES: MIGRANTS IN THE HISTORY OF GENDER AND SEXUALITY IN LATIN AMERICA

Abstract: This article critically examines the role of migrants in the history of gender and sexual dissidence in Latin America, integrating intersectional and decolonial perspectives from the colonial period to the 21st century. Iberian colonization imposed heteropatriarchal norms that violently erased dissident identities, establishing systems of marginalization that persisted beyond national independence. The text explores the emergence of queer/cuir subcultures and transnational activist networks, emphasizing the centrality of both internal and international migrations in producing vulnerabilities and generating resistance. Drawing on scholars such as Bento, Colling, and Lugones, the paper argues that being simultaneously a migrant and gender/sexual dissident intensifies socio-symbolic exclusion. It also discusses the political use of the term *cuir* as a decolonial discursive strategy against white, elitist normativity. Finally, it highlights the relevance of migrant LGBTQIAPN+ voices in building plural memory and strengthening Latin American transnational alliances.

Keywords: Migration; Gender dissidence; Sexuality; Intersectionality; Decolonial critique; Queer/Cuir theory.

¹ Este artigo conta com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

² Doutorando em educação e Saúde na infância e adolescência - UNIFESP
E-mail: douglas.pestana@unifesp.br.

ENTRE FRONTERAS Y DISIDENCIAS: MIGRANTES EN LA HISTORIA DEL GÉNERO Y LA SEXUALIDAD EN AMÉRICA

Resumen: Este artículo examina críticamente la figura de lxs migrantes en la historia de las disidencias sexuales y de género en América Latina, articulando enfoques interseccionales y decoloniales desde la colonia hasta el siglo XXI. La colonización ibérica instauró normas heteropatriarcales que reprimieron identidades disidentes, cuyas lógicas de exclusión persisten en los contextos contemporáneos. Se analizan los surgimientos de subculturas queer/cuir urbanas y redes transnacionales de activismo, así como el rol de las migraciones en la intensificación de vulnerabilidades y en la producción de resistencias. Con apoyo en autorxs como Bento, Colling y Lugones, se argumenta que ser migrante y disidente sexual o de género conlleva formas agravadas de exclusión socioeconómica y simbólica. Asimismo, se destaca el uso del término *cuir* como herramienta político-discursiva decolonial. Finalmente, se defiende la necesidad de visibilizar las voces migrantes LGBTQIAPN+ como parte de una memoria colectiva plural y regional.

Palabras clave: Migración; Disidencias sexuales; Género; Interseccionalidad; Colonialidad; Queer/Cuir.

Introdução

A história da dissidência de gênero e da sexualidade na América Latina entrelaça-se profundamente com fluxos migratórios, diásporas e deslocamentos forçados. Desde as primeiras crônicas coloniais até os debates contemporâneos, a figura do(a) migrante seja ele(a) deslocado dentro de seu próprio país ou além de suas fronteiras emerge ora como sujeito silenciado e estigmatizado, ora como agente catalisador de mudanças sociais. No entanto, narrativas historiográficas tradicionais frequentemente omitiram essas intersecções entre migração, gênero e sexualidade, privilegiando relatos nacionais homogêneos e retratando experiências LGBTQIAPN+ de forma descontextualizada³.

Do ponto de vista teórico, adotamos uma perspectiva informada por estudos de gênero, teoria queer/cuir e abordagens decoloniais. Entendemos,

³ BENTO, Berenice. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2017.

com Grosfoguel⁴ e Lugones⁵, que a colonização europeia não operou apenas via exploração econômica, mas também pela imposição de uma matriz de poder que subsumiu epistemologias e corpos num arcabouço cisheteropatriarcal eurocêntrico. Em outras palavras, as noções europeias de patriarcado, sexualidade “legítima” e binarismo de gênero foram disseminadas globalmente como normas hegemônicas durante a expansão colonial. Essa colonialidade do poder e do saber teve impactos duradouros nas sociedades latino-americanas, produzindo o que Lugones⁶ denominou de colonialidade de gênero, ou seja, a introdução forçada de um sistema de gênero binário, misógino e transfóbico que devastou ou invisibilizou cosmologias nativas com reconhecimentos mais fluidos de gênero/sexualidade.

Dissidência, diáspora e interseccionalidade

No entrelaçamento entre migração e dissidência sexogenérica, é imprescindível adotar uma lente interseccional que contemple as múltiplas formas de opressão e resistência em jogo. Pessoas LGBTQIAPN+ migrantes enfrentam, em geral, a dupla marginalização: sofrem tanto pela discriminação relacionada à sua orientação sexual/identidade de gênero quanto pela xenofobia e desvantagens impostas a estrangeiros ou deslocados internos⁷. Estudos recentes evidenciam que a maior parte das pessoas LGBTQIAPN+ que deixam seus países de origem na América Latina o fazem justamente em decorrência de violências e perseguições ligadas à

⁴ GROSFOGUEL, Ramón. Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 496-530.

⁵ LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 949-967, 2010.

⁶ LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 949-967, 2010.

⁷ GALAZ, Caterine; STANG, María F.; LARA, Antonia. Políticas migratórias e de diversidade sexual no Chile: tensionando a retórica do consenso pós-ditatorial. *Revista de Estudios Sociales*, [s. l.], n. 83, p. 61-80, 2022.

LGBTIfobia institucionalizada seja na família, na escola, no trabalho ou na comunidade⁸.

Em El Salvador, Guatemala, Honduras e outros países da América Central, por exemplo, gangues e grupos paramilitares frequentemente visam pessoas LGBTQI+ com ameaças, estupros "corretivos" e assassinatos, gerando fluxos de refugiados em direção ao norte (México e Estados Unidos) em busca de proteção. Do mesmo modo, na Venezuela da década de 2010, pessoas trans e homossexuais enfrentaram agravamento da violência e da pobreza, integrando o êxodo massivo venezuelano rumo a países vizinhos (Colômbia, Brasil, Chile e Argentina), onde se depararam com novos muros de preconceito⁹.

Importante salientar que os riscos não cessam no ato de migrar: a rota migratória em si e os contextos de trânsito ou destino muitas vezes replicam ou até amplificam a LGBTIfobia. Uma pesquisa do Mixed Migration Centre (MMC)¹⁰, realizada com centenas de migrantes LGBTQI+ em trânsito pelo México, revelou que quase todos entrevistados relataram níveis altos ou muito altos de exposição a violências motivadas por ódio durante a migração, sendo que a maioria sofreu diretamente pelo menos um incidente grave de discriminação ou abuso no percurso.

Os perpetradores variam desde membros do crime organizado até agentes estatais corruptos. Identidades mais visíveis como mulheres trans e pessoas não binárias de expressão de gênero não normativa tendem a enfrentar os níveis mais exacerbados de violência e assédio, tornando-se alvos preferenciais¹¹. Mulheres trans migrantes, em particular, frequentemente relatam agressões constantes que culminam em assassinatos por transfobia, o

⁸ MIXED MIGRATION CENTRE (MMC). *En la mira: experiencias de las personas LGBTIQ+ en tránsito a través de las Américas*. Genebra: MMC/ACNUR, 2024.

⁹ MIXED MIGRATION CENTRE (MMC). *En la mira: experiencias de las personas LGBTIQ+ en tránsito a través de las Américas*. Genebra: MMC/ACNUR, 2024.

¹⁰ MIXED MIGRATION CENTRE (MMC). *En la mira: experiencias de las personas LGBTIQ+ en tránsito a través de las Américas*. Genebra: MMC/ACNUR, 2024.

¹¹ MIXED MIGRATION CENTRE (MMC). *En la mira: experiencias de las personas LGBTIQ+ en tránsito a través de las Américas*. Genebra: MMC/ACNUR, 2024.

que levou pesquisadorxs a empregar o termo “transfeminicídio” para designar esses crimes de ódio específicos. Bento¹² conceitua o transfeminicídio como “o assassinato de travestis e mulheres trans em razão de gênero, motivado pelo ódio ao trânsito que essas pessoas realizam do masculino socialmente designado para o feminino”.

Outro aspecto interseccional crítico refere-se à precariedade socioeconômica e documental vivenciada por migrantes LGBTQIAPN+. Muitos são forçados à economia informal ou ao trabalho sexual devido às barreiras legais e à discriminação no emprego formal nos países de acolhida. Ademais, a falta de reconhecimento legal de sua identidade de gênero e a ausência de redes de apoio agravam sua vulnerabilidade¹³. Em casos extremos, solicitantes de refúgio LGBTQIAPN+ enfrentam obstáculos adicionais para o asilo, seja pela incompreensão das autoridades migratórias, seja pela retraumatização em entrevistas em que precisam narrar violências íntimas¹⁴.

Ainda assim, migrantes LGBTQIAPN+ têm desenvolvido estratégias de sobrevivência e resistência, muitas vezes apoiando-se em redes comunitárias transnacionais. Conforme o estudo do MMC¹⁵, manter contatos regulares com amigxs/familiares ao longo da rota e viajar em grupos coesos figuram entre as táticas de autoproteção mais adotadas por essxs migrantes. Outras soluções incluem a criação de abrigos especializados como a Casa Frida (México) e a Casa Miga (Brasil), espaços seguros que desempenham papel vital no acolhimento e proteção de migrantes LGBTQIAPN+ vulneráveis.

¹² BENTO, Berenice. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2017.

¹³ GALAZ, Caterine; STANG, María F.; LARA, Antonia. Políticas migratórias e de diversidade sexual no Chile: tensionando a retórica do consenso pós-ditatorial. *Revista de Estudios Sociales*, [s. l.], n. 83, p. 61-80, 2022.

¹⁴ MIXED MIGRATION CENTRE (MMC). *En la mira: experiencias de las personas LGBTIQ+ en tránsito a través de las Américas*. Genebra: MMC/ACNUR, 2024.

¹⁵ MIXED MIGRATION CENTRE (MMC). *En la mira: experiencias de las personas LGBTIQ+ en tránsito a través de las Américas*. Genebra: MMC/ACNUR, 2024.

Teoria queer e *cuir*: apropriações decoloniais e práticas de resistência

Nas últimas décadas, o desenvolvimento dos estudos de gênero/sexualidade e do ativismo LGBTQIAPN+ na América Latina tem sido marcado por uma crescente reflexão crítica sobre a influência de paradigmas globais versus as especificidades locais. Um exemplo eloquente é o debate em torno da própria palavra *queer*, termo oriundo do contexto anglo-saxão que significa “estranho/anormal” e foi ressignificado como bandeira teórica e política antinormativa. No Brasil e em outros países latino-americanos, a teoria queer adentrou sobretudo pela via acadêmica nos anos 1990-2000, por meio de traduções e da mediação de intelectuais como Guacira Lopes Louro, Richard Miskolci, Leandro Colling, Berenice Bento, entre outrxs¹⁶.

Contudo, muitos militantes de movimentos LGBTQIAPN+ locais viam (e ainda veem) essas ideias com suspeita, considerando-as elitistas, abstratas ou “estrangeiras” demais para realidades marcadas por urgências materiais. Conforme observa Colling¹⁷, a adesão ao rótulo “queer” na América Latina foi polêmica exatamente por seu caráter importado e pela possibilidade de perpetuar códigos e sentidos brancos/eurocêntricos alheios às vivências regionais. Em resposta, ativistas e pesquisadorxs latino-americanxs empreenderam apropriações locais do termo. Uma estratégia semântica significativa foi a adoção das grafias “*kuir*” (em espanhol) ou “*cuir*” (grafia aportuguesada) uma sutil “tropicalização” do queer original, mas carregada de intencionalidade política. Escrevendo *cuir/kuir*, em vez de queer, dissidentes latino-americanos demarcam uma diferença em relação ao Norte Global, subvertendo a ortografia anglófona e sinalizando que nossas

¹⁶ COLLING, Leandro. *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Salvador: EDUFBA, 2015.

¹⁷ COLLING, Leandro. *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Salvador: EDUFBA, 2015.

dissidências sexuais têm sotaques e cores próprios, não se limitando a espelhar teorias nascidas nos centros hegemônicos¹⁸.

Essa apropriação do termo — queer > *cuir* — veio acompanhada de um esforço de tradução cultural mais amplo. Por um lado, buscou-se descolonizar as referências teóricas, conectando as agendas de sexualidade às questões de raça, classe e colonialismo. Colling¹⁹ enfatiza que compreender “isso que é o Sul *cuir*” exige reconhecer que ainda operamos sob colonialidades do saber/poder que nos obrigam a dialogar criticamente com o “norte queer”. Por outro lado, ativistas incorporaram terminologias vernáculas já existentes. Termos historicamente usados de forma pejorativa em espanhol e português como *marica*, *maricón*, *bicha*, *travesti* e *sapatão* foram ressignificados em contextos militantes, muitas vezes preferidos em vez de anglicismos.

O coletivo chileno Coordinadora Universitaria por la Disidencia Sexual (CUDS), fundado em 2002, é exemplar nesse sentido: mescla produção teórica com artivismo de base, desafiando o pensamento hegemônico sobre sexualidade/gênero e “localizando” o queer ao traduzi-lo para um léxico latino²⁰. Em suas ações de rua e intervenções artísticas, o coletivo adota máscaras ou signos estéticos andinos, denuncia tanto o machismo quanto o racismo da sociedade chilena e ocupa o espaço público com performances que amalgamam a crítica pós-colonial e a irreverência queer. Essa conjunção de luta antinormativa sexual com luta anticolonial e anticapitalista é característica dos movimentos queer/cuir latino-americanos contemporâneos.

¹⁸ COLECTIVO UNIVERSITARIO DE DISIDENCIA SEXUAL (CUDS). Coordenadora Universitaria por la Disidencia Sexual. Santiago do Chile, 2002. Disponível em: <https://cuds.cl>. Acesso em: 10 maio 2025.

¹⁹ COLLING, Leandro. *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Salvador: EDUFBA, 2015.

²⁰ COLECTIVO UNIVERSITARIO DE DISIDENCIA SEXUAL (CUDS). Coordenadora Universitaria por la Disidencia Sexual. Santiago do Chile, 2002. Disponível em: <https://cuds.cl>. Acesso em: 10 maio 2025.

Conforme sintetiza a intelectual afro-caribenha Ochy Curiel, não se trata apenas de “sair do armário”, mas de “sair da colônia” um projeto de libertação que une feminismos antirracistas, movimentos trans e dissidências sexuais sob a insígnia comum da decolonização. Instituições e redes têm contribuído para essa circulação de ideias insurgentes. O Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), criado em 2002 no Rio de Janeiro, constitui um exemplo notório de interface entre academia e ativismo. Ao longo de 20 anos, o CLAM articulou pesquisadorxs de diversos países em torno de colóquios, pesquisas e publicações que difundiram epistemologias críticas sobre gênero/sexualidade e apoiaram políticas públicas inclusivas²¹.

Isso ocorreu em paralelo a um contexto continental de significativos avanços institucionais a partir dos anos 1990 como a incorporação dos direitos sexuais e reprodutivos em agendas estatais e a consolidação dos estudos de gênero/sexualidade como campo legítimo. Todavia, o próprio CLAM²² em seu balanço de duas décadas alerta para a ameaça que despontou na década de 2010: a ascensão de um conservadorismo político-articulado regionalmente, que ataca tanto os direitos sexuais conquistados quanto os fundamentos do conhecimento crítico produzido na área. Essa investida conservadora será examinada no capítulo seguinte.

Avanço conservador, ativismos transnacionais e memória queer migrante no século XXI

O início do século XXI testemunhou, na América Latina, um paradoxo evidente: concomitantemente a importantes conquistas jurídicas e sociais para populações LGBTT, consolidou-se um forte contramovimento reacionário, frequentemente ancorado em discursos fundamentalistas

²¹ MORA, Claudia et al. Apresentação – CLAM 20 anos: memória da formação de um campo de estudos. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 40, p. 1-17, 2024.

²² MORA, Claudia et al. Apresentação – CLAM 20 anos: memória da formação de um campo de estudos. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 40, p. 1-17, 2024.

religiosos e lideranças políticas de extrema direita. Países como Argentina, Brasil, Uruguai, Colômbia, México, entre outros, aprovaram legislações pioneiras: a Argentina sancionou, em 2012, uma Lei de Identidade de Gênero; Brasil e Uruguai reconheceram o casamento igualitário em 2013; o Chile aprovou sua lei de identidade de gênero em 2018; e a Suprema Corte mexicana impulsionou a legalização do matrimônio igualitário em todo o país até 2022²³.

Redes regionais de ativismo intensificaram-se, como a RedLacTrans e a Asociación Internacional de Lesbianas, Gays, Bisexuales, Trans e Intersex para la América Latina y el Caribe (ILGALAC), criando alianças transnacionais em defesa dos direitos LGBTQIAPN+. No entanto, esse avanço foi confrontado por uma “contraofensiva” conservadora. A retórica da chamada “ideologia de gênero” disseminou-se em praticamente todo o subcontinente a partir de meados dos anos 2010. Setores fundamentalistas católicos e evangélicos, muitas vezes com apoio de organizações norte-americanas de extrema direita, fomentaram campanhas de desinformação e pânico moral²⁴.

No Brasil, a eleição de Jair Bolsonaro (2018) simbolizou o ápice dessa investida. Durante seu governo, registraram-se retrocessos simbólicos e práticos: órgãos de proteção foram esvaziados, diretrizes de diversidade foram excluídas de planos educacionais e discursos estigmatizantes legitimaram a violência social contra pessoas LGBTQIAPN+. Na Colômbia, no Peru e na Nicarágua também ocorreram retrocessos significativos, com governos conservadores barrando políticas educativas inclusivas e cerceando ativistas feministas e LGBTI²⁵.

²³ MORA, Claudia et al. Apresentação – CLAM 20 anos: memória da formação de um campo de estudos. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 40, p. 1-17, 2024.

²⁴ GALAZ, Caterine; STANG, María F.; LARA, Antonia. Políticas migratórias e de diversidade sexual no Chile: tensionando a retórica do consenso pós-ditatorial. *Revista de Estudios Sociales*, [s. l.], n. 83, p. 61-80, 2022.

²⁵ GALAZ, Caterine; STANG, María F.; LARA, Antonia. Políticas migratórias e de diversidade sexual no Chile: tensionando a retórica do consenso pós-ditatorial. *Revista de Estudios Sociales*, [s. l.], n. 83, p. 61-80, 2022.

Esse recrudescimento conservador tem contornos xenófobos e autoritários. As mesmas forças políticas que investem contra direitos LGBTQIAPN+ são aquelas que demonizam migrantes e minorias étnicas, evocando um ideal de nação homogênea, patriarcal e “pura”. No Chile, por exemplo, a chegada de imigrantes haitianos e venezuelanos desde 2015 foi explorada pela direita para incitar temores de “criminalidade” e “ameaça cultural”, enquanto travestis migrantes afrodescendentes tornaram-se duplamente visadas²⁶.

Diante desse cenário adverso, a resistência persiste em múltiplas frentes. Coletivos LGBTQIAPN+ latino-americanos têm demonstrado notável capacidade de resposta e adaptação. Quando espaços institucionais se fecham, recorrem à ação direta, à arte ativista e às redes internacionais de apoio. Durante o governo Bolsonaro, por exemplo, grupos trans e travestis no Brasil intensificaram parcerias com Organizações Não Governamentais (ONGs) globais e mobilizações online para denunciar a política antigênero²⁷.

Na América Central, a Red Regional de Protección a Personas LGBTQIAPN+ Migrantes, lançada em 2019, exige ações coordenadas dos governos para proteger migrantes LGBTQIAPN+, construindo uma frente de advocacy que abrange do México ao Panamá. Movimentos de mulheres indígenas e negras têm incorporado com mais força a pauta das dissidências sexuais, entendendo que a luta contra o patriarcado colonial precisa abraçar todas as alteridades²⁸.

Projetos como a História Transviada, iniciado no Rio de Janeiro em 2019, buscam documentar e difundir as trajetórias de dissidentes sexuais ao longo do século XX, muitas vezes atravessadas por deslocamentos geográficos e

²⁶ GALAZ, Caterine; STANG, María F.; LARA, Antonia. Políticas migratórias e de diversidade sexual no Chile: tensionando a retórica do consenso pós-ditatorial. *Revista de Estudios Sociales*, [s. l.], n. 83, p. 61-80, 2022.

²⁷ MORA, Claudia et al. Apresentação – CLAM 20 anos: memória da formação de um campo de estudos. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 40, p. 1-17, 2024.

²⁸ GALAZ, Caterine; STANG, María F.; LARA, Antonia. Políticas migratórias e de diversidade sexual no Chile: tensionando a retórica do consenso pós-ditatorial. *Revista de Estudios Sociales*, [s. l.], n. 83, p. 61-80, 2022.

sociais²⁹. Ao recuperar narrativas de migrantes e exilados queer, essas iniciativas fortalecem identidades coletivas dissidentes e oferecem uma contra-história às narrativas oficiais. Exposições como a promovida pelo Museu da Diversidade Sexual de São Paulo, em 2024, sobre *Migrações e Refúgio LGBT* exemplificam a institucionalização dessa memória.

A dissidência de gênero e sexualidade na América Latina, quando lida em movimento atravessando fronteiras, normas e violências, revela não apenas as múltiplas opressões enfrentadas, mas também os repertórios de solidariedade e criação que configuram um internacionalismo queer/cuir latino-americano. A memória migrante queer constitui, portanto, não apenas um campo de estudo, mas um horizonte político de resistência coletiva.

Trincheiras em movimento: a autoproteção de migrantes LGBTT na América Latina

Ainda que os discursos oficiais sobre direitos humanos na América Latina tenham incorporado, nos últimos anos, a gramática da diversidade e da inclusão, a vivência cotidiana de migrantes LGBTQIAPN+ revela uma realidade marcada por hostilidades reiteradas e silêncios estratégicos. Esse descompasso entre enunciado institucional e prática social leva essas populações a operarem em regimes permanentes de autoproteção verdadeiras trincheiras subjetivas e coletivas nas quais estratégias de sobrevivência são continuamente (re)inventadas.

A metáfora das trincheiras não é fortuita: ela evoca o campo de batalha, o desgaste prolongado e a necessidade de resistência em meio ao cerco. Para o(a) migrante LGBTQIAPN+ na América Latina, a travessia raramente termina ao cruzar uma fronteira geográfica; ela continua nos territórios simbólicos do trabalho, da moradia, da saúde, da escola e,

²⁹ HISTÓRIA TRANSVIADA. Projeto de pesquisa e extensão da UFRJ. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.historiatransviada.com.br>. Acesso em: 10 maio 2025.

sobretudo, da linguagem. Em sociedades atravessadas por legados coloniais de racialização, cisheteronormatividade e nacionalismo excludente, o corpo migrante dissidente permanece posicionado como corpo estranho, ou seja, como aquilo que deve ser domesticado, silenciado ou eliminado³⁰.

A mobilidade, nesse contexto, converte-se em mecanismo ambíguo: ao mesmo tempo que representa uma busca por fuga, proteção e reinvenção de si, ela também expõe esses sujeitos a novas formas de precarização e violência³¹. A figura da mulher trans migrante, por exemplo, sintetiza esse paradoxo com intensidade brutal. Expulsa de sua cidade natal por ameaças de morte ou violência familiar, ela se vê obrigada a circular entre abrigos precários, fronteiras burocráticas e ocupações informais de trabalho frequentemente ligadas à economia do sexo ou ao trabalho doméstico informal. Cada deslocamento, cada novo contato com o Estado ou com o mercado, se dá sob o risco da patologização, da deportação ou do assassinato³².

Nessas condições, a autoproteção não se organiza como política de Estado — ao contrário, ela emerge da ausência sistemática de proteção pública e da recusa reiterada do reconhecimento pleno. As trincheiras são formadas por alianças marginais, casas coletivas, redes informais de apoio entre pares, linguagens cifradas e performances de invisibilidade. Migrantes LGBTI ocultam seus documentos para evitar discriminação, modulam sua fala em contextos hostis, criam comunidades improvisadas em pensões, abrigos ou bairros periféricos em que a solidariedade entre iguais se torna substituta do

³⁰ GALAZ, Caterine; STANG, María F.; LARA, Antonia. Políticas migratórias e de diversidade sexual no Chile: tensionando a retórica do consenso pós-ditatorial. *Revista de Estudios Sociales*, [s. l.], n. 83, p. 61-80, 2022; LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 949-967, 2010.

³¹ MIXED MIGRATION CENTRE (MMC). *En la mira: experiencias de las personas LGBTIQ+ en tránsito a través de las Américas*. Genebra: MMC/ACNUR, 2024.

³² BENTO, Berenice. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2017.

direito negado. São práticas de cuidado radical e clandestino, costuradas entre o afeto e o medo³³.

Ao contrário do que sugerem discursos cosmopolitas sobre “cidadanias sexuais” ou “integração multicultural”, a vida de migrantes LGBTQIAPN+ latino-americanos é uma constante negociação entre visibilidade e segurança. A trincheira, nesse caso, não é uma escolha, mas uma condição imposta por estruturas que ainda tratam a dissidência como anomalia e a migração como ameaça. Mesmo em países com legislações progressistas como a Argentina ou o Uruguai, a violência simbólica e material persiste: denúncias de discriminação institucional, racismo nas filas de regularização e transfobia nos serviços públicos revelam que as leis nem sempre se traduzem em práticas³⁴.

É preciso reconhecer que o que está em jogo não é apenas a exclusão, mas a fabricação ativa da exclusão como método de governo. Governar por exclusão significa controlar a mobilidade de corpos dissidentes, ao mesmo tempo que se legitima uma imagem nacional homogênea, branca, cisgênero e heteronormativa. Para escapar desse cerco, os sujeitos migrantes LGBTQIAPN+ inventam cartografias alternativas, reinventam laços familiares e produzem estéticas próprias de existência onde o cuidado mútuo é insubmissso, e a sobrevivência é uma forma de rebeldia.

Portanto, quando afirmamos que o migrante LGBTQIAPN+ segue em trincheiras de autoproteção, não estamos apenas nomeando um estado de vulnerabilidade, mas uma estética política. Uma forma de estar no mundo que desafia a normatividade ao mesmo tempo que preserva a vida em suas múltiplas formas. Reconhecer essas trincheiras como espaços de criação e resistência é parte fundamental da luta por justiça social e por uma

³³ HISTÓRIA TRANSVIADA. Projeto de pesquisa e extensão da UFRJ. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.historiatransviada.com.br>. Acesso em: 10 maio 2025.

³⁴ MORA, Claudia et al. Apresentação – CLAM 20 anos: memória da formação de um campo de estudos. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 40, p. 1-17, 2024.

pedagogia do acolhimento que, de fato, desloque os centros da norma e escute o que vem das margens não como ruído, mas como enunciação legítima de mundos possíveis.

A autoproteção de migrantes LGBT: estratégias subjetivas nas fronteiras da violência e da invisibilidade

A vivência de migrantes LGBTQIAPN+ no Brasil e em outros contextos da América Latina exige ser compreendida a partir de um regime de produção de subjetividades tensionado por múltiplas violências: a do deslocamento forçado, a da normatividade cisheteropatriarcal e a do Estado-nação como dispositivo de controle da mobilidade e da identidade. Nesse entrecruzamento, o conceito de autoproteção emerge não como um simples mecanismo de defesa individual, mas como prática política e microrresistência diante de instituições que historicamente têm negado reconhecimento, proteção e pertencimento a corpos dissidentes. A autoproteção, nesse sentido, não pode ser reduzida à adaptação funcional a contextos hostis, mas deve ser lida como potência de invenção de si e de reconfiguração das relações com o espaço, com a linguagem e com a memória.

Para migrantes LGBTQIAPN+, as experiências de violência não se encerram nas motivações que levaram ao deslocamento muitas vezes relacionadas à perseguição por orientação sexual ou identidade de gênero, mas se desdobram nos territórios de chegada, onde o discurso multiculturalista esconde uma prática institucional marcada por racismo, homofobia e transfobia estrutural. A ausência de políticas públicas específicas para esse grupo, a indiferença de sistemas de saúde e educação e o silenciamento de suas narrativas em instâncias oficiais de acolhimento impõem aos sujeitos o fardo de construir formas autônomas de sobrevivência. Tais formas incluem desde o uso estratégico do anonimato e da mutação performática de gênero em espaços públicos até a criação de redes informais de apoio,

frequentemente subterrâneas, entre pares que compartilham experiências de exclusão.

Nessa perspectiva, a autoproteção adquire um caráter ambivalente. Por um lado, ela evidencia a capacidade de agenciamento dos sujeitos, que reconfiguram sua existência nos interstícios do sistema que os oprime. Por outro, denuncia a falência do Estado e de suas instituições na garantia dos direitos mais básicos à população migrante LGBTQIAPN+. A invisibilidade institucionalizada que se manifesta na ausência de dados desagregados, na recusa em reconhecer demandas específicas e na precariedade de políticas interseccionais força esses sujeitos a habitarem as bordas do espaço público, mobilizando estratégias de camuflagem, silêncio ou hiperexposição controlada como modos de garantir sua integridade física e psíquica.

O que está em jogo, portanto, não é apenas a sobrevivência biológica, mas a defesa de uma existência dissidente em territórios marcados pela colonialidade do poder, do saber e do ser. A autoproteção torna-se um exercício cotidiano de curadoria de si, no qual os sujeitos estabelecem limites, negociam pertencimentos, testam linguagens e forjam afetos que não encontram respaldo nos dispositivos formais de acolhida. Essa experiência, por vezes, implica a recusa ativa do que se espera de uma trajetória migratória bem-sucedida recusa do apagamento da sexualidade, da normatização da identidade de gênero ou da inserção em projetos assimilacionistas de cidadania. O que se vê são sujeitos que, na interseção entre vulnerabilidade e resistência, constroem pedagogias do cuidado, do afeto e da denúncia, reconfigurando os próprios marcos do que se entende por proteção e cidadania.

Problematizar a autoproteção de migrantes LGBTQIAPN+ exige, assim, romper com a lógica salvacionista e vitimizante que ainda permeia muitas abordagens acadêmicas e políticas. Trata-se de reconhecer que esses sujeitos elaboram epistemologias próprias, que desafiam tanto os regimes disciplinares da migração quanto os cânones da sexualidade normativa. Seus modos de

narrar a si, de ocupar o espaço urbano, de performar gênero e de (des)fazer família apontam para um horizonte de radicalidade política que exige ser escutado. A escola, os centros de acolhida, os serviços públicos e as políticas de assistência não podem continuar a operar sob a ilusão da neutralidade: ou assumem uma postura antidiscriminatória e interseccional, ou continuarão a reproduzir a lógica de apagamento que leva esses sujeitos à autoproteção como último recurso de existência.

Nesse cenário, é urgente a constituição de políticas públicas interseccionais que articulem raça, gênero, sexualidade e migração como eixos indissociáveis de análise e intervenção. É necessário também que os saberes produzidos por coletivos migrantes LGBTQIAPN+ sejam legitimados como conhecimento político e epistêmico, capazes de orientar práticas institucionais que não apenas acolham, mas transformem. Enquanto isso não for garantido, a autoproteção seguirá sendo a pedagogia possível dos corpos dissidentes em movimento: uma pedagogia do limiar, do segredo e da invenção silenciosa de mundos. Não se trata de celebrar a resistência solitária, mas de expor o fracasso da proteção pública e de convocar, com urgência, a reconstrução ética das práticas de cuidado, escuta e reparação histórica.

Conclusão

Ao inserir criticamente a figura do(a) migrante na história das dissidências de gênero e sexualidade na América Latina, evidenciamos como a mobilidade voluntária ou forçada esteve no cerne tanto da opressão quanto da resistência vivenciadas por pessoas LGBTQIAPN+ na região. Desde a era colonial, quando sujeitos “sodomíticos” ou transgressorxs de gênero eram punidos com desterro e silenciamento, passando pelos fluxos migratórios internos que alimentaram subculturas queer urbanas, até os exílios e diásporas

contemporâneos motivados por violência LGBTIfóbica, o ato de deslocar-se condicionou profundamente as possibilidades de existir fora da norma³⁵.

A experiência migratória mostrou-se um amplificador de vulnerabilidades expondo indivíduos dissidentes a novas camadas de exclusão e risco, mas também um catalisador de consciência política e criação comunitária, permitindo encontros, trocas e reinvenções identitárias para além das fronteiras estreitas das sociedades de origem. A interseccionalidade entre migração, sexualidade e gênero revela as engrenagens de sistemas de dominação múltiplos, mas também ilumina o potencial de articulação de um internacionalismo *cuir* latino-americano que tensiona tanto o nacionalismo excludente quanto os paradigmas eurocêntricos³⁶.

A colonialidade do poder legou à América Latina uma matriz hierárquica que subalterniza simultaneamente o corpo “estrangeiro” e o corpo “desviante”. Reconhecer essa interseção nos permite compreender por que forças autoritárias de hoje se empenham tanto em erguer muros físicos e simbólicos contra migrantes e contra pessoas LGBTQI+: trata-se de reafirmar limites rígidos de pertencimento frente àquilo que escapa e transgride³⁷.

Ao mesmo tempo, olhar para a história através da lente migratória evidencia a potência das alianças forjadas em trânsito. As redes de apoio entre travestis migrantes, os circuitos culturais alimentados por exilados queer e a circulação de estratégias de luta de um país a outro, tudo isso compõe

³⁵ LOZANO, Ezequiel. *Sexualidades disidentes en el teatro: Buenos Aires, años 60*. Buenos Aires: Biblos, 2015; LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 949-967, 2010.

³⁶ COLLING, Leandro. *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Salvador: EDUFBA, 2015; GROSFOGUEL, Ramón. Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 496-530.

³⁷ GALAZ, Caterine; STANG, María F.; LARA, Antonia. Políticas migratórias e de diversidade sexual no Chile: tensionando a retórica do consenso pós-ditatorial. *Revista de Estudios Sociales*, [s. l.], n. 83, p. 61-80, 2022.

uma sorte de internacionalismo queer/cuir latino-americano, muitas vezes invisível nas historiografias nacionais, mas que pulsa nas margens³⁸.

Diante das investidas contemporâneas de ordem moralista, fundamentalista e xenófoba, a resposta das dissidências sexuais e de gênero tem sido reafirmar seus laços comunitários e sua memória coletiva — e nisso, incluem-se explicitamente as trajetórias migrantes. Preservar a memória das diásporas queer latino-americanas e registrar as histórias de refugiadas trans, de operários gays migrantes e de famílias lésbicas binacionais significa ampliar o escopo do que entendemos por história latino-americana, incorporando sujeitos antes marginalizados nas narrativas oficiais. Significa também inspirar novas gerações com exemplos de coragem e solidariedade.

As considerações finais aqui apresentadas tensionam, de modo deliberado, não apenas os limites formais da cidadania moderna, mas, de forma ainda mais incisiva, as barreiras epistêmicas que historicamente definem quais corpos podem ser reconhecidos como legítimos e quais permanecem relegados à condição de inexistência política e simbólica. A presente reflexão se constitui, portanto, como um gesto de enfrentamento à lógica da exclusão e à produção sistemática de silêncios que atravessam os sujeitos migrantes LGBTQIAPN+. Mais do que um encerramento, este texto propõe uma abertura: um convite à desnaturalização das fronteiras geográficas, morais e ontológicas que buscam disciplinar as corporalidades dissidentes e circunscrever as existências deslocadas às margens do inteligível.

Resistir a essas narrativas de apagamento requer uma ética da escuta, da memória e da restituição, entendidas aqui não como gestos de compaixão, mas como práticas políticas de reconhecimento e reconstrução do humano. Não basta constatar o sofrimento que atravessa os corpos migrantes e dissidentes; é preciso instaurar uma gramática do cuidado e da

³⁸ MIXED MIGRATION CENTRE (MMC). *En la mira: experiencias de las personas LGBTIQ+ en tránsito a través de las Américas*. Genebra: MMC/ACNUR, 2024; HISTÓRIA TRANSVIADA. Projeto de pesquisa e extensão da UFRJ. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.historiatransviada.com.br>. Acesso em: 10 maio 2025.

hospitalidade que reinscreva a humanização como verbo coletivo, performado na pluralidade das vozes, nos interstícios da linguagem e nas brechas do poder. Essa ética convoca uma *justiça sensível*, capaz de acolher a precariedade, a vulnerabilidade e a potência como dimensões constitutivas da vida em comum. Trata-se de pensar o cuidado não como benevolência, mas como prática de restituição ontológica e de insurgência contra o esquecimento.

Ao revisitá-lo criticamente os marcos históricos que atravessam as noções de sexualidade, migração e cidadania, este artigo reivindica um reposicionamento epistemológico e político: o de olhar, pensar e agir desde as margens. Essa perspectiva implica descentrar a norma e seus dispositivos de poder, reconhecendo as margens não como zonas de exclusão, mas como espaços de invenção, resistência e enunciação. Nas fronteiras da linguagem e do corpo, os sujeitos migrantes LGBTQIAPN+ produzem epistemologias insurgentes, modos de saber e de existir que desafiam as cartografias coloniais do humano. Assim, propõe-se uma pedagogia da escuta e da convivência, na qual o dissenso se torna potência criadora e o diálogo, instrumento de reconfiguração do sensível.

Em última instância, o que se defende aqui é a urgência de um projeto ético-estético de refundação do comum, no qual a diferença não seja assimilada nem tolerada, mas afirmada como força de criação e de transformação social. Reescrever o humano, nessa chave, significa deslocar as fronteiras do possível, instituindo outras formas de pertencimento e de comunidade formas que se constroem não apesar das diferenças, mas precisamente a partir delas, na aposta radical de que toda vida é digna de ser dita, escutada e acolhida.

Referências

BENTO, Berenice. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2017.

COLLING, Leandro. *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Salvador: EDUFBA, 2015.

COLECTIVO UNIVERSITARIO DE DISIDENCIA SEXUAL (CUDS). Coordenadora Universitaria por la Disidencia Sexual. Santiago do Chile, 2002. Disponível em: <https://summit.creativetime.org/miami-2018/colectivo-universitario-de-disidencia-sexual/> Acesso em: 10 maio 2025.

GALAZ, Caterine; STANG, María F.; LARA, Antonia. Políticas migratórias e de diversidade sexual no Chile: tensionando a retórica do consenso pós-ditatorial. *Revista de Estudios Sociales*, [s. l.], n. 83, p. 61-80, 2022.

GROSFOGUEL, Ramón. Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 496-530.

HISTÓRIA TRANSVIADA. Projeto de pesquisa e extensão da UFRJ. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.historiatransviada.com> Acesso em: 10 maio 2025.

LOZANO, Ezequiel. *Sexualidades disidentes en el teatro*: Buenos Aires, años 60. Buenos Aires: Biblos, 2015.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 949-967, 2010.

MIXED MIGRATION CENTRE (MMC). *En la mira: experiencias de las personas LGBTIQ+ en tránsito a través de las Américas*. Genebra: MMC/ACNUR, 2024.

MORA, Claudia et al. Apresentação – CLAM 20 anos: memória da formação de um campo de estudos. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 40, p. 1-17, 2024.

ENTRELAÇANDO ATIVISMOS: MOVIMENTOS HOMOSSEXUAIS NA ARGENTINA, BRASIL E COLÔMBIA (1967-1983)

Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto¹

Resumo: Este artigo investiga a formação dos movimentos homossexuais na Argentina, no Brasil e na Colômbia entre as décadas de 1960 e 1980, a partir do escopo da História Global. Sustento que três eixos interdependentes moldaram trajetórias convergentes e divergentes: a matriz pericial jurídica derivada do higienismo, da modernização e de ideários de nacionalidade, que produziu gramáticas comuns de classificação e controle; as clivagens político-organizativas associadas ao desencanto com a esquerda e às oportunidades políticas nacionais, que reconfiguraram redes, alianças e estratégias; e a centralidade da crítica à família, mediada por alianças e tensões com os feminismos, na constituição de frames públicos, repertórios e coalizões. Por meio de fontes impressas militantes, documentação de movimentos e dispositivos legais e periciais, rastreio circuitos transnacionais de ideias, ativistas e publicações, distinguindo difusão de traduções locais. Mostro que esse processo global se constituiu dependente de instituições, moralidades públicas e temporalidades específicas: daí a coexistência de convergências e divergências. Concluo com uma explicação de alcance médio para variações intrarregionais, evidenciando como o controle médico-legal, as oportunidades políticas e disputas morais em torno da família se combinam para produzir caminhos compartilhados e desiguais.

Palavras-chave: Movimentos homossexuais; América Latina; Liberação homossexual.

INTERWEAVING ACTIVISMS: HOMOSEXUAL MOVEMENTS IN ARGENTINA, BRAZIL, AND COLOMBIA (1967 – 1983)

Abstract: This article investigates the formation of homosexual movements in Argentina, Brazil, and Colombia between the 1960s and 1980s through the lens of Global History. I argue that three interdependent axes shaped both convergent and divergent trajectories: the medico-legal matrix derived from hygienism, modernization, and ideas of nationhood, which produced shared grammars of classification and control; the political-organizational cleavages associated with disenchantment with the left and country-specific political opportunities, which reconfigured networks, alliances, and strategies; and the centrality of the critique of the family, mediated by alliances and tensions with feminist movements, in constituting public frames, repertoires, and coalitions. Drawing on militant print sources, movement documentation, and legal and forensic devices, I trace transnational circuits of ideas, activists, and publications, distinguishing diffusion from local translations. I show that this global process took shape in dependence on specific institutions, public moralities, and temporalities, which explains the coexistence of convergence and divergence. I conclude with a medium-range explanation for intraregional variations, demonstrating how medico-legal control, political opportunities, and moral disputes around the family combine to produce both shared and unequal pathways.

Keywords: Homosexual movements; Latin America; Homosexual liberation.

¹ Docente da Escola de Direito da UNIALFA. Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7064523336036774>. Email: rhanielly0884@gmail.com.

A homossexualidade sob o prisma da História Global

Refletir sobre o processo de emergência dos ativismos homossexuais na América Latina é um desafio recente em nossa historiografia regional. São poucos os trabalhos que tematizam o tema, produzem sínteses ou constroem conexões entre diferentes contextos a partir de um enfoque transnacional. Na base de dados do projeto de história digital e história queer, o website História Transviada, coordenado por Ronald Canabarro², observa-se ainda um interesse incipiente por dissertações e teses que, partindo de historiografias nacionais, se debrucem sobre contextos latino-americanos para além do Brasil.

Alguns trabalhos, como o de Carlos Figari³, o de Felipe Caro Romero e Patrício Simonetto⁴, a coletânea *Arco íris diferentes*, coordenada por Peter Drucker⁵, e *Cultura, política, sexualidade e gênero na América Latina*, organizada por Eliane Freitas, Rhanielly Pinto e Vinícius Zanolí⁶, representam passos importantes da historiografia regional em direção a análises que exploram recortes para além do enfoque estritamente nacional.

Nesse contexto, as chaves analíticas para abordar esse passado compartilhado encontram lugar privilegiado na História Global, abordagem teórico-metodológica e campo historiográfico ainda recentes no Brasil, que privilegiam a interdependência entre conexões, causalidade e comparação

² CANABARRO, Ronald. *Dar a ver uma historiografia pública digital*. 2024. 456 f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Escola de Ciências Sociais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2024.

³ FIGARI, Carlos. *El movimiento LGBT en América Latina: institucionalizaciones oblicuas. Movilizaciones, protestas e identidades políticas en la Argentina del bicentenario*, Buenos Aires: Nueva Trilce p. 225-240, 2010.

⁴ ROMERO, Felipe Cesar Camilo Caro; PATRICIO, Simonetto. *Sexualidades radicales: los movimientos de liberación homosexual en América Latina (1967-1989)*. Izquierdas, [s. l.], n. 46, p. 65-85, 2019.

⁵ DRUCKER, Peter (ed.). *Arco iris diferentes*. Argentina: Siglo XXI, 2004.

⁶ FREITAS, Eliane; PINTO, Rhanielly; ZANOLI, Vinícius. *Cultura, política, sexualidade e gênero na América Latina*. Rio de Janeiro: Autografia, 2022.

de processos históricos constitutivos de relações globais⁷. Operar com essa perspectiva implica deslocar o foco do binômio entre “Grande Convergência” e “Grande Divergência”, frequentemente mobilizado tanto nos debates de História Global quanto nos estudos de gênero⁸. Em outras palavras, trata-se de evitar, de um lado, a suposição de uniformização resultante de sínteses excessivamente abrangentes e, de outro, o particularismo que reifica especificidades sem reconstruir os elos e traduções que as produzem.

Apoiado nos debates de Santos, Santos e da Silva⁹ e Pinto¹⁰, utilizei, neste artigo, a História Global como chave de entrada para pensar processos de convergência, divergência e compartilhamento no interior dos movimentos homossexuais na Argentina, no Brasil e na Colômbia, situando-os em um processo mais amplo: a reconfiguração global, ao longo do século XX, da noção de homossexualidade masculina forjada por esses ativismos.

Ao oferecer um panorama desses três contextos, o artigo tensiona o olhar para eixos que considero fundamentais às condições de formação dos movimentos homossexuais na América Latina. Assim, ao longo do texto, interrogo não apenas questões primordiais em cada cenário nacional, mas

⁷ CONRAD, Sebastian. *Historia global. Una nueva visión para el mundo actual*. Barcelona: Crítica-Planeta, 2017; SANTOS et al. Conservadorismo nas ditaduras: abordagens com história global para Brasil e Portugal (1964-1975). *História Social*, v. 19, n. 27/28, p. 580-614, 2024.; PINTO, Rhanielly. Retomando as utopias: quando a História Global encontra o queermarxismo. In: PINTO, Rhanielly; ALVES, Jorge (org.). *Anômalos: diálogos interseccionais*. Rio de Janeiro: Autografia, 2024. p. 219-234.

⁸ WIESNER-HANKS, Merry E. Crossing borders in transnational gender history. *Journal of Global History*, [s. l.], v. 6, n. 3, p. 357-379, 2011.

⁹ SANTOS, Allana Letticia; SANTOS, Henrique Cintra; DA SILVA, Janine Gomes. Conservadorismo nas ditaduras: abordagens com história global para Brasil e Portugal (1964-1975). *História Social*, [s. l.], v. 19, n. 27/28, p. 580-614, 2024.

¹⁰ PINTO, Rhanielly. Retomando as utopias: quando a História Global encontra o queermarxismo. In: PINTO, Rhanielly; ALVES, Jorge (org.). *Anômalos: diálogos interseccionais*. Rio de Janeiro: Autografia, 2024. p. 219-234; PINTO, Rhanielly Pereira do Nascimento. *Ativismos ao sul: entrelaçando movimentos homossexuais na Argentina (1967-1976), Brasil (1978-1982) e Colômbia (1978-1982)*. 2025. 282 f. Tese (Doutorado em História Global). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025.

também dimensões estruturais do movimento em um prisma relacional que dialoga com escalas conectadas.

O primeiro eixo consiste em situar a formação desses movimentos como fruto de um processo mais amplo, marcado por transformações sociais, urbanização e ascensão de autoritarismos no século XX. Destaco como, até a década de 1970, as noções de “inversão sexual” e de homossexualidade como patologia regularam e produziram formas de controle social, especialmente por meio do higienismo e de medidas repressivas ancoradas em legislações anti-homossexuais.

O segundo eixo examina as condições de emergência desses movimentos, demarcando as especificidades de cada contexto no que tange às formas de organização, às críticas formuladas e às alianças constituídas. Não pretendo esgotar o debate sobre tais contextos; busco, antes, levantar pontos que nos permitem pensá-los de modo integrado, evidenciando tanto as aproximações quanto as diferenças que os atravessam.

Construindo a homossexualidade na América Latina

A segunda metade do século XX foi marcada por inúmeras transformações. Na América Latina, essas mudanças se alicerçaram em um jogo de poderes conflitantes, resultado de um processo histórico mais amplo, estruturado no contexto da Guerra Fria (1947–1991), da modernização dos centros urbanos e da expansão do capitalismo global. A aproximação histórica dos Estados Unidos, por meio de sua política externa pautada na Doutrina de Segurança Nacional, abriu espaço para uma atuação continental de caráter anticomunista e intervencionista, afetando diretamente a soberania de diversos países.

Um exemplo desse processo pode ser observado nas ditaduras do Cone Sul. Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai passaram por regimes ditatoriais instaurados por golpes militares, amplamente discutidos pela

historiografia latino-americana¹¹. Além disso, outra faceta da influência estadunidense manifesta-se na crescente dependência econômica, fomentada por acordos bilaterais em diversos setores das economias nacionais de países como México e Colômbia. Durante esse período, esses países estiveram alicerçados em um modelo que ampliava a presença de capital estrangeiro, baseado em uma política econômica voltada à exportação de insumos e produtos primários¹².

Nesse mesmo contexto histórico, a urbanização e a concentração populacional nas grandes cidades abriram espaço para a ascensão, ainda que irregular, de espaços de sociabilidade e para uma experiência distinta de experimentação das sexualidades, bem como para uma maior flexibilização dos padrões normativos de gênero. Especificamente no que se refere ao debate em torno da homossexualidade, pode-se afirmar que, assim como ocorreu na América do Norte e na Europa, a partir das décadas de 1950 e 1960, houve um processo de “substituição” de identidades sexuais pré-existentes nessas sociedades para a ascensão de um novo modelo de compreensão, o dos invertidos, sendo mais tarde novamente substituídos por uma nova forma de significação do sujeito homossexual¹³ e da homossexualidade¹⁴. Para compreendermos esse processo, é necessário, no entanto, definir o que se entende por “invertido”, bem como caracterizar essa substituição. No final do século XIX e início do século XX, houve um amplo movimento de busca por científicidade em relação ao sexo na América Latina, e a inversão sexual tornou-se tema recorrente entre médicos

¹¹ RAMÍREZ, Hernán; FRANCO, Marina. *Ditaduras no Cone Sul da América Latina*. São Paulo: Editora José Olympio, 2021.

¹² SIMITH, Peter. México 1946-1990. In: BETHEL, Leslie. *A América Latina após 1930*, México, América Central, Caribe e Repúblicas Andinas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. p.111-194.

¹³ Ao longo de todo o artigo eu adoto a expressão “sujeito homossexual” para discutir, sobretudo as formas de significação pejorativa das homossexualidades masculinas.

¹⁴ DRUCKER, Peter. *Warped: gay normality and queer anti-capitalism*. Leiden: Brill, 2015.

de orientação higienista. Na Argentina, Jorge Salessi¹⁵ demonstrou que uma cartografia da sexualidade foi desenvolvida por médicos que buscavam caracterizar a homossexualidade a partir da perspectiva da inversão sexual — segundo a qual os sujeitos nasceriam com um desejo sexual invertido em relação à expectativa naturalizante.

Na Colômbia, esse mesmo discurso foi aplicado à medida que se intensificavam os clamores pela construção de uma identidade nacional. Com uma economia cada vez mais dependente e com centros urbanos como Bogotá, Medellín e Cali em crise, nas décadas de 1920 e 1930, a homossexualidade, entendida como inversão, passou a ser utilizada como bode expiatório, sendo considerada um dos males que ameaçavam a formação dessa identidade nacional¹⁶.

No Brasil, esse processo também se manifestou por meio da recorrente construção da homossexualidade como um desejo compreendido como antinatural, sendo a metáfora da inversão sexual uma explicação frequentemente mobilizada¹⁷. É sob o discurso médico-legal e o legado cultural judaico-cristão que, além de reconhecidas como uma perversão social, a inversão sexual e a homossexualidade passam a receber menções indiretas em legislações que podem ser compreendidas como anti-homossexuais.

Embora tenha especificidades, “ao chegar nesses países como uma categoria médica, a homossexualidade inseria-se num modelo de contraposição entre saudáveis e doentes”¹⁸. As práticas sexuais e as identidades de gênero dissidentes ao sistema sexo-gênero vigente passam,

¹⁵ SALESSI, Jorge. *Médicos, maleantes y maricas*. Rosario: Beatriz Viterbo, 1995.

¹⁶ MONToya, Guillermo Correa. *La invención clínica del homosexual en Colombia, 1890-1980*. *Revista de Psicología*, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 121-146, 2016.

¹⁷ TREVISAN, João Silveira. *Devassos no Paraíso. A homossexualidade no Brasil, da colônia a atualidade*. São Paulo: Objetiva, 2018.

¹⁸ PINTO, Rhanielly Pereira do Nascimento. *Ativismos ao sul: entrelaçando movimentos homossexuais na Argentina (1967-1976), Brasil (1978-1982) e Colômbia (1978-1982)*. 2025. 282 f. Tese (Doutorado em História Global). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025. p. 38.

então, a ser incorporadas dentro de um sistema de juízo — como bem nos lembra Gayle Rubin¹⁹ —, tornando as práticas sexuais, a homossexualidade e outras expressões como sexo-negativas. Isto é, na Argentina, no Brasil e na Colômbia, assim como em grande parte da Europa e também nos Estados Unidos, a homossexualidade como contraposição à heterossexualidade passa a ser observada como não só antinatural — a partir das múltiplas teorias, entre elas a inversão sexual —, mas também como um mal social que deveria ser, de algum modo, controlado e expurgado das jovens repúblicas da América Latina.

De modo recorrente, observamos a inversão sexual como uma forma de representação social da homossexualidade durante o século XIX. Entretanto, é preciso deixar evidente que essas duas noções estão interconectadas, mas não são sinônimos²⁰. Peter Drucker²¹, ao analisar o processo de formação da homossexualidade e a emergência da homonormatividade, destaca que é possível percebermos

Mesmo depois que os homossexuais surgiram como uma categoria distinta de pessoas, eles eram frequentemente percebidos de uma maneira que os definia como “invertidos” de gênero e de sexualidade, tão semelhantes às pessoas transgênero atuais quanto às lésbicas e aos gays atuais. O regime de relações entre pessoas do mesmo sexo desse período pode, assim, ser caracterizado como de “invertido-dominante”²²

¹⁹ RUBIN, Gayle. *Políticas do sexo*. São Paulo:Ubu Editora LTDA-ME, 2018.

²⁰ Tomar a ideia de que a inversão sexual e a homossexualidade seriam sinônimas nega o caráter cisheteronormativo construído pelo olhar historiográfico ao analisar o passado. Isto não significa que os limites entre a percepção sobre desejo sexual e identidade de gênero possam ser observadas como em nosso atual contexto, mas invisibiliza, por exemplo, observar a existência de pessoas trans no passado (TEDESCO, Caio. *História e transmasculinidades: desafios e possibilidades para uma operação historiográfica que transgrida a cismutatividade*. In: PINTO, Rhanielly; ALVES, Jorge (org.). *Anômalos: diálogos interseccionais*. Rio de Janeiro: Autografia, 2024. p. 99-127).

²¹ DRUCKER, Peter. *Warped: gay normality and queer anti-capitalism*. Leiden: Brill, 2015.

²² “Even once homosexuals emerged as a distinct category of people, they were often perceived in a way that defined them as gender and sexual ‘inverts’, as much like present-day transgendered people as like present-day lesbians and gays. The same-sex regime of this period can thus be characterised as ‘invert-dominant’” (DRUCKER, Peter. *Warped: gay normality and queer anti-capitalism*. Leiden: Brill, 2015. p. 99. Tradução nossa).

Isso significa entender que o termo "invertido-dominante" se referia à homossexualidade de um modo que hoje separamos em dois conceitos: identidade de gênero e desejo sexual.²³ Desse modo, o estado de vigia e de repressão pautado no higienismo social experimentado na América Latina no final do século XIX e em boa parte do século XX pauta proibições que dizem respeito às questões do desejo sexual e da identidade de gênero, tendo como uma chave explicativa ora a noção da inversão sexual, ora a noção de homossexualidade como práticas sexuais que dão origem a um sujeito específico, como podemos observar na Tabela 1, a seguir:

País	Respaldo Institucional	Encarregado	Data
Argentina	Edictos Policiales "2H"	Polícia Federal Argentina	1932
Colômbia	Artículo 419	Código Penal	1890
Colômbia	Código de 1837	Constituição	1837
Colômbia	Acceso Carnal	Código Penal	1936
Colômbia	Falta Disciplinária	Estatuto Docente	1979
Brasil	Artigos 266, 282, 379, 399	Código Penal	1890
Brasil	Lei de Imprensa	Constituição	1946; 1970
Brasil	Artigo 258	Código Penal [Proposta]	1940

Tabela 1: Legislações "anti-homossexuais".

Fonte: Pinto (2025, p. 51).

Esse conjunto de legislações regula, a partir de diferentes abordagens, o regime de visibilidade da homossexualidade nos espaços públicos. Ou seja, demonstram como, historicamente, parte dessas normativas, regulamentações, códigos e leis expressou negociações sobre o que pode ou não estar visível no espaço social e como essa visibilidade é passível de negociação²⁴.

Tal construção histórica se distancia, em certa medida, do processo mais evidente ocorrido no Norte Global. Lara Belmonte²⁵ e Renan Quinalha²⁶

²³ BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

²⁴ FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes 2014.

²⁵ BELMONTE, Laura A. *LGBT+ na luta: avanços e retrocessos*. Trad. de Alcebiades Diniz Miguel. São Paulo: Editora Contexto, 2024.

demonstraram, em seus trabalhos, que nessa região houve um processo direto de criminalização da homossexualidade. Já em nosso contexto, a punição se deu principalmente pelos comportamentos públicos e pelos atos praticados, e não pela simples existência do sujeito homossexual.

Na Argentina, os *Edictos Policiales* proibiam: “a) reuniões privadas de homossexuais; b) estar na via pública acompanhado de menor”²⁷. Essa regulamentação integrava uma ação policial que buscava, simultaneamente, regular os espaços público e privado. A aplicação do chamado “2º H” estava diretamente relacionada à associação da homossexualidade a uma condição marginal. Essa marginalidade era instrumentalizada pela lógica higienista, com sua guerra de “limpeza social” contra a delinquência, a prostituição e as sexualidades dissidentes.

A construção da inviabilidade da presença de homossexuais no espaço público ganha uma dimensão adicional quando consideramos o caso brasileiro e o Código Penal de 1890, que proibia os sujeitos de “disfarçar o sexo, tomando trajes impróprios de seu, e trazê-los publicamente para enganar”²⁸.

Peter Drucker²⁹ demonstrou que parte dos avanços propiciados não apenas pelos feminismos, mas também pelos movimentos de dissidência sexual e de gênero, consistiu na ampliação e flexibilização dos padrões performativos de sexualidade e de gênero ao longo do século XX. O que se observa, contudo, na transição do século XIX para as primeiras décadas do século XX, é justamente a configuração exata e monolítica da construção da não presença — a ausência de signos, símbolos, comportamentos e sujeitos que escapavam ao sistema sexo-gênero vigente³⁰.

²⁶ QUINALHA, Renan. *Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

²⁷ SOMOS. *Frente de Liberação Homossexual Argentina*, Buenos Aires, n. 1, 1973. p. 12.

²⁸ BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1890.

²⁹ DRUCKER, Peter. *Warped: gay normality and queer anti-capitalism*. Leiden: Brill, 2015.

³⁰ RUBIN, Gayle. *Políticas do sexo*. São Paulo:Ubu Editora LTDA-ME, 2018.

É nesse ponto que se consolida a caracterização da cisheteronormatividade³¹ como um construto da modernidade e da ocidentalização da América Latina³². As sexualidades e identidades de gênero dissidentes são interpretadas como inadequadas e vistas como um entrave ao progresso inevitável das novas nações. Consequentemente, “disfarçar o sexo” é concebido menos como uma expressão de identidade — conceito que ainda não se aplicava plenamente ao contexto da época — e mais como uma estratégia delinquente de perversão moral e criminal, atribuída exclusivamente ao sujeito homossexual. Isso se deve, em grande parte, à sustentação de padrões de gênero bem definidos.

É com base nessa lógica de depravação moral que os artigos 266, 282, 379 e 389 foram incorporados ao Código Penal de 1890 no caso brasileiro. A presença da homossexualidade na esfera pública era, então, entendida como uma ofensa à moral e aos bons costumes. Esses discursos foram posteriormente reatualizados nas Leis de Imprensa de 1946 e 1970, e seguem, até os dias atuais, com forte apelo em discursos políticos que evocam os clamores de um passado idealizado³³.

Na Colômbia, embora inserido em uma lógica semelhante, o processo de regulação adquiriu maior complexidade, ao não apenas tratar dos códigos de conduta desviante, mas também associá-los a uma suposta perversão social mediada pelo ideal da pederastia. Nesse ideal, o homossexual é compreendido como um predador sexual que inicia e promove a sexualização infantil. O Código Penal de 1890 previa, no artigo 419: “a pessoa que abusar de outra do mesmo sexo, e esta pessoa consentir

³¹ A ordem cisheteronormativa constrói um aspecto de normalidade e naturalização das práticas e modos de vida de pessoas cis e heterossexuais como aspecto referencial. No campo da história e da historiografia, Caio Tedesco (2024, p. 106) examina que é “a partir desta estruturação hierárquica das relações de gênero que a cisgeneridadde se torna a única performance de gênero considerada humana”.

³² TEDESCO, Caio. História e transmasculinidades: desafios e possibilidades para uma operação historiográfica que transgrida a cismodidade. In: PINTO, Rhanielly; ALVES, Jorge (org.). *Anômalos: diálogos interseccionais*. Rio de Janeiro: Autografia, 2024. p. 99-127.

³³ HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras, 2013.

estiver na puberdade, sofrerá a seis anos de prisão”³⁴. Havia uma preocupação explícita com o desvio moral da juventude colombiana, sendo o sujeito homossexual representado como aquele que corrompia o futuro da nação — um risco que, portanto, não poderia ser tolerado.

Ainda na Colômbia, Bustamante Tejada³⁵ argumenta que essa medida representou uma forma de regulação que inaugurou a perspectiva de uma homofobia institucional. Tal tese é corroborada por outras legislações, como o dispositivo referente ao “Acesso Carnal” de 1936 e a “Falta Disciplinar” de 1979. No primeiro caso, aqueles que praticassem “acesso carnal homossexual, seja qual for a idade”, seriam submetidos a uma pena de detenção de seis meses a dois anos. No segundo, qualquer indivíduo identificado como homossexual poderia ser punido “simplesmente pelo fato de ser homossexual e ter um emprego em relação com menores de idade”³⁶.

Em ambos os casos, é interessante observar que a política de regulação sexual esteve também associada à compreensão de que o desejo homossexual, em alguma medida, era constituído pela ideia de corrupção de menores. A partir desse eixo, é possível elaborar algumas interpretações. A primeira está relacionada à formação das identidades nacionais: tanto na Argentina quanto no Brasil e na Colômbia, a virada do século XIX para o XX foi marcada por um ideal de modernização.

Nesse contexto, o higienismo e a legislação regulatória passaram a se articular como parte de uma política preventiva voltada à contenção da

³⁴ COLÔMBIA. Código Penal (1979): Decreto n. 100 de 23 de janeiro de 1980, pelo qual se expede o novo Código Penal. *Diário Oficial*, Bogotá, 23 jan. 1980.

³⁵ BUSTAMANTE TEJADA, Walter Alonso. *El delito de acceso carnal homosexual en Colombia Entre la homofobia de la medicina psiquiátrica y el orden patriarcal legal*. Co-herencia, [s. l.], v. 5, n. 9, p. 113-141, 2008.

³⁶ BUSTAMANTE TEJADA, Walter Alonso. *El delito de acceso carnal homosexual en Colombia Entre la homofobia de la medicina psiquiátrica y el orden patriarcal legal*. Co-herencia, [s. l.], v. 5, n. 9, p. 113-141, 2008. p. 521.

degeneração social. Sabine Fruhstuck³⁷ identificou um processo semelhante ao analisar essa mesma transição secular em países como Alemanha, Estados Unidos, Japão e China. Salvo as peculiaridades de cada contexto, é possível, portanto, inferir uma espécie de correspondência histórica entre essas experiências.

Esse panorama histórico do início do último século chama a atenção para a percepção de que a dimensão das sexualidades desviantes da norma, como a homossexualidade, é historicamente “permeada por conflitos de interesse e manobras políticas, tanto deliberadas quanto incidentais. Nesse sentido, o sexo é sempre político”³⁸.

Desse modo, a tentativa de regulação da sexualidade não é apenas política, mas também histórica. Se a inversão sexual, enquanto categoria médica, foi utilizada para cartografar e homogeneizar as experiências sexodissidentes em torno da noção de “homossexualismo”, observa-se, a partir da segunda metade do século XX, uma tentativa de ressignificação e esvaziamento dessa própria noção. Tal mudança não pode ser dissociada do papel político desempenhado pelos movimentos homossexuais nesses países.

Embora o cenário regulatório e persecutório ainda esteja presente nos dias atuais — ainda que sob novas roupagens e associado a outros fatores —, é possível afirmar que as décadas de 1960 a 1980 constituem parte fundamental de um levante político. Trata-se de uma operação coletiva que buscou assumir o debate sobre a homossexualidade e realocá-lo tanto em espaços institucionais quanto sociais e subjetivos. Vejamos, então, quais foram as condições de emergência e as políticas de liberação pleiteadas por esses movimentos.

³⁷ FRUHSTUCK, Sabine. Sexuality and Nation-State. In: BUFFINGTON, Robert; LUIBHÉID, Eithne; GUY, Donna. *A global history of sexuality the modern era*. Sussex: Wiley, 2014. p. 15-56.

³⁸ RUBIN, Gayle. *Políticas do sexo*. São Paulo:Ubu Editora LTDA-ME, 2018. p. 64.

Homossexuais unidos?

O sexo necessita da vida para criar formas que estejam à altura de sua natureza anárquica e insaciável. O sexo resiste a qualquer tentativa de organizar seu excesso. O sexo desorganiza. O que seria capaz de contê-lo?³⁹

Inicio esta seção do texto abordando a radicalidade do sexo e da sexualidade a partir do trabalho em psicanálise de Jamieson Webster⁴⁰. A radicalidade e a potencialidade dessas dimensões humanas não estão dissociadas dos discursos históricos nem dos movimentos de sua apropriação como elementos políticos constitutivos da vida social. As tentativas de controle, conforme sintetizado na seção anterior, revelam parte dessa tensão regulatória.

Nesse sentido, tanto Foucault⁴¹ quanto Rubin⁴² nos lembram do caráter histórico da sexualidade. Isso significa que, em alguma medida, “o domínio da vida erótica é com efeito renegociado”⁴³. Ao mencionar, no panorama geral, um processo histórico estruturado a partir da ideia de inversão sexual, busquei demonstrar como o desenvolvimento dessa categoria médica foi incorporado à vida social não apenas por meio das políticas higienistas, mas também em sua faceta institucionalizada — isto é, na legislação que se opunha à presença de sexualidades e identidades de gênero dissidentes nos espaços públicos.

A renegociação à qual me refiro nesta seção ocorre em um momento de distensão histórica, marcado por uma nova forma de relação estrutural não apenas com o capitalismo, mas também por uma reinvenção dos

³⁹ WEBSTER, Jamieson. *Sexo e desorganização*. São Paul: Ubu Editora, 2025. p. 9.

⁴⁰ WEBSTER, Jamieson. *Sexo e desorganização*. São Paul: Ubu Editora, 2025.

⁴¹ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2020. v. 1.

⁴² RUBIN, Gayle. *Políticas do sexo*. São Paulo: Ubu Editora LTDA-ME, 2018

⁴³ RUBIN, Gayle. *Políticas do sexo*. São Paulo: Ubu Editora LTDA-ME, 2018, p. 62.

elementos culturais. Se, no início do século XX, o movimento histórico de regulação estava centrado nos anseios pela urbanização e pela construção institucional e política de repúblicas que buscavam atingir os ideais de nação e de desenvolvimento social — tendo a juventude como espécie de garantia de sua efetivação —, na segunda metade do século, o processo histórico assume outra dimensão e abordagem.

Assim, a emergência de um novo sentido sobre a homossexualidade se apresenta como resultado de um processo histórico centrado nos efeitos que o próprio discurso de controle sexual deixou escapar. A urbanização e os fluxos migratórios do campo para a cidade, na segunda metade do século XX, criaram as condições necessárias para uma vida mais anonimizada — consequência inesperada dos próprios discursos de regulação sexual⁴⁴.

Na Argentina, um dos primeiros episódios que marcaram o início dessa renegociação pública ocorreu com a reunião de alguns militantes e ex-sindicalistas do Correio Nacional. Entre os ativistas, destacava-se Héctor Anabitarte, que, em 1967, teria articulado um grupo de discussão com “um vendedor de máquinas de escrever que tinha esposa e filhos e um jovem vendedor de seguros”⁴⁵. Naquele momento, surgia o primeiro grupo homossexual organizado do país: o *Nuestro Mundo*.

A criação do grupo deu-se em um contexto de crise política, durante a chamada “Revolução Argentina”, ditadura instaurada pela Junta Militar entre 1966 e 1969. Nesse cenário, o grupo emergia após uma grave crise econômica e diante da ampliação de uma rede repressiva que atingia grevistas da indústria, universitários e, sobretudo, a juventude argentina⁴⁶. A partir da publicação do boletim *Nuestro Mundo*, o grupo buscava dialogar

⁴⁴ DRUCKER, Peter. *Warped: gay normality and queer anti-capitalism*. Leiden: Brill, 2015.

⁴⁵ SIMONETTO, Patricio. *Entre la injuria y la revolución: el Frente de Liberación Homosexual – Argentina 1967-1976*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2017. p. 25.

⁴⁶ YANKELEVICH, Pablo. *Historia mínima de Argentina*. Mexico: El Colegio de Mexico, 2014.

com esses setores marginalizados que se colocavam em oposição ao regime.

Anos mais tarde, no Brasil, um processo semelhante surgiu com o desgaste crescente — e cada vez mais público — da ditadura civil-militar, impulsionado pela escalada da violência repressiva e pela insatisfação generalizada com o chamado “milagre econômico”⁴⁷. Em 1978, com poucos meses de diferença, surgiram o periódico *Lampião da Esquina* (1978–1981), publicado em São Paulo e no Rio de Janeiro, e o Grupo de Afirmiação Homossexual Somos, de São Paulo (1978–1983).

O periódico brasileiro nasceu com a intenção de ressignificar a homossexualidade, mas também foi fruto de um processo de amadurecimento das sociabilidades homossexuais no país, que, na década de 1960, havia experimentado a breve trajetória da Associação Brasileira da Imprensa Gay — uma iniciativa que buscava fortalecer colunas sociais e pequenos periódicos produzidos por diversos grupos homófilos⁴⁸. O interesse do conjunto de colaboradores e idealizadores de *Lampião* era o de “sair do gueto” e demonstrar que a construção histórica da homossexualidade não se sustentava⁴⁹.

Já na Colômbia, o processo histórico apresenta especificidades próprias. Entre 1957 e 1974, houve um sistema de alternância política entre conservadores e liberais, por meio da autodenominada Frente Nacional. Nesse mesmo período, ocorreu um processo lento de industrialização, acompanhado por uma gradativa redução da violência política no país⁵⁰. Esse contexto possibilitou que, em 1977, León Zuleta fundasse, junto a outros

⁴⁷ PAULO NETTO, José. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

⁴⁸ RODRIGUES, Jorge Caê. Impressões de identidade: os caminhos da imprensa gay nacional. In: COSTA, Horácio et al. *Retratos do Brasil homossexual: fronteiras, subjetividades e desejos*. São Paulo: Edusp, 2010. p. 403-412.

⁴⁹ SAINDO do gueto. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, n. 0, p. 2, 1978.

⁵⁰ MELO, Jorge Orlando. *Historia mínima de Colombia*. México: El Colegio de México AC, 2017.

militantes, o *Grupo de Estudio por la Liberación de los Gueis* (GELG), em Bogotá.

Esses grupos pioneiros contribuíram para o surgimento de outras organizações. Na Argentina, a partir de 1971, foi criada a *Frente de Liberación Homosexual*, que congregava agrupamentos políticos com diferentes abordagens sobre o que seria a “liberação homossexual”. Entre os coletivos participantes, destacam-se: *Alborada*, *Bandera Negra*, *Católicos Homosexuales de la Argentina*, *Eros*, *Grupo Nuestro Mundo*, *Parque, Profesionales, Safo e Triângulo Rosa*⁵¹.

Paralelamente, a partir dessa experiência federativa, emergiu na Colômbia, em 1978, o *Movimiento Homosexual Colombiano*, impulsionado pela criação do *Grupo de Estudio de la Cuestión Homosexual* (GRECO), na cidade de Medellín. Esse movimento ficou responsável pela edição dos periódicos *El Otro* (1978) e *Ventana Gay* (1978–1981).

A adoção desse formato coletivo respondia à necessidade de união de forças, uma vez que tais grupos eram pequenos e, juntos, elaboraram propostas de atuação política que buscavam construir uma espécie de unidade interpretativa sobre a homossexualidade e os caminhos possíveis para que a liberação — e, consequentemente, a ressignificação — ocorresse em seus respectivos contextos nacionais⁵².

Já no Brasil, o processo ganhou grande capilaridade. No ano de 1978, houve a formação de um jornal de mídia alternativa, no contexto da ditadura civil-militar, que seria parte fundamental do Movimento Homossexual Brasileiro, o *Lampião da Esquina* (1978-1981), tendo como um de seus fundadores João Silvério Trevisan, o mesmo pioneiro do primeiro

⁵¹ SIMONETTO, Patricio. *Entre la injuria y la revolución: el Frente de Liberación Homosexual – Argentina 1967-1976*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2017.

⁵² INSAUSTI, Santiago Joaquín. *De maricas, travestis y gays: derivas identitarias en Buenos Aires (1966-1989)*. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2016; ROMERO, Felipe Cesar Camilo. *Historia del movimiento homosexual de Colombia*. 2018. Dissertação (Mestrado em História). Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de los Andes, Bogotá, 2018.

grupo organizado de homossexuais brasileiro, o Grupo Somos (SP)⁵³. Em 1979, durante o I Encontro de Militantes Homossexuais, estiveram presentes grupos como: Somos do Rio de Janeiro, Auê do Rio de Janeiro, Somos de São Paulo, Eros de São Paulo, o Grupo Lésbico-Feminista de São Paulo, Libertos de Guarulhos, o Grupo de Atuação de Afirmiação Gay de Caxias, Somos de Sorocaba e Beijo Livre de Brasília. Esse eixo sudestino seria posteriormente ampliado com o surgimento de novos coletivos, formando aquilo que podemos denominar como Movimento Homossexual Brasileiro.

EVENTO	PARTICIPANTES	GRUPOS	DESCRIÇÃO DE GRUPOS	DATA/UF
I Encontro de Homossexuais Militantes	50 homossexuais e 11 lésbicas	9	Somos/RJ, Auê/RJ, Somos/SP, Eros/SP, Grupo Lésbico-Feminista/SP, Libertos/Guarulhos, Grupo de Afirmiação Gay/Caxias, Somos/Sorocaba, Beijo Livre/Brasília	16 dez. 1979 RJ
I Encontro Brasileiro de Homossexuais	200 (seções ordinárias) e 800 (festividades)	8	Somos/SP, Somos/Sorocaba, Libertos/Guarulhos, Lésbico-Feminista/SP, Eros/SP, Somos e Auê/RJ e Beijo Livre de Brasília	06 abr. 1980 SP
II Encontro Brasileiro de Homossexuais (Prévia)	-	15	Somos, Outra Coisa, Eros, Convergência Socialista, GALF, Terra Maria, Alegria-Alegria, Grupo Opção à Liberdade Sexual de Santo André; do Nordeste, os recém-fundados Grupo Gay da Bahia e o GATHO (Grupo de atuação homossexual de Recife/Olinda); além do Beijo Livre de Brasília e Terceiro Ato de Belo Horizonte	06 dez. 1980 SP
I Encontro de Grupos Homossexuais do Nordeste	60 participantes	5	GATHO/Olinda, Nós Também de João Pessoa, Dialogay de Sergipe, GGB e Adé-Dudu de Salvador	19 a 21 abr. 1981 PE
I Encontro Paulista de Grupos Homossexuais	-	4	Somos, Grupo de Atuação Lésbico-Feminista (GALF), Coletivo Alegria-Alegria e o Grupo de Afirmiação Homossexual (Outra Coisa)	25 a 26 abr. 1981 SP
II Encontro Brasileiro	40 participantes	5	Dialogay, Gatho, GLH/GGB/Adé-Dudu (Salvador)	13 a 15 jan. 1984

⁵³ PINTO, Rhanielly Pereira do Nascimento. *Ativismos ao sul: entrelaçando movimentos homossexuais na Argentina (1967-1976), Brasil (1978-1982) e Colômbia (1978-1982)*. 2025. 282 f. Tese (Doutorado em História Global). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025.

de Homossexuais				BA
--------------------	--	--	--	----

Quadro 1: Grupos homossexuais entre 1979 e 1984

Fonte: Adaptado de Pinto (2025)

O Quadro 1 nos permite refletir sobre a pluralidade de atores políticos no contexto brasileiro. Nos primeiros anos, observou-se uma expansão significativa de grupos, seguida por um movimento de diminuição e uma realocação das discussões, que anteriormente se concentravam em torno do Somos paulista e passaram a ser protagonizadas por coletivos do Nordeste, especialmente pelo *Grupo Gay da Bahia*, que assumiu um papel de destaque⁵⁴.

A multiplicidade de grupos impediu a consolidação de uma unidade política em relação às propostas de atuação no país. Isso significa dizer que, mesmo a partir dessa pluralidade, não foi possível pensar em uma organização federativa aos moldes do que ocorreu na Argentina e na Colômbia. As convergências liberacionistas foram constantemente tensionadas nos encontros nacionais, nos quais se debatiam pautas e eixos comuns de interesse — debates que, contudo, nem sempre refletiam as práticas políticas cotidianas de todos os coletivos envolvidos.

Essas diferenças tornaram-se particularmente evidentes na arena política durante o processo de redemocratização. A partir de 1978, diferentes atores sociais iniciaram mobilizações importantes com o objetivo de retomar as eleições democráticas e garantir maior liberdade organizativa, o que favoreceu o surgimento de novos partidos políticos. É nesse contexto contestatório que alguns dos grupos homossexuais passaram a discutir e tensionar suas posições estratégicas e ideológicas.

⁵⁴ FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005; PINTO, Rhanielly Pereira do Nascimento. *Ativismos ao sul: entrelaçando movimentos homossexuais na Argentina (1967-1976), Brasil (1978-1982) e Colômbia (1978-1982)*. 2025. 282 f. Tese (Doutorado em História Global). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025.

A partir do I Encontro Brasileiro de Homossexuais Organizados – 1º EBHO – tiveram início inúmeras e intensas discussões sobre os possíveis caminhos que o movimento homossexual poderia seguir, e quais as posições a tomar. Esses questionamentos intensificaram-se aguçando contradições e provocando um posicionamento de todos os que lutam por uma sexualidade libertária, fora dos esquemas de poder, tão corriqueiros em nossa época.

Desse posicionamento, em 08/06/80, surgiu o Movimento Homossexual Autônomo – M.H.A.⁵⁵

Esse trecho faz parte da introdução do *Caderno de Textos do Movimento Homossexual Autônomo*. No contexto historiográfico brasileiro, James Naylor Green⁵⁶ chegou a mencionar parte de sua atuação nesse debate, já que era membro ativo do Grupo Somos de São Paulo e um dos fundadores da Facção Homossexual da Convergência Socialista. João Silvério Trevisan⁵⁷, um dos fundadores do grupo *Outra Coisa*, também discutiu, em diferentes momentos, sua percepção desse processo.

Ambos os intelectuais integravam o Grupo Somos, no qual o debate sobre o partidarismo político ganhou grande proporção, provocando uma espécie de cisão entre os militantes. Edward MacRae defende, em sua etnografia sobre o grupo, que, embora os dois não estivessem sozinhos na liderança, “foram os principais expoentes de duas concepções antagônicas que conseguiram muito apoio dentro do grupo, onde se digladiaram durante vários meses”⁵⁸.

Essa mesma aproximação com a esquerda provocou, na Argentina, uma mudança na estratégia política da *Frente de Liberación Homosexual*. Após uma tentativa malsucedida de aproximação com o peronismo de esquerda — impulsionada pelo retorno de Perón ao país —, os militantes da

⁵⁵ MOVIMENTO. CADERNO DE TEXTOS DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL AUTÔNOMO. M.São Paulo, 1980. p. 2.

⁵⁶ GREEN, James Naylor. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Unesp, 1999.

⁵⁷ TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da Colônia a stualidade*. São Paulo: Max Limonad Ed., 1986.

⁵⁸ MACRAE, Edward. *A construção da igualdade-política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”*. Salvador: Edufba, 2018. p. 186.

Frente adotaram uma nova postura de enfrentamento. A tentativa de aliança política foi implodida com a emergência de uma identidade política marcada pelo uso das categorias “loca” e “marica” como atos disruptivos aos padrões de gênero⁵⁹.

Essa modificação é perceptível nos oito números publicados de *Somos*, o periódico argentino da Frente, editado entre 1973 e 1976 — cujo nome, anos depois, inspiraria o primeiro grupo de atuação política homossexual no Brasil. No manifesto editorial da primeira edição, publicada em 1973, os ativistas expressavam uma perspectiva radical, afirmando que sua condição de marginalidade era resultado de uma imposição: “para viver em nossa dada sociedade (se é que pode ser chamada de viva), um de nós deve se adaptar às normas ditadas por alguns para benefício próprio”⁶⁰.

Esse trecho dista significativamente do discurso político presente anos antes em *Nuestro Mundo*, quando os militantes argentinos afirmaram que “esta publicação não pretende difundir a homossexualidade”⁶¹. Nesse sentido, observa-se uma diferença marcante em relação ao contexto brasileiro, onde a desilusão com a esquerda não resultou em uma cisão, mas, ao contrário, fortaleceu a formação de uma unidade política que deu origem à *Frente de Liberación Homosexual* (FLH).

No Brasil, essa aproximação com a esquerda parece ter contribuído para o esvaziamento da atuação de grupos homossexuais no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, especialmente após o fim do jornal *Lampião da Esquina*, em 1981. Embora os textos clássicos *Além do Carnaval*⁶², de James Green, e

⁵⁹ INSAUSTI, Santiago Joaquín. *De maricas, travestis y gays: derivas identitarias en Buenos Aires (1966-1989)*. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2016; PINTO, Rhanielly Pereira do Nascimento. *Movimentos homossexuais e a constituição de identidades masculinas homonormativas nos trópicos: um estudo sobre o jornal Somos (1973-1976) e do jornal Lampião da Esquina (1978-1981)*. 2021.

⁶⁰ SOMOS. *Frente de Liberación Homosexual Argentina*, Buenos Aires, n. 1, 1973. p. 3.

⁶¹ NUESTRO MUNDO. Buenos Aires: [s. n.], n. 4, dez. 1969. p. 1.

⁶² GREEN, James Naylor. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Unesp, 1999.

Devassos no Paraíso⁶³, de João Silvério Trevisan, tenham interpretado esse momento como o fim de uma primeira onda do movimento homossexual, é perceptível, hoje, que parte dessa leitura reflete os saldos políticos da auto-observação de suas atuações no Grupo Somos.

No fim das contas, o que se pode constatar não é um esvaziamento, mas sim uma modificação nas formas de construção da agenda política e dos modos de ativismo do movimento homossexual, cuja atuação, ao longo das décadas de 1980 e 1990, passou a ser pautada pela institucionalização, pelo contexto da epidemia de HIV/aids e pela luta pela implementação legal da não discriminação contra homossexuais e lésbicas — impulsionada, em especial, por grupos como o Triângulo Rosa e o Grupo Gay da Bahia.

Embora o interesse pela participação política tenha sido um elemento marcante tanto no contexto argentino quanto no brasileiro, o mesmo não se pode afirmar sobre a Colômbia. O Movimento Homossexual Colombiano — seja por meio dos periódicos *El Otro* ou *Ventana Gay* — parece não ter demonstrado interesse direto pelos acontecimentos políticos nacionais.

O debate sobre essa aproximação com as esquerdas, no contexto colombiano, continua em aberto pela historiografia que investiga o movimento. Um dos motivos que podem ser mobilizados como uma resposta a esse desinteresse pode ter sido o abandono de Leon Zuleta, principal articulador de *El Otro*, de suas relações com o Partido Comunista Colombiano⁶⁴. Já o segundo pode estar relacionado a “uma questão estratégica de interesse político, já que, mesmo após o surgimento de

⁶³ TREVISAN, João Silveira. *Devassos no Paraíso. A homossexualidade no Brasil, da colônia a atualidade*. São Paulo: Objetiva, 2018.

⁶⁴ ROMERO, Felipe Cesar Camilo Caro; PATRICIO, Simonetto. *Sexualidades radicales: los movimientos de liberación homosexual en América Latina (1967-1989)*. Izquierdas, [s. l.], n. 46, p. 65-85, 2019.

Ventana Gay, as questões que envolviam a esquerda política e o próprio contexto estrutural" não estiveram presentes nas páginas do periódico⁶⁵.

O término frustrado da *Frente Nacional*, na Colômbia, abriu precedentes para a emergência de uma nova onda de violência política, respaldada pela ascensão crescente das guerrilhas no cenário colombiano. Nesse contexto, o presidente Julio César Turbay Ayala (1978–1982) aproximou-se da política repressiva adotada nos países do Cone Sul. Com o objetivo de incorporar o anticomunismo como estratégia de combate ao M-19 (1974–1990), às Forças Amadas Revolucionárias da Colômbia —FARC (1964 – presente) — e ao Exército de Libertação Nacional — ELN (1964 – presente) —, Turbay adotou a “urgência da cooperação internacional contra a subversão interna por ‘mercenários supranacionais’ — uma ofensiva ‘sem restrições’, anunciada pelo ministro da Guerra”⁶⁶.

Essa movimentação política consolidou a aproximação do país à política de Segurança Nacional. Ao mesmo tempo, na Argentina, a escalada autoritária que levou ao golpe militar de 1976 também esteve associada a essa política, que tornou o cenário de sobrevivência da Frente de Libertação Homossexual Argentina inviável no mesmo ano, tendo parte de seus ativistas fugido para outros países da América Latina e Europa⁶⁷.

⁶⁵ PINTO, Rhanielly Pereira do Nascimento. *Ativismos ao sul: entrelaçando movimentos homossexuais na Argentina (1967-1976), Brasil (1978-1982) e Colômbia (1978-1982)*. 2025. 282 f. Tese (Doutorado em História Global). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025. p. 182.

⁶⁶ ABEL, Christopher; PALACIOS, Marcos. Colômbia, 1930-1958 in: BETHELL, Leslie (org.): *A América Latina após 1930: México, América Central, Caribe e Repúblicas Andinas*. São Paulo: Edusp, v. 9, 2015, p.507.

⁶⁷ INSAUSTI, Santiago Joaquín. *De maricas, travestis y gays: derivas identitarias en Buenos Aires (1966-1989)*. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2016; PINTO, Rhanielly Pereira do Nascimento. *Movimentos homossexuais e a constituição de identidades masculinas homonormativas nos trópicos: um estudo sobre o jornal Somos (1973-1976) e do jornal Lampião da Esquina (1978-1981)*. 2021; SIMONETTO, Patrício. *Entre la injuria y la revolución: el Frente de Liberación Homosexual – Argentina 1967-1976*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2017.

A associação da homossexualidade com o comunismo levou os militantes homossexuais a serem enquadrados como criminosos políticos, tornando-se alvos de uma dinâmica persecutória liderada pela organização paramilitar *Triple A* (Aliança Anticomunista Argentina)⁶⁸.

A discussão sobre a homossexualidade ser uma estratégia comunista já vinha sendo debatida nos Estados Unidos desde os anos 1960 com o período do macarthismo, momento em que houve uma primeira escalada anticomunista. Nesse ponto, Benjamin Cowan⁶⁹ deixou evidente que não só a relação entre comunismo e homossexualidade fora utilizada no contexto estadunidense, como também estendeu-se para outras regiões da América Latina, tais como Brasil e Argentina, sob o contexto das ditaduras militares.

O debate público provocado pelo panfleto publicado em 1976 levou os militantes a responderem à provocação política por meio do periódico *Somos*. Ainda naquele mesmo ano, a *Frente de Liberación Homosexual* se dissolveu diante da emergência de uma nova ditadura no país e do autoexílio de parte de seus integrantes⁷⁰.

Já na Colômbia, esse primeiro momento do ativismo homossexual foi interrompido não pela intensificação da violência política, mas pela chegada da epidemia do HIV e pela disseminação da aids no país. Ao longo dos anos 1980, esse cenário forçou uma mudança de perspectiva,

⁶⁸ INSAUSTI, Santiago Joaquín. *De maricas, travestis y gays: derivas identitarias en Buenos Aires (1966-1989)*. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2016; PINTO, Rhanielly Pereira do Nascimento. *Movimentos homossexuais e a constituição de identidades masculinas homonormativas nos trópicos: um estudo sobre o jornal Somos (1973-1976) e do jornal Lampião da Esquina (1978-1981)*. 2021; SIMONETTO, Patrício. *Entre la injuria y la revolución: el Frente de Liberación Homosexual – Argentina 1967-1976*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2017.

⁶⁹ COWAN, Benjamin A. *Securing sex: morality and repression in the making of cold war Brazil*. [S. l.]: UNC Press Books, 2016.

⁷⁰ PINTO, Rhanielly Pereira do Nascimento. *Movimentos homossexuais e a constituição de identidades masculinas homonormativas nos trópicos: um estudo sobre o jornal Somos (1973-1976) e do jornal Lampião da Esquina (1978-1981)*. 2021.

impulsionando o surgimento de novas organizações, especialmente nas regiões de Cali e das Barranquillas⁷¹.

Considerações Finais

Este artigo buscou demonstrar que a formação dos movimentos homossexuais na Argentina, no Brasil e na Colômbia não pode ser entendida apenas como somatório de experiências nacionais, mas como produto de uma interação constante entre três eixos que, a meu ver, se entrelaçam de modo decisivo.

Em primeiro lugar, a matriz pericial jurídica vinculada ao higienismo, à modernização e às ideias de nação instituiu gramáticas de classificação e controle que, até pelo menos os anos 1970, moldaram as fronteiras morais e a legibilidade pública das dissidências. Já em segundo, as clivagens políticas e organizativas associadas ao desencanto com a esquerda e às diferentes oportunidades políticas redefiniram redes, alianças e estratégias, resultando em trajetórias de cisão, coesão ou baixa incorporação.

Por fim, a crítica à família, atravessada pelas relações com os feminismos, reconfigurou repertórios e coalizões, operando como eixo privilegiado de disputa da ordem doméstica e de seus regimes de respeitabilidade.

Ao percorrer esses eixos de forma comparada e conectada, procuro sustentar que as convergências observadas — a medicalização e a criminalização, a linguagem dos direitos e da visibilidade, a circulação de ideias e ativistas — não autorizam leituras uniformizadoras. Elas emergem de processos de difusão e tradução, sempre mediados por instituições, moralidades e temporalidades específicas.

Do mesmo modo, as divergências que marcam os casos — cisões no Brasil, fortalecimento organizativo na Argentina e menor incorporação

⁷¹ ROMERO, Felipe Cesar Camilo. *Historia del movimiento homosexual de Colombia*. 2018. Dissertação (Mestrado em História). Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de los Andes, Bogotá, 2018.

partidária na Colômbia — não derivam de excepcionalismos, mas de modos situados de metabolizar oportunidades políticas, densidades periciais e gramáticas morais. Nesse sentido, a circulação transnacional foi real e substantiva, mas seus efeitos não foram lineares: dependeram de quem mediou, de que repertórios circularam e de como foram traduzidos.

A explicação que proponho é de alcance médio e articula três mecanismos. O mecanismo pericial jurídico mostra como saberes e dispositivos legais produziram categorias e fronteiras, convertendo-se, em momentos de abertura, tanto em alvo quanto em recurso para a ação coletiva. O mecanismo político-organizativo evidencia que o lugar da esquerda e dos partidos/sindicatos nos ciclos de mobilização modulou coesões e rupturas, afetando custos e recompensas da visibilidade.

Já no eixo moral, indica que a crítica à família, quando apoiada em feminismos locais e atravessada por densidades religiosas específicas, reorganizou alianças e estratégias, ora expandindo, ora restringindo horizontes de ação. Nessa chave, a História Global entra menos como rótulo e mais como método: combinar comparação estruturada e história conectada para explicar quando semelhanças se consolidam e por que diferenças persistem. O processo de ressignificação da homossexualidade é global nesses contextos e se dá de modo distinto no espaço local.

Creio que a contribuição principal deste trabalho é oferecer uma leitura integrada da história dos movimentos homossexuais na região, que evita tanto a tentação da “grande convergência” quanto o refúgio do excepcionalismo. Ao ancorar a análise em mecanismos identificáveis e em evidências trianguladas, proponho uma via para compreender como regimes periciais, oportunidades políticas e disputas morais se combinaram, em cada caso, para produzir caminhos compartilhados e, ao mesmo tempo, desiguais. Reconheço limites — sobretudo assimetrias documentais, mais agudas para a Colômbia e, em certos períodos, para a Argentina — e

procuro mitigá-los por meio de triangulação, alinhamento cronológico e explicitação de incertezas.

Como desdobramento, sugiro ampliar os circuitos documentais conectados (imprensa militante transnacional, redes de exílio e acervos pessoais) e testar o modelo em casos fronteiriços e em ciclos posteriores (institucionalização e respostas ao HIV/aids), com atenção especial ao papel de mediadores e organizações regionais.

Em síntese, a história global que proponho indica que semelhanças não são sinônimo de uniformidade e que diferenças não equivalem a excepcionalismo: ambas resultam de processos situados de tradução sob a copresença de oportunidades políticas e disputas morais em torno da família. É por isso que Argentina, Brasil e Colômbia, tantas vezes, caminharam juntos — e, não raro, caminharam de modo diferente.

Referências

- ABEL, Christopher; PALACIOS, Marcos. Colômbia, 1930-1958 in: BETHELL, Leslie (org.): *A América Latina após 1930: México, América Central, Caribe e Repúblicas Andinas*. São Paulo: Edusp, v. 9, 2015.
- BELMONTE, Laura A. *LGBT+ na luta: avanços e retrocessos*. Trad. de Alcebiades Diniz Miguel. São Paulo: Editora Contexto, 2024.
- BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1890.
- BUSTAMANTE TEJADA, Walter Alonso. El delito de acceso carnal homosexual en Colombia Entre la homofobia de la medicina psiquiátrica y el orden patriarcal legal. *Co-herencia*, [s. l.], v. 5, n. 9, p. 113-141, 2008.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003
- CANABARRO, Ronald. *Dar a ver uma historiografia pública digital*. 2024. 456 f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Escola de Ciências Sociais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2024.

CONRAD, Sebastian. *Historia global. Una nueva visión para el mundo actual.* Barcelona: Crítica-Planeta, 2017.

COLÔMBIA. Código Penal (1979): Decreto n. 100 de 23 de janeiro de 1980, pelo qual se expede o novo Código Penal. *Diário Oficial*, Bogotá, 23 jan. 1980

COWAN, Benjamin A. *Securing sex: morality and repression in the making of cold war Brazil.* [S. l.]: UNC Press Books, 2016.

DRUCKER, Peter (ed.). *Arco iris diferentes.* Argentina: Siglo XXI, 2004.

DRUCKER, Peter. *Warped: gay normality and queer anti-capitalism.* Leiden: Brill, 2015.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90.* Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FIGARI, Carlos. *El movimiento LGBT en América Latina: institucionalizaciones oblicuas. Movilizaciones, protestas e identidades políticas en la Argentina del bicentenario,* [s. l.], v. 227, p. 225-240, 2010.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber.* São Paulo: Editora Paz e Terra, 2020. v. 1.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão.* Petrópolis: Vozes 2014.

FREITAS, Eliane; PINTO, Rhanielly; ZANOLI, Vinícius. *Cultura, política, sexualidade e gênero na América Latina.* Rio de Janeiro: Autografia, 2022.

FRUHSTUCK, Sabine. *Sexuality and Nation-State.* In: BUFFINGTON, Robert; LUIBHÉID, Eithne; GUY, Donna. *A global history of sexuality the modern era.* Sussex: Wiley, 2014. p. 15-56.

GREEN, James Naylor. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX.* São Paulo: Unesp, 1999.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre história.* Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras, 2013.

INSAUSTI, Santiago Joaquín. *De maricas, travestis y gays: derivas identitarias en Buenos Aires (1966-1989).* 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2016.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade-política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”*. Salvador: Edufba, 2018.

MELO, Jorge Orlando. *Historia mínima de Colombia*. [S. l.]: El Colegio de México AC, 2017.

MONTOYA, Guillermo Correa. La invención clínica del homosexual en Colombia, 1890-1980. *Revista de Psicología*, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 121-146, 2016.

MOVIMENTO. CADERNO DE TEXTOS DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL AUTÔNOMO. M. São Paulo, 1980.

NUESTRO MUNDO. Buenos Aires: [s. n.], n. 4, dez. 1969.

PAULO NETTO, José. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

PINTO, Rhanielly Pereira do Nascimento. *Ativismos ao sul: entrelaçando movimentos homossexuais na Argentina (1967-1976), Brasil (1978-1982) e Colômbia (1978-1982)*. 2025. 282 f. Tese (Doutorado em História Global). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025.

PINTO, Rhanielly. Movimentos homossexuais e a constituição de identidades masculinas homonormativas nos trópicos: um estudo sobre o jornal Somos (1973-1976) e do jornal Lampião da Esquina (1978-1981). 2021. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

PINTO, Rhanielly. Retomando as utopias: quando a História Global encontra o queermarxismo. In: PINTO, Rhanielly; ALVES, Jorge (org.). *Anômalos: diálogos interseccionais*. Rio de Janeiro: Autografia, 2024. p. 219-234.

QUINALHA, Renan. *Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

RAMÍREZ, Hernán; FRANCO, Marina. *Ditaduras no Cone Sul da América Latina*. São Paulo: Editora José Olympio, 2021.

RODRIGUES, Jorge Caê. Impressões de identidade: os caminhos da imprensa gay nacional. In: COSTA, Horácio et al. *Retratos do Brasil homossexual: fronteiras, subjetividades e desejos*. São Paulo: Edusp, 2010. p. 403-412.

ROMERO, Felipe Cesar Camilo. *Historia del movimiento homosexual de Colombia*. 2018. Dissertação (Mestrado em História). Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de los Andes, Bogotá, 2018.

ROMERO, Felipe Cesar Camilo Caro; PATRICIO, Simonetto. Sexualidades radicales: los movimientos de liberación homosexual en América Latina (1967-1989). *Izquierdas*, [s. l.], n. 46, p. 65-85, 2019.

RUBIN, Gayle. *Políticas do sexo*. São Paulo:Ubu Editora LTDA-ME, 2018

SAINDO do gueto. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, n. 0, p. 2, 1978.

SALESSI, Jorge. *Médicos, maleantes y maricas*. Rosario: Beatriz Viterbo, 1995.

SANTOS et al. Conservadorismo nas ditaduras: abordagens com história global para Brasil e Portugal (1964-1975). *História Social*, v. 19, n. 27/28, p. 580-614, 2024.

SIMITH, Peter. México 1946-1990. In: BETHEL, Leslie. *A América Latina após 1930, México, América Central, Caribe e Repúblicas Andinas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. p.111-194.

SIMONETTO, Patricio. *Entre la injuria y la revolución: el Frente de Liberación Homosexual – Argentina 1967-1976*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2017.

SOMOS. *Frente de Liberação Homossexual Argentina*, Buenos Aires, n. 1, 1973.

TEDESCO, Caio. História e transmasculinidades: desafios e possibilidades para uma operação historiográfica que transgrida a cismatividade. In: PINTO, Rhanielly; ALVES, Jorge (org.). *Anômalos: diálogos interseccionais*. Rio de Janeiro: Autografia, 2024. p. 99-127.

TREVISAN, João Silveira. *Devassos no Paraíso. A homossexualidade no Brasil, da colônia a atualidade*. São Paulo: Objetiva, 2018.

TREVISAN, João Silveira. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da Colônia a atualidade*. São Paulo: Max Limonad Ed., 1986.

TRINDADE, Ronaldo. A invenção do ativismo LGBT no Brasil: intercâmbios e ressignificações. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018. p. 227 -236.

WEBSTER, Jamieson. *Sexo e desorganização*. São Paul: Ubu Editora, 2025.

WIESNER-HANKS, Merry E. Crossing borders in transnational gender history. *Journal of Global History*, [s. l.], v. 6, n. 3, p. 357-379, 2011.

YANKELEVICH, Pablo. *Historia mínima de Argentina*. Mexico: El Colegio de Mexico, 2014.

MPOX E AIDS: UM CASO DE SOCIALIDADE, SEXUALIDADES E CONHECIMENTOS HISTORICAMENTE ACUMULADOS

Raphael Vinicius de Almeida Escritório¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar como o surto de Mpox, ocorrido em 2022, foi inicialmente atrelado a homens homossexuais, bissexuais e homens com práticas homoeróticas, passando a impactar a sociabilidade e o cotidiano desse grupo. Esse movimento, que buscou associar a Mpox a sexualidades dissidentes, estabeleceu um diálogo direto com o início da epidemia de HIV e Aids, fazendo com que os velhos fantasmas do medo, do estigma e do preconceito ressurgissem. Neste trabalho, buscamos demonstrar, por meio de uma análise comparativa, como a Mpox estabelece um diálogo com a epidemia de Aids em sua fase mais aguda e mortal, nos anos 1980, e, posteriormente, como o retorno desses marcadores atingiu a sociabilidade desse grupo. Por fim, buscamos mostrar como, de uma maneira geral, a comunidade LGBTQIAPN+ reagiu a esse cenário, sobretudo com base no que chamamos aqui de conhecimentos historicamente acumulados.

Palavras-chave: Homossexualidades; Sociabilidades; Conhecimentos Historicamente Acumulados.

MPOX AND AIDS: A CASE OF SOCIALITY, SEXUALITY, AND HISTORICALLY ACCUMULATED KNOWLEDGE

Abstract: This article aims to analyze how the Mpox outbreak, which occurred in 2022, was initially linked to homosexual, bisexual men and men engaging in homoerotic practices, thereby impacting the sociability and daily life of this group. This movement, which sought to associate Mpox with dissident sexualities, established a direct dialogue with the beginning of the HIV and AIDS epidemic, bringing back the old ghosts of fear, stigma, and prejudice. In this work, we seek to demonstrate, through a comparative analysis, how Mpox establishes a dialogue with the AIDS epidemic in its most acute and deadly phase, in the 1980s, and subsequently, how the return of these markers affected the sociability of this group. Finally, we aim to show how, in a general sense, the LGBTQIAPN+ community reacted to this scenario, especially based on what we call here historically accumulated knowledge.

Keywords: Homosexualities; Sociabilities; Historically Accumulated Knowledge.

¹ Formado em História pela Universidade Federal de Catalão e mestrando pela Universidade Federal de São Paulo. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7154644344971009>. E-mail: raphael.almeida.hist@gmail.com.

Introdução

No início dos anos 1980, uma nova doença foi identificada nos Estados Unidos. Um quadro clínico incomum, baseado em pneumonia, manchas na pele, febre e emagrecimento, foi notado inicialmente em cinco homens nos EUA. O ponto em comum entre eles era sua sexualidade: todos eram homossexuais. Em pouco tempo, novos casos começaram a acometer mais homens homossexuais, e logo casos semelhantes foram identificados entre usuários de drogas injetáveis, prostitutas e outros grupos vulneráveis e discriminados, sendo posteriormente identificados em outros países.

Após os casos iniciais, foi identificado, em 1983, o vírus tido como o responsável pela doença, sendo chamado de HIV. A partir disso, foi estabelecida a sua relação com o desenvolvimento da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida — a Aids². Com o avanço das pesquisas, estabeleceram-se com maior clareza o patógeno, as formas de contágio e o desenvolvimento clínico da doença. Contudo, baseando-se nos primeiros casos e nas populações com maior prevalência, os medos, estigmas e preconceitos construídos em torno da doença prevaleceram.

Por ser, no início, uma doença desconhecida, incurável, mortal e que se fazia presente nos corpos de homens homossexuais, as associações entre a sexualidade e a doença não tardaram a aparecer, sendo chamada inicialmente de “Peste Gay”, “Câncer gay” ou “Peste Rosa”. Assim, foi estabelecida, com a atuação de setores da classe médica, políticos, religiosos e mídia, uma relação direta entre a sexualidade e a doença, levando à patologização da homossexualidade e dos homossexuais.

² Neste artigo, utilizamos a grafia Aids, em caixa-baixa, estabelecendo um diálogo com DANIEL, Herbert. O primeiro AZT a gente nunca esquece. In: DANIEL, Herbert; PARKER, Richard. Aids, a terceira epidemia: ensaios e tentativas. 2. ed. Rio de Janeiro: Abia, 2018, p. 139-143. No texto, ele aponta a grafia em caixa-alta como um ato que atribuía à Aids sentidos que vão além da doença.

Com o avanço da doença, também foi atribuído um sentido de culpa e punição àqueles por ela atingidos³. Entretanto, não demorou para que surgissem diversos grupos que buscavam melhorar a qualidade de vida e recuperar a dignidade dos doentes, lutar por pesquisas e acesso a medicamentos, assim como pelo fim da discriminação dos doentes e dos homossexuais⁴.

No Brasil, o desenvolvimento de várias Organizações Não Governamentais (ONGs) e a participação de homossexuais, mulheres, hemofílicos, políticos e cientistas progressistas tiveram como fruto o desenvolvimento de um programa nacional para a luta contra a Aids, a distribuição de medicamentos gratuitos e a criação de programas de prevenção e movimentos contra a discriminação das pessoas que vivem com HIV ou Aids e dos homossexuais⁵, que, durante um longo período, foram enquadrados na fatídica denominação de “Grupos de Riscos”⁶.

A história e a experiência do combate à Aids no Brasil demonstraram a importância da atuação consciente e da mobilização conjunta dos diversos setores da sociedade em torno da luta contra a doença, buscando, de modo geral, a prevenção e o tratamento, aliados ao enfrentamento do estigma social e dos preconceitos. Décadas mais tarde, como o surgimento de um

³ NASCIMENTO, Dilene R.; GOUVÊA, George. O signo da culpa na história das doenças. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH-RJ, 12., 2006, Niterói. *Anais* [...]. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006 p. 1-7. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/encontros-regionais/encontros-anpuh-rio/xii-encontro-regional-de-historia-2006>. Acesso em: 28 mar. 2025; SONTAG, Susan. *Doença como metáfora, AIDS e suas metáforas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁴ SANTOS, Gustavo Gomes C. Mobilizações homossexuais e Estado no Brasil: São Paulo (1978-2004). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [s. l.], v. 22 n. 63, p. 121-173, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/w4bbmvGkgVFVN6QCR6TMsBL/>. Acesso em: 28 mar. 2025.

⁵ CUETO, Marcos; LOPES, Gabriel. *Uma história global e brasileira da Aids 1986-2021*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2023.

⁶ BORTOLOZZI, Remom Matheus. *Entre trapos e colchas: vestígios da memória LGBTQIAPN+ sobre as primeiras respostas paulistanas à epidemia de HIV/Aids*. 2021. 362 f. Tese (Doutorado em Ciências). Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

novo desafio, a Mpox, a experiência da Aids se mostrou um importante aliado para as ações de saúde pública e a luta contra estigmas.

Em julho de 2022, a Organização Mundial da Saúde (OMS), na figura do seu diretor-geral, Tedros Adhanom Ghebreyesus, declarou que a varíola dos macacos⁷ passava a se configurar como uma Emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional devido à confirmação de casos em países não endêmicos.

A Mpox é uma zoonose conhecida desde a década de 1950. Na década de 1970, foi diagnosticada pela primeira vez em humanos, tornando-se, posteriormente, uma doença endêmica em países da África Ocidental e Central que provocava surtos esporádicos, com uma baixa transmissão entre humanos, sendo a maioria dos casos confirmados a partir do contato com animais contaminados⁸. Casos fora dos países onde a doença é considerada endêmica eram registrados de modo esporádico, geralmente associados a viagens a países africanos⁹.

A Mpox é um vírus do gênero Orthopoxvirus, membro da família da varíola comum. O padrão de como a doença se manifesta em seres humanos teve variações observadas desde a década de 1970, sendo que, no surto de 2022¹⁰, os sintomas (que aparecem após a incubação do vírus, que varia de 7

⁷ Em novembro de 2022, após consultas com especialistas, a OMS passou a utilizar o termo "Mpox" para se referir à varíola dos macacos, recomendando a sua substituição a fim de evitar prejuízos aos animais, assim como a discriminação e o racismo que poderiam ser associados à doença.

⁸ KREUTZ, Luiz Carlos; REZENDE, Mariana Antunes; MATÉ, Yasmin Ampese. Varíola dos macacos (*Monkeypox virus - Poxviridae*): uma breve revisão. *ARS VETERINARIA*, Jaboticabal, v. 38, n. 3, p. 111-115, 2022. Disponível em: <https://www.arsveterinaria.org.br/index.php/ars/article/view/1477>. Acesso em abr. 2025.

⁹ KREUTZ, Luiz Carlos; REZENDE, Mariana Antunes; MATÉ, Yasmin Ampese. Varíola dos macacos (*Monkeypox virus - Poxviridae*): uma breve revisão. *ARS VETERINARIA*, Jaboticabal, v. 38, n. 3, p. 111-115, 2022. Disponível em: <https://www.arsveterinaria.org.br/index.php/ars/article/view/1477>. Acesso em abr. 2025.

¹⁰ PEREIRA, Victória Santos M. et al. Varíola dos macacos: uma visão geral da doença reemergente no contexto atual. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 8, n. 10, p. 68071-68081, 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/53256/39601>. Acesso em: 11 abr. 2025.

a 14 dias) incluíam febre, dor de cabeça e muscular, linfadenopatia¹¹, cansaço e erupções cutâneas na face, nos membros superiores e na região genital e oral, aspecto sintomático que será abordado posteriormente neste artigo.

Após a declaração da Mpox como Emergência Internacional, o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom, em uma coletiva de imprensa, realizou uma fala endereçada diretamente a homens gays, bissexuais e homens que fazem sexo com outros homens (HSH)¹², recomendando que, para o controle da doença e diminuição do risco de infecção, houvesse a redução de parceiros sexuais, a reconsideração de sexo com novos parceiros e que buscassem manter contato com parceiros após o sexo¹³. Adhanom explicou que sua fala se dava ao fato de que 98% dos casos registrados até então se concentravam entre gays, bissexuais masculinos e HSH, mas reiterou que qualquer pessoa poderia contrair o vírus e mencionou ainda que o estigma e a discriminação poderiam impactar de modo negativo o combate à doença.

Frente ao exposto, no presente texto, de caráter ensaístico, buscamos demonstrar como a construção de um discurso em torno da Aids retorna com

¹¹ Trata-se do aumento dos gânglios linfáticos.

¹² A categoria “Homens que fazem sexo com homens”, representada pela sigla HSH — ou MSM, na sua versão em inglês —, é tema de constante debate entre estudiosos, acadêmicos e ativistas do movimento LGBTQIAPN+. Por ser uma categoria que nasce no bojo dos debates epidemiológicos, é apontada como responsável por encobrir identidades e por atrelar esses sujeitos a doenças. Frente ao exposto, utilizamos neste artigo a sigla HSH quando assim as fontes utilizarem-se dela e a expressão “Homens com Práticas Homoeróticas” para se referir a homens que, embora tenham relações sexuais e/ou afetivas com outros homens, não se identificam como gays ou bissexuais. Para uma discussão em torno da categoria HSH, ver: CALAZANS, Gabriela; FACCHINI, Regina, “Mas a categoria de exposição também tem que respeitar a identidade”: HSH, classificações e disputas na política de Aids. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27(10):3913-3922, 2022; e PINHEIRO, Douglas Antônio R.; BAHIA, Alexandre Gustavo M. F. M. As recomendações em saúde pública como migrações: Varíola dos Macacos e populações LGBTQIA+. *Cad. Saúde Pública*, [s. l.], v. 39, n. 10, p. e00020623, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/MGDvhVxpJQgWGwdsD6BcbYH/?lang=pt>. Acesso em: 13 abr. 2025.

¹³ ROCHA, Lucas; MAGALHÃES, Thais. OMS aconselha redução de parceiros a gays e bissexuais como prevenção à varíola dos macacos. CNN, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/oms-aconselha-reducao-de-parceiros-a-gays-e-bisexuais-como-prevencao-a-variola-dos-macacos/>. Acesso em: 9 de abril de 2025.

alguns aspectos em torno do surto de Mpox, estabelecendo uma ligação entre doença e sexualidade. Ainda, procuramos evidenciar como esses discursos impactaram o cotidiano e o comportamento de homens gays, bissexuais e com práticas homoeróticas e analisar como esse grupo reagiu ao preconceito, ao estigma e aos impactos da doença na sua sociabilidade.

Para alcançar o objetivo proposto, tomamos como caminho metodológico a história comparada, aplicada à história das doenças. Nascimento¹⁴ aponta que a análise comparada, quando aplicada a fenômenos como as doenças, pode revelar os sentidos atribuídos à doença pela sociedade em consonância com o período histórico em que emergem. A análise comparativa também nos proporciona um caminho para pensarmos suas rupturas e permanências, desenvolvimentos e respostas da sociedade à enfermidade.

Entretanto, Nascimento¹⁵ também alerta para o fato de que, quando tomamos o caminho comparativo, devemos nos ater aos contextos históricos em que surgem as doenças, assim como buscar, nas bases de comparação, variantes concretas que possibilitem a aproximação entre as doenças analisadas.

Por fim, o presente texto se estrutura em duas partes. A primeira parte tem como ponto central apresentar o caminho metodológico utilizado para construir e justificar a aproximação entre as duas doenças. A segunda parte utiliza-se de dois conceitos centrais para o texto — a sociabilidade e os conhecimentos historicamente acumulados —, com a finalidade de demonstrar como as duas doenças impactaram a sociabilidade homossexual

¹⁴ NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. Uma análise comparada no campo de História das Doenças. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. Anais [...]. Londrina: [s. n.], 2005.

¹⁵ NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. Uma análise comparada no campo de História das Doenças. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. Anais [...]. Londrina: [s. n.], 2005.

e como os discursos da Aids são reabilitados no cenário da Mpox, levando a uma resposta das comunidades afetadas frente à violência que são expostas.

Aids e Mpox: aproximações e diálogos

A aproximação entre as duas doenças como objeto de estudo baseia-se no modo como tais doenças foram apresentadas e inseridas no meio social. Em ambas as doenças, conseguimos encontrar quatro características de construção social e da epidemiologia que permitem estabelecer uma aproximação entre si.

Tais características permitem um entrelaçamento que confere sentido à sua aproximação e comparação, sendo elas: o seu caráter de transmissibilidade, a sua ligação inicial com sexualidades dissidentes, a atuação da mídia sobre elas e as marcas visíveis que ambas trazem.

Com o objetivo de não cair no erro de tentar aproximar doenças que se deram em tempos distintos e assim flertar com possíveis anacronismos, buscamos nos ater à forma como ambas as doenças se desenvolveram e foram apresentadas na sociedade. Embora tenham ocorrido com um hiato de 40 anos entre si, a forma como se desenvolveram na sociedade, os discursos, os estigmas e as atitudes do poder público guardam semelhanças que permitem certas aproximações.

O aspecto da transmissibilidade das doenças se faz presente tanto na Aids quanto na Mpox. Na Aids, a definição das formas de transmissão, tendo o sexo — sobretudo o homossexual — ocupando um lugar central, fez com que a ideia de pecado, transgressão e castigo se desenvolvesse na concepção da doença¹⁶. O medo do contágio, acrescido do estigma de ser diagnosticado com uma doença que se torna sinônimo de

¹⁶ AMORIM, Graziela Regina de. Temer não humilha tanto como ser temido: controle e perseguição a “Gangue da AIDS”. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo. *Anais* [...]. São Leopoldo: [s. n.], 2007, p. 1-8; SONTAG, Susan. *Doença como metáfora, AIDS e suas metáforas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

homossexualidade, em um momento em que esta é tida como algo fortemente negativo, se faz presente na doença, e a ideia de transmissão reside no temor que encarna na pessoa diagnosticada com a doença.

A Mpox, por seu turno, se mostra também transmissível, e embora não seja considerada uma Infecção Sexualmente Transmissível¹⁷ (IST) propriamente dita, e ainda não esteja claro se a presença do vírus no sêmen é capaz de levar ao desenvolvimento da doença¹⁸, a prevalência da transmissão pela via sexual — sobretudo entre homossexuais, bissexuais e homens com práticas homoeróticas — reacende a patologização das sexualidades dissidentes¹⁹. O medo do contágio e as ideias de pecado e transgressão voltam ao presente, reabilitando o sentido de contágio na atualidade.

A transmissibilidade e a sua ideia de contágio se apresentam na história das doenças como potentes catalizadores de símbolos e sentidos. O medo da transmissão, a forma de transmissão — sobretudo pelo sexo, e em alguns momentos, pelo sexo homossexual — e a ideia de “contágio” se unem e atribuem sentidos às doenças:

Conceitos aparentemente objetivos, a transmissibilidade [...] revelam-se, na verdade, como formas de representação das doenças na medida em que acionam mecanismos de defesa contra os doentes,

¹⁷ CUNHA, Letícia de Queiroz. et al. Prevalência da via de transmissão sexual na doença Varíola dos Macacos. *Research, Society and Development*, [s. l.], v. 12, n. 4, p. 1-10, 2023. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/40993/33633/440206>. Acesso em: 9 abr. 2025.

¹⁸ PEREIRA, Victória Santos M. et al. Varíola dos macacos: uma visão geral da doença reemergente no contexto atual. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 8, n. 10, p. 68071-68081, 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/53256/39601>. Acesso em: 11 abr. 2025.

¹⁹ LOPES, Pablo de Oliveira. HIV e AIDS, passado e presente: os gays como representação social da doença. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 7, n. 5, p. 50122-50134, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/30028/23651>. Acesso em: 1 out. 2025; ROCHA, Francisco. et al. Monkeypox e o retorno de um espectro: o campo da saúde em tempos sombrios. *Interface*, Botucatu, v. 26, p. e220417, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/fG8bQHxYYf7FSX5GXY8L5Hq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 abr. 2025.

revelando valores, normas e princípios sociais que estigmatizam os indivíduos por elas acometidos²⁰.

Ambas as doenças também trazem em si o medo da morte. Nos anos 1980, a Aids passa a ser apresentada como uma sentença de morte — representação essa que será fortemente combatida pelos ativistas²¹ —, e a Mpox, embora tenha tratamento e apresente um horizonte de cura para a maioria dos doentes, passa, em seu caráter de transmissão, a aglutinar o signo da morte, em que o doente se torna não apenas um possível transmissor da doença, mas também da morte:

O estabelecimento desses dois traços distintivos pelo discurso científico, ao se difundir pelos canais de comunicação sob o manto de inúmeras versões, acaba por ser assumido socialmente nas mais diversas formas. A transmissibilidade e a incurabilidade, ao mesmo tempo em que demarcam os limites do conhecimento médico-científico, contribuem para a criação de uma experiência coletiva da doença marcada pela estigmatização do doente, pois este, como portador do agente infeccioso, passa metonimicamente a corporificar o próprio mal e consequentemente a morte²².

O medo e o discurso se unem no corpo doente e forjam uma representação do sujeito infectado como o mal em si — o mal que saiu dos pensamentos abstratos para viver entre nós, podendo, a qualquer momento, tocar, e assim transmitir, a doença para qualquer um de nós.

Entre o caráter que busca associar a sexualidade a determinadas doenças, é possível observar que não é apenas o sexo que estabelece a relação com a doença. As construções em torno da Aids mostram que o sexo heterossexual, tido como “normal” e limpo, estaria isento da Aids, em contraposição ao sexo antinatural, dissidente e sujo, praticado em lugares insalubres e escuros da “Sodoma gay” existentes nas grandes cidades.

²⁰ NASCIMENTO, Dilene R. *As pestes do século XX: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 170.

²¹ ANIEL, Herbert. *Vida antes da morte*. 3. ed. Rio de Janeiro: Abia, 2018; DANIEL, Herbert; PARKER, Richard. *Aids, A terceira epidemia: Ensaios e tentativas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Abia, 2018.

²² NASCIMENTO, Dilene R. *As pestes do século XX: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 174.

Essa diferenciação nos mostra como, independentemente de como a doença seja classificada (como IST²³ ou não), as pessoas com ela diagnosticada e/ou grupos que primeiro identificam — ou são por ela identificados — acabam por formar e ilustrar muito mais a recepção e a percepção de como a doença será vista do que classificações médicas.

Portanto, o caráter da sexualidade, a prática e a identidade se tornam os elementos em comum para a identificação da doença, ultrapassando classificações médicas, possíveis etiologias em comum ou suas características víróicas. A (homo)sexualidade configura-se aqui como o motivador da doença, criando uma relação que liga sexualidade, identidade e doença.

A patologização das sexualidades dissidentes insere-se dentro de um longo processo histórico, que ganha corpo com o olhar que a medicina lança sobre a sexualidade humana, colocando todos que diferem da norma — então heterossexual — no espectro da doença²⁴. Com a epidemia de Aids, a homossexualidade, que se debatia entre ser ou não uma doença — patológica ou mental —, passa a ser ela repatologizada, assumindo o caráter de doença em si²⁵.

Com a emergência da Mpox, ativistas, pesquisadores e cientistas alertaram que a associação da Mpox com uma sexualidade específica, incluindo recomendações realizadas por uma organização que tem grande influência e poder nos debates de saúde, prevenção e políticas públicas, poderia repatologizar as (homo)sexualidades em sentidos semelhantes ao que se viu na epidemia de Aids²⁶. A fala do diretor-geral da OMS, que

²³ Infecção Sexualmente Transmissível.

²⁴ QUINALHA, Renan. *Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

²⁵ QUINALHA, Renan. *Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

²⁶ PROCÓPIO, Mariana Ramalho; VIEIRA FILHO, Maurício João. Da aids à mpox: sentidos sobre homossexualidade em processos simbólicos estigmatizantes. *Revista Comunicação Midiática* Bauru, v. 17, n. 2, p. 57-72, 2022. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/539>. Acesso em: 13 abr. 2025; ROCHA, Francisco. et al. Monkeypox e o retorno de um espectro: o campo

conectou diretamente a Mpox e a homossexualidade, ilustra como a ideia de transmissibilidade e sexualidade está relacionado:

Frisar a comunidade específica de forma “particular”, como afirmado, é caminhar no sentido oposto da informação e apontar hipóteses incertas que contribuem para reiterar violências a sujeitos marginalizados pela heteronorma. A problemática da transmissão deve ser um dever institucional das organizações de modo a alertar todas as pessoas sobre sintomas, causas e tratamentos, e não delimitar a um grupo como foco usando por base a sexualidade²⁷.

Outro aspecto importante desta conexão entre a Aids e a Mpox, nos discursos e significados compartilhados na construção em torno das doenças, foi o papel da imprensa e da mídia na apresentação e comunicação de ambas às doenças.

Durante os anos 1980, com os primeiros casos e a incerteza que abarcava a doença, a imprensa se viu desnorteada²⁸, apresentando textos que buscavam desvendar a nova doença, sendo a maioria traduções de reportagens dos EUA. Frente aos primeiros casos, o fato da homossexualidade passa a ganhar destaque: “a mídia persistiu em vincular fortemente a Aids ao homossexualismo masculino, vínculo estampado no próprio título das notícias reproduzidas de periódicos estrangeiros ou não”²⁹.

da saúde em tempos sombrios. *Interface*, Botucatu, v. 26, p. e220417, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/fG8bQHxYYf7FSX5GXY8L5Hq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 abr. 2025; PINHEIRO, Douglas Antônio R.; BAHIA, Alexandre Gustavo M. F. M. As recomendações em saúde pública como migrações: Vírgula dos Macacos e populações LGBTQIA+. *Cad. Saúde Pública*, [s. l.], v. 39, n. 10, p. e00020623, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/MGDvhVxpJQgWGwdsD6BcbYH/?lang=pt>. Acesso em: 13 abr. 2025.

²⁷ PROCÓPIO, Mariana Ramalho; VIEIRA FILHO, Maurício João. Da aids à mpox: sentidos sobre homossexualidade em processos simbólicos estigmatizantes. *Revista Comunicação Midiática* Bauru, v. 17, n. 2, p. 57-72, 2022. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/539>. Acesso em: 13 abr. 2025. p. 65.

²⁸ BARATA, Germana Fernandes. A primeira década da Aids no Brasil: o Fantástico apresenta a doença ao público (1983-1992). 2006. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

²⁹ NASCIMENTO, Dilene R. As pestes do século XX: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 86.

Vitiello³⁰, em uma análise sobre como os homossexuais se organizaram na luta contra a Aids, aponta que a imprensa apresentou a doença não somente com o objetivo de informar, mas também buscando vender informações sobre a Aids, usando do sensacionalismo e de fatalismos para tal fim.

Com essa atuação, a imprensa escrita e a mídia construíram uma imagem do doente de Aids, criando um imaginário de como a doença fatalmente se desenvolveria naqueles que ela vitimava. A imagem construída do doente resumia-se a mostrar corpos fracos, extremamente magros, com manchas pelo corpo, acometidos por outras doenças e debilitados³¹. Embora, com a atuação dos movimentos de luta contra Aids e os avanços do movimento LGBTQIAPN+³², a abordagem da imprensa e da mídia tenha gradativamente mudado, a construção dos anos iniciais serviu para atuar no imaginário e nas representações da Aids e das pessoas que vivem com HIV.

Com a emergência do surto de Mpox, frente ao histórico da Aids, a abordagem da doença foi feita de modo mais cauteloso, com diversos setores da sociedade, como o movimento LGBTQIAPN+³³, pesquisadores³⁴ e

³⁰ VITIELLO, Gabriel Natal B. *A AIDS em cena: os primeiros protagonistas da maior epidemia no final do século XX.* 2009. 108 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009.

³¹ BARATA, Germana Fernandes. *A primeira década da Aids no Brasil: o Fantástico apresenta a doença ao público (1983-1992).* 2006. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006; VITIELLO, Gabriel Natal B. *A AIDS em cena: os primeiros protagonistas da maior epidemia no final do século XX.* 2009. 108 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009.

³² A sigla LGBTQIAPN+ diz respeito a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, Queers, Intersexo, Assexuados, Pansexuais e Não binário. O símbolo de “+” indica outras formas de expressão, identidades de gênero e sexualidade dissidentes.

³³ FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. *Cad. AEL*, [s. l.], v.10, n. 18/19, p. 81-125, 2003.

³⁴ 'CORREMOS o risco de repetir com a monkeypox o estigma da Aids', alerta historiadora. Fiocruz, 2022. Disponível em: <https://fiocruz.br/noticia/2022/08/corremos-o-risco-de-repetir-com-monkeypox-o-estigma-da-aids-alerta-historiadora>. Acesso em: 10 abr. 2025; PINHEIRO, Douglas Antônio R.; BAHIA, Alexandre Gustavo M. F. M. As recomendações em saúde pública como migrações: Varíola dos Macacos e populações LGBTQIA+. *Cad. Saúde Pública*, [s. l.], v. 38, n. 1, p. 1-10, 2022.

agências internacionais, como o órgão da Organização das Nações Unidas para a Aids (UNAIDS)³⁵, emitindo alertas e recomendações de como abordar a doença, a fim de não incorrer a estigmas, preconceitos e sensacionalismos.

Contudo, a vinculação das imagens de pústulas, lesões, feridas e corpos acometidos pela Mpox não deixaram de circular. Exemplo disso é a reportagem do jornal Metrópoles³⁶, de setembro de 2024³⁷, com a manchete “Cidade de São Paulo Registra 35 novos casos de Mpox em uma semana”, seguida da imagem de um homem branco, sem camisa, que apresenta o corpo em um plano de fundo secundário, fora de foco, mas sendo possível observar o peito e o pescoço com manchas vermelhas e, em primeiro plano, as palmas das mãos abertas mostrando grandes lesões vermelhas.

Embora as lesões da Mpox sejam, na realidade, menores e com baixa prevalência nas palmas das mãos³⁸, a imagem vinculada à notícia busca remeter à ideia de marca, dor e de transmissibilidade da doença, reforçando estigmas. Isso fica evidente ao observarmos que a foto apresentada não é utilizada com a finalidade de promover a identificação ou reconhecimento de lesões, mas sim para ilustrar e transmitir o sentimento de dor e promover a diferenciação corporal causada pela doença.

I.], v. 39, n. 10, p. e00020623, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/MGDvhVxpJQgWGwdsD6BcbYH/?lang=pt>. Acesso em: 13 abr. 2025; ROCHA, Francisco. et al. Monkeypox e o retorno de um espectro: o campo da saúde em tempos sombrios. *Interface*, Botucatu, v. 26, p. e220417, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/fG8bQHxYYf7FSX5GXY8L5Hq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 abr. 2025COC/FIOCRUZ.

³⁵ UNAIDS alerta sobre linguagem estigmatizante relacionada à Mpox. UNAIDS, 2022. Disponível em: https://unaids.org.br/2022/05/comunicado-a-imprensa_variola_dos_macacos/. Acesso em: 10 abr. 2025.

³⁶ SALES, Bruna. Cidade de São Paulo registra 35 novos casos de mpox em uma semana. Metrópoles, 2024. Disponível em: <https://www.metropoles.com/sao-paulo/sao-paulo-novos-casos-mpox-uma-semana>. Acesso em: 11 abr. 2025.

³⁷ O surto de Mpox ocorreu em 2022, atingindo em 2022, a sua fase mais aguda. Contudo, os casos da doença continuaram a ocorrer em menor escala.

³⁸ De acordo com o Boletim Mpox da Prefeitura da cidade de São Paulo, em apenas 13.7% dos casos houve registros de lesões nas palmas das mãos. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/documents/d/saude/boletim-mpox-17_04_25-pdf. Acesso em: 11 abr. 2025.

Um aspecto que merece especial atenção é que, além do estigma visual associado às marcas visíveis da doença — que, por si só, já podem provocar medo e reforçar a ideia de contágio —, observou-se a recorrência de lesões localizadas nas regiões anal e genital, além de dor no ânus e inchaço no pênis³⁹. Tais sintomas, tidos como incomuns entre os sintomas clássicos da doença, despertaram a atenção médica.

Entretanto, a divulgação desses sintomas pela imprensa necessita de atenção. O fato de que, no momento do surto de 2022, a maioria de casos tenha sido identificada em sujeitos com sexualidades dissidentes contribuiu para a construção de uma narrativa potencialmente estigmatizante.

Ao estabelecer uma associação entre os novos sintomas e a sexualidade, temos a reintrodução, no debate da saúde pública, dos espectros do medo, da culpa, da transgressão e da suposta poluição dos corpos. Assim, observa-se a reintegração dos estigmas históricos relacionados à Aids no cenário da Mpox⁴⁰.

A doença entre nós: Impactos nas sociabilidades

A sociabilidade passou a configurar nos trabalhos e pesquisas históricas, sobretudo a partir dos anos 1960, com os estudos de Maurice Agulhon⁴¹. Em seus trabalhos, o autor reconstrói o percurso que a categoria de sociabilidade percorreu antes de ser pensada pela história. Sua trajetória vai da psicologia, filosofia, sociologia e, finalmente, chega à história. Para o autor, parte de sua inserção na história se dá quando a categoria passa a ser considerada em

³⁹ KREUTZ, Luiz Carlos; REZENDE, Mariana Antunes; MATÉ, Yasmin Ampese. Varíola dos macacos (Monkeypox virus - Poxviridae): uma breve revisão. *ARS VETERINARIA*, Jaboticabal, v. 38, n. 3, p. 111-115, 2022. Disponível em: <https://www.arsveterinaria.org.br/index.php/ars/article/view/1477>. Acesso em abr. 2025.

⁴⁰ Apesar do estigma, dos medos em torno do contágio e da culpa não serem exclusivos da epidemia de Aids, já existindo tais discursos e metáforas em casos pretéritos de epidemias e surtos, com a Aids, a ideia de culpa e de contágio ganha novos contornos, adicionando ao rol de estigmas o elemento da sexualidade e do sexo.

⁴¹ AGULHON, Maurice. ¿Es la sociabilidad um objeto histórico? In: AGULHON, Maurice. *Política, imágenes, sociabilidades: de 1789 a 1989*. Zaragoza: Prensa de la Universidad de Zaragoza, 2016.

função do tempo e do espaço, para além de outros marcadores já inseridos pela sociologia, como idade, raça, gênero e posição social.

Em suas pesquisas, Agulhon⁴² aponta que a sociabilidade, ao se tornar uma categoria histórica, é capaz de levar a importantes análises, demonstrando que o seu caráter poliedral deve ser considerado dentro de balizas claramente estabelecidas, como recorte geográfico, cronológico e temático, a fim de evitar perder o horizonte da ideia de sociabilidade contida na análise e cair em interpretações reducionistas sobre costumes ou situações tradicionais.

A sociabilidade, neste trabalho, deve ser entendida como um conceito que abarca a interação, com diversos fins, entre sujeitos que dialogam e se relacionam a partir de um ou mais motivadores em comum. No caso do presente artigo, a sociabilidade homossexual e homoerótica deve ser considerada em forte diálogo com os elementos da sexualidade, das identidades e das práticas sexuais, levando a um fluxo de interações entre essas pessoas⁴³.

Partindo desses apontamentos, direcionamos nossa atenção particular ao desenvolvimento do surto de Mpox na cidade de São Paulo. Nossa motivação reside no fato de que, na capital paulista, existe a presença marcante de uma cultura e locais de sociabilidade homossexuais e homoeróticos, como bares, saunas, baladas e festas de sexo, que são privilegiados neste trabalho⁴⁴. Outro ponto que nos leva a esse foco se deve

⁴² AGULHON, Maurice. ¿Es la sociabilidad um objeto histórico? In: AGULHON, Maurice. *Política, imágenes, sociabilidades: de 1789 a 1989*. Zaragoza: Prensa de la Universidad de Zaragoza, 2016.

⁴³ AGULHON, Maurice. ¿Es la sociabilidad um objeto histórico? In: AGULHON, Maurice. *Política, imágenes, sociabilidades: de 1789 a 1989*. Zaragoza: Prensa de la Universidad de Zaragoza, 2016; BARRETO, Rafael Chaves V.; CARVALHO, Angelita Alves de. Espaço urbano, redes de sociabilidade e políticas de saúde LGBTI+ sob o prisma da Pesquisa Nacional de Saúde – PNS 2019. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v. 14, n. 1, p. 158-177, 2023. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/21260>. Acesso em: 13 abr. 2025.

⁴⁴ BARRETO, Rafael Chaves V.; CARVALHO, Angelita Alves de. Espaço urbano, redes de sociabilidade e políticas de saúde LGBTI+ sob o prisma da Pesquisa Nacional de Saúde – PNS

ao fato de que, dos 13.673 casos confirmados e prováveis de Mpox até fevereiro de 2025⁴⁵, São Paulo mantinha a liderança, com 5.389 casos⁴⁶.

O primeiro caso de Mpox no Brasil foi registrado em um homem, na cidade de São Paulo, em junho de 2022. A partir do primeiro caso, instalou-se um cenário dúbio: enquanto a imprensa noticiava o tema intensamente, ativistas do movimento LGBTQIAPN+, já a par dos casos que vinham ocorrendo na Europa e América do Norte, iniciaram um processo de pressão sobre as autoridades, exigindo informações sobre a doença, cuidados e possíveis vacinas. Contudo, as autoridades de saúde pública, em vários níveis (municipais, estaduais e federais), eram constantemente apontadas como inertes ao problema⁴⁷.

O pico de casos ocorreu entre os meses de julho e agosto de 2022⁴⁸. Logo após os primeiros casos, e com o histórico da associação entre a Mpox e homossexuais, a sociabilidade e o cotidiano, sobretudo sexual, de gays, bissexuais e homens com práticas homoeróticas, sentiram os primeiros efeitos.

Ainda em maio de 2022, quando o Brasil ainda não registrava casos, o fechamento de uma sauna tomou os noticiários relacionados ao surto no

2019. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v. 14, n. 1, p. 158-177, 2023. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlegg/article/view/21260>. Acesso em: 13 abr. 2025.

⁴⁵ BRASIL. Centro de Operações de Emergências (COE) – Informe Semanal Mpox. Edição nº 17 | SE 01/2024 a 05/2025. [S. I.]: COE, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/coes/mpox/informes/informe-semanal-no-17-mpox-se-01-2024-a-05-2025-4-de-fevereiro-de-2025>. Acesso em: 12 abr. 2025.

⁴⁶ BRASIL. Centro de Operações de Emergências (COE) – Informe Semanal Mpox. Edição nº 17 | SE 01/2024 a 05/2025. [S. I.]: COE, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/coes/mpox/informes/informe-semanal-no-17-mpox-se-01-2024-a-05-2025-4-de-fevereiro-de-2025>. Acesso em: 12 abr. 2025.

⁴⁷ O Governo do Estado de São Paulo anunciou um plano para a Mpox apenas dois meses depois do primeiro caso confirmado. Ver: SCHEFFER, Mário. Inércia de governos e homofobia pioram o surto de varíola dos macacos. *Estadão*, 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/politica-e-saude/inerzia-do-governo-e-homofobia-pioram-o-surto-de-variola-dos-macacos/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

⁴⁸ BRASIL. Centro de Operações de Emergências (COE) – Informe Semanal Mpox. Edição nº 17 | SE 01/2024 a 05/2025. [S. I.]: COE, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/coes/mpox/informes/informe-semanal-no-17-mpox-se-01-2024-a-05-2025-4-de-fevereiro-de-2025>. Acesso em: 12 abr. 2025.

Brasil. Embora muitas manchetes se referissem ao local apenas como “sauna”⁴⁹, outros jornais a adjetivavam com “Sauna Gay”⁵⁰ ou “Sauna LGBT”⁵¹ e apresentavam o local como sendo foco de novos casos registrados na Espanha.

O fechamento de um estabelecimento voltado para o público gay, ainda que na Espanha, mas divulgado no Brasil, causou alerta entre os membros da comunidade LGBTQIAPN+⁵², que, além dos discursos associativos com a doença, viam agora espaços de sociabilidade serem interditados e tidos como lócus da doença, podendo inspirar ações semelhantes. Fato que viria a ocorrer.

No início de agosto de 2022, um vereador de um partido de direita da cidade de Sorocaba, interior de São Paulo, apresentou um requerimento ao Poder Executivo pedindo que a 15ª Parada LGBT da cidade fosse cancelada como uma medida preventiva à Mpox, utilizando dados de casos entre homossexuais e bissexuais para embasar o requerimento⁵³. A parada estava marcada para o dia 28 de agosto de 2022.

⁴⁹ SAUNA é interditada em Madri por suspeita de varíola dos macacos; Espanha registra 30 infecções. G1, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2022/05/21/sauna-e-interditada-em-madri-por-suspeita-de-variola-dos-macacos-espanha-registra-30-infecoes.ghtml>. Acesso em: 13 abr. 2025.

⁵⁰ COSTA, Cristyan. Varíola dos macacos: Madri interdita sauna gay por suspeitas de casos. Revista Oeste, 2022. Disponível em: <https://revistaoeste.com/mundo/variola-dos-macacos-madri-interdita-sauna-gay-por-suspeita-de-casos/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

⁵¹ SAUNA é interditada em Madri por suspeita de varíola dos macacos; Espanha registra 30 infecções. G1, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2022/05/21/sauna-e-interditada-em-madri-por-suspeita-de-variola-dos-macacos-espanha-registra-30-infecoes.ghtml>. Acesso em: 13 abr. 2025.

⁵² CRUZ, Fernanda. Varíola dos macacos: entidades criticam estigma a homossexuais. Agência Brasil, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2022-08/variola-dos-macacos-entidades-criticam-estigma-homossexuais>. Acesso em: 14 abr. 2025; LUCCA, Bruno. População LGBTQIA+ vê risco de estigma com surto de varíola dos macacos. Folha de S.Paulo, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2022/08/populacao-lgbtqia-ve-risco-de-estigma-com-surto-de-variola-dos-macacos.shtml>. Acesso em: 30 set. 2025.

⁵³ VEREADOR de Sorocaba pede suspensão da parada LGBT e alega prevenção ao surto de varíola dos macacos. G1, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2022/08/03/vereador-de-sorocaba-pede-suspensao-da-parada-lgbt-e-alega-prevencao-ao-surto-de-variola-dos-macacos.ghtml>. Acesso em: 13 abr. 2025.

Nesse ponto, a sociabilidade de eventos LGBTQIAPN+ se viu atacada, numa atitude que associou a comunidade LGBTQIAPN+ à doença e fomentou motivações para o cerceamento da sociabilidade da comunidade LGBTQIAPN+. Os organizadores do evento e ativistas apontaram que a busca pelo cancelamento se baseava em uma postura homofóbica, uma vez que outros eventos não LGBTQIAPN+ não se tornaram alvos da atenção da saúde pública.

Entre agosto (pico do surto de Mpox) e setembro de 2022, a imprensa publicava relatos de homens gays e bissexuais que haviam mudado de hábitos em decorrência da doença⁵⁴. A redução de práticas sexuais, a decisão de não ir a determinados locais, como baladas e festas, a redução de clientes em bares e o medo das “feridas” aparecem nos relatos. A possibilidade de ficar marcado — tanto no sentido literal, da pele, quanto no social, de ser reconhecido como um ex-infectado — aparece nas falas dos depoentes.

Frente a essa exposição, temos a dimensão de que a forma como se comunica a doença pode ser um gerador de estigmas. A comunicação, ao associar a transmissão às marcas e estabelecer uma conexão com uma sexualidade específica, torna-se capaz de impactar não somente as pessoas de modo individual e subjetivo, como o medo ou decisões individuais, mas também abre brechas para que forças e posições contrárias à comunidade LGBTQIAPN+ se utilizem disso para cercear e combater a sociabilidade desses indivíduos.

⁵⁴ FILHO, Eduardo F. 'Parei de ir a festas, limitei novos parceiros', diz psicólogo que mudou o comportamento por medo da varíola. *O Globo*, 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/saude/noticia/2022/09/variola-dos-macacos-homens-comecam-a-mudar-o-comportamento-sexual-no-brasil-por-causa-da-infeccao-entenda.ghtml>. Acesso em: 30 set. 2025; KER, João. Varíola dos macacos traz medo, preconceito e já faz gays e bissexuais mudarem hábitos. *Estadão*, 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/saude/variola-dos-macacos-traz-medo-preconceito-e-ja-faz-gays-e-bissexuais-mudarem-habitos/>. Acesso em: 30 set. 2025.

No sentido coletivo, houve também impactos nas sociabilidades e nos comportamentos sexuais. As festas de sexo e baladas que existem na cidade de São Paulo também se viram impactadas, sendo que três delas — a festa Dando, a festa Kevin e a festa Brutus — cancelaram seus eventos. A festa Dando, em publicação nas redes sociais, cancelou o evento marcado para o início de agosto de 2022. A festa Kevin também não realizou sua edição de agosto. Já a Brutus anunciou que sua festa de agosto seguiria um protocolo de redução de danos, mantendo o *Darkroom*⁵⁵ fechado, e posteriormente suspendeu a festa de setembro.

Diante do exposto neste tópico, é possível observar que os espaços de sociabilidade homossexual e homoerótica, assim como esses sujeitos, se viram afetados de diversas formas pela doença. As categorias do estigma, da sexualidade, da transmissão e da atuação da imprensa e da mídia se fizeram presentes nos diversos impactos e desdobramentos que a Mpox causou na sociabilidade homossexual e homoerótica. Na próxima parte do artigo, buscamos demonstrar como, a partir do que denominamos de conhecimentos historicamente acumulados, a comunidade LGBTQIAPN+ e os sujeitos com práticas homoeróticas reagiram e manejaram tais impactos, assim como buscaram combater os estigmas e preconceitos da doença, bem como a doença em si.

Conhecimentos historicamente acumulados: uma ferramenta de resistência

Frente ao exposto até o momento, iniciamos esta seção com o seguinte questionamento: como a população LGBTQIAPN+ e homens com práticas homoeróticas reagiram frente ao estigma, ao preconceito, à doença e aos impactos nas sociabilidades?

⁵⁵ A palavra *Darkroom*, em inglês, pode ser traduzida como “quarto escuro”. Trata-se, geralmente, de locais escuros, localizados em baladas, bares, saunas ou festas de sexo, em que a falta de iluminação e o ambiente reservado permitem interações sexuais mais intensas.

Para responder a essa colocação, recorro à ideia de conhecimentos historicamente acumulados. A população LGBTQIAPN+, que desde meados da década de 1970 vem se mobilizando e inserindo-se no debate político com mais força, constituiu, como movimento, durante as décadas de 1980 e 1990, um rol de conhecimentos que buscavam, de maneira geral, fazer frente a dois pontos. O primeiro era a luta para que a homossexualidade passasse a ser vista de maneira mais positiva, fosse desconsiderada como doença e tivesse garantidos direitos civis, políticos e sociais. O segundo ponto tratava da luta contra a Aids, por meio de ONGs e grupos, o movimento se inseriu em debates públicos, médicos, sociais e políticos.

Na luta contra a Aids, os ativistas buscaram garantir dignidade aos doentes, acesso aos medicamentos e o fim de preconceitos e discriminações, assim como maior atenção da saúde pública a essa população⁵⁶. Entretanto, dois pontos precisam ser mencionados.

Em primeiro lugar, coloca-se como debate que o impacto inicial da epidemia de Aids desmobilizou as ações dos movimentos de afirmação homossexual⁵⁷. Frente a essa colocação, é possível mencionar que, para alguns autores⁵⁸, essa mobilização não foi uma ruptura, pois o movimento homossexual, em grande parte, passou a se envolver com a luta contra a Aids, embora isso não se tenha dado de maneira automática. O segundo ponto é o fato de que, entre os casos iniciais, as mobilizações em torno da doença e as vitórias das ONGs e dos ativistas não constituem uma história linear e progressista, e sim uma história que transborda tensões, embates, rusgas e

⁵⁶ CUETO, Marcos; LOPES, Gabriel. *Uma história global e brasileira da Aids 1986-2021*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2023.

⁵⁷ FACCHINI, Regina. Histórico da luta LGBT no Brasil. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6^a REGIÃO (org.). *Psicologia e diversidade sexual*. São Paulo: CRPSP, 2011, p. 10-19.

⁵⁸ CAETANO, Marcio; NASCIMENTO, Claudio, RODRIGUES, Alessandro. Do caos re-emerge a força: AIDS e mobilização LGBT. In: GREEN, James N. et al. *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018, p. 279-295; VITIELLO, Gabriel Natal B. A AIDS em cena: os primeiros protagonistas da maior epidemia no final do século XX. 2009. 108 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009.

problemas, mas que, no balanço geral, carrega um saldo positivo de conquistas de direitos e visibilidade⁵⁹.

Com base nesse histórico de atuação, que incluiu diversas frentes, como pesquisas para o desenvolvimento de campanhas de prevenção específicas para a população LGBTQIAPN+, que visavam produzir materiais que considerasse atenção especial à linguagem, as práticas sexuais desses sujeitos e a exposição de diversos métodos de prevenção, para que houvesse a possibilidade de adequação frente a realidade de cada sujeito. Sobre à imprensa e às mídias, houve atenção na forma como se falava e se representava a doença e os doentes. Neste período, houve uma aproximação inédita entre as ONGs e ativistas com as diversas esferas governamentais, o que gerou nos ativistas um aprendizado de como lidar com o governo, ministérios, secretarias e a burocracia estatal, tendo também ocorrido um desenvolvimento de produções culturais voltadas para a valorização da vida e da memória das vítimas da Aids.

Tendo em consideração tais pontos, o que aqui chamo de conhecimentos historicamente acumulados trata-se de um corpo diverso de conhecimentos práticos e teóricos, que se desenvolveram com base em uma historicidade e se acumulou na memória, na história e na experiência do movimento e da população LGBTQIAPN+.

Com o início do surto da Mpox e com os estigmas e preconceitos acionados com ele, como demonstrado nas seções anterior, houve, por parte da comunidade LGBTQIAPN+, médicos, ativistas, pesquisadores, instituições, ONGs e aliados do movimento LGBTQIAPN+, uma atenção sobre como o surto foi apresentado, comunicado e desenvolvido na sociedade. Aponto que parte dessa atenção e das respostas mobilizadas por esses sujeitos advém dos conhecimentos historicamente acumulados, que se apresenta como uma

⁵⁹ CUETO, Marcos; LOPES, Gabriel. *Uma história global e brasileira da Aids 1986-2021*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2023.

ferramenta conceitual e prática, que instrumentalizou esses sujeitos a fazer frente e promover respostas, inclusive dentro da própria comunidade.

Com os primeiros casos e as notícias que deles se desenvolveram, ativistas, pesquisadores e instituições logo se prontificaram em chamar a atenção para a linguagem e os discursos⁶⁰. Esses sujeitos logo apontaram a semelhança dos anos iniciais da Aids com a fala (já mencionada) do diretor-geral da OMS, como mencionou a pesquisadora da Fiocruz, Dilene Nascimento:

Quando o diretor da OMS [Organização Mundial da Saúde, Tedros Adhanom] falou sobre isso, fiquei impactada. Vamos voltar à era da Aids? Ele falou que uma forma de se proteger da monkeypox seria que homens que fazem sexo com homens reduzissem o número de parceiros, o que pode fazer as pessoas suporem que apenas homossexuais masculinos podem ter e transmitir monkeypox. A transmissão se dá por contato com lesões de pele ou com secreções [de indivíduos com a doença], então qualquer pessoa pode ser infectada. Novamente corremos o risco de entrar num processo em que entramos em relação à Aids⁶¹.

A UNAIDS publicou um comunicado à imprensa, no qual menciona o fato de que:

O UNAIDS expressou preocupação sobre algumas reportagens e comentários públicos relacionados ao surto de varíola dos macacos, que têm usado linguagem e imagens, particularmente de pessoas da comunidade LGBTQIA+ e de pessoas provenientes do continente africano, que reforçam estereótipos homofóbicos e racistas e acentuam o estigma. As lições da resposta à pandemia de AIDS mostram que o estigma e a culpabilização dirigidos a certos grupos de pessoas podem rapidamente minar a resposta a surtos⁶².

Outro ponto em que os conhecimentos historicamente acumulados se fizeram visível foi no fato de que ONGs e ativistas se mobilizaram a fim de

⁶⁰ 'CORREMOS o risco de repetir com a monkeypox o estigma da Aids', alerta historiadora. Fiocruz, 2022. Disponível em: <https://fiocruz.br/noticia/2022/08/corremos-o-risco-de-repetir-com-monkeypox-o-estigma-da-aids-alerta-historiadora>. Acesso em: 10 abr. 2025.

⁶¹ 'CORREMOS o risco de repetir com a monkeypox o estigma da Aids', alerta historiadora. Fiocruz, 2022. Disponível em: <https://fiocruz.br/noticia/2022/08/corremos-o-risco-de-repetir-com-monkeypox-o-estigma-da-aids-alerta-historiadora>. Acesso em: 10 abr. 2025.

⁶² UNAIDS alerta sobre linguagem estigmatizante relacionada à Mpox. UNAIDS, 2022. Disponível em: https://unaids.org.br/2022/05/comunicado-a-imprensa_variola_dos_macacos/. Acesso em: 10 abr. 2025.

combater e buscar a responsabilização de autoridades que agissem de forma homofóbica, estigmatizante ou preconceituosa.

No mês de julho de 2022, um médico foi afastado de suas funções pela Secretaria de Saúde de Santo André, em São Paulo, quando um paciente relatou que, ao procurar um atendimento médico por suspeita de Mpox, foi hostilizado e tratado com diferenciação pelo médico⁶³. Após o relato do caso, a Secretaria de Saúde afastou o médico e lamentou o ocorrido.

Em agosto de 2022, quando o vereador propôs que a Parada LGBT de Sorocaba não ocorresse, houve não apenas a mobilização dos organizadores do evento⁶⁴, mas também a instauração de um inquérito pela Polícia Civil, que apontou que a atitude do vereador poderia ser caracterizada como crime de homofobia⁶⁵.

Ainda em agosto de 2022, vereadoras de São Paulo acionaram o Ministério Público Federal, acusando o então presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, de ter cometido crime de homofobia durante uma entrevista a um podcast, no qual teria associado a Mpox e sua vacinação à homossexualidade⁶⁶.

Essas ocorrências demonstram que a atenção à linguagem e o combate ao preconceito se constituem como ferramentas que os sujeitos

⁶³ FARIAS, Carolina. Médico é afastado por suspeita de homofobia contra paciente com varíola dos macacos. CNN, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/medico-e-afastado-por-suspeita-de-homofobia-contra-paciente-com-variola-dos-macacos/>. Acesso em: 30 set. 2025.

⁶⁴ VEREADOR de Sorocaba pede suspensão da parada LGBT e alega prevenção ao surto de varíola dos macacos. G1, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2022/08/03/vereador-de-sorocaba-pede-suspensao-da-parada-lgbt-e-alega-prevencao-ao-surto-de-variola-dos-macacos.ghtml>. Acesso em: 13 abr. 2025.

⁶⁵ G1. Inquérito investiga pedido de vereador para suspender parada LGBT como 'prevenção à varíola dos macacos', Sorocaba e Jundiaí, 05/10/2022.

⁶⁶ SANTOS, Natália. Bolsonaro é alvo de ação de vereadoras por frases homofóbicas sobre varíola dos macacos no Flow. Estadão, 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-frases-homofobicas-variola-macacos-flow-podcast/>. Acesso em: 1 out. 2025.

utilizam para fazer frente aos estigmas e à homofobia, mostrando que determinadas atitudes e falas não mais ecoam de modo livre e irrestrito.

Contudo, creio ser possível ver o desenvolvimento da atuação dos conhecimentos historicamente acumulados no modo em que os LGBTQIAPN+ se utilizaram dessa ferramenta para lidar com a Mpox e a sociabilidade.

Em agosto de 2022, durante o pico da Mpox, a Coordenadoria de IST/Aids da Secretaria de Saúde Municipal de São Paulo realizou uma reunião com produtores de festas e donos de saunas, bares e locais voltados ao sexo, na qual, em conjunto, buscaram elaborar um plano para lidar com o surto⁶⁷. Embora com um atraso considerável, ao chamar tais sujeitos para uma ação participativa, é possível observar que a dimensão do diálogo se faz presente.

Quando consideramos os locais de sociabilidade homossexuais, como as saunas e festas de sexo, é possível ver por parte delas uma atuação que buscava fornecer informações e agir com mais atenção à linguagem. Nas redes sociais de tais festas, foram divulgadas informações sobre as formas contágio e a responsabilidade das festas e dos sujeitos frente aos apelos dos órgãos de saúde pública, mas enfatizando fortemente que a culpa e o estigma deveriam ser combatidos. A festa Dando, em postagem na sua página do Instagram, apontou que:

Informaremos nessa publicação alguns sintomas para que fique atento, mas antes de tudo vale lembrar que a ida a uma festa neste momento deve ser feita através de sua autoanálise de risco, assim sendo não há CULPAS nem CULPADOS pois estamos falando de CORRESPONSABILIDADE. Logo, seja gentil consigo mesmo, com as pessoas ao seu redor e com o ambiente que frequentou!⁶⁸

⁶⁷ FILHO, Eduardo F. 'Parei de ir a festas, limitei novos parceiros', diz psicólogo que mudou o comportamento por medo da varíola. *O Globo*, 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/saude/noticia/2022/09/variola-dos-macacos-homens-comecam-a-mudar-o-comportamento-sexual-no-brasil-por-causa-da-infeccao-entenda.ghtml>. Acesso em: 30 set. 2025; KER, João. Varíola dos macacos traz medo, preconceito e já faz gays e bissexuais mudarem hábitos. *Estadão*, 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/saude/variola-dos-macacos-traz-medo-preconceito-e-ja-faz-gays-e-bissexuais-mudarem-habitos/>. Acesso em: 30 set. 2025.

⁶⁸ Festa Dando. Saúde – Varíola. 18 ago. 2022 Instagram: @festadando. Disponível em: <https://www.instagram.com/festadando?igsh=a3YzcmV2bmowY3Bj>. Acesso em: 04 out. 2025.

Em outra postagem, no dia 11 de agosto de 2022, a festa Dando menciona a importância da informação, colocando que a informação não deve circular de maneira endereçada, mas sim de modo amplo entre diversos setores da sociedade:

A informação é a forma mais eficaz, é necessário criar uma conscientização geral, para que racionalmente o indivíduo possa decidir e fazer sua própria análise de risco, isso independente de gênero, todas estão sujeitas. Não é uma IST e tem uma letalidade baixa, seu maior contato está associado ao contato íntimo prolongado, mas assim também pegamos gripe. Se atente ao seu corpo, esteja em contato com seus parceiros, os sintomas irão gerar o diagnóstico que irá gerar o isolamento que irá gerar a contenção. Este não é o momento de discutirmos culpa, cancelar as festas que não estão sendo canceladas e sim assumirmos a responsabilidade de conscientizar toda a população, não só nos clubes mas também nas escolas, igrejas, líderes comunitários e até mesmo alguns profissionais da saúde⁶⁹.

As redes sociais, utilizadas para a divulgação dos seus eventos, foram, nesses momentos, usadas como forma de veiculação de assuntos de saúde pública e, com base em seu alcance e linguagem, como forma de conscientização da doença e seus sintomas.

É importante destacar que médicos LGBTQIAPN+ também utilizaram suas redes sociais e canais para informar e conscientizar sobre a Mpox. Como exemplo, citamos o médico infectologista Vinicius Borges, que utiliza nas redes sociais o nome de “Doutor Maravilha”. Em sua página no Instagram, havia postagens sobre sintomas, cuidados e denúncias sobre a falta de medicamentos, vacinas e a inércia do Ministério da Saúde e autoridades frente ao alto número de casos confirmado no país. Em postagem de outubro de 2022, ele alertava sobre a redução de casos, mas enfatizava que a doença não estava sob controle:

A situação está controlada: não! Temos 8.200 casos confirmados e 4.500 casos suspeitos. E ainda não temos vacina. Nem uma dose sequer. Nem remédio: se você tem uma forma grave, precisa contar

⁶⁹ Festa Dando. Negligenciar informação é um ato irresponsável. 11 ago. 2022. Instagram: @festadando. Disponível em: <https://www.instagram.com/festadando?igsh=a3YzcmV2bmowY3Bj>. Acesso em: 04 out. 2025.

com a sorte. Mas nitidamente desde setembro vemos uma diminuição dos casos novos, e como não houve vacina, o responsável por isso PROVAVELMENTE foi: a gente. A nossa comunidade. Principalmente homens gays e bissexuais que além do estigma nos serviços de saúde, tiveram que se mobilizar e conscientizar seus pares. O importante agora é não acomodar. Ainda não dá para relaxar. Eu recomendo retomar a vida sexual como antes só depois de receber pelo menos uma dose da vacina contra monkeypox e aguardar 2 semanas pra agir⁷⁰.

Nessa postagem, podemos ver que a mobilização e a conscientização da própria comunidade são mencionadas como uma prática que gerou resultados efetivos: a queda de novos casos. A presença de profissionais da saúde da comunidade LGBTQIAPN+ se mostrou um fator essencial dentro da divulgação de informações sobre a doença e um importante ponto de apoio, atuando como facilitador da comunicação e no acolhimento de indivíduos doentes e com suspeitas de infecção, criando, em alguns casos, um ambiente seguro e sem preconceitos.

A festa Kevin também utilizou suas redes sociais para comunicar sobre a Mpox. A postagem menciona que a festa tem, desde seu início, em 2015, um infectologista que acompanha e fornece assistência aos eventos. Na sequência, a Mpox é apresentada e o texto finaliza com uma recomendação:

se você teve febre com dor de garganta/cabeça, gânglios aumentados e dolorosos, e qualquer lesão estranha na pele, seja no corpo ou nos genitais, melhor procurar atendimento do que se jogar na noite. Pois pode ser monkeypox. [...] Em casos de suspeita, o Hospital Emílio Ribas tem testagem gratuita em forma de PCR - nem toda dor de garganta hoje em dia, por exemplo, pode ser Covid, estamos entendidos? Vamos nos cuidar hoje e sempre!⁷¹.

Outro local de sociabilidade que também se mobilizou foi a sauna e hotel Chilli, localizada na região central de São Paulo. Em suas redes sociais, a sauna esclareceu o que era a Mpox e quais eram os sintomas e formas de

⁷⁰ BORGES, Vinícius. O número de casos no Brasil vem caindo. São Paulo, 06, out. 2022. Instagram: @doutormaravilha. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CjZCs1uLA9q/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==. Acesso em: 04 out. 2025.

⁷¹ Projeto Kevin. Monkeypox, 15 jul. 2022. Instagram: @projetokevin. Disponível em: <https://www.instagram.com/projetokevin/?igsh=Mjhwc3B3MHlYTdm>. Acesso em: 04 out. 2025.

contágio, bem como apresentou informações sobre a vacinação. Além disso, a sauna Chilli veiculou, em suas televisões que se encontram espalhadas pelo local, informações e estudos sobre a Mpox.

As atitudes e posturas desses estabelecimentos mostram como o que denominamos de conhecimentos historicamente acumulados foi acionado e utilizado por uma rede de sociabilidade que envolve desde sujeitos individuais até empresas e serviços de saúde. A festa Dando tem, em sua página do Instagram, postagens sobre HIV e Aids, testagem e uso de PrEP⁷². A Sauna Chilli tem em seu estabelecimento a distribuição gratuita de autotestes de HIV, além de realizar programas de testagem periódica.

Em 2024, o Bar Dédalos, outro ponto de sociabilidade homossexual, também localizado na região central de São Paulo, recebeu da Prefeitura de São Paulo o prêmio de Empresa Positiva, como reconhecimento na sua atuação na prevenção e mobilização contra estigmas e preconceitos. Aplicativos de encontros e de sexo, como o Grindr, disponibilizaram em seu aplicativo links que, de acordo com o país do usuário, levavam a informações sobre a Mpox e onde encontrar auxílio em caso de suspeita. No Brasil, o aplicativo indicava o site do Ministério da Saúde e da Organização Pan-America da Saúde (Opas) como referências para esclarecimentos sobre a Mpox.

Todas essas ações, realizadas por diferentes sujeitos, instituições e até estabelecimentos e aplicativos, constituem aquilo que chamamos aqui de conhecimentos historicamente acumulados. Esse conjunto de conhecimentos se mostra especialmente relevante no caso das sociabilidades homossexuais. Os espaços e sujeitos não negam a realidade da doença nem buscam amenizá-la, mas alertam que a sua divulgação e conscientização precisam ser realizadas de maneira adequada. A comunidade prejudicada naquele momento deve ser chamada a participar ativamente das políticas de saúde,

⁷² PrEP é a sigla para Profilaxia Pré-Exposição, medicamento utilizado no combate ao HIV.

o respeito e a dignidade devem prevalecer nas abordagens, pesquisas e atuações públicas, e identidades devem ser respeitas, assim como a atenção à linguagem e aos símbolos evocados ao se falar de doenças, sobretudo aquelas com potencial de se tornarem estigmas sociais⁷³.

Considerações finais

Com base no exposto, apresentamos que o conceito de conhecimentos historicamente acumulados se constitui como uma ferramenta teórica e prática que, com base em experiências passadas e referenciada na memória coletiva da população LGBTQIAPN+, torna possível conduzir emergências de saúde pública de modo a evitar que a sociedade produza preconceitos, medos e estigmas contra grupos que, em muitos casos, já são vulnerabilizados.

A atuação conjunta de sujeitos, a fim de manter suas sociabilidades e buscar um equilíbrio entre saúde e sexo, demonstra que incorporar seus conhecimentos na elaboração de políticas públicas se mostra um potente aliado no controle de surtos e no desenvolvimento de estratégias futuras de saúde.

Outro elemento que o artigo buscou demonstrar é o fato de que discursos e falas sobre doenças e surtos, sobretudo quando sua predominância se dá em grupos específicos, devem ser feitos com cautela, buscando nas referências das humanidades entendimentos da motivação de tal dado. Se a alta prevalência de Mpox entre homens com práticas homoeróticas não pode ser explicada em modelos médicos ou epidemiológicos, ela possivelmente tem uma explicação social. No caso da Mpox, conhecer a sociabilidade homossexual, suas práticas, territórios e redes

⁷³ PINHEIRO, Douglas Antônio R.; BAHIA, Alexandre Gustavo M. F. M. As recomendações em saúde pública como migrações: Varíola dos Macacos e populações LGBTQIA+. *Cad. Saúde Pública*, [s. l.], v. 39, n. 10, p. e00020623, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/MGDvhVxpJQgWGwdsD6BcbYH/?lang=pt>. Acesso em: 13 abr. 2025.

de interação pode explicar os dados ou, ao menos, ajudar a entendê-los longe das referências do estigma e da patologização das sexualidades dissidentes.

Por fim, os conhecimentos historicamente acumulados e a presença de uma forte memória social, tributária da experiência da Aids, mostram-se um importante aliado na luta contra preconceitos e na busca pela prevalência da dignidade e respeito à comunidade LGBTQIAPN+.

Referências

AGULHON, Maurice. ¿Es la sociabilidad um objeto histórico? In: AGULHON, Maurice. *Política, imágenes, sociabilidades: de 1789 a 1989*. Zaragoza: Prensa de la Universidad de Zaragoza, 2016, p. 103 – 118.

AMORIM, Graziela Regina de. Temer não humilha tanto como ser temido: controle e perseguição a “Gangue da AIDS”. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo. Anais [...]. São Leopoldo: [s. n.], 2007, p. 1-8.

BARATA, Germana Fernandes. A primeira década da Aids no Brasil: o Fantástico apresenta a doença ao público (1983-1992). 2006. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BARRETO, Rafael Chaves V.; CARVALHO, Angelita Alves de. Espaço urbano, redes de sociabilidade e políticas de saúde LGBTI+ sob o prisma da Pesquisa Nacional de Saúde – PNS 2019. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v. 14, n. 1, p. 158-177, 2023. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/21260>. Acesso em: 13 abr. 2025.

BORGES, Vinícius. O número de casos no Brasil vem caindo. São Paulo, 06, out. 2022. Instagram: @doutormaravilha. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CjZCs1uLA9q/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==. Acesso em: 04 out. 2025.

BORTOLOZZI, Remom Matheus. *Entre trapos e colchas: vestígios da memória LGBTQIAPN+ sobre as primeiras respostas paulistanas à epidemia de HIV/Aids*. 2021. 362 f. Tese (Doutorado em Ciências). Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

BRASIL. Centro de Operações de Emergências (COE) – Informe Semanal Mpox. Edição nº 17 | SE 01/2024 a 05/2025. [S. l.]: COE, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/ptbr/composicao/svs/coes/mpox/informes/informe-semanal-no-17-mpox-se-01-2024-a-05-2025-4-de-fevereiro-de-2025>. Acesso em: 12 abr. 2025.

CAETANO, Marcio; NASCIMENTO, Claudio, RODRIGUES, Alessandro. Do caos re-emerge a força: AIDS e mobilização LGBT. In: GREEN, James N. et al. *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018, p. 279-295.

CALAZANS, Gabriela; FACCHINI, Regina, "Mas a categoria de exposição também tem que respeitar a identidade": HSH, classificações e disputas na política de Aids. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27(10):3913-3922, 2022.

'CORREMOS o risco de repetir com a monkeypox o estigma da Aids', alerta historiadora. Fiocruz, 2022. Disponível em: <https://fiocruz.br/noticia/2022/08/corremos-o-risco-de-repetir-com-monkeypox-o-estigma-da-aids-alerta-historiadora>. Acesso em: 10 abr. 2025.

COSTA, Cristyan. Varíola dos macacos: Madri interdita sauna gay por suspeitas de casos. Revista Oeste, 2022. Disponível em: <https://revistaoeste.com/mundo/variola-dos-macacos-madri-interdita-sauna-gay-por-suspeita-de-casos/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

CRUZ, Fernanda. Varíola dos macacos: entidades criticam estigma a homossexuais. Agência Brasil, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2022-08/variola-dos-macacos-entidades-criticam-estigma-homossexuais>. Acesso em: 14 abr. 2025.

CUETO, Marcos; LOPES, Gabriel. *Uma história global e brasileira da Aids 1986-2021*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2023.

CUNHA, Letícia de Queiroz. et al. Prevalência da via de transmissão sexual na doença Varíola dos Macacos. *Research, Society and Development*, [s. l.], v. 12, n. 4, p. 1-10, 2023. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/40993/33633/440206>. Acesso em: 9 abr. 2025.

DANIEL, Herbert. O primeiro AZT a gente nunca esquece. In: DANIEL, Herbert; PARKER, Richard. *Aids, a terceira epidemia: ensaios e tentativas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Abia, 2018, p. 139-143.

DANIEL, Herbert. *Vida antes da morte*. 3. ed. Rio de Janeiro: Abia, 2018.

DANIEL, Herbert; PARKER, Richard. *Aids, a terceira epidemia: ensaios e tentativas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Abia, 2018.

FACCHINI, Regina. Histórico da luta LGBT no Brasil. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO (org.). *Psicologia e diversidade sexual*. São Paulo: CRPSP, 2011, p. 10-19.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. *Cad. AEL*, [s. l.], v.10, n. 18/19, p. 81-125, 2003.

FARIAS, Carolina. Médico é afastado por suspeita de homofobia contra paciente com varíola dos macacos. CNN, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/medico-e-afastado-por-suspeita-de-homofobia-contra-paciente-com-variola-dos-macacos/>. Acesso em: 30 set. 2025.

Festa Dando. Saúde – Varíola. 18 ago. 2022 Instagram: @festadando. Disponível em: <https://www.instagram.com/festadando?igsh=a3YzcmV2bmowY3Bj>. Acesso em: 04 out. 2025.

Festa Dando. Negligenciar informação é um ato irresponsável. 11 ago. 2022. Instagram: @festadando. Disponível em: <https://www.instagram.com/festadando?igsh=a3YzcmV2bmowY3Bj>. Acesso em: 04 out. 2025.

FILHO, Eduardo F. 'Parei de ir a festas, limitei novos parceiros', diz psicólogo que mudou o comportamento por medo da varíola. O Globo, 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/saude/noticia/2022/09/variola-dos-macacos-homens-comecam-a-mudar-o-comportamento-sexual-no-brasil-por-causa-da-infeccao-entenda.ghtml>. Acesso em: 30 set. 2025.

KER, João. Varíola dos macacos traz medo, preconceito e já faz gays e bissexuais mudarem hábitos. Estadão, 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/saude/variola-dos-macacos-traz-medo-preconceito-e-ja-faz-gays-e-bissexuais-mudarem-habitos/>. Acesso em: 30 set. 2025.

KREUTZ, Luiz Carlos; REZENDE, Mariana Antunes; MATÉ, Yasmin Ampese. Varíola dos macacos (Monkeypox virus - Poxviridae): uma breve revisão. ARS VETERINARIA, Jaboticabal, v. 38, n. 3, p. 111-115, 2022. Disponível em: <https://www.arsveterinaria.org.br/index.php/ars/article/view/1477>. Acesso em abr. 2025.

LOPES, Pablo de Oliveira. HIV e AIDS, passado e presente: os gays como representação social da doença. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 7, n. 5, p. 50122-50134, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/30028/23651>. Acesso em: 1 out. 2025.

LUCCA, Bruno. População LGBTQIA+ vê risco de estigma com surto de varíola dos macacos. *Folha de S.Paulo*, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2022/08/populacao-lgbtqia-ve-risco-de-estigma-com-surto-de-variola-dos-macacos.shtml>. Acesso em: 30 set. 2025.

NASCIMENTO, Dilene R. As pestes do século XX: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

NASCIMENTO, Dilene R. Uma análise comparada no campo de história das doenças. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. Anais [...]. Londrina: [s. n.], 2005.

NASCIMENTO, Dilene R.; GOUVÊA, George. O signo da culpa na história das doenças. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH-RJ, 12., 2006, Niterói. Anais [...]. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006 p. 1-7. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/encontros-regionais/encontros-anpuh-rio/xii-encontro-regional-de-historia-2006>. Acesso em: 28 mar. 2025.

PEREIRA, Victória Santos M. et al. Varíola dos macacos: uma visão geral da doença reemergente no contexto atual. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 8, n. 10, p. 68071-68081, 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/53256/39601>. Acesso em: 11 abr. 2025.

PINHEIRO, Douglas Antônio R.; BAHIA, Alexandre Gustavo M. F. M. As recomendações em saúde pública como migrações: Varíola dos Macacos e populações LGBTQIA+. *Cad. Saúde Pública*, [s. l.], v. 39, n. 10, p. e00020623, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/MGDvhVxpJQgWGwdsD6BcbYH/?lang=pt>. Acesso em: 13 abr. 2025.

PROCÓPIO, Mariana Ramalho; VIEIRA FILHO, Maurício João. Da aids à mpox: sentidos sobre homossexualidade em processos simbólicos estigmatizantes. *Revista Comunicação Midiática*, Bauru, v. 17, n. 2, p. 57-72, 2022. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/539>. Acesso em: 13 abr. 2025.

Projeto Kevin. Monkeypox, 15 jul. 2022. Instagram: @projetokevin. Disponível em: <https://www.instagram.com/projetokevin?igsh=Mjhwc3B3MHIIYTdm>. Acesso em: 04 out. 2025.

QUINALHA, Renan. *Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

ROCHA, Francisco. et al. Monkeypox e o retorno de um espetro: o campo da saúde em tempos sombrios. *Interface*, Botucatu, v. 26, p. e220417, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/fG8bQHxYYf7FSX5GXY8L5Hq/?format=pdf&language=pt>. Acesso em: 11 abr. 2025.

ROCHA, Lucas; MAGALHÃES, Thais. OMS aconselha redução de parceiros a gays e bissexuais como prevenção à varíola dos macacos. CNN, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/oms-aconselha-reducao-de-parceiros-a-gays-e-bisexuais-como-prevencao-a-variola-dos-macacos/>. Acesso em: 9 abr. 2025.

SALES, Bruna. Cidade de São Paulo registra 35 novos casos de mpox em uma semana. *Metrópoles*, 2024. Disponível em: <https://www.metropoles.com/sao-paulo/sao-paulo-novos-casos-mpox-uma-semana>. Acesso em: 11 abr. 2025.

SANTOS, Gustavo Gomes C. Mobilizações homossexuais e estado no Brasil: São Paulo (1978-2004). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [s. l.], v. 22 n. 63, p. 121-173, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/w4bbmvGkgVFVN6QCR6TMsBL/>. Acesso em: 28 mar. 2025.

SANTOS, Natália. Bolsonaro é alvo de ação de vereadoras por frases homofóbicas sobre varíola dos macacos no Flow. *Estadão*, 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-frases-homofobicas-variola-macacos-flow-podcast/>. Acesso em: 1 out. 2025.

SÃO PAULO (Cidade). Boletim Mpxo, 2025. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/documents/d/saude/boletim-mpox-17_04_25-pdf. Acesso em: 11 abr. 2025.

SAUNA é interditada em Madri por suspeita de varíola dos macacos; Espanha registra 30 infecções. G1, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2022/05/21/sauna-e-interditada-em-madri-por-suspeita-de-variola-dos-macacos-espanha-registra-30-infecoes.ghtml>. Acesso em: 13 abr. 2025.

SCHEFFER, Mário. Inércia de governos e homofobia pioram o surto de varíola dos macacos. *Estadão*, 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/politica-e-saude/inercia-do-governo-e-homofobia-pioram-o-surto-de-variola-dos-macacos/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

SONTAG, Susan. *Doença como metáfora, AIDS e suas metáforas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

UNAIDS alerta sobre linguagem estigmatizante relacionada à Mpox. UNAIDS, 2022. Disponível em: https://unaids.org.br/2022/05/comunicado-a-imprensa_variola_dos_macacos/. Acesso em: 10 abr. 2025.

VEREADOR de Sorocaba pede suspensão da parada LGBT e alega prevenção ao surto de varíola dos macacos. *G1*, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2022/08/03/vereador-de-sorocaba-pede-suspensao-da-parada-lgbt-e-alega-prevencao-ao-surto-de-variola-dos-macacos.ghml>. Acesso em: 13 abr. 2025.

VITIELLO, Gabriel Natal B. *A AIDS em cena: os primeiros protagonistas da maior epidemia no final do século XX*. 2009. 108 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009.

CONTRANATURA NA NOVA ESPANHA COLONIAL: UMA ANÁLISE DE
CASOS INQUISITORIAIS CONTRA NATURA DA NOVA ESPANHA
COLONIAL A PARTIR DE SINS AGAINST NATURE: SEX AND ARCHIVES
IN COLONIAL NEW SPAIN

Carlos Augusto Lima Barros¹

Resumo: Zeb Tortorici é um historiador estadunidense e professor associado do Departamento de Estudos Espanhóis e Portugueses da New York University (NYU). No seu livro *Sins against nature: sex and archives in Colonial New Spain* (2018), Tortorici reúne um conjunto de arquivos inquisitoriais e criminais, além de descrições dos casos em sumários judiciais, cédulas reais e descrições pessoais em diários de religiosos, advindos de arquivos de diferentes regiões na Nova Espanha e relacionados ao pecado/crime contranatura, que inclui principalmente, masturbação, bestialidade e sodomia. Este artigo objetiva analisar os processos contranatura reunidos em torno do livro de Tortorici, com a preocupação de localizá-los não somente enquanto objetos de arquivos e bibliotecas, ou mesmo como registros de condenação a pecados, mas também como produções que demonstram os mecanismos de poder envolvidos nessa relação entre a Inquisição, ou, mais especificamente, entre a própria Igreja em si e os sujeitos ao seu redor. É importante ter um olhar crítico ao se estudar os processos inquisitoriais, a fim de perceber essas práticas de poder e, no caso específico dos casos contra a natureza, as dinâmicas que estavam envoltas no controle dos corpos dissidentes.

Palavras-chave: Contranatura; Processos; Poder.

CONTRANATURA IN COLONIAL NEW SPAIN: AN ANALYSIS OF INQUISITORIAL
CASES AGAINST NATURA IN COLONIAL NEW SPAIN BASED ON SINS AGAINST
NATURE: SEX AND ARCHIVES IN COLONIAL NEW SPAIN

Abstract: Zeb Tortorici is an American historian and associate professor in the Department of Spanish and Portuguese Studies at New York University (NYU). In his book **Sins Against Nature: Sex and Archives in Colonial New Spain** (2018), Tortorici compiles a collection of inquisitorial and criminal files, as well as descriptions of cases in judicial summaries, royal decrees, and personal descriptions in religious diaries, from archives in different regions of New Spain and related to the sin/crime against nature, which mainly includes masturbation, bestiality, and sodomy. This article aims to analyze the unnatural trials gathered around Tortorici's book, focusing not only on their archival and library contents, or even on records of condemnation for sins, but also on their productions that demonstrate the power mechanisms involved in this relationship between the Inquisition, or, more specifically, between the Church itself and the individuals around it. It is important to have a critical perspective when studying inquisitorial processes, in order to understand these power practices and, in the specific case of crimes against nature, the dynamics involved in controlling dissenting bodies.

Keywords: Contranatura; Lawsuits; Power.

¹ Mestre em História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes pela Universidade Federal do Maranhão. Graduado em História pela Universidade Estadual do Maranhão. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4244926396259092>. Email: carlos.barros1300@gmail.com.

Introdução

Os processos inquisitoriais são um elemento primordial para se entender o contexto colonial, pois suas leituras revelam dinâmicas de proibição, violência e coerção praticadas nos territórios de domínio das metrópoles europeias, funcionando como uma forma de controlar a sociedade e, ao mesmo tempo, manter o próprio domínio sobre esses territórios.

Ultrapassando o período da Idade Média e o próprio contexto interno dos países colonizadores, a Inquisição foi implantada nas colônias de países europeus, como é o caso das Américas. A análise dos processos inquisitoriais evidencia que essa instituição é um exemplo de poder que agia não apenas pela proibição, mas pelo próprio controle dos corpos que eram encaixados nos processos inquisitoriais.

No livro *Sins against nature: sex and archives in Colonial New Spain*², o historiador estadunidense Zeb Tortorici reúne um conjunto de arquivos inquisitoriais e criminais, sumários judiciais, cédulas reais e descrições pessoais em diários de religiosos ligados a condenações e penas prestadas pela Inquisição contra indivíduos que cometeram atitudes que violavam as normas inquisitoriais.

Esses documentos estão presentes em arquivos de diferentes regiões³, abrangendo desde arquivos gerais, como o *Archivo General de Centro América* (Guatemala City, Guatemala), arquivos municipais, como o *Archivo Municipal de Hidalgo del Parral* (Hidalgo del Parral, Mexico), entre outros, até aqueles presentes em bibliotecas, como na *Biblioteca Nacional de Antropología e Historia* (Mexico City, Mexico), entre outras.

² TORTORICI, Zeb. *Sin against nature: sex and archives in Colonial New Spain*. Durham: Duke University Press, 2018.

³ A composição dos casos é magnífica, com diversidade de arquivos e bibliotecas advindas de diferentes cidades das regiões de Guatemala, México, Espanha e EUA, mais especificamente Louisiana e Califórnia.

Abrangendo um período dos séculos XVI ao XIX, iniciando pelo ano de 1530 até o ano de 1848, com um total de 314 documentos coloniais, o livro apresenta diferentes acusações de fontes primárias, mas que focam, segundo o recorte realizado pelo próprio autor, nos casos contranatura.

Os casos contranatura, enquadrados enquanto comportamentos desviantes da natureza do ser em si — em uma perspectiva fortemente religiosa —, incluíam a sodomia⁴, a bestialidade e a masturbação, mas também abordavam outros comportamentos, como heresias durante atos sexuais, propostas sexuais a mãe e filha ao mesmo tempo e até mesmo acusações de transfiguração de homens em animais.

Este artigo objetiva analisar os processos contranatura reunidos em torno do livro de Tortorici, com a preocupação de localizá-los não somente enquanto objetos de arquivos e bibliotecas, ou mesmo como registros de condenação a pecados, mas também como produções que demonstram os mecanismos de poder envolvidos nessa relação entre a Inquisição, ou, mais especificamente, entre a própria Igreja em si e os sujeitos ao seu redor.

É importante ter um olhar crítico ao se estudar os processos inquisitoriais, a fim de perceber essas práticas de poder e, no caso específico dos casos contra a natureza, as dinâmicas que estavam envoltas no controle dos corpos dissidentes.

Visando alcançar essa análise, o presente artigo, inicialmente, tratará sobre a composição dos casos inquisitoriais apresentados por Tortorici, buscando não os analisar individualmente, mas identificando as características que mais se destacam, partindo do princípio dos três temas incluídos na contranatura, ou seja, a masturbação, a sodomia e a

⁴ Segundo o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, a sodomia se constitui enquanto “prática sexual em que há penetração do ânus com o pênis” (SODOMIA. In: DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa. [S. l.: s. n.], [entre 2008 e 2021]. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/sodomia>. Acesso em: 22 abr. 2025. É interessante notar que não havia distinção entre homem ou mulher: o coito anal, por si só, era considerado sodomia, um pecado contra a natureza. Mais adiante, o artigo irá ser retomada a explicação sobre o termo.

bestialidade, unido a uma contextualização da Inquisição e do próprio conceito de sodomia.

Em seguida, partindo para uma perspectiva mais teórica, serão discutidos os mecanismos de poder presentes nos processos inquisitoriais envolvendo questões relativas ao controle do corpo e do ato sexual. Aqui, Foucault⁵ é de grande contribuição. Além dele, Butler⁶ auxilia no entendimento dos sujeitos envolvidos nos casos enquanto agentes performáticos que desviam da norma estabelecida no período colonial da Nova Espanha.

Levando em conta o contexto da colonização, é de suma importância analisar questões relativas ao conceito de colonialidade, tratado por Quijano⁷ e por Lugones⁸, e de colonização, que discutiremos enquanto elemento que engloba os processos contranatura, que, para além de demonstrar um micropoder, está inserido em um contexto macro de dominação.

Contranatura: desejo e punição

De acordo com o historiador mexicano Guillermo de Los Reyes⁹, a Igreja Católica, juntamente com a Coroa espanhola, desempenhou uma função muito importante no próprio desenvolvimento da sociedade colonial. Deve-se levar em consideração que a Espanha era um Estado católico, logo, existia uma relação muito estreita entre os âmbitos político e religioso. Assim, a Igreja era responsável por controlar e manter a ordem nos territórios coloniais por meio da religião.

⁵ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 13. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1999. v. 1.

⁶ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁷ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Tradução de Javier Amadeo et al. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142.

⁸ LUGONES, María. Colonialidade e gênero. Tradução de Fernanda Pessanha et al. In: HOLLAND, Heloísa Buarque de. *Pensamento feminista hoje: perspectivas Decoloniais*. Tradução de Pê Moreira. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 73-101.

⁹ LOS REYES, Guillermo. Sexual moral discourses and illicit sexualities among priests in Colonial Mexico. *Anuario de Estudios Americanos*, Sevilla, v. 67, n. 1, p. 53-76, 2010.

A Igreja e o Estado realizavam um trabalho em conjunto nas colônias espanholas. Por meio da regulamentação e supervisão dos discursos culturais, eram desenvolvidos e promovidos outros discursos, “baseados no casamento e na família, na tentativa de reforçar as concepções cristãs de gênero e sexualidade”¹⁰. Ao mesmo tempo que tinha um teor religioso, a Igreja também utilizava uma estratégia de controle dos corpos para legitimação e proteção da Coroa, pois, ao cristianizar os nativos e controlar a população colonial, estabelecia um padrão de obediência a ser seguido.

Um instrumento utilizado pela Igreja para conseguir realizar sua função de controle vai ser justamente a Inquisição. Los Reys¹¹ afirma que esta foi usada enquanto uma ferramenta de controle social do próprio Império Espanhol, sendo, com a Igreja, uma instituição que contribuiu para o desenvolvimento da sociedade colonial.

O Império Espanhol trouxe a Inquisição para o Novo Mundo na tentativa de suprir a necessidade de uma instituição forte para prevenir e punir os numerosos crimes que ocorriam na Nova Espanha. Por exemplo, o Juiz Lorenzo Lebrón de Quiñones se pronunciou a favor da existência de um tribunal da Inquisição no México como resposta a uma população descontrolada. Ele argumentou que tal presença era necessária “porque os crimes e atos de irreverência são tão numerosos... e nem a justiça secular nem a eclesiástica aplicavam as punições adequadas, e [o problema] aumentaria porque a flexibilização ou a dissimulação da pena daria uma nova ousadia e ousadia ao pecado”. Embora a Inquisição controlasse e punisse uma série de crimes e pecados, seu objetivo final era educar as pessoas para que “censurassem e denunciassem umas às outras com zelo muito cristão”; esta é a frase usada por Dom Pedro Moya de Contreras, o primeiro Inquisidor do México. [...] O mecanismo de controle da Inquisição por meio de julgamento e punição públicos foi bem-sucedido em controlar e moldar crenças e comportamentos populares na sociedade colonial¹².

¹⁰ “[...] based on marriage and the family in attempts to reinforce the Christian conceptions of gender and sexuality” (LOS REYES, Guillermo. Sexual moral discourses and illicit sexualities among priests in Colonial Mexico. *Anuario de Estudios Americanos*, Sevilla, v. 67, n. 1, p. 53-76, 2010. p. 57. Tradução nossa).

¹¹ LOS REYES, Guillermo. Sexual moral discourses and illicit sexualities among priests in Colonial Mexico. *Anuario de Estudios Americanos*, Sevilla, v. 67, n. 1, p. 53-76, 2010.

¹² “The Spanish Empire brought the Inquisition to the New World in an attempt to fulfill the need for a strong institution to prevent and punish the numerous crimes taking place in New Spain. For example, Judge Lorenzo Lebrón de Quiñones spoke in favor of having an Inquisition tribunal in Mexico as a response to a population out of control. He argued that such a presence was

Los Reyes¹³ apresenta a Inquisição para além de uma instituição proibitiva, entendendo-a enquanto educadora dos corpos que controlava, pois pretendia fazer com estes confessassem seus erros e até mesmo os dos outros. Era uma censura e vigilância mútua, e por meio dessa ação e dos próprios julgamentos e punições públicas realizados, era formado um poderoso mecanismo de controle que influenciava fortemente os grupos sociais que atingia.

As instâncias inquisitoriais na América Espanhola surgiram entre os anos 1569 e 1610 com a ordenação de tribunais nas Índias, México, Lima e Cartagena de Índias, tendo sido escolhidos enquanto locais estratégicos para as ramificações da Inquisição espanhola e sido subordinados ao *Consejo de la Suprema y General Inquisición*, que fiscalizava e nomeava os inquisidores¹⁴.

As instituições americanas do Santo Ofício eram inferiores em questão de importância em relação às da própria Espanha, refletindo-se numa disparidade nos salários e num reduzido quadro de funcionários. Por mais que alguns inquisidores se aventurassem nos tribunais dos domínios espanhóis na América, visando a um posterior ganho de renome, esbarravam na falta de visitações periféricas pelas distâncias territoriais entre metrópole e colônia e pela insuficiência de financiamento da Coroa¹⁵.

necessary "because crimes and acts of irreverence are so numerous... and neither the secular nor ecclesiastical justice meted out the appropriate punishments and [the problem] is going to increase because the ease or the dissembling of the penalty will give a new boldness and daring to sin." While the Inquisition controlled and punished a number of crimes and sins, its ultimate goal was to educate people so they would "censor and denounce each other with very Christian zeal"; this is the phrase used by Don Pedro Moya de Contreras, Mexico's first Inquisitor. [...] The Inquisition's mechanism of control through public trial and punishment was successful in controlling and molding popular beliefs and behaviors in colonial society" (LOS REYES, Guillermo. Sexual moral discourses and illicit sexualities among priests in Colonial Mexico. *Anuario de Estudios Americanos*, Sevilla, v. 67, n. 1, p. 53-76, 2010. p. 58. Tradução nossa).

¹³ LOS REYES, Guillermo. Sexual moral discourses and illicit sexualities among priests in Colonial Mexico. *Anuario de Estudios Americanos*, Sevilla, v. 67, n. 1, p. 53-76, 2010.

¹⁴ GOULART, Saulo José. *A inquisição entre homens e deuses: pecado, sodomia e feitiçaria no Brasil colonial*. 2016. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

¹⁵ GOULART, Saulo José. *A inquisição entre homens e deuses: pecado, sodomia e feitiçaria no Brasil colonial*. 2016. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

Los Reyes¹⁶ afirma que, entre 1621 e 1720, a Igreja teve seu auge de poder no contexto da América Espanhola, articulando sua ação pela regulação e controle dos pecados seculares, destacando-se pela sua interferência no cotidiano dos indivíduos e abrangendo uma diversidade de âmbitos particulares, entre eles, os sexuais — e aqui podemos incluir os próprios pecados que se relacionavam com questões relativas à prática sexual, o que pode ser observado nos processos inquisitoriais com os julgamentos dos casos contranatura.

Ao tratar dos casos inquisitoriais apresentados por Tortorici¹⁷, o uso da expressão “contranatura”, para além de ser um termo utilizado no próprio contexto inquisitorial colonial da América Espanhola, contribui para um abarcamento de casos que escapavam às categorias de sodomia na América Latina colonial, compreendendo

[...] a multiplicidade de desejos e atos corporais que se enquadravam na categoria teológica do “antinatural” (contra natura), mas fora dos limites estritos da “sodomia perfeita” (isto é, penetração anal com ejaculação)¹⁸.

Para Tortorici¹⁹, o termo “contranatura” era um marcador de diferença para atos não procriativos, tendo sido empregado por teólogos, inquisidores e autoridades criminais. Logo, dava conta de acontecimentos que, por mais que envolvessem o âmbito sexual e de prazer, muitas vezes não se encaixavam em temáticas de relações carnais entre pessoas do mesmo sexo.

A utilização do termo “contranatura”, unido ao estudo em si dos casos inquisitoriais da Nova Espanha, contribui para uma análise sobre os corpos

¹⁶ LOS REYES, Guillermo. Sexual moral discourses and illicit sexualities among priests in Colonial Mexico. *Anuario de Estudios Americanos*, Sevilla, v. 67, n. 1, p. 53-76, 2010.

¹⁷ TORTORICI, Zeb. *Sin against nature: sex and archives in Colonial New Spain*. Durham: Duke University Press, 2018.

¹⁸ “[...] the multiplicity of desires and corporeal acts that fell within the theological category of the ‘unnatural’ (contra natura) but outside the strict confines of ‘perfect sodomy’ (that is, anal penetration with ejaculation” (TORTORICI, Zeb. *Sin against nature: sex and archives in Colonial New Spain*. Durham: Duke University Press, 2018. p. 169).

¹⁹ TORTORICI, Zeb. *Sin against nature: sex and archives in Colonial New Spain*. Durham: Duke University Press, 2018.

coloniais e as conexões entre sexo “não natural” e religião, bem como para o entendimento sobre as concepções da época em torno da moralidade e do controle dos prazeres, o que revela os mecanismos de poder utilizados para regulação dos sujeitos e as próprias tensões envoltas nesse uso de poder.

Adentrando nos casos inquisitoriais apresentados no livro de Tortorici, *Sins against nature: sex and archives in Colonial New Spain*²⁰, a análise será organizada em torno das três temáticas anteriormente mencionadas: masturbação, bestialidade e sodomia. Busca-se, assim, não uma análise individual sobre cada um dos processos, mas sim uma percepção que destaque suas características em evidência, agrupando-os.

Iniciando pelo primeiro tema, o caso inicial que apresenta o tema da masturbação é o de 1598-1601, sendo o 11º caso, nos arquivos de Mexico City. A denunciada é uma beata e santa local espanhola conhecida como Marina de San Miguel. Esta teria praticado o “pecado da poluição”, ou seja, masturbação, tanto de forma solitária quanto em conjunto com outra beata, a qual também beijou e abraçou. Somam-se a essa denúncia acusações de visões eróticas, relações sexuais com padres e alumbradismo²¹. Sua condenação consistiu em 100 chicotadas e internação em um hospital por 10 anos.

No 20º caso (1609, Hocabá, Mérida²²), apesar de não ser o foco, existe a presença da masturbação, que o próprio denunciado, o frei Cristóbal de Valencia, confessa ter praticado com outros homens no confessionário. No 27º (1621, Querétaro), a mestiça Agustina Ruiz confessou que, desde os 11 anos,

²⁰ TORTORICI, Zeb. *Sins against nature: sex and archives in Colonial New Spain*. Durham: Duke University Press, 2018.

²¹ Alude a um movimento religioso surgido no final do século XV e início do XVI na Espanha, considerado herético pela Igreja e que consistia em grupos que afirmavam receber iluminação direta do Espírito Santo e experiência espiritual pessoal, dispensando assim sacramentos e rituais católicos, bem como a própria hierarquia eclesiástica.

²² Referências dos casos de acordo com a divisão apresentada por Tortorici (2018), em que apresenta respectivamente o ano do processo e sua localização. Essa referenciamento feita pelo autor será preservada ao longo deste artigo.

se masturbava diariamente e praticava “sexo” com Jesus, a Virgem Maria e alguns santos.

No 28º caso (1621, Panamá), Cristóbal Zamorano e seu criado, Juan Moreno de Laguna, ambos espanhóis, foram acusados de trocarem palavras obscenas, se beijarem e se masturbarem. No 44º (1648, Santo Domingo, Hispaniola), o escravo mulato português Francisco foi denunciado por sodomia. Contudo, dentro do mesmo processo é dito que ele se masturbou mutuamente com outro rapaz. O desfecho desse caso se destaca, pois o acusado foi condenado à morte pública e teve seu corpo posteriormente queimado.

Os casos de masturbação podem ser encontrados tanto separados pelo seu título na organização feita por Tortorici quanto incluídos na temática de sodomia. Além disso, existe uma curiosa ligação entre o tema e certo erotismo com figuras religiosas, por exemplo, no 64º caso (1690, Puebla), em que o espanhol Juan Esteban Pérez se autodenuncia por se masturbar com visões da virgem Maria e de Jesus.

O próximo tema, bestialidade, surge já no 3º caso (1563, Mérida), com o indígena Pedro Na sendo punido por manter relações com um Peru. Sua condenação foi severa, com castração pública, enquanto o animal, já morto, estava pendurado em seu pescoço. Logo após, Pedro Na foi banido permanentemente da província de Yucatán.

O tema irá reaparecer no 24º caso (1614, Guadalajara) com outro indígena, Bartolomé Juan, que havia violentado uma égua. No 25º (1616, Chalchitlán Aguatlán, Guatemala) o indígena Pedro de Velasco foi acusado de bestialidade com uma mula. Apesar de ter negado, ele sofreu com repetidas torturas. No 37º (1629, Comayagua, Honduras) o mestiço Antonio foi acusado de praticar ato sexual com um cachorro grande.

Os casos de bestialidade são, em grande parte, atribuídos a indígenas, principalmente na faixa da infância ou adolescência, mas também são

encontradas narrativas de mulatos livres ou escravizados que foram acusados de tal ato.

Apesar dessa predominância, também são encontrados casos envolvendo espanhóis, como Marcelo Nunez (156, 1762, lugar não especificado) com uma égua ou Ana María de Leyba (141, 1752, Zingilucan), que teria tanto cometido o pecado quanto feito que os animais performassem atos sexuais com imagens sagradas. Embora o primeiro caso não tenha um desfecho por perda de parte do processo, no segundo, mesmo que a própria acusada tenha se autoconfessado, não houve uma punição, o que contrasta com os processos envolvendo mulatos e indígenas que foram punidos severamente.

Como último tema e nossa principal preocupação neste artigo, temos a sodomia como outro componente da contranatura. Segundo o professor de português e o historiador brasileiros, respectivamente, Edson Correio e Wallas Correio²³, existem três associações ao uso do termo “sodomia”. A primeira está relacionada à cidade bíblica de Sodoma, que teria sido, supostamente, destruída pelo pecado da “homossexualidade” difundido entre seus moradores, visão defendida por teólogos medievais. Já a segunda seria a significação do sodomita enquanto um sujeito pecador, criminoso, mau, nocivo à sociedade, demarcação da diferença em relação aos sujeitos que se relacionavam de forma natural com mulheres.

Por fim, a última associação comprehende o pecado/crime do sodomita, entendido como o coito anal com emissão de sêmen na região penetrada. Nessa perspectiva, dividia-se em “sodomia perfeita”, realizada entre dois homens, e “sodomia imperfeita”, realizada entre um homem e uma mulher²⁴. Enquanto a masturbação era enquadrada em um entendimento

²³ CORREIO, Edson Santos Silva; CORREIO, Wallas Jefferson Lima. *Homo eroticus: considerações acerca do conceito de Sodomia nos processos da Inquisição Portuguesa*. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 23, n. 35, p. 265-284, set. 2016.

²⁴ CORREIO, Edson Santos Silva; CORREIO, Wallas Jefferson Lima. *Homo eroticus: considerações acerca do conceito de Sodomia nos processos da Inquisição Portuguesa*. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 23, n. 35, p. 265-284, set. 2016. p. 270.

específico mesmo quando praticada entre dois homens, a sodomia se realizava a partir do ato penetrativo, possuindo “sempre um ‘agente’ e um ‘paciente’, ou seja, um ‘dominante’ e um ‘dominado’, um que penetrasse e outro que fosse penetrado”²⁵.

Apesar da sodomia perfeita e imperfeita envolverem o coito anal através da penetração do *membrum virile* (pênis), a primeira era punida de formas mais severas e vista com maior desaprovação que a segunda, o que pode ser comprovado pelo número inferior de processos inquisitoriais em relação à imperfeita. Seus praticantes, geralmente, apenas recebiam advertências e ordem de se confessarem.

Segundo o especialista mexicano em estudos históricos Gómez Vásquez:

A sodomia faz parte de um discurso recriado ao longo de todo um processo iniciado na Europa. Para historicizar o controle, a repressão e a punição da sexualidade sodomita, é necessário levar em conta a difusão do ponto de vista judaico-cristão (Foucault, 1998, 2003). Em Roma encontramos a primeira definição legal contra a sodomia, quando Justiniano acusou seus praticantes de serem culpados de “fomes, terremotos e pestes”, mas foi São Paulo quem condenou a passividade masculina como “uma falta gravíssima na escala dos pecados da carne”. Desde então, a prática passou a fazer parte do que a Igreja chamava de “pecados nefastos”, que incluíam bestialidade, poluição e incesto; Também conhecidos como “pecados contra a natureza” porque atacavam a origem da criação humana²⁶.

²⁵ CORREIO, Edson Santos Silva; CORREIO, Wallas Jefferson Lima. *Homo eroticus: considerações acerca do conceito de Sodomia nos processos da Inquisição Portuguesa*. Revista Esboços, Florianópolis, v. 23, n. 35, p. 265-284, set. 2016. p. 270.

²⁶ “La sodomía es parte de un discurso recreado a lo largo de un completo proceso que inició en Europa. Para historicizar el control, la represión y el castigo de la sexualidad sodomítica es necesario tomar en cuenta la diseminación del punto de vista judeocristiano (Foucault, 1998, 2003). En Roma encontramos la primera definición legal contra la sodomía, cuando Justiniano acusó a los practicantes de ser culpables de las ‘hambrunas, terremotos y pestes’, pero fue San Pablo quien condenó la pasividad del varón, como ‘falta muy grave en la escala de los pecados de la carne’. Desde entonces, la práctica formó parte de lo que la Iglesia denominó ‘pecados nefastos’, que incluían el bestialismo, la polución y el incesto; conocidos también como ‘pecados contra natura’ porque atentaban contra el origen de la creación humana” (GÓMEZ VÁSQUEZ, Ulises Antonio. *Contra natura y sodomía en la provincia de Chiapa: siglos XVI y XVII*. LiminaR: Estudios Sociales y Humanísticos, [s. l.], v. XXI, n. 1, p. 1-15, 2023. p. 3. Tradução nossa).

A partir do trecho apresentado, nota-se a associação da sodomia a um pecado que atentava contra a natureza de um corpo criado “à imagem de Deus”. Além disso, sua conexão com outros pecados considerados contranatura reforçava a ideia de práticas sexuais a serem controladas.

Para além disso, a sodomia não servia para fins reprodutivos. Logo, era considerada um perigo para a instituição sagrada do casamento, tal qual os outros pecados contranatura. Dessa forma, ela adquiria também uma implicação jurídica, “Embora a Igreja fosse responsável pela supervisão moral, como se tratava de um crime de direito misto, cabia ao tribunal civil proferir a sentença”²⁷.

Voltando para o livro de Tortorici²⁸, os casos de sodomia são os que estão em maior quantidade. No 1º caso (1530, Michoacán), é apresentado que espanhóis acusaram o governante indígena El Caltontzín de sodomia e de ordenar a morte de espanhóis, culminando na sua condenação à morte.

No 2º (1542, Santo Domingo, Hispaniola), tripulantes de um navio denunciaram os italianos Antonio Lipares e o camareiro Cebrian por se beijarem e praticarem sodomia. Ambos foram presos e libertados posteriormente.

No 4º (1571-1577, Mexico City), existe a denúncia da esposa de Tomé Núñez del Álamo, acusando-o de tentar praticar sodomia com ela, acrescido ao fato de ter limpado seu sêmen nos seios de uma estátua da Virgem Maria. No 15º (1604, Cachula), o frei Pedro de São Francisco foi acusado de tocar inapropriadamente um jovem de 20 anos para praticar o ato nefando, em troca de comida e outros presentes.

Existe uma gama considerável de diferentes sujeitos presentes nos processos de sodomia elencados por Tortorici, como indígenas, mulatos,

²⁷ “Aunque la Iglesia era la encargada de vigilarla moralmente, al ser um delito de derecho mixto, correspondía al tribunal civil dictar sentencia” (GÓMEZ VÁSQUEZ, Ulises Antonio. *Contra natura y sodomía en la provincia de Chiapa: siglos XVI y XVII*. LiminaR: Estudios Sociales y Humanísticos, [s. l.], v. XXI, n. 1, p. 1-15, 2023. p. 3. Tradução nossa).

²⁸ TORTORICI, Zeb. *Sin against nature: sex and archives in Colonial New Spain*. Durham: Duke University Press, 2018.

espanhóis, religiosos e até mesmo estrangeiros. É interessante destacar que muitas dessas narrativas inquisitoriais de sodomia são compostas por acusações de terceiros em relação à prática do ato nefando.

Quando se analisam as penas sofridas pela prática de sodomia, percebe-se a existência de punições extremas. Contudo, havia uma clara interferência das posições sociais ocupadas por esses sujeitos em suas condenações, com religiosos, por exemplo, recebendo penas mais brandas, enquanto negros, mulatos, mestiços e indígenas eram condenados à morte.

No 43º caso (1637-39, *New Mexico*), o frei Nicolás Hidalgo foi acusado de ter tido relações sexuais com dois homens e ter tentado praticar o ato com homens indígenas. Sua punição constituiu em sua exoneração.

No 53º (1659, *Comayagua, Honduras*) o clérigo Juan Altamirano confessou ter praticado ato sexual com o frade franciscano José de Barrera. Este último já havia solicitado o ato com outro clérigo. Apesar da confissão, nenhum julgamento foi realizado.

No 116º (1732-50, *Mexico City*), o frei Anastácio de San José sofreu com diferentes denúncias registradas ao longo dos anos do processo, por ter masturbado um jovem e por tocar ou masturbar seis meninos durante a confissão. Ainda, em determinado ano, admitiu ter aliciados outros 6 meninos durante 10 anos em *San Luis Potosí*, 12 meninos em *Toluca*, 1 mulher e 1 menino em *Puebla* e 1 outro menino espanhol em *Atlisco*. Sua punição consistiu na cassação de seu direito de confessar homens e mulheres e exílio da Cidade do Mexico, *Toluca* e *San Luis Potosí* por seis anos. Ainda, ele deveria confessar-se e realizar exercícios espirituais.

Em contraponto, no 51º caso (1657-58, *Mexico City, Puebla*), é relatado que 14 homens (mestiços, indígenas, mulatos e negros) foram executados e queimados publicamente pelo crime de sodomia. Acrescenta-se a esse caso a informação de que muitos desses homens frequentavam casas de prostituição feminina assumindo nomes e trajes femininos, entre eles, um mulato efeminado até mesmo adotou o nome de *Cotita de la Encarnación*.

No 56º (1670, Mexico City), um indígena foi queimado por acusação de sodomia. No 60º (1673, Mexico City), sete mulatos, negros e mestiços foram queimados por terem sido pegos no crime de sodomia. No 67º (1690-91, Puebla), é informado que dois mulatos foram queimados pelo crime de sodomia, Domingo e Manuel, o primeiro em 1690 e o último em 1691.

No 73º (1700, Coyoacán, Mexico City), é relatado que o crime de sodomia foi praticado pelo mulato livre Juan de Dios, pelo indígena Joseph de Santiago e pelo escravo mulato Andrés de la Cruz. Apesar de não terem sido condenados à morte, foram sentenciados a desfilar pelas ruas públicas como forma de humilhação, chicoteados 200 vezes e presos perpetuamente.

Os casos aqui relatados, entre tantos outros apresentados no livro de Tortorici, revelam uma sociedade em que o cotidiano dos sujeitos era fortemente influenciado pelo contexto religioso predominante na América Espanhola. A Igreja funcionou enquanto uma instituição de controle dos domínios coloniais espanhóis ao estabelecer os padrões de vida dos moradores dessas regiões. Além disso, por meio da Inquisição, instituiu uma ordem de regulamento que provocava medo e incentivava o uso de acusações e até mesmo autoacusações contra aqueles que ousavam se desviar do padrão de vida instituído. Observa-se uma clara relação de poder nesse contexto.

Contranatura: o poder em evidência

O essencial é bem isso: que o homem ocidental há três séculos tenha permanecido atado a essa tarefa que consiste em dizer tudo sobre seu sexo; que, a partir da época clássica, tenha havido uma majoração constante e uma valorização cada vez maior do discurso sobre o sexo; e que se tenha esperado desse discurso, cuidadosamente analítico, efeitos múltiplos de deslocamento, de intensificação, de reorientação, de modificação sobre o próprio desejo. Não somente foi ampliado o domínio do que se podia dizer sobre o sexo e foram obrigados os homens a estendê-lo cada vez mais; mas, sobretudo, focalizou-se o discurso no sexo, através de um dispositivo completo e de efeitos variados que não se pode esgotar na simples relação com uma lei de interdição. Censura sobre o sexo? Pelo contrário, constituiu-se uma aparelhagem para produzir discursos sobre o sexo, cada vez mais discursos, susceptíveis de funcionar e de serem efeito de sua própria economia²⁹.

No trecho apresentado, o filósofo francês Foucault chama atenção para o fato de que, desde a Antiguidade ocidental, existiu um discurso sobre o sexo que lhe conferiu uma crescente valorização e, consequentemente, uma ampliação sobre o seu domínio por meio de deslocamentos, intensificações, reorientações e modificações sobre o desejo. Discordando de uma censura sobre o sexo, o autor deixa claro a sua defesa da construção de uma aparelhagem que não simplesmente interditou o ato sexual, mas, antes, formou discursos com efeitos variados para o seu controle.

O poder suscitado nos discursos sobre o sexo vai além das interdições, pois seu próprio funcionamento depende da vigilância constante e da proximidade com o objeto observado, "requer um intercâmbio de discursos através de perguntas que extorquem confissões e de confidências que superam a inquisição"³⁰. O poder que é exercido sobre a sexualidade está em constante envolvimento, assim aumentando a eficácia e extensão do seu domínio.

²⁹ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 13. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1999. v. 1, p. 26.

³⁰ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 13. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1999. v. 1, p. 26. p. 44.

Quando se reflete sobre os processos que envolvem os casos contranatura, estes estão inscritos em normas e leis tanto religiosas quanto judiciais, que negavam a performance desses atos, bem como são o reflexo do controle sobre o sexo a partir do que se considerava desviante da norma.

Os julgamentos e condenações não devem ser entendidos somente enquanto restrições, mas também como discursos conectados com as exigências de poder, enfocando o ato sexual e observando os prazeres, em vez de unicamente os excluírem ou rejeitarem. Essa rede que conecta discursos, saberes, prazeres e poderes age, então, manifestando seu padrão sobre os corpos e punindo aqueles que ousam rejeitar as normas, fazendo com que se tornem exemplos das consequências do não encaixe no padrão.

Outro ponto interessante a ser observado em torno dos processos são as acusações e autoconfissões, o que levava uma pessoa a se autocondenar mesmo sabendo que seria prejudicada? Como foi constituída essa rede tão forte de acusações do próximo, funcionando como uma espécie de vigilância mútua que acabava por contribuir para a própria manutenção da ordem imposta pelo sistema colonial? Neste artigo, foram discutidas a importância e influência religiosa no cenário colonial espanhol, o que, de certa forma, elucida o papel de controle que a religião exerceu no cenário dos sujeitos coloniais, contribuindo para uma mentalidade em torno da culpa, que motivava as autoacusações, ou do dever moral nas acusações ao próximo.

O que os processos contranatura parecem revelar sobre esses atos são o forte domínio que a visão religiosa exerceu no cenário colonial. Não se tratava apenas de um simples código de adoração e práticas religiosas em determinado momento em honra ao divino, mas sim do próprio cotidiano dos sujeitos, determinando não só a forma como eles deveriam se comportar, mas também como o outro deveria agir. Cabe ressaltar, entretanto, que as acusações nem sempre vão advir simplesmente de uma perspectiva religiosa,

mas também vão estar influenciadas por motivos políticos ou simplesmente de desgosto em relação ao acusador e o acusado.

O historiador italiano Ruggiero Romano³¹ afirma terem existido três mecanismos da conquista colonial na América Espanhola, quais sejam, a espada, a cruz e a fome. Discorrendo sobre o assunto, ele afirma que o primeiro, representação das guerras e assassinatos, funcionou principalmente a partir da superioridade armamentista dos espanhóis em relação aos indígenas, tanto no impacto físico quanto psicológico, o que garantiu vitórias em batalhas marcadas por uma disparidade numérica, com os indígenas estando em maior número, mas mesmo assim sendo derrotados³².

O segundo mecanismo teria desempenhado um importante papel no âmbito militar e material do Novo Mundo, algo já discutido neste artigo. A “cruz”, que simbolizava o papel da religião, agia como forma de reafirmar o direito divino do espanhóis sobre as terras colonizadas. Além disso, sua fácil inserção entre os povos conquistados garantiu que se popularizasse e até mesmo substituisse as crenças nativas.

[...] Mas resta assinalar que a falência das religiões indígenas ajudou a penetração da cruz. Essa falência foi facilitada, também, pelo fato de que a autoridade religiosa e a autoridade política estavam freqüentemente confundidas em uma mesma pessoa física acarretando a queda do poder leigo o desmoronamento do poder religioso e dos valores que representava. Assim, o poderoso cimento que a religião deveria ter representado para a manutenção dos Estados e das civilizações indígenas se dissolvia e deixava penetrar de maneira formal e superficial a nova religião. Penetração fácil: os batismos se sucedem e se multiplicam. Aliás, também neste campo, influi o fator da forte estruturação hierárquica dos grandes impérios americanos: basta que a classe dirigente ceda e aceite os sinais da nova religião, para que as massas a sigam. Surgem os altares, as capelas, as igrejas. O triunfo deve ser evidente, claro, carregado de efeito de demonstração: os lugares sagrados no novo culto surgem muito freqüentemente sobre as ruínas dos velhos templos³³.

³¹ ROMANO, Ruggiero. *Os mecanismos da conquista colonial: os conquistadores*. Tradução de Marilda Pedreira. São Paulo: Perspectiva, 1995.

³² ROMANO, Ruggiero. *Os mecanismos da conquista colonial: os conquistadores*. Tradução de Marilda Pedreira. São Paulo: Perspectiva, 1995.

³³ ROMANO, Ruggiero. *Os mecanismos da conquista colonial: os conquistadores*. Tradução de Marilda Pedreira. São Paulo: Perspectiva, 1995, p. 18.

Essa adesão do cristianismo e substituição de antigos deuses, ritos e costumes ligados ao universo religioso nativo, como o abandono da prática de encerramento daqueles que morriam em jarros para o enterramento dos cadáveres³⁴, carrega um significado de agressão.

A “cruz” modificava, a partir de uma justificativa, a cultura dos nativos, renegando suas crenças e hábitos enquanto inferiores, pecadores ou mesmo desnecessários frente ao sistema religioso cristão, proporcionando, assim, um impacto muito significativo nesses indivíduos, que ainda teriam que lidar, juntamente a outros grupos, com as regras morais e comportamentais que buscavam controlar as condutas e moldar os sujeitos conforme os poderes estabelecidos pela Inquisição nesse contexto da América Espanhola.

As acusações e autoconfissões permitem pensar em uma sociedade que estava tão conectada com o próprio sistema colonial e religioso que contribuía para a manutenção dele de forma automática, agindo de acordo com a vontade daqueles que manipulavam o poder.

Pensando os processos inquisitoriais contranatura enquanto uma rede de práticas de vigilância e disciplina inserida no micropoder da Inquisição, podemos entender que o controle era exercido pelo conhecimento dos crimes/pecados e pelas consequentes condenações que eram impostas aos diferentes indivíduos, que eram perpassados por categorias de status social, cor e tipo de uso de prazeres envolvidos. Sendo assim, era um poder arbitrário e violento, que separava suas práticas entre as tentativas de docilização dos corpos ou mesmo a sua destruição enquanto exemplos disciplinadores.

[...] o poder ganha impulso pelo seu próprio exercício; o controle vigilante é recompensado por uma emoção que o reforça; a intensidade da confissão relança a curiosidade do questionário; o prazer descoberto reflui em direção ao poder que o cerca. Mas tantas questões urgentes singularizam no questionado os prazeres que experimenta; o olhar os fixa, a atenção os isola e anima. O poder funciona como um mecanismo de apelação, atrai, extrai essas estranhezas pelas quais se desvela. O prazer se difunde através do poder cerceador e este fixa o prazer que acaba de desvendar. O

³⁴ ROMANO, Ruggiero. *Os mecanismos da conquista colonial: os conquistadores*. Tradução de Marilda Pedreira. São Paulo: Perspectiva, 1995.

exame médico, a investigação psiquiátrica, o relatório pedagógico e os controles familiares podem, muito bem, ter como objetivo global e aparente dizer não a todas as sexualidades errantes ou improdutivas mas, na realidade, funcionam como mecanismos de dupla incitação: prazer e poder. Prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espreita, espia, investiga, apalpa, revela; e, por outro lado, prazer que se abrasa por ter que escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travestí-lo. Poder que se deixa invadir pelo prazer que persegue e, diante dele, poder que se afirma no prazer de mostrar-se, de escandalizar ou de resistir³⁵.

Em torno da sua reflexão entre o poder e a questão do olhar sobre o sexo, Foucault³⁶ traça uma relação a partir de cinco tópicos. Primeiramente, existiria uma relação negativa, em que o poder somente rejeita, exclui e oculta o sexo, única opção que lhe é possível frente aos desejos e prazeres. Assim, o sexo seria reduzido ao que a lei dita, ou seja, ao que o poder fala, encaixando-se em um regime binário de lícito e ilícito e sendo dominado a partir de uma “ordem” por meio da linguagem e do discurso.

Seria formado um ciclo de interdição que proíbe o sexo, ameaçando-o por meio de castigos que buscam sua autorrenúncia. Logo após, seria formada uma moldagem de censura, afirmando o que não é permitido, impedindo o que não pode ser falado e negando o que não deveria existir. Por último, existiria uma unidade do dispositivo pelo qual o poder sobre o sexo seria exercido de igual forma em todos seus níveis: por meio de uma forma jurídica, o poder é esquematizado e os sujeitos são sujeitados.

Para além dessa noção de poder e sexo, ao se atentar para os sujeitos que são expostos nos processos, existe uma diversidade de homens e mulheres que foram processados por diferentes crimes/pecados que se enquadram na contranatura. Essas pessoas faziam parte de um contexto colonial que buscava controlar seus prazeres e desejos, e mesmo perpassando pela rejeição, ocultação, censura e esquematização jurídica, ainda deram vazão

³⁵ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 13. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1999. v. 1, p. 45.

³⁶ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 13. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1999. v. 1.

ao ato sexual, às heresias, às profanações, às solicitações de sexo e a outras ações que iam “contra a natureza”.

Existe, no contexto processual, talvez, não um ato de rebeldia ou resistência a um sistema opressor, mas sim exemplos de desvio da norma colonial, indivíduos que, envolvidos em um forte contexto religioso, tentavam satisfazer seus desejos de forma escondida, de forma forçada ou de forma solicitada com outros. Eles negavam seus atos quando acusados ou descobertos, ou mesmo escolhiam se autoconfessar pela culpa e medo que carregavam. Os casos inquisitoriais de sodomia são claros exemplos da forma como o sistema colonial, a influência da Igreja e a própria Inquisição agiam.

A filósofa estadunidense Judith Butler³⁷ afirma que “A coerência ou a unidade interna de qualquer dos gêneros, homem ou mulher, exigem assim uma heterossexualidade estável e oposicional”. Logo, a concordância atribuída à noção do que era ser próprio do homem e próprio da mulher no sistema colonial perpassava pela própria performatividade de atos que condiziam com seus “sexos”, o que alcançava também as relações “heterossexuais”, que deveriam ser condizentes com a sua “natureza”. O desejo estava diretamente relacionado com o sexo, devendo-o refletir.

A noção de performatividade realizada pelos indivíduos é entendida por Butler³⁸ “no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos”. Assim, a performatividade não revela necessariamente o interior do sujeito, mas, antes, são resultados de influências externas que visam padronizar seus corpos.

A performatividade age a partir da “reiteração de uma norma ou conjunto de normas e, na medida em que adquire o status de ato no presente,

³⁷ BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”*. Barcelona: Ediciones Paidós, 2002. p. 45.

³⁸ BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”*. Barcelona: Ediciones Paidós, 2002. p. 194.

oculta ou dissimula as convenções das quais é uma repetição"³⁹. A sua ação parte da reiteração do desejo e prática sexual destinados aos corpos masculinos e femininos, sendo padronizada através do compartilhamento e repetição das normas. A performatividade se insere na própria noção de poder inserida sobre o sexo, aqueles que não seguem essas normas se desviam da correta performatividade e estabelecem atos performativos desviantes.

A performance incentivada pelo sistema colonial busca dar conta da manutenção do controle sobre os corpos. Logo, a realidade dos "sexos" é formada por atos performativos que se encaixavam no conceito de natureza, como o sexo vaginal e a recusa da prática do sexo anal. Esses atos performativos estão inseridos nos próprios discursos da Inquisição e da Igreja em si enquanto "formas autorizativas de discurso"⁴⁰, que exerciam um poder vinculativo a práticas repetidas anteriormente, sendo legitimadas enquanto as mais adequadas a serem realizadas.

A sodomia era encaixada em um comportamento desviantes desses atos performativos reiterados; era a quebra da performatividade esperada. Por isso, afastava-se das redes autorizativas e adentrava nas redes punitivas, que objetivavam disciplinar os corpos desviantes, seja pela correção que ainda os mantinha vivos, mas demarcava seu pecado/crime, seja pela sua destruição, que servia como um exemplo moral para a manutenção da performatividade segundo as normas e extinção dos atos performativos dissidentes.

³⁹ "[...] reiteración de una norma o un conjunto de normas y, en la medida en que adquiera la condición de acto en el presente, oculta o disimula las convenciones de las que es una repetición" (BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"*. Barcelona: Ediciones Paidós, 2002. p. 314. Tradução nossa).

⁴⁰ "[...] formas del habla que autorizan" (BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"*. Barcelona: Ediciones Paidós, 2002. p. 316. Tradução nossa).

Retomando Romano⁴¹, ele apresenta como último mecanismo da conquista colonial a “fome”. Esta não deve ser levada em um sentido literal, pois simboliza a desestruturação realizada a partir da interferência e mudança nos “ritmos de trabalho; tipos de cultura; tipos de vida: tudo foi mudado ou, ao menos, consideravelmente modificado”⁴².

A “fome” teria agido a partir da tomada dos próprios elementos culturais e identitários dos colonizados. Com a “espada” e a “cruz”, a fome agia como o rompimento da unicidade, dos valores, dos comportamentos, das crenças, dentre outros elementos que compunham as identidades e cultura dos colonizados. A desestruturação agia não somente pela violência e imposição do cristianismo na vida dos indivíduos nas colônias, mas também pelo próprio sistema de poder colonial que era imposto às suas vidas.

A colonialidade é um elemento refletido na própria composição do controle sobre os corpos registrados nos processos apresentados no livro de Tortorici, mas também se destaca especificamente na questão da influência das posições sociais/raciais nas próprias punições dos desviantes. Assim, é um conceito que se refere aos efeitos duradouros e estruturais do colonialismo nas sociedades, sobreviventes na mentalidade, no poder e na cultura enquanto heranças coloniais que continuam a influenciar essas regiões colonizadas.

Um importante estudioso da questão da colonialidade é o sociólogo peruano Aníbal Quijano⁴³. Segundo o autor, a atual globalização resulta de um processo constituído pela colonização da América e pela ação do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado, constituindo-se como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos é a classificação social de acordo com a ideia de raça — “uma construção mental que expressa a experiência

⁴¹ ROMANO, Ruggiero. *Os mecanismos da conquista colonial: os conquistadores*. Tradução de Marilda Pedreira. São Paulo: Perspectiva, 1995.

⁴² ROMANO, Ruggiero. *Os mecanismos da conquista colonial: os conquistadores*. Tradução de Marilda Pedreira. São Paulo: Perspectiva, 1995. p. 21.

⁴³ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Tradução de Javier Amadeo et al. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142.

básica da dominação colonial"⁴⁴ e que também serviu como matriz para o colonialismo.

Para Quijano⁴⁵, a América serviu de estabelecimento para a demarcação das diferenças entre conquistadores e conquistados por meio da ideia de raça — uma distinção entre indivíduos, em que o grupo “diferente” era inferior.

A formação de relações sociais fundadas nessa idéia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos com espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, consequentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população⁴⁶.

Com a constituição desses outros sujeitos, a colonialidade utilizou a noção de raça para legitimar suas relações de dominação com a conquista. Além disso, a própria expansão do colonialismo europeu no mundo contribuiu para uma perspectiva eurocêntrica sobre o globo. Os europeus eram considerados superiores, levando em consideração suas conquistas, suas questões fenotípicas, sua cor e seus costumes. Por sua vez, os demais sujeitos no âmbito colonial, que estavam fora desses requisitos, eram percebidos como o “outro” e, dentro da ideia de raça, eram incluídos em categorias específicas que serviam para instituí-los ainda mais enquanto inferior. Essa

⁴⁴ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Tradução de Javier Amadeo et al. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142. p. 117.

⁴⁵ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Tradução de Javier Amadeo et al. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142.

⁴⁶ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Tradução de Javier Amadeo et al. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142. p. 117.

classificação era “o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal”⁴⁷.

Contribuindo para a discussão sobre colonialidade, mas em uma perspectiva que pensa para além da ideia de raça, incluindo a de gênero, a filósofa argentina María Lugones⁴⁸ afirma que, por meio da colonização, se constituiu um capitalismo eurocêntrico global caracterizado, dentre outras questões, pelas diferenças de gênero. As próprias noções de sexo/gênero, levadas enquanto eixos de tradução para alguns indígenas, se mostram insuficientes ou inexistentes para suas culturas, pois, na verdade, são traduções posteriores de estrangeiros que adaptavam a cultura indígena à sua própria visão de mundo. Por meio de processos heterogêneos, lentos e permeados pela colonialidade do poder, as demarcações de diferenças sexuais ou de gênero, como defendido pela autora, foram estabelecidas nas sociedades coloniais.

Ao produzir essa classificação social, a colonialidade permeia todos os aspectos da vida social e permite o surgimento de novas identidades geoculturais e sociais. “América” e “Europa” estão entre essas novas identidades geoculturais; “europeu”, “índio”, “africano” estão entre as identidades “raciais”. Essa classificação é “a expressão mais profunda e duradoura da dominação colonial”. Com a expansão do colonialismo europeu, a classificação foi imposta à população do mundo. Desde então, tem atravessado todas e cada uma das áreas da vida social, tornando-se, assim, a forma mais efetiva de dominação social, tanto material como intersubjetiva. Desse modo, “colonialidade” não se refere apenas à classificação racial. Ela é um fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas. Ou seja, toda forma de controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e do trabalho existe em conexão com a colonialidade. [...] todo elemento que serve como um eixo se move constituindo e sendo constituído por todas as formas

⁴⁷ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Tradução de Javier Amadeo et al. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142. p. 118.

⁴⁸ LUGONES, María. Colonialidade e gênero. Tradução de Fernanda Pessanha et al. In: HOLLAND, Heloísa Buarque de. *Pensamento feminista hoje: perspectivas Decoloniais*. Tradução de Pê Moreira. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 73-101.

assumidas pelas relações de poder, referentes ao controle sobre domínios particulares da vida humana⁴⁹.

O colonialismo e seus consequentes mecanismos de poder estão evidentes em diferentes âmbitos da vida dos sujeitos que sofreram a colonização. A colonialidade se mostra não apenas na noção sobrevivente de raça, mas também nos próprios ideais que foram estabelecidos em torno da noção de sexo e de desejo. Diante disso, existe uma herança colonial também nessas concepções, com uma mentalidade condenatória das práticas homossexuais, preocupada com o controle do corpo feminino e que rejeita a masturbação.

A colonialidade é útil para pensar não somente na problemática racial da colonização, como também nos resquícios de controle dos desejos e de proibição dos prazeres entre iguais, que se mantêm até a contemporaneidade. A colonialidade também se manifesta no âmbito sexual, o que demonstra a sua importância na mentalidade colonial em relação à busca do controle sobre os corpos colonizados. Esse era um âmbito que se destacava enquanto um ponto chave de disciplina, pois, como mostrado nos processos inquisitoriais aqui destacados, era uma fonte de possíveis desvios às normas performativas que se buscava impor e observar.

Os discursos envoltos em poder produzidos pela colonização e que transpassam suas épocas enquanto marcas da colonialidade revelam uma complexa rede de relações, que perpassou o colonialismo e agiu por meio de autorizações e punições, influenciando a forma como se lida, por exemplo, com corpos desviantes, que ainda são rechaçados e vistos com certa reprovação. Os sodomitas, classificados atualmente enquanto homossexuais, são alvo de violências aos seus direitos de viver, incluindo assassinatos baseados em suas orientação sexual ou mesmo a negação de direitos básicos à sua sobrevivência e bem-estar na sociedade.

⁴⁹ LUGONES, María. Colonialidade e gênero. Tradução de Fernanda Pessanha et al. In: HOLLAND, Heloísa Buarque de. *Pensamento feminista hoje: perspectivas Decoloniais*. Tradução de Pê Moreira. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 73-101. p. 74-75.

Os discursos produzidos pela Inquisição evocam a sua própria ação enquanto um micropoder, mas também o seu pertencimento ao macropoder que é o colonialismo. Se até aqui discutimos os casos inquisitoriais enquanto discursos disciplinares que envolviam poderes da Inquisição e da própria Igreja sobre os corpos colonizados, não devemos nos esquecer de que tal aspecto está inserido no próprio contexto da colonização da América Espanhola, regido pelo sistema do colonialismo.

Quando falamos sobre colonialismo, estamos nos referindo ao seu sentido conceitual, estando de acordo com o historiador brasileiro Felipe Paiva Soares⁵⁰, que afirma que o uso transforma a palavra “em algo mais, vetor de compreensão analítico, instrumento no ferramental epistemológico para entendimento de situações históricas concretas”.

O nascimento do colonialismo perpassa pela crise estabelecida no fim da Idade Média europeia e pela intersecção entre fenômenos superestruturais, como o Renascimento, e estruturais, como as Grandes Negações, que contribuíram para a consolidação da forma mercantil. Logo, seu surgimento está intimamente ligado com a própria modernidade⁵¹, mais especificamente, com o período intitulado de Idade Moderna, que abrange os anos de 1453 (desestruturação de Constantinopla) a 1789 (Revolução Francesa).

Para Soares⁵², o colonialismo é o reverso “da medalha do imperialismo”, sendo um tipo de ação imperialista menos refinada, conectada ao capitalismo em suas fases comerciais e industriais.

Ao ser encaixado como um tipo de imperialismo mais bruto, o colonialismo é caracterizado enquanto um sistema de dominação que evoca dispositivos de poder para agir, objetivando, tal como mais adiante ocorreria

⁵⁰ SOARES, Felipe Paiva. Sobre o conceito de colonialismo: rumo a uma definição. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 72, n. 2, p. 16-46, 2024. p. 18.

⁵¹ SOARES, Felipe Paiva. Sobre o conceito de colonialismo: rumo a uma definição. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 72, n. 2, p. 16-46, 2024.

⁵² SOARES, Felipe Paiva. Sobre o conceito de colonialismo: rumo a uma definição. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 72, n. 2, p. 16-46, 2024. p. 21.

com o imperialismo, o domínio territorial, econômico e cultural de um povo ou nação.

Pensando em uma definição e discussão em torno do conceito e da existência do colonialismo, os historiadores alemães Jürgen Osterhammel e Jan Jansen⁵³ atribuem três componentes para seu sentido: primeiramente, parte de uma relação que rouba, controla e interrompe o desenvolvimento de uma sociedade inteira em prol das necessidades e interesses dos senhores coloniais; envolve uma aculturação e conversão extensiva aos valores e costumes europeus, pois a cultura do dominado é rejeitada e descategorizada; e, por último, parte do entendimento colonizador de uma missão universal de “civilizar” “bárbaros” ou “selvagens”, envolvendo também uma noção divina a ser executada entre os pagãos.

O colonialismo é uma relação de dominação entre coletivos, na qual decisões fundamentais sobre o modo de vida do colonizado são tomadas e aplicadas por uma minoria culturalmente distinta, que não está disposta a se acomodar aos senhores coloniais que priorizam seus interesses externos. Nos tempos modernos, isso geralmente está ligado a doutrinas de justificativa ideológica de tipo missionário, baseadas na convicção dos senhores coloniais de sua própria superioridade cultural⁵⁴.

Tendo em mente esses aspectos e definições, podemos compreender que a ação dos casos inquisitoriais contranatura — ou, mais especificamente, de sodomia — funciona não somente como ações disciplinares isoladas relacionadas à própria visão cristã em relação a esse tipo de envolvimento sexual, mas está inserida no contexto maior do próprio colonialismo enquanto sistema de dominação.

⁵³ OSTERHAMMEL, Jürgen; JANSEN, Jan C. *Colonialismo: história, formas, efectos*. Tradução de Juanmari Madariaga. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2019.

⁵⁴ “El colonialismo es una relación de dominio entre colectivos, en la que las decisiones fundamentales sobre la forma de vida de los colonizados son tomadas y hechas cumplir por una minoría cultural diferente y poco dispuesta a la conciliación de amos coloniales que dan prioridad a sus intereses externos. Esto se vincula usualmente en los tiempos modernos con doctrinas justificativas ideológicas del tipo misionero, que se basan en la convicción de los amos coloniales de su propia superioridad cultural” (OSTERHAMMEL, Jürgen; JANSEN, Jan C. *Colonialismo: história, formas, efectos*. Tradução de Juanmari Madariaga. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2019. p. 20. Tradução nossa).

Enquadurar os processos de sodomia no colonialismo envolve a percepção de que as relações de micropoderes, como a Inquisição, estavam inseridas em macropoderes, como a da Igreja. Isso permite ampliar nosso olhar sobre a forma como podemos analisar não apenas a América Espanhola, mas o próprio sistema colonial em si.

A disciplina sobre os corpos sodomitas se insere em normas e estruturações de dominação e controle sobre a vida dos povos colonizados, relacionando-se à própria história do colonialismo, constituída enquanto uma “história da lenta construção de estruturas de poder e formas sociais e de sua expansão espacial, ou o oposto, dentro de territórios nominalmente reivindicados”⁵⁵.

Assim, devemos entender que a presença da sodomia entre os elementos de interdição, controle e disciplina dos processos inquisitoriais está inserida na adoção de performances ligadas às necessidades e aos interesses dos colonizadores, à conversão dos valores europeus, à “civilização” e ao ensinamento religioso de grupos praticantes de uma ação vista enquanto pecaminosa/criminal para os colonizadores.

A colonização está inserida na própria existência do valor condenatório da sodomia no sistema colonial europeu, mas, para além disso, se constitui como um elemento que contrário aos valores religiosos, econômicos e políticos da metrópole, pois esbarrava na união entre dois corpos iguais, na negação da geração de novo indivíduos para a colônia e na desobediência de normas instituídas à colônia. Relacionar a sodomia ao contexto da colonização proporciona uma análise que considera o contexto maior do próprio status colonial, abrangendo tanto os sujeitos quanto as regiões habitadas por eles.

⁵⁵ “[...] historia de la construcción lenta de estructuras de poder y formas sociales y de su extensión espacial o lo contrario en el interior de territorios nominalmente reclamados” (OSTERHAMMEL, Jürgen; JANSEN, Jan C. *Colonialismo: história, formas, efectos*. Tradução de Juanmari Madariaga. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2019. p. 34. Tradução nossa).

Conclusão

O que apreender diante de um punhado de processos dos séculos XVI ao XIX reunidos em torno de um livro que revela seus conteúdos, acusações, autoconfissões e condenações? O que extrair de casos que percorrem diferentes regiões da chamada Nova Espanha, inseridos no contexto maior da América Latina? É possível estabelecer uma conexão entre *Sins against nature: sex and archives in Colonial New Spain*⁵⁶ e a contemporaneidade?

Como demonstrado ao longo deste artigo, a análise dos processos reunidos no livro publicado por Zeb Tortorici revela o contexto colonial da América Espanhola, que era permeado pelo uso de mecanismo de poder, entre eles a própria Inquisição, como forma de controlar os corpos e evitar os desviantes que contaminariam o próprio sistema colonial.

Os contextos que permeiam os casos apresentados por Tortorici revelam muito da mentalidade da época em relação à noção de pecado/crime, não só por parte dos acusadores e dos religiosos que julgavam, mas também dos próprios condenados que ousavam se desviar das normas ou então se confessavam em meio a um sentimento de culpa ou arrependimento.

A diversidade de processos demonstra que a preocupação com os desejos e prazeres esteve difundida em diferentes domínios coloniais, com vistas a manter o sistema colonial de acordo com a “vontade divina” e com a própria vontade da metrópole, contribuindo, assim, para uma melhor visão sobre como esses casos eram registrados e seus consequentes desfechos.

A conexão entre as fontes apresentadas no livro e a contemporaneidade pode ser percebida na própria questão da colonialidade, na mentalidade, nos comportamentos e nas rejeições que permanecem. Isso nos mostra que ainda existe uma necessidade de se refletir sobre a negação do desejo entre iguais e a disparidade de tratamento entre aqueles considerados de raças inferiores em relação aos europeus. O

⁵⁶ TORTORICI, Zeb. *Sin against nature: sex and archives in Colonial New Spain*. Durham: Duke University Press, 2018.

colonialismo segue se mostrando presente e influenciando a forma como determinados grupos são excluídos ou rechaçados.

Para além da ação do micropoder da Inquisição, a sodomia pode ser analisada a partir da sua inclusão em um contexto maior, o do colonialismo. Tal sistema está diretamente relacionado ao domínio dos povos e nações a partir de concepções impostas aos dominados. Sendo assim, a sodomia pode ser entendida enquanto uma dessas concepções, funcionando como forma de reforçar os valores impostos às suas colônias.

Referências

Fonte primária

TORTORICI, Zeb. *Sin against nature: sex and archives in Colonial New Spain*. Durham: Duke University Press, 2018.

Bibliografia

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”*. Barcelona: Ediciones Paidós, 2002.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CORREIO, Edson Santos Silva; CORREIO, Wallas Jefferson Lima. *Homo eroticus: considerações acerca do conceito de Sodomia nos processos da Inquisição Portuguesa*. Revista Esboços, Florianópolis, v. 23, n. 35, p. 265-284, set. 2016.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 13. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1999. v. 1.

GÓMEZ VÁSQUEZ, Ulises Antonio. *Contra natura y sodomía en la provincia de Chiapa: siglos XVI y XVII*. LiminaR: Estudios Sociales y Humanísticos, [s. l.], v. XXI, n. 1, p. 1-15, 2023.

GOULART, Saulo José. *A inquisição entre homens e deuses: pecado, sodomia e feitiçaria no Brasil colonial*. 2016. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

LOS REYES, Guillermo de. Sexual moral discourses and illicit sexualities among priests in Colonial Mexico. *Anuario de Estudios Americanos*, Sevilla, v. 67, n. 1, p. 53-76, 2010.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. Tradução de Pê Moreira. In: HOLLAND, Heloísa Buarque de. *Pensamento feminista hoje: perspectivas Decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 73-101.

OSTERHAMMEL, Jürgen; JANSEN, Jan C. *Colonialismo: história, formas, efectos*. Tradução de Juanmari Madariaga. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Tradução de Javier Amadeo et al. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 117-142.

ROMANO, Ruggiero. *Os mecanismos da conquista colonial: os conquistadores*. Tradução de Marilda Pedreira. São Paulo: Perspectiva, 1995.

SOARES, Felipe Paiva. Sobre o conceito de colonialismo: rumo a uma definição. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 72, n. 2, p. 16-46, 2024.

SODOMIA. In: DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa. [S. l.: s. n.], [entre 2008 e 2021]. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/sodomia>. Acesso em: 22 abr. 2025.

O QUE É SER MULHER NA LUTA ARMADA? UMA HISTÓRIA NARRADA NO FEMININO

Amanda Monteiro Diniz Carneiro¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo compreender conflitos e tensões que permearam as diversas identidades das mulheres militantes das organizações armadas argentinas Montoneros e Partido Revolucionario de los Trabajadores – Ejército Revolucionario del Pueblo. A ideia é tornar visíveis as situações que limitaram práticas de militância feminina, instituídas pela sociedade e pelas próprias organizações. Apesar da impossibilidade de dar conta da totalidade do processo de diversidade de identidades dessas mulheres, apresentamos situações vivenciadas e narradas por elas nos espaços da luta armada. A partir de uma revisão bibliográfica, trazemos depoimentos das próprias militantes, buscando desconstruir visões universalizantes vinculadas exclusivamente a atribuições binárias de gênero.

Palavras-chave: Identidades; Mulheres militantes; Luta armada.

¿QUÉ SIGNIFICA SER MUJER EN LA LUCHA ARMADA? UNA HISTORIA CONTADA EN LO FEMENINO

Resumen: Este artículo pretende comprender los conflictos y tensiones que permearon las diversas identidades de mujeres militantes de las organizaciones armadas argentinas Montoneros y del Partido Revolucionario de los Trabajadores – Ejército Revolucionario del Pueblo. La idea es visibilizar las situaciones que limitaron las prácticas de militancia femenina, instituidas por la sociedad y por las propias organizaciones. A pesar de la imposibilidad de dar cuenta de todo el proceso de diversidad de identidades de estas mujeres, presentamos situaciones vividas y narradas por ellas en los espacios de la lucha armada. A partir de una revisión bibliográfica, presentamos declaraciones de las propias activistas, buscando deconstruir visiones universalizadoras vinculadas exclusivamente a atribuciones binarias de género.

Palabras clave: Identidades; Mujeres activistas; Lucha armada.

Introdução

Na Argentina, os anos de 1960 e 1970 foram marcados por intensa agitação política e social. Abarcaram uma ditadura civil-militar em 1966, o

¹ Graduada em História e mestre em Ciências Humanas pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Doutora em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Docente substituta na graduação em história da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0197484180756912>. E-mail: amanda.carneiro@ufvjm.edu.br.

retorno de Perón do exílio em 1973 e a ditadura civil-militar de 1976. Nesse contexto, a desilusão e o descontentamento político afetavam grande parte da juventude da época, fomentando um processo de resistência e busca por transformação em toda a estrutura social. Para muitos jovens ligados a movimentos estudantis e trabalhadores industriais, a luta armada foi considerada legítima em razão do processo de violência institucionalizado, sendo vista por muitos como a única alternativa para a solução dos problemas econômicos, políticos e sociais. As circunstâncias da Revolução Cubana também confirmavam a legitimidade da via armada, uma vez que representava um exemplo concreto de sucesso contra o processo imperialista. Por essa razão, tornou-se uma esperança para a transformação estrutural almejada. Foi nesse cenário que muitas organizações armadas se formaram na Argentina, a exemplo de Montoneros e Partido Revolucionário de los Trabajadores – Ejército Revolucionario del Pueblo (PRT/ERP).

Os grupos armados argentinos foram espaços de grande participação feminina. Para se ter uma ideia, na organização Montoneros, as mulheres representavam uma média de 30% do total de integrantes; e no PRT/ERP, correspondiam a 40%.

Partindo dessa perspectiva, o presente artigo busca explorar as experiências femininas nessas organizações a partir de suas próprias narrativas. Ao adotar esse ponto de partida, propomos uma análise que ultrapassa os limites estabelecidos por classificações binárias de gênero, destacando como muitas mulheres desafiaram “normas de gênero” e assumiram múltiplas identidades, enfrentando tensões internas e externas em busca de seus ideais.

Para alcançar os objetivos propostos, recorremos à metodologia de análise bibliográfica, tomando como referência relatos de militantes presentes nas seguintes obras: *Mujeres guerrilleras*, de Marta Diana; *Entre autoritarismos e resistências: uma entrevista com Pilar Calveiro*, de Livia Magalhães; *El orden de los cuerpos en los años 70. Entrevista a Pilar Calveiro*, de Ana Amado; *Contarse a sí mismas. La dimensión biográfica en los relatos de mujeres que*

participaron en las organizaciones político-militares de los 70 e *Las Revolucionarias: militância, vida cotidiana y afetividad en los setenta*, de Alejandra Oberti; *Género, política y revolución en los años setenta: mujeres del PRT-ERP*, de Paola Martínez; e *Norma Arrostito. Mujer política. Su construcción subjetiva desde la militancia misionera*, de Claudia Bacci e Leandro Diego Basanta Crespo. Consultamos também *Memória de mulheres*, o volume 5 de “Cuadernos de la memoria”, organizado por María Rosa Gómez para o Instituto Espacio para la Memoria.²

Os relatos analisados neste artigo foram recolhidos a partir do mapeamento de trabalhos já realizados por outros pesquisadores. Reconhecemos que a coleta direta de depoimentos é um procedimento extremamente enriquecedor, desde a organização dos questionamentos até a observação de elementos que extrapolam a fala, como expressões, silenciamentos e outros elementos da comunicação. Contudo, ressaltamos, igualmente, a importância das revisões bibliográficas, que permitem uma compreensão mais ampla ao reunir diferentes perspectivas e interpretações construídas pelas lentes de cada autor.

² Referências completas das obras: DIANA, Marta. *Mujeres guerrilleras*. Buenos Aires: Planeta, 1997; MAGALHÃES, Lívia Gonçalves. Entre autoritarismos e resistências: uma entrevista com Pilar Calveiro. *Estudios Ibero-Americanos*, [s. l.], v. 43, n. 2, p. 482-489, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/27336>. Acesso em: 15 jul. 2021; AMADO, Ana. El orden de los cuerpos en los años 70. Entrevista a Pilar Calveiro. *Mora - Revista del Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género*, Buenos Aires, v. 12, p. 4-174, 2006. Disponível em: <http://repositorio.filos.uba.ar/handle/filodigital/10997>. Acesso em: 15 jul. 2022; OBERTI, Alejandra. Contarse a sí mismas. La dimensión biográfica en los relatos de mujeres que participaron en las organizaciones político-militares de los 70. In: CARNOVALE, Vera. et al. *Historia, memoria y fuentes orales*. Buenos Aires: Ediciones CeDInCI, 2006, p. 38-50. Disponível em: <https://memoriaabierta.org.ar/wp/historia-memoria-y-fuentes-ORALES/>. Acesso em: 15 jul. 2022; BACCI, Claudia; CRESPO; Leandro Diego Basanta. Norma Arrostito. Mujer política. Su construcción subjetiva desde la militancia misionera. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 89-108, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5175581.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2016; GÓMEZ, María Rosa (org.). *Cuadernos de la memoria: 5: memoria de mujeres: relatos de militantes, expresas políticas, familiares de desaparecidos y exiliadas*. Buenos Aires: Instituto Espacio para la Memoria, 2011. Disponível em: <http://cdi.mecon.gov.ar/bases/doc/espmemoria/5.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2022; MARTÍNEZ Paola. *Género, política y revolución en los años setenta: mujeres del PRT-ERP*. Ituzaingó: Maipue, 2015.

Sabemos que muitos cuidados devem ser levados em consideração ao trabalharmos com a memória. Nas palavras de Pierre Nora, “a memória é um fenômeno sempre atual, vivido no eterno presente”, e a história, por sua vez, “[...] é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”³. Nessa perspectiva, a escrita da história, por mais comprometida que seja, é sempre problemática, uma vez que trabalhamos com relatos que são influenciados pelo presente, o tempo de narração. Para Beatriz Sarlo: “A narração também funda uma temporalidade, que a cada repetição e a cada variante torna a se atualizar”⁴. Entretanto, apesar de todos os cuidados a serem considerados, compreendemos que a análise de depoimentos é essencial para a promoção de debates e reflexões sobre o passado, pois é capaz de promover processos plurais de construção histórica, envolvendo sujeitos diversos.

Partindo desse pressuposto, o gênero como categoria de análise histórica também é fundamental, pois nos possibilita visualizar as mulheres e suas atuações independentemente de construções estabelecidas e “naturalizadas”. Joan Scott nos lembra de que o gênero é um “elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos. [...] uma forma primeira de significar as relações de poder”⁵. Ainda segundo a autora, o gênero nos abre possibilidades de decodificar sentidos e compreender relações complexas entre diversas formas de interação humana. Nesse contexto, o uso do gênero como categoria de análise histórica permite, por exemplo, dar maior visibilidade à militância feminina nas

³ NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. p. 9. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em: 4 mar. 2016.

⁴ SARLO, Beatriz. *A paixão e a exceção: Borges, Eva Perón, Montoneros*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 25.

⁵ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 67.

organizações armadas, desafiando narrativas que frequentemente minimizam seu papel.

O trabalho está dividido em duas partes. Na primeira, discutiremos tensões e conflitos que faziam parte da atuação feminina nos espaços das organizações armadas. Nossa intuito é demonstrar como esses espaços eram constituídos por relações de poder e reproduziam lógicas hierárquicas de gênero. Na segunda, apresentaremos situações vivenciadas e narradas pelas próprias militantes, rompendo com atribuições “universais” de gênero.

As organizações armadas argentinas: tensões, conflitos e relações de poder

Montoneros foi uma organização proveniente do peronismo⁶ e do Movimento de Sacerdotes para o Terceiro Mundo⁷. Apresentou-se como organização política apenas em maio de 1970. Era constituída, em sua maioria, por jovens que tinham a pretensão de transformar a Argentina em um país socialista nacional, adequado às suas próprias necessidades. Seus principais objetivos eram o desenvolvimento nacional, a justiça social e o poder popular. O grupo atuou em assaltos a bancos, sequestros, entre outras ações, com o objetivo de arrecadar dinheiro e armas para, segundo seus participantes, serem usados na construção de uma nação livre, justa e soberana. Em inúmeras ocasiões, o dinheiro arrecadado foi usado para ajudar pessoas necessitadas.

⁶ Segundo Carlos Etulain (2001), o peronismo é um “objeto” complexo, porque não se compõe apenas pelo partido peronista, ou mesmo pelos sindicatos. Trata-se de um movimento que reúne diferentes setores sociais em torno de uma amalgama definida a partir do vínculo entre o povo e a figura de Perón. O peronismo, em sua função de representar os interesses populares, promove sua unidade com base na força opositora desse conteúdo popular.

⁷ Criado em 1967, o Movimento de Sacerdotes para o Terceiro Mundo foi anunciado pelo documento “Bispos del tercer mundo” na Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín, em 1968. Da mesma forma que a Teologia da Libertação, concentra-se na premissa da libertação dos pobres e oprimidos das “injustas condições” políticas, econômicas e sociais. Foi uma agrupação composta exclusivamente por sacerdotes, cujo objetivo principal era a conscientização do povo argentino no que tange à situação de injustiça que se vivia no país (Andreo, 2009).

O PRT/ERP foi uma organização de vertente marxista. Formou-se em 1965, com a fusão de dois grupos: Frente Revolucionario Indoamericano Popular (FRIP), vinculada aos trabalhadores açucareiros do noroeste argentino; e Palabra Obrera (PO), organização trotskista com atuação entre estudantes universitários e trabalhadores industriais em Buenos Aires, Córdoba, Tucumán e Rosário. No entanto, o PRT/ERP se consolidou apenas em 1970, a partir de “rachas” causados dentro da organização, principalmente por causa da questão militar (adesão ou não da luta armada). Dessa forma, em 1970, no V Congresso do PRT, foi fundado o PRT/ERP (com a adesão da luta armada). De acordo com Pozzi⁸, a organização era constituída principalmente por jovens estudantes e trabalhadores de todas as idades, inspirados, principalmente, na revolução contra o imperialismo. Tinham como objetivo principal vencer o imperialismo e instaurar um sistema socialista na Argentina. O grupo realizou diversas ações armadas, tais como: ataques a quartéis militares, desarmamento de policiais, roubo, assassinatos de repressores e empresários, sequestros, atentados com explosivos, entre outras. Assim como os Montoneros, o PRT/ERP também revertia o dinheiro arrecadado em suas operações em ajuda a pessoas pobres e se posicionava como uma organização responsável por trazer justiça, igualdade e liberdade.

De acordo com Cristina Wolff⁹, durante as décadas de 1960 e 1970, o número de mulheres militantes em organizações armadas ultrapassava em muito a participação em décadas anteriores nos partidos tradicionais de esquerda. A autora explica que essas organizações surgiram vinculadas principalmente aos movimentos estudantis universitários e secundaristas, além de ter influências da igreja católica.

⁸ POZZI, Pablo. *Por las sendas argentinas: el PRT-ERP, la guerrilla marxista*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2004.

⁹ WOLFF, Cristina Sheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 19-38, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/6nTzhqFjZkMvtRV5d7ydHr/>. Acesso em: 3 mar. 2022.

O contexto vivenciado nas décadas de 1960 e 1970, de intensa radicalização política, também deve ser considerado como um dos fatores que influenciaram a inserção feminina em organizações armadas. Para Sepúlveda¹⁰, a injustiça social e a pobreza extrema em várias partes do país, as experiências cubana, vietnamita e argelina, o encontro com os jovens que tinham diferentes formações políticas e ideológicas e, inclusive, a releitura da história nacional influenciaram intensamente as militantes.

Na citação a seguir, Teresa Meschiatti¹¹ expressa os motivos que a levaram a ingressar na organização Montoneros:

Desde criança estive a favor dos indefesos. As injustiças sociais me rebelavam. Quando entrei em Montoneros não sofri nenhum tipo de conflito com respeito aos métodos. Me parecia justo que se pretendesse reparar injustiças sociais tirando dos que tinham muito para repartir entre os que não tinham nada, ou que se matasse um torturador. O que não sei, é o que haveria acontecido se eu tivesse tido que fazê-lo. Por outro lado, a história me demonstrava que as grandes mudanças haviam sido violentas, e de acordo com isso me parecia lógico que se criasse um exército popular para lutar contra os capitalistas. Por acaso eles entregariam voluntariamente o poder que detinham? Estava certa que não. O mais importante, no entanto, nisso de lutar, não era o apoio teórico, mas sim a bela utopia de uma sociedade melhor, justa e livre, onde homens e mulheres viveriam de outra maneira. E é somente por esse sonho que se pode entender a entrega a uma militância que foi muito dura e que levou a vida de muitos de nós¹².

¹⁰ SEPÚLVEDA, Patricia Graciela. Relatos de militancia femenina en los años '70, cuando todo pareció a punto de cambiar. *Testimonios*, Rosario, n. 5, p. 66-89, 2016. Disponible en: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/testimonios/article/view/18535>. Acesso em: 3 jun. 2016.

¹¹ O relato citado foi retirado do livro *Mujeres guerrilleras* (1997), de Marta Diana. Os nomes das militantes entrevistadas pela referida autora não são reais nem “nomes de guerra”, mas inventados. As exceções são: Teresa Meschiatti, Liliana Callizo, Nélida Augier e Graciela Daleo. Teresa Meschiatti, conhecida como “Tina”, nasceu em 1943, na Argentina. Seu pai era fotógrafo de nacionalidade italiana e sua mãe, dona de casa. Ela relatou para Diana, no momento da entrevista (década de 1990), que residia na Suíça. Foi militante montonera e finalizou o segundo grau entre os anos de 1950 e 1960. Nessa época, trabalhou como docente, atuando principalmente em igrejas nas vilas de emergência do Bajo Flores (local onde viviam pessoas de baixa renda). Relatou também que morou em uma casa que foi doada por Evita. No ano de 1967, trabalhou como fotógrafa para uma revista, trabalho que desenvolveu com o objetivo de mostrar as injustiças e a pobreza. Em 1976, foi sequestrada na cidade de Córdoba (Diana, 1997).

¹² “Desde chica estuve a favor de los indefensos. Las injusticias me rebeldé. Cuando entré a Montoneros no sufrir ningún tipo de conflicto con respecto a los métodos. Me parece justo que se intente reparar injusticias Sociales sacando a los que tenían mucho para repartir entre

Como se pode perceber, o ingresso de Meschiatti em Montoneros estava ligado a uma busca por transformação social, relacionada à sua experiência e ao que entendia por justiça social. Podemos compreender, ainda, a subjetividade do processo de inserção e atuação dos militantes nesses espaços. A depoente expressa questões pessoais e especificidades do contexto que a movia a lutar em uma organização armada.

Nesse sentido, cada um dos indivíduos inseridos no âmbito das organizações carregava consigo identidades distintas, que refletiram em suas escolhas e ações. Para Lucía Velasco, a identidade “[...] é o conjunto de características que distinguem a subjetividade do sujeito em relação com o ser e a existência”¹³.

Destarte, é importante ressaltar que nem todas as identidades são escolhidas pelos sujeitos, visto que algumas são determinadas pela lógica social. A identidade de gênero se situa nesta condição: os sujeitos são classificados binariamente a partir da interpretação de seus corpos, que cotidianamente confirmam tais classificações com práticas específicas de cada gênero. No entanto, é importante salientar também que as identidades são lugares de conflito e tensão, principalmente por haver uma luta para dar significado às experiências que moldam essas identidades. Assim, o fato de as identidades não serem optativas não significa que são necessariamente estáticas. Segundo Scott:

[...] sujetos têm agenciamento. Eles não são indivíduos unificados, autônomos, que exercem o livre arbítrio, mas ao contrário, são sujeitos cujo agenciamento é criado através de situações e posições que lhes

los que no tenían nada, o que se matara a un torturador. Lo que no sé, es que me habría pasado si yo hubiera tenido que hacerlo. Por otro lado, la historia me demostraba que los grandes cambios habían sido violentos, y de acuerdo con eso, me parecía lógico que se creara un ejército popular para luchar contra los capitalistas. ¿Acaso entregarían ellos voluntariamente el poder que detentaban? Estaba segura de que no. Lo más importante, sin embargo, en esto de luchar, no era el apoyo teórico sino la bella utopía de una sociedad mejor, justa y libre, donde hombres y mujeres "nuevos" vivirían de otra manera. Y es solamente por ese sueño que se puede entender la entrega a una militancia que fue muy dura y que se llevó la vida de muchos de nosotros" (Diana, 1997, p. 55, tradução nossa).

¹³ “[...] es el conjunto de características que distinguen la subjetividad del sujeto en relación con el ser y la existencia” (Velasco, 2005, p. 24, tradução nossa).

são conferidas. [...] Sujeitos são constituídos discursivamente, a experiência é um evento linguístico (não acontece fora de significados estabelecidos), mas não está confinada a uma ordem fixa de significados. Já que o discurso é, por definição, compartilhado, a experiência é coletiva assim como individual¹⁴.

Dessa maneira, torna-se fundamental a construção de narrativas que partem das experiências concretas das mulheres, considerando os mais diversos conflitos e tensões que permearam suas identidades. É importante destacar que a luta armada, por ser um espaço socialmente considerado masculino, tornava as experiências das mulheres ainda mais desafiadoras. Por essa razão, somente a partir de suas vozes podemos visualizar e compreender as relações de gênero e poder que se articulavam na militância.

Nesse sentido, é importante fazermos algumas pontuações. Como nos lembra Alinne Bonetti:

A atribuição de significados às práticas sociais em geral, e às políticas em particular, ocorre em um contexto caracterizado por conflitos e relações de poder. Nesse sentido, a luta por significados e por quem tem o direito de atribuí-los não é apenas, em si mesma, uma luta política, mas é também inerente e constitutiva de toda a política¹⁵.

Partindo desse pressuposto, entendemos os espaços políticos das organizações armadas como locais constituídos por relações de poder. Dessa maneira, como ressalta Butler, o “sujeito masculino ocidentalizado” é quem tem legitimidade e autorização para atuar no campo do político¹⁶. Nessa acepção, é útil fazer a diferenciação de campo da política e campo do

¹⁴ SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Org.). *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Mulheres, 1999, p. 42. Disponível em: http://historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Joan_Scoot-Experiencia.pdf. Acesso em 23 de fev. 2022.

¹⁵ BONETTI, 1998, p. 3.

¹⁶ BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: O feminismo a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 11-42, 1998. Disponível em: [https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/1998\(11\)/Butler.pdf](https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/1998(11)/Butler.pdf). Acesso em: 25 jan. 2023.

político. De acordo com Sônia Alvarez¹⁷, o campo da política é aquele que envolve os espaços de atuação da política propriamente dita, isto é, os lobbies institucionais. Já o campo do político é aquele, em suas palavras, que se constitui em um “sentido mais amplo, que incide no cultural, simbólico, e nas relações de poder/de género que ali se constituem e se reconfiguram continuamente”¹⁸. Considerando esses apontamentos, compreendemos a adoção do modelo “pressupostamente masculino” eleito como universal no campo do político.

Para Lucia Velasco¹⁹, as mulheres viviam uma tensão constante entre a representação do modelo cultural da mulher e elas mesmas, enquanto sujeitos históricos reais. Um exemplo que ilustra esse tipo de situação pode ser percebido no relato de Olga²⁰, citado por Rosa Gómez:

No ano de 63 me afiliei, sempre fui militante. Tinha um rapaz que era contador num emprego que eu tinha numa casa de música e ele me dizia ‘você sempre com política e nunca com namorado’. [...] Quando eu tinha vinte e poucos anos, as pessoas pensavam assim. Primeiro, que era mais difícil para uma mulher ser tão independente e depois, como ela vai entrar na política?²¹

¹⁷ ALVAREZ, Sonia. Feminismos latino-americanos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 1-21, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12008>. Acesso em: 15 jul. 2022.

¹⁸ ALVAREZ, Sonia. Feminismos latino-americanos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 1-21, 1998. p. 3. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12008>. Acesso em: 15 jul. 2022.

¹⁹ VELASCO, Lucia Rayas. *Armadas: un análisis de género desde el cuerpo de las mujeres combatientes*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Gênero) – Programa Interdisciplinario de Estudios de la Mujer, Centro de Estudios Sociológicos, El Colegio de México, México, 2005. Disponível em: <https://repositorio.colmex.mx/concern/theses/4b29b626c?locale=es>. Acesso em 15 de jul. 2021.

²⁰ María Rosa Gómez (2011) explica que, em virtude de questões pessoais, que dizem respeito à privacidade das militantes, estas foram apresentadas apenas por seu primeiro nome. Olga foi, desse modo, apresentada apenas como militante política.

²¹ “En el año 63 yo me afilié, siempre fui militante. Había un muchacho que era contador en un trabajo que tuve en una casa de música y me decía ‘vos siempre con la política y nunca con novio’. [...] Cuando yo tenía veintipico de años la gente pensaba así. Primero, que la mujer era más difícil que fuera tan independiente y después, que cómo va a meterse en política” (Gómez, 2011, p. 27, tradução nossa).

A cobrança por parte do amigo de Olga tem relação com a representação social da mulher naquele contexto; seu destino deveria ser exclusivamente casar e constituir família, o destino fundamental das mulheres, fonte de realização pessoal e felicidade²². Dessa forma, ao participar da política, Olga expressava uma imagem estranha, uma espécie de erro, e ocupava um universo que não era coerente com seu papel social enquanto mulher. No entanto, apesar das cobranças sociais e das dificuldades e medos vivenciados, Olga demonstra determinação na militância:

Eu vivi – a fase do golpe – como militante, com medos, alguns resguardados, mas nunca me freou na militância, nunca deixei de fazer algo por medo, fiz conscientemente. Não chegou a me afetar a ponto de me anular. Pelo contrário, percebo que sou uma pessoa que, quanto mais dificuldades eu tenho, mais eu luto, mais força isso me dá²³.

Assim como Olga, Alicia também deixa claro a importância da sua militância e a expectativa de transformar a realidade em que vivia:

Tínhamos muito claro quais eram os motivos que nos levaram a entrar na militância... a ideia de poder mudar ou tentar mudar a situação do país naquele momento. Estábamos imersos diretamente na militância, o que para nós era uma coisa... era ótimo... e era o que tínhamos que fazer²⁴.

Tanto Olga como Alicia tinham posicionamentos sólidos em relação à revolução e, em seus depoimentos, expressam coragem e disposição para lutar por seus ideais. Esses posicionamentos podem ser analisados também sob o ponto de vista simbólico do político, que exige, como traços fundamentais,

²² SEPÚLVEDA, Patricia Graciela. Relatos de militancia femenina en los años '70, cuando todo pareció a punto de cambiar. *Testimonios*, Rosario, n. 5, p. 66-89, 2016. Disponible en: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/testimonios/article/view/18535>. Acesso em: 3 jun. 2016.

²³ "Lo viví – la etapa del golpe – como una militante, con los miedos, algunos resguardos, pero nunca me frenó en la militancia, nunca dejé de hacer algo por miedo, lo hice consciente. No llegó a traspasarme tanto de modo que me anulara. Al contrario, yo me doy cuenta que soy una persona que, cuantas más dificultades tengo, más la peleo, más fuerza me da".

²⁴ "Teníamos muy claro cuáles eran los motivos que nos hacían ligar a la militancia... la idea de poder cambiar o tratar de cambiar la situación que se vivía en el país en esos momentos. Estábamos inmersos directamente en la militancia, que para nosotros era una cosa... era lo grande... y era lo que teníamos que hacer" (Gómez, 2011, p. 26, tradução nossa).

coragem e valentia — obviamente, traços associados ao masculino. De acordo com Bonetti:

Para se estar ali, faz-se necessário ser valente e ter coragem para enfrentar as disputas; angariar prestígio para estabelecer alianças e articular politicamente. [...] o atributo da coragem parece ser um importante traço que compõe o repertório simbólico do fazer político nesse campo e que perpassa as diferentes inserções dos sujeitos que o compõem²⁵.

Nesse contexto, é inegável que, ao se envolverem nos espaços das organizações armadas, construídas historicamente como locais destinados ao masculino, as mulheres vivenciaram enormes desafios e sofreram profundamente a violência estrutural da desigualdade de gênero. No entanto, a diversidade de estratégias e a resistência de cada uma delas contestavam constantemente as estruturas hierárquicas de gênero. Para Martínez, “[...] las militantes fueron subversivas de un orden normativo hegemónico porque desafiaron y trastocaron las muchas facetas de la identidad social esperada para una mujer en los años 1970 (madre, esposa, entre otras)”²⁶.

Na próxima seção apresentamos experiências vivenciadas pelas mulheres nas organizações armadas, demonstrando suas lutas e desafios para se manterem dentro do modelo revolucionário enquanto mulheres militantes.

Ser mulher(es) na luta armada: narrações da militância feminina

Ser mulher na luta armada não tem um sentido único. As organizações armadas foram universos de experiências múltiplas. Nesse sentido, é impossível encontrar um significado que dê conta de incorporar toda a complexidade

²⁵ BONETTI, Alinne de Lima. As arapiracas do feminismo campo político feminista, alteridades, gênero e poder. *Revista Tomo, São Cristóvão*, n. 12, p. 145-172, 2008. p. 153. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/461/377>. Acesso em: 15 jul. 2022.

²⁶ “[...] las militantes fueron subversivas de un orden normativo hegemónico porque desafiaron y trastocaron las muchas facetas de la identidad social esperada para una mujer en los años 1970 (madre, esposa, entre otras)” (Martínez, 2015, p. 78, tradução nossa).

desse processo. A partir da diversidade das vozes das mulheres militantes, podemos compreender como suas experiências foram singulares e marcadas por desafios de ordens diversas. Elas não assumiram apenas a militância na luta armada, mas também lutaram contra regras e normas sociais assimétricas de gênero.

No depoimento abaixo, Maria²⁷ relata o significado de ser mulher no contexto político de uma organização armada:

[...] não é que antes eu não era mulher e agora sim, não, eu sempre soube que ser homem não era o mesmo que ser mulher, mas antes, naquele momento me parecia secundário [...] você me pergunta na concepção da revolução, o que ia ser, tenho que dizer que não, isso nunca apareceu. Mas tudo bem, porque tem sua lógica, nós mulheres não questionávamos, porque a coisa era, é... vamos ver... era... era... (ela ri e diz bem enfaticamente). Vou te dizer resumindo: 'seremos como o Che...' entendeu? E nós mulheres também queríamos ser isso, nosso modelo era esse...²⁸.

Ao analisarmos o depoimento de Maria, podemos notar como “posturas masculinas” são legitimadas no campo do político. Sua fala evidencia a relação de poder do masculino nesse espaço. Apresentar-se como mulher seria sinônimo de inferioridade, pois apenas o masculino poderia conferir poder ao militante.

Muitas mulheres também relataram que o modo como se vestiam gerava críticas e até acusações de serem pequeno-burguesas. A ideia da representação do feminino como inferior no âmbito da política, mais uma vez,

²⁷ Este relato foi retirado do texto: “Contarse a sí mismas. La dimensión biográfica en los relatos de mujeres que participaron en las organizaciones político-militares de los 70” (2006), de autoria de Alejandra Oberti. A referida autora informa apenas o primeiro nome da testemunhante.

²⁸ “[...] no es que antes yo no era mujer y ahora sí, no, yo siempre supe que no era lo mismo ser varón que ser mujer, pero antes, en ese momento me parecía secundario [...] vos me preguntás si en la concepción de la revolución, de lo que iba a ser... entraba la cuestión de la mujer, yo te tengo que decir que no, nunca aparecía eso. Pero, está bien, porque tiene su lógica, las mujeres no lo cuestionábamos, porque la cosa era, eh... a ver... era...era... (se ríe y dice muy enfáticamente) te lo voy a resumir: 'seremos como el Che...' ¿me explico? y las mujeres también queríamos ser eso, nuestro modelo era ese...” (Oberti, 2006, p. 48, tradução nossa).

é confirmada. No depoimento a seguir, Marta²⁹ fala da reação do seu marido quando se maquiava:

Quando meu marido é preso por conta da tomada do Comando de Saúde, comecei a visitar o presídio e fiquei com vergonha porque me maquiei, porque coloquei a melhor roupa e quando entrei na prisão meu marido me tirou a maquiagem assim com as mãos porque eu era pequeno-burguesa...³⁰

O fato de Marta se apresentar distante do modelo estabelecido para mulheres nas organizações armadas incomodava seu marido. O espaço da revolução deveria ser marcado exclusivamente por posturas que expressassem a ideia da masculinidade, incluindo não se maquiar.

Outra situação semelhante foi identificada no depoimento de Mónica³¹, que descreveu Susana Gaggero como uma pessoa “calada e muito feminina apesar de seus cargos importantes”³². Para Mónica, existia uma incompatibilidade com o fato de Susana ser calada, muito feminina e ter cargos importantes. Esse tipo de comportamento causava estranhamento, exatamente por se esperar uma “conduta masculina” de quem assumia cargos importantes, sendo a “conduta universal” que deveria ser exercida nos espaços do político.

Da mesma forma, Norma Arrostito³³ também foi apresentada por seus companheiros de militância com “marcas de feminilidade”. De acordo com Bacci e Crespo, os militantes a descreveram da seguinte forma:

²⁹ Paola Martínez não divulga o nome completo da depoente, apenas Marta. Também não divulga nenhuma outra informação sobre a militância da depoente.

³⁰ “Cuando a mi marido lo detienen por el copamiento del Comando Sanidad yo empiezo hacer visitas en la cárcel y yo era la vergüenza de la cola porque me pintaba, porque me ponía la mejor pilcha y cuando entraba a la cárcel mi marido me sacaba la pintura así con las manos porque yo era pequeño-burguesa...” (Martínez, 2015, p. 77, tradução nossa)

³¹ Paola Martínez não divulga o nome completo da depoente, apenas Mónica. Também não divulga nenhuma outra informação sobre a militância da depoente.

³² “[...] cálida y muy feminina ‘apesar que andava en cargos importantes’” (Martínez, 2015, p. 77, tradução nossa).

³³ Norma Arrostito nasceu em Buenos Aires, em 1940, e teve rápida militância na Federación Juvenil Comunista, e na Acción Revolucionaria Peronista. Foi uma das fundadoras da organização Montoneros, cuja condução nacional integrou até 1975. Em 1976, foi

Seu perfil baixo nas reuniões se misturava à grande determinação de suas palavras ao se posicionar ou opinar sobre um tema a ser discutido. A ausência de arrogância em sua personalidade e, em contrapartida, sua acentuada humildade, costumavam ser características valorizadas por seus ex-companheiros, evidenciando assim também sua fragilidade na hora de comandar e dar ordens. Essa falta de autoritarismo foi lida por alguns como falta de liderança. [...] Sua docura no trato com os outros, a delicadeza no vestir e a simplicidade na gestão do cotidiano parecem estar longe da conceituação de sua figura definida como a mulher "guerrilheira"³⁴.

Nesse contexto, Bonetti³⁵ explica que o jogo político é marcado por "sentidos" compartilhados culturalmente. Assim, o sujeito ocidental masculinizado atrela sentido de gênero ao jogo político, atribuindo a ele regras e códigos culturais a serem seguidos. Essas regras e códigos são associados exclusivamente ao masculino, a partir de atributos como força, agressividade e virilidade, conforme já descrevemos.

Em razão desses sentidos e significados sociais, mulheres como Norma Arrostito não eram vistas como o modelo ideal para assumir a liderança da organização. Na mesma lógica, podemos compreender também o estranhamento causado por Susana Gaggero a militantes como Mónica, que não entendiam o fato de uma liderança ter características distintas do modelo ocidental masculinizado.

sequestrada por um grupo de tarefas da Escuela de Mecánica de la Armada (ESMA) (Oberti, 2015).

³⁴ "Su perfil bajo en las reuniones se mimetizaba con la gran determinación de sus palabras a la hora de dar su postura u opinión sobre un tema a discutir. La ausencia de soberbia en su personalidad y en contraste, su marcada humildad, suelen ser características valoradas por sus ex compañeros, mostrando así también su debilidad a la hora de mandar y dar órdenes. Esta falta de autoritarismo supo ser leída por algunos como una carencia de liderazgo. [...] Su dulzura en el trato con los demás, la delicadeza en la forma de vestirse y su sencillez a la hora de desenvolverse en la vida cotidiana parecen estar lejos de la conceptualización de su figura definida como 'la mujer guerrillera'" (Bacci; Crespo, 2013, p. 91-92, tradução nossa).

³⁵ BONETTI, Alinne de Lima. As arapiracas do feminismo campo político feminista, alteridades, gênero e poder. *Revista Tomo*, São Cristóvão, n. 12, p. 145-172, 2008. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/461/377>. Acesso em: 15 jul. 2022.

Por ser um espaço construído a partir de características atribuídas ao masculino, muitas mulheres ressignificaram suas experiências para que suas atuações fizessem sentido dentro daquela lógica. Pilar Calveiro³⁶ afirma:

Não acredito que o que fizemos tenha sido uma “teatralização da masculinidade”, mas sim que procuramos encontrar um novo lugar enquanto mulheres, rejeitando a atual distribuição de papéis masculinos e femininos e, consequentemente, penetrando em áreas e práticas consideradas masculinas. A tentativa de reformular o lugar da mulher não foi uma tarefa fácil, nem o é agora³⁷.

O depoimento de Calveiro³⁸ demonstra a necessidade de nos distanciarmos de interpretações binárias para pensar as experiências dos sujeitos em organizações armadas. O fato de mulheres, em alguns momentos, assumirem “papéis masculinos” não significou que se transformaram em homens propriamente ditos, muito pelo contrário, adaptaram-se aos códigos e regras estabelecidos pelo campo do político.

Dessa maneira, havia uma pluralidade de formas de “ser mulher” nas organizações armadas, de modo que as disputas e as tensões apresentadas conferiam vitalidade e dinâmica a esse universo³⁹.

Nesse cenário, além das atribuições masculinas incorporadas por parte de algumas mulheres, em algumas circunstâncias do dia a dia, elas assumiam

³⁶ Pilar Calveiro nasceu na Argentina, em 1953, militou na organização Montoneros e foi sequestrada em 7 de maio de 1977 por um comando da Aeronáutica em Buenos Aires. Durante um ano e meio, esteve desaparecida e passou por diversos centros clandestinos de detenção na Argentina, primeiro na Mansão Seré e finalmente na ex-Escola de Mecânica da Armada (ESMA), até ser libertada em 1978, quando se exilou primeiro na Espanha e posteriormente no México, onde reside até os dias atuais (Magalhães, 2017).

³⁷ “Yo no creo que lo que hayamos hecho fuera una ‘teatralización de la masculinidad’ sino que tratábamos de encontrar un lugar nuevo como mujeres, rechazando la distribución de roles masculino y femenino vigente, y penetrando, en consecuencia, en ámbitos y prácticas considerados masculinos. El intento de reformular el lugar de la mujer no fue una tarea fácil, como tampoco lo es ahora” (Amado, 2006, p. 60, tradução nossa).

³⁸ É importante destacar que o depoimento de Pilar Calveiro, registrado em 2006, nos convida a refletir sobre o processo de atualização da memória em relação ao tempo da narração. Como ressaltado na introdução deste artigo, a memória é constantemente reconstruída a cada relato; assim, as lembranças do passado adquirem novos significados e elementos, sempre moldados pelas influências do presente.

³⁹ BONETTI, Alinne de Lima. As arapiracas do feminismo campo político feminista, alteridades, gênero e poder. *Revista Tomo*, São Cristóvão, n. 12, p. 145-172, 2008. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/461/377>. Acesso em: 15 jul. 2022.

também “atribuições femininas”, coerentes com a lógica social. Segundo Calveiro:

[...] na vida cotidiana, que pode aparecer como masculinização a partir de uma análise apenas de "superfície", que tem sua importância, mas é insuficiente. Não acho que nas relações, na sexualidade, na maternidade, no vínculo com outras mulheres tenha havido uma fuga do feminino, mas sim a tentativa de ressignificá-lo. Mas ainda no terreno desse "signos externos", o papel que as mulheres frequentemente desempenhavam na guerrilha urbana era o de "chamariz", usando e enfatizando sua aparência frágil ou sedutora para se aproximar de um posto de vigilância, por exemplo, e tomá-lo puxando uma arma de um lugar imprevisível. Nem sempre, mas muitas vezes desempenharam papéis que tinham mais a ver com engenhosidade do que com força ou alta formação militar, ou seja, a parte que no imaginário tradicional seria considerada mais feminina que, por vezes também, era aquela que salvava⁴⁰.

A utilização de “atribuições de gênero” como estratégia da luta política demonstra como diversos mecanismos foram acionados para resolver situações conflituosas que se apresentavam às mulheres. Em situações em que lhes faltava a força física, ou até mesmo uma reação rápida diante de um combate, mulheres recorriam a “artimanhas” que conferiam êxito a suas ações. Esse contexto legitimava novas possibilidades de luta a partir de uma lógica diferente da convencional, além de alterar a configuração de poder, de modo que avançavam em relação à demarcação de seus próprios espaços no âmbito do político. Nesse sentido, como salienta Velasco, a mulher essencializada e naturalizada

[...] não é cada mulher de carne e osso. Devemos distinguir a Mulher e as mulheres. As segundas são a mulher de todos os dias, que, como

⁴⁰ “[...] en la vida cotidiana, que puede aparecer como masculinización desde un análisis sólo de 'superficie', que tiene su importancia, pero es insuficiente. No creo que en las relaciones de pareja, en la sexualidad, en la maternidad, en el vínculo con otras mujeres haya habido una fuga de lo femenino sino el intento por ressignificarlo. Pero aun en el terreno de esos "signos externos", el papel que con frecuencia desempeñaba la mujer en la guerrilla urbana era el de 'senuelo', usando y enfatizando su apariencia frágil o seductora para acercarse a un puesto de vigilancia, por ejemplo, y tomarlo sacando un arma de un lugar imprevisible. No siempre, pero muchas veces jugaba roles que tenían más que ver con el ingenio que con la fuerza o el alto adiestramiento militar, es decir, hacia la parte que en el imaginario tradicional se consideraría más femenina que, a veces también, fue la que la salvó” (Amado, 2006, p. 60, tradução nossa).

mulher, se vale dos atributos e atribuições que a cultura lhe exige, mas que tem sua história, sua identidade, seu modo de vida e seus projetos. Essas são as mulheres moldadas pelas diversas tecnologias de gênero expressas nas relações e nos discursos sociais. Elas tanto se compartilham como se distanciam do modelo cultural da Mulher, embora estejam sempre sujeitas às suas características tradicionais justamente pelo fato de viverem em sociedade⁴¹.

Nessa acepção, é impossível estabelecermos elaborações essencialistas para definir o que foi ser mulher na luta armada. Além da subjetividade de cada militante, as experiências vivenciadas em cada espaço e condição proporcionavam comportamentos e ações diversas.

Como salienta Bonetti, “[...] é possível vislumbrar a existência de diferentes vozes no campo político, as quais insistem em embaralhar as formulações consolidadas sobre relações de gênero e de poder”⁴². É nessa perspectiva que compreendemos o dinamismo das relações de gênero e poder, sempre em construção e com bases permanentemente instáveis.

Por essa razão, romper com as relações binárias entre homens e mulheres é uma tarefa fundamental, principalmente quando se pretende investigar as origens do sistema de desigualdade marcado por relações de poder e gênero⁴³. Assim, buscamos seguir o caminho traçado por Adriana Piscitelli⁴⁴, que concebe a ideia de mulher como algo sem sentido definido,

⁴¹ “[...] no es cada mujer de carne y hueso. Hay que distinguir entre la Mujer y las mujeres. Las segundas son la mujer de todos los días, que abrevia en tanto mujer de los atributos y asignaciones que la cultura le exige, por lo que tiene su historia, su identidad, modo de vida y proyectos. Estas son las mujeres conformadas por las diversas tecnologías de género expresadas en las relaciones y en los discursos sociales. Ellas tanto comparten como se alejan o pueden alejarse del modelo cultural de la Mujer, aunque siempre estén sujetas a sus características tradicionales tan sólo por vivir en sociedad” (Velasco, 2005, p. 20-21, tradução nossa).

⁴² BONETTI, Alinne de Lima. Entre femininos e masculinos: negoclando relações de gênero no campo político. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 20, p. 177-203, 2003, p. 203. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332003000100007>. Acesso em: 15 jul. 2022.

⁴³ BONETTI, Alinne de Lima. As arapiracas do feminismo campo político feminista, alteridades, gênero e poder. *Revista Tomo*, São Cristóvão, n. 12, p. 145-172, 2008. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/461/377>. Acesso em: 15 jul. 2022.

⁴⁴ PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila Mezan. et al. A prática feminista e o conceito de gênero. Campinas: Textos Didáticos, 2002. p. 35. Disponível em: <https://sociologiajuridica.files.wordpress.com/2015/03/adriana-piscitelli.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2022.

algo a ser descoberto. As pistas, segundo ela, estão emaranhadas na historicidade e na rede complexa de características que não são pressupostas, mas reveladas pelo processo.

Algumas considerações

A incorporação de um grande número de mulheres nas organizações armadas pressionou limites sociais impostos às mulheres. Suas vivências nos espaços armados contestavam cotidianamente sentidos e premissas convencionais do masculino e do feminino. Nesse sentido, podemos afirmar que as formas de ver e pensar o mundo se modificaram, inclusive para os sujeitos e sujeitas envolvidos naquelas experiências.

A partir das narrativas das mulheres militantes, pudemos notar a criação de inúmeras estratégias para superar limites estabelecidos pelas organizações e pela sociedade. O questionamento às condições de subordinação se fez presente em todo o processo. Estereótipos de gênero foram rejeitados em detrimento de posicionamentos individuais, fruto da especificidade e da individualidade de cada ser. Nesse processo, as identidades das mulheres foram reconstruídas, evidenciando seus direitos de existir e afirmando-se em sua plenitude.

Referências

ALVAREZ, Sonia. Feminismos latino-americanos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 1-21, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12008>. Acesso em: 15 jul. 2022.

AMADO, Ana. El orden de los cuerpos en los años 70. Entrevista a Pilar Calveiro. *Mora - Revista del Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género*, Buenos Aires, v. 12, p. 4-174, 2006. Disponível em: <http://repositorio.filos.uba.ar/handle/filodigital/10997>. Acesso em: 15 jul. 2022.

ANDREO, Igor Luis. O alvorecer da Teologia da Libertação na Argentina e no México: ensaio para um estudo comparativo. *Revista História Comparada*, Rio

de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 1-10, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/119>. Acesso em: 3 jun. 2016.

BACCI, Claudia; CRESPO; Leandro Diego Basanta. Norma Arrostito. Mujer política. Su construcción subjetiva desde la militancia misionera. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 89-108, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5175581.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2016.

BONETTI, Alinne de Lima. As arapiracas do feminismo campo político feminista, alteridades, gênero e poder. *Revista Tomo*, São Cristóvão, n. 12, p. 145-172, 2008. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/461/377>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BONETTI, Alinne de Lima. Entre femininos e masculinos: negociação de relações de gênero no campo político. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 20, p. 177-203, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332003000100007>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: O feminismo e a questão do "pós-modernismo". *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 11-42, 1998. Disponível em: [https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/1998\(11\)/Butler.pdf](https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/1998(11)/Butler.pdf). Acesso em: 25 jan. 2023.

DIANA, Marta. *Mujeres guerrilleras*. Buenos Aires: Planeta, 1997.

ETULAIN, Carlos Raul. A esquerda e o peronismo. 2001. 336 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/218831>. Acesso em: 15 jul. 2014.

GÓMEZ, María Rosa (org.). *Cuadernos de la memoria: 5: memoria de mujeres: relatos de militantes, ex-presas políticas, familiares de desaparecidos y exiliadas*. Buenos Aires: Instituto Espacio para la Memoria, 2011. Disponível em: <http://cdi.mecon.gov.ar/bases/doc/espmemoria/5.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2022.

MAGALHÃES, Lívia Gonçalves. Entre autoritarismos e resistências: uma entrevista com Pilar Calveiro, *Estudos Ibero-Americanos*, [s. l.], v. 43, n. 2, p. 482-489, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/27336>. Acesso em: 15 jul. 2021.

MARTÍNEZ Paola. *Género, política y revolución en los años setenta: mujeres del PRT-ERP*. Ituzaingó: Maipue, 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. p. 9. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em: 4 mar. 2016.

OBERTI, Alejandra. Contarse a sí mismas. La dimensión biográfica en los relatos de mujeres que participaron en las organizaciones político-militares de los 70. In: CARNOVALE, Vera. et al. *Historia, memoria y fuentes orales*. Buenos Aires: Ediciones CeDInCI, 2006, p. 38-50. Disponível em: <https://memoriaabierta.org.ar/wp/historia-memoria-y-fuentes-ORALES/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

OBERTI, Alejandra. *Las Revolucionarias: militância, vida cotidiana y afetividad en los setenta*. Buenos Aires: Edhasa, 2015.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila Mezan. et al. *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: Textos Didáticos, 2002, p. 7-43. Disponível em: <https://sociologiajuridica.files.wordpress.com/2015/03/adriana-piscitelli.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2022.

POZZI, Pablo. *Por las sendas argentinas: el PRT-ERP, la guerrilla marxista*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2004.

SARLO, Beatriz. *A paixão e a exceção: Borges, Eva Perón, Montoneros*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2005.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 49-80.

SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Org.). *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Mulheres, 1999, p. 21-55. Disponível em: http://historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Joan_ScootExperiencia.pdf. Acesso em 23 de fev. 2022.

SEPÚLVEDA, Patricia Graciela. Relatos de militancia femenina em los años '70, cuando todo pareció a punto de cambiar. *Testimonios*, Rosário, n. 5, p. 66-89, 2016. Disponível em:

<https://revistas.unc.edu.ar/index.php/testimonios/article/view/18535>. Acesso em: 3 jun. 2016.

VELASCO, Lucia Rayas. *Armadas: un análisis de género desde el cuerpo de las mujeres combatientes*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Gênero) – Programa Interdisciplinario de Estudios de la Mujer, Centro de Estudios Sociológicos, El Colegio de México, México, 2005. Disponível em: <https://repositorio.colmex.mx/concern/theses/4b29b626c?locale=es>. Acesso em 15 de jul. 2021.

WOLFF, Cristina Sheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 19-38, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/6nTzhqFjZkMvtRV5d7ydHHr/>. Acesso em: 3 mar. 2022.

A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA MULHER IDEAL E O RÓTULO DE “PUTA COMUNISTA” NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Filomena Luciene Cordeiro Reis¹

Stephanie Oliveira Afonso²

Resumo: Um dos momentos mais sombrios da história nacional é o período da ditadura militar no Brasil. Além de ser uma fase caracterizada por torturas, prisões, mortes e desaparecimentos criminosos, a atuação de militâncias de esquerdas e simpatizantes que se uniram na luta em prol da democracia marcou este período. Essa pesquisa analisou como se deu a construção da imagem das mulheres, considerando a influência do patriarcado nas violências a que as militantes foram submetidas. Para tanto, utilizou-se de revisão bibliográfica, evidenciando como o anticomunismo e o patriarcado se articularam na repressão.

Palavras-chave: Ditadura militar; Mulheres; Patriarcado.

THE CONSTRUCTION OF THE IDEAL WOMAN'S IMAGE AND THE LABEL OF “COMMUNIST WHORE” IN THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP

Abstract: One of the darkest moments in Brazilian history is the period of the military dictatorship. In addition to being marked by torture, imprisonment, deaths, and forced disappearances, this era was also defined by the actions of leftist militants and sympathizers who joined in the struggle for democracy. This research analyzes how the image of women was constructed during this period, considering the influence of patriarchy in the forms of violence to which female militants were subjected. To this end, a bibliographical review was carried out, highlighting how anti-communism and patriarchy were intertwined in the mechanisms of repression.

Keywords: Military dictatorship; Women; Patriarchy.

¹ Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Unimontes. Atua na área de História Social, com pesquisas sobre cidade, patrimônio cultural, memória, gênero e relações étnico-raciais. Possui ampla experiência em gestão documental, patrimônio histórico e estudos interdisciplinares sobre identidade e violência de gênero. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6184071456334110>. Email: filomena.joao.reis1996@gmail.com.

² Possui graduação em Direito pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes (2019). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito das Mulheres e das Famílias. Mestranda em História Social pela Unimontes, pesquisando principalmente os seguintes temas: gênero, memória e ditadura. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0488280895316316>. Email: stephanieoliveira027@gmail.com.

Introdução

Entre 1964 e 1985, o Brasil esteve submetido ao regime da ditadura militar³, havendo intensa repressão política, censura, perseguição ideológica e completo desrespeito aos direitos humanos. Diversos grupos sociais foram diretamente impactados pelo governo que tomou o poder, somando a repressão política à repressão social existente na sociedade da época. Ser mulher e militante as colocava em uma posição de vulnerabilidade redobrada, pois, além de enfrentarem a violência do Estado autoritário, eram alvo de um sistema patriarcal que as desqualificava e estigmatizava.

Joffily (2005) ensina que, embora a tradição patriarcal e machista da sociedade brasileira tenha sido questionada durante este período, levando à discussão temas como o direito feminino ao estudo, ao trabalho, à participação política e ao uso de contraceptivos, por exemplo, os mais conservadores defendiam que as mulheres deveriam cuidar da casa, dos filhos, do marido, vestindo-se adequadamente, atentando para sua aparência e levando sempre em consideração o respeito ao recato, além de ser bastante desaconselhado que as mulheres se preocupassem com organização política e social.

Segundo Colling (1997), as mulheres militantes transgrediram duplamente, já que, “desobedeciam” enquanto cidadãs, tomando decisões políticas consideradas erradas pelos defensores da ditadura militar e, também, ao não cumprir os padrões tradicionais de gênero, sendo acusadas de viver na promiscuidade. As mulheres militantes não eram acusadas apenas de terrorismo, mas também por sua condição de serem mulheres politicamente ativas, pois estariam lutando contra a ditadura militar e a própria natureza.

³ Neste artigo, adotamos o termo “ditadura militar”, tendo em vista que, ainda que setores civis tenham colaborado, a repressão foi dirigida fundamentalmente por militares, mas o debate historiográfico também reconhece expressões como “ditadura civil-militar” ou “ditadura empresarial-militar”.

Nesse contexto, a associação das opositoras ao rótulo de “puta comunista” é exemplar para entender esse processo. Mais do que criminalizar a militância, buscava-se desmoralizar as mulheres, reduzindo-as a imagens de promiscuidade e desvio moral. A utilização dessa expressão revela como o discurso anticomunista se articulava ao patriarcado, construindo narrativas que visavam atingir a subjetividade e a reputação das militantes.

Diante disso, o presente artigo pretende analisar como se deu a construção da imagem da mulher militante nesse período, destacando a maneira pela qual os discursos de gênero e o anticomunismo se entrelaçaram na perseguição às opositoras políticas.

Patriarcado e sociedade brasileira: breve análise

Para compreender as violências sofridas por mulheres durante a ditadura militar é necessário ressaltar que o patriarcado atua como sistema estruturante das relações sociais.

Saffioli (2004) define o patriarcado como uma forma de poder masculino que organiza hierarquias sociais e legitima a dominação sobre as mulheres. Lerner (2019), por sua vez, argumenta que o patriarcado é uma construção histórica, não natural, que atribui papéis fixos e subordinados às mulheres. Em sociedades autoritárias, essa lógica se intensifica e se alia à repressão política.

Além disso, conforme ensina Silva:

O patriarcalismo centralizado na formação e reprodução do poder político compõe a dinâmica social como um todo, estando, inclusive, enraizado na cultura e cotidiano de homens e mulheres individualmente e no coletivo enquanto categorias sociais. Quando o sistema patriarcal, ainda enraizado em nossa cultura, constrói barreiras entre as esferas pública e privada, fica reduzida a possibilidade de participação política das mulheres com a mesma visibilidade e direito à voz que existe para os homens (Silva, 2019, p.11).

O patriarcado é uma forma de poder estruturada em nossa sociedade, cuja estrutura compõe-se de homens que tomam posse dos corpos femininos, restringindo a liberdade e direitos das mulheres. A teórica feminista Saffioti (2014) esclarece que o patriarcado pode ser associado aos modos de legitimação e reprodução do poder, configurando-se em um tipo hierárquico de relação em todos os espaços da sociedade baseada na ideologia da violência. Ela afirma que a manutenção e preservação do patriarcado gera a banalização da violência contra a mulher, já que se infiltra no pensamento de cada indivíduo como, por exemplo, mulheres associadas à delicadeza e homens, a firmeza e seriedade.

A violência contra as mulheres é uma das muitas consequências do machismo e esse fato acontece porque os homens que recebem educação machista pensam as mulheres como aquelas que devem aderir e se submeter às suas crenças.

Segundo Pateman, “toda a sociedade civil é patriarcal. As mulheres estão submetidas aos homens tanto na esfera privada quanto na pública” (Pateman, 1993, p.167).

Tendo em vista que, o núcleo da diferenciação entre homens e mulheres refere-se às relações sociais e de poder, para Saffioti:

A desigualdade, longe de ser natural, éposta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais. Nas relações entre homens e entre mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência (Saffioti, 2004. p. 71).

Em busca de acabar com a desigualdade infligida pelas estruturas de poder, o desenvolvimento dos movimentos feminista no Brasil, entre 1960 e 1970, cooperou para que as mulheres passassem a ser inseridas de uma forma mais ativa na sociedade. Para Silva (2016), a entrada das mulheres no meio universitário foi fundamental para questionar a produção científica

predominantemente masculina, tornando-as detentoras do conhecimento. Nesse contexto, Teles ensina que,

O feminismo que emergiu nos anos de 1970 marcou um compromisso com os ideais de transformação que, de certa forma, direcionam até os dias atuais as lutas das mulheres. Praticamente em todas as manifestações escritas ou faladas, as feministas expressam suas bandeiras contra o sexismo, o racismo, o capitalismo e em busca de uma sociedade de equidade de gênero. Ainda que as transformações não dependam apenas de intenções, as feministas estão articuladas com outros movimentos libertários, democráticos e que denunciam incansavelmente as graves violações de direitos humanos (Teles, 2014, p. 10).

Essa camada intelectualizada de mulheres contribuiu para o movimento anti-ditatorial, integrando em organizações e, por essa razão, perseguidas pela ditadura. Segundo os dados apresentados por Ridenti:

Apenas 10 das mulheres processadas judicialmente por vinculação com as organizações clandestinas eram trabalhadoras manuais, rurais e urbanas (1,7% do total de 578 denunciadas, com ocupação conhecida, por ligação com as esquerdas em geral) (...) Entretanto, mulheres processadas por ligação com grupos em armas eram donas de casa. A esmagadora maioria das denunciadas das esquerdas compunha-se de estudantes (186; 32,2%), de professoras (133, 23,0%) ou de outras profissionais com formação superior (103; 17, 8%), perfazendo um total de 422 mulheres (73%), que poderiam ser classificadas como de camadas médias intelectualizadas; ao passo que 51,6% dos processados de ambos os sexos poderiam ser considerados integrantes dessas camadas sociais (Ridenti, 1990, p. 196).

As mulheres processadas pela ditadura eram, em sua maioria, intelectualizadas, fator inovador para a população da época. Ao longo da ditadura militar no Brasil, as militantes eram postas duplamente na ilegalidade, como subversivas aos modelos tradicionais de gênero e desviante do sistema de poder, conforme ensina Cavalcanti Junior (2018).

Colling afirma que a repressão instaurada com a ditadura foi marcada pela explícita insatisfação acerca da participação das mulheres na luta anti-ditatorial. Adjetivos como “puta comunista”, “mulher macho” e “subversiva” foram usados para se referir às militantes. Conforme a autora:

A humilhação, constante na relação da repressão com a mulher presa, é para tentar enquadrá-la em dois conceitos que socialmente diminuem a mulher: puta e comunista. Ser comunista é um desvio para homens e mulheres, mais ainda para as mulheres que estão fora de seu lugar, atuando na vida política; e prostituta, que sempre foi considerada uma mulher degenerada e corrompedora. Não bastando isso, outro conceito também desviante de mulher é aplicado, a de mulher-macho (Colling, 1997, p. 91).

No Brasil, as militantes foram sistematicamente vistas como mulheres que romperam com os papéis tradicionais de gênero, tendo em vista que não se restringiam ao papel de mães e esposas, por exemplo. Ao aderirem à militância, questionavam simbolicamente a ordem patriarcal, tornando-se duplamente perigosas: para o regime político e para a moral vigente. A repressão não apenas buscava neutralizá-las politicamente, mas também castigá-las por desafiar a ordem de gênero.

A lógica patriarcal é de dominação, física e simbólica, tendo influenciado nas torturas submetidas as mulheres durante a ditadura militar, consistindo em violências de gênero, fortemente marcadas pelo afastamento da imagem de “mulher ideal”, enquanto os torturadores se viam livres para lidar com “putas comunistas”. Percebe-se que a construção idealizada e esperada das mulheres impactou diretamente na forma como as militantes eram representadas e tratadas pelos agentes da repressão.

A militante e suas transgressões ao patriarcado: expectativas e controvérsias

O anticomunismo no Brasil é uma política de Estado, além de representar um discurso moral, político e religioso. Motta (2012) ensina que o comunista era visto como inimigo da pátria, da família e da moral cristã. Durante a ditadura militar, os opositores foram sistematicamente perseguidos e acusados de atentar contra os valores da sociedade brasileira. No caso das mulheres, o anticomunismo ganhava contornos específicos. A militante

comunista não era apenas inimiga do regime, mas uma ameaça à moralidade familiar e sexual.

Dessa forma, a vulnerabilidade das mulheres militantes chama atenção, porque, além da repressão estatal, estavam sujeitas ao sistema patriarcal enraizado na sociedade. Segundo o Relatório da Comissão Nacional da Verdade:

As mulheres presas por motivos políticos durante a ditadura militar sofreram não apenas as formas usuais de violência aplicadas a presos políticos, mas também agressões específicas de gênero, como violência sexual, humilhação moral e ameaças contra filhos e familiares (Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014, p. 255).

A partir de tais diferenças, a ideia da dominação masculina desenvolvida por Bourdieu (2002) explica que, nas relações familiares, de trabalho e na cultura há complexos mecanismos de controle social opressores e marginalizadores das mulheres. A imposição do poder masculino costuma ser determinada pela força, física, psíquica ou controle financeiro, colocando a mulher em um lugar de subordinação e dominação, influenciando as relações objetivas no mundo e, ao mesmo tempo, as relações subjetivas. É possível inferir que a representação das mulheres perante a sociedade leva em consideração, exclusivamente, o gênero.

Para Chartier (1990), considerando as determinações de classe e posição social, o poder e a dominação, são representação do modo como os homens constroem intelectualmente seus mundos e realidade. Sendo assim, o machismo é um opositor da igualdade entre os sexos, cuja condição estrutural, conforme ensinam Arruzza, Bhattacharya e Fraser compõe-se do seguinte modo:

(...) o machismo estrutural não se limita a atitudes discriminatórias e sexistas individuais; em vez disso, ele se refere a todas as concepções que influenciam e condicionam as estruturas sociais. Isso significa que as desigualdades entre homens e mulheres são a base de vários sistemas, incluindo o mercado de trabalho, os espaços de poder, as relações familiares e a produção de conhecimento (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p. 51-52).

A expectativa acerca do lugar que se esperava das mulheres, nesse período ditatorial no país, aponta a transgressão das militantes como “fora da lei e norma” e, por esse motivo, a repressão infringida a elas era severa e dura, constituindo como parte da questão estrutural da sociedade e não se limitando aos governos da época, conforme elucida Silva (2016).

Nessa direção, Scott (2012) afirma sobre as mulheres que são fisicamente visíveis, mas invisíveis historicamente. As mulheres são excluídas da história “oficial” e vivem à margem das narrativas, tendo em vista a construção social do “ser mulher” para a época, algo voltado, única e exclusivamente, para os afazeres do lar e da família.

Em razão disso, a inserção das mulheres na política gerava desconforto social, já que, elas estariam atacando a moral católica conservadora, a prática patriarcal e o poder político dominante. Ridenti examina dados sobre a atuação política das mulheres no período da ditadura militar, construindo um “perfil”. Como se vê, muitas mulheres questionavam a ditadura, integrando movimentos de luta armada:

Em primeiro lugar, as mulheres ocupavam posições submissas na política e na sociedade brasileira, pelo menos até o final dos anos 60. A norma era a não participação das mulheres na política, exceto para reafirmar seus lugares de “mães-esposas-donas de casa”, como ocorreu com os movimentos femininos que apoiaram o golpe militar de 1964. A média de 18% de mulheres nos grupos armados reflete um progresso na liberação feminina no final da década de 60, quando muitas mulheres tomavam parte nas lutas políticas, para questionar a ordem estabelecida em todos os níveis, ainda que, então, suas reivindicações não tivessem explicitamente um caráter “feminista” propriamente dito, que ganharia corpo só nos anos 70 e 80, em outra conjuntura (Ridenti, 1990, p. 114-115).

O contexto social existente à época dividia a sociedade em seus papéis de gênero, sendo possível sugerir que a subjetividade pode influenciar um julgamento ou tratamento. Além dessa questão, durante a ditadura militar, a aplicação das leis perdeu o seu caráter objetivo, pois o interesse do regime prevalecia, dando aos militares liberdade para agir como desejavam, inclusive

externando as suas concepções subjetivas.

A memória das mulheres perseguidas na ditadura é central para compreender o entrelaçamento entre política e patriarcado. Ao recuperar suas vozes, evidencia-se que o regime não apenas combateu a militância política, mas também buscou controlar a sexualidade e a moral feminina.

As violências contra as mulheres durante a ditadura militar

Caalcanti Junior e Colling (2019) afirmam que, a história política é uma história de homens e a mulher militante, mesmo engajada em partidos de oposição à ditadura, eram excluídas do jogo de poder, sendo omitidas de vários relatos históricos e documentações sobre o período. Ao buscar justificativas para tal silenciamento histórico, uma das possibilidades é que o papel de transgressor transformou as mulheres em uma posição de subalternidade, já que se “comportavam como homens”. Torres diz que,

A presença das mulheres na luta armada ou mesmo na militância política, no Brasil dos anos 60 e 70, implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representava uma profunda transgressão ao que era designado à época como próprio às mulheres. As militantes negavam o lugar tradicionalmente atribuído à mulher ao assumirem um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento, “comportando-se como homens”, pegando em armas e tendo êxito neste comportamento, transformando-se em um instrumento sui generis de emancipação, na medida em que a igualdade com os homens é reconhecida, pelo menos retoricamente (Torres, 2010, p. 103).

As militantes constantemente estavam sendo julgadas, antes mesmo de serem presas, já que a presença da mulher da militância as colocava no banco dos réus da sociedade. Sarti assinala que,

A presença das mulheres na luta armada implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representou uma profunda transgressão com o que era designado à época para a mulher. Sem uma proposta feminista deliberada, as militantes negavam o lugar tradicionalmente atribuído à mulher ao assumirem um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento (Sarti, 1998, p. 3).

As mulheres que sofreram nas mãos dos agentes militares foram duramente torturadas. Teles (2015) ressalta que os militares esperavam que as mulheres fossem dominadas e a recusa delas a se submeter ao papel tradicional de gênero influenciou nos tipos de torturas que sofreram:

A participação das mulheres se deu por decisão delas próprias. Ao assumirem uma posição política de transformar a ditadura em liberdade, justiça e democracia, passaram a engrossar as diversas trincheiras de lutas, das ações políticas de repúdio à ditadura, seja de luta armada ou não, o que irritou profundamente os militares que esperavam que elas fossem facilmente dominadas e controladas por eles. Eles não aceitavam que as mulheres pudessem exercer livremente o seu direito de escolha, inclusive de lutar contra a ditadura. Eles odiavam as militantes que fugiam do estereótipo da submissão, da dependência e da incapacidade de tomar decisão. A tortura foi amplamente usada contra mulheres e homens. No entanto, as mulheres foram submetidas de forma mais intensa à tortura sexual, como os estupros, as mutilações, inclusive, com uso de animais vivos (Teles, 2015, p. 10).

As mulheres presas foram submetidas aos agentes que trabalhavam para a ditadura, promovendo os mais diversos tipos de tortura. Segundo Merlino e Ojeda:

O corpo da mulher, sempre objeto de curiosidade, tornou-se presa do desejo maligno do torturador e ficou à deriva em suas mãos. Autorizado por seus superiores e mandantes a torturar, o servidor torturador incorporou ingredientes próprios e piores ao ato que, por delegação, lhe foi solicitado e previamente permitido. Cumpria ordens. A tentativa de destituir a mulher de seu lugar feminino, de mulher, de mãe, não encontrou nos porões da ditadura qualquer trégua. O lugar de cuidadora e de mãe foi vulnerado com a ameaça permanente aos filhos também presos ou sob o risco de serem encontrados onde estivessem escondidos. O aviltamento da mulher que acalentava sonhos futuros de maternidade foi usado pelos torturadores com implacável vingança, questionando-lhe a fertilidade após sevícias e estupros. A devastação da tortura não tem parâmetros materiais (Merlino; Ojeda, 2010, p. 30).

Tendo em vista que as mulheres militantes fugiam do estereótipo de submissão, as torturas impostas contra elas não ignoravam as características próprias ao gênero. Para Joffily:

Na tortura, as mulheres enfrentam uma dupla relação de poder: a do opressor contra o oprimido e a hierarquia de gênero – o não ser possível admitir que a mulher possa ter uma postura de igual para igual, a utilização de mecanismos de humilhação usando os atributos de gênero (Joffily, 2010, p. 228).

Nesse sentido, ao analisar a violência de gênero existente na sociedade, verifica-se que existe a dicotomia homem-mulher, fundamentada simplesmente pela diferença de gênero. Para Joffily:

O prazer da dominação do torturador sobre sua vítima, nesse caso, é potencializado pelo gozo masculino em contato com o indivíduo do sexo oposto. A ambiguidade da figura da prostituta assume, aqui, seu paroxismo: por um lado, a mulher é desprezada, considerada não como um par, mas como um ser destituído de toda dignidade. Por outro, é capaz de proporcionar prazer físico (sexual) e psicológico (dupla dominação) num contato extremamente íntimo (Joffily, 2010, p. 234).

As militantes estavam sendo julgadas mesmo sem serem presas. A presença das mulheres na militância lhes dava o estigma de réis, contraventoras e suspeitas de colocar a sociedade patriarcal em risco, pois tudo estava organizado e arranjado de tal modo a funcionar, entretanto, sem considerá-la como parte importante nesse processo. Dessa forma, percebe-se que a repressão sobre as mulheres apresenta uma criminalização moral, não somente por serem da esquerda política, comunistas, mas por serem mulheres politicamente ativas.

A manutenção e preservação do patriarcado gera a banalização da violência contra a mulher, pois infiltra no pensamento de cada indivíduo, resultando na violência contra a mulher, ferindo sua dignidade ou tirando sua vida. A lógica patriarcal foi fortemente marcada pelo afastamento da imagem de “mulher ideal” e os torturadores se viram livres para lidar com “putas comunistas”.

Considerações Finais

Ao analisar a tratativa direcionada às mulheres pelos agentes da ditadura militar brasileira, percebe-se que a mulher militante não consistia apenas em uma opositora ao regime. Constituía em uma contradição ao papel e modelo da mulher ideal, cujo projeto fundamenta-se na sociedade patriarcal. Tendo em vista a forma como os papéis de gênero se acentuam durante conflitos políticos, a atuação de mulheres causa desconforto, principalmente quando se instaura uma ditadura com um contexto conservador e hierárquico como ocorreu no Brasil em 1964. A repressão tenta desconstruir o sujeito político feminino, atribuindo-lhe a condição de indivíduo desviante.

A desigualdade nas relações de gênero e de poder atravessam os sexos e são visíveis em todas as instâncias sociais, inclusive na repressão. Dessa forma, a repressão sobre as mulheres é uma criminalização moral, não somente por serem da esquerda política, comunistas, mas por serem mulheres com posicionamento político. As torturas realizadas pelos militares, também foram violências sexuais para promover a desumanização de suas opositoras políticas, atacando-as como mulheres, diminuindo-as à posição de “putas comunistas”, como se as mesmas estivessem acostumadas a terem seus corpos violados.

Diante todo o exposto, percebemos que a repressão durante a ditadura militar brasileira operou em duas frentes articuladas: a política, que visava silenciar opositores; e a patriarcal, que buscava punir e desmoralizar mulheres por sua condição de gênero, havendo perseguição e desqualificação moral, que buscava punir as mulheres por sua ousadia em ocupar espaços historicamente negados a elas.

Compreender essa dimensão de gênero na repressão é fundamental para reconhecer as especificidades da violência vivida pelas mulheres e para resgatar suas vozes da invisibilidade histórica, reforçando o espaço, a presença e afastando o silenciamento das militantes.

Referências

- ALVES, Branca; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. *Relatórios Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/cnv>. Acesso em: 12 abr. 2025.
- BRASIL. *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil 1964 – 1985*. Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.
- BRASIL. Justiça Militar. *Ação Penal nº 162/70*. Carta enviada por Marlene de Souza Soccas, datada de 24 de março de 1972. Página 4682 e s.s. Disponível em: https://bnmdigital.mpf.mp.br/pdf/BNM_042/?BNM=042. Acesso em: 15 abr. 2025.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.
- CAVALCANTI JUNIOR, Ary A.; COLLING, Ana Maria. *Militantes e guerrilheiras*. Revista Espacialidades, v. 15, n. 01, p. 47-61, 6 nov. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/19186/12211>. Acesso em: 20 mar. 2025.
- CAVALCANTI JUNIOR, Ary Alburquerque. *Do Desterro aos porões da ditadura: a memória e as subjetividades de uma militante na resistência política*. Saeculum, n. 39, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/41025>. Acesso em: 14 abr. 2025.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1990.

DELPHY, Christine. *O inimigo principal: a economia política do patriarcado*. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 17, p. 99–119, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcn/article/view/2310>. Acesso em: 15 abr. 2025.

JOFFILY, Olivia Rangel. *Esperança equilibrista: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3337>. Acesso em 20 mar. 2025.

JOFFILY, Olivia Rangel. *O corpo como campo de batalha*. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Sheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado*. São Paulo: Cultrix, 2019.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor. *Luta, substantivo feminino: mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917–1964)*. 2000. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: https://www.pliniocorreadeoliveira.info/TD_2000_EM_GUARDA_CONTRA_O_PERIGO_VERMELHO.pdf. Acesso em 08 set 2025.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Tradução de Márcia Xavier de Brito. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. *As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo*. *Tempo Social-Rev. Sociol.* USP, São Paulo - SP: 113-128, 2. sem. 1990. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84806/87515>. Acesso em: 18 mar. 2025.

SAFFIOTI, Heleith Lara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleith Lara Bongiovani. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 2001.

SAFFIOTI, Heleith Lara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 09 jul. 2024.

SILVA, Betânia Maria Ramos da; STAMPA, Inez. Mulheres, Ditadura e Resistência!. Seminário Internacional Fazendo Gênero. Anais Eletrônicos (12), Florianópolis, 2021, ISSN 2179-510X. Disponível em: https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fg2020/1601315536_ARQUIVO_736ab8533f5a8756c43ce37502235818.pdf. Acesso em: 11 abr. 2025.

SILVA, Bruna Camilo de Souza Lima e. *Patriarcado e teoria política feminista: possibilidades na ciência política*. 2019. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/31963>. Acesso em: 15 abr. 2025.

SILVA, Natanael de Freitas. Ditadura civil-militar no Brasil e a ordem de gênero: masculinidades e feminilidades vigiadas. Rio de Janeiro: Revista Mosaico. V. 7 Nº 11. P. 64-83, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/mosaico/article/view/64778>. Acesso em: 03 abr. 2025.

SÃO PAULO, Pontifícia Universidade Católica de. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da SEDH-PR. Disponível em: <https://www.pucsp.br/comissaodaverdade/mortos-e-desaparecidos-contextualizacao.html>. Acesso em: 10 mar. 2025.

SARTI, Cynthia Andersen. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. In: Congresso Internacional da LASA (XXI), Chicago, 24-26 de setembro de 1998. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2024.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. *Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós luta armada no Brasil (1975 – 1980)*. São Paulo: Editora Intermeios, 2013.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar*. Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, Bauru, v. 2, n. 1 (2014). Disponível em:

<https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/173/97>. Acesso em: 18 abr. 2025.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura*. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/fj3JtHZGBYcHgWMPPjZsHvs/?lang=pt&format=df>. Acesso em: 15 abr. 2025.

TORRES, Mateus Gamba. Lutar para manter, lutar para romper: mulheres e a ditadura militar brasileira. *Em Debate*, Florianópolis, n. 4, p. 93-105, jan. 2010. ISSN 1980-3532. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/1980-3532.2010n4p93/19842>. Acesso em: 03 abr. 2025.

WRIGHT, Jaime; SOBEL, Henry; ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil: Nunca mais, um relato para a história*. 38 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

A MASCULINIDADE DE PÁRIS NO DISCURSO ILIÁDICO: CONTRASTES DE GÊNERO NA POESIA HOMÉRICA

Felipe Daniel Ruzene¹

Resumo: Este artigo investiga a masculinidade do príncipe troiano Páris na narrativa da *Ilíada* de Homero, contrastando-a com outros modelos heroicos suscitados pela poesia épica. Diferentemente de Aquiles e Heitor, cuja masculinidade está mais associada à guerra e à honra, Páris (ou Alexandros) é frequentemente associado à feminilidade e à sedução, sendo criticado por outras personagens como o responsável pela guerra entre gregos e troianos através do sequestro de Helena. A análise considera como a poesia homérica constrói modelos de masculinidade e suas contradições, explorando a tensão entre força e vulnerabilidade. Além disso, examina o papel do discurso na caracterização de Páris e as implicações sociais e culturais de sua representação. Em oposição às interpretações conservadoras que argumentam o solipsismo, virilidade e violência como marcas do homem homérico, este estudo propõe que a *Ilíada* não apresenta um modelo único e hegemônico de masculinidade, mas um campo de disputas simbólicas que pluralizam as noções de gênero no contexto diegético da epopeia arcaica.

Palavras-chave: Masculinidades; Homero; *Ilíada*.

THE MASCULINITY OF PARIS IN ILIADIC SPEECH: GENDER CONTRAST IN HOMERIC POETRY

Abstract: This article investigates the masculinity of the Trojan prince Paris in Homer's *Iliad*, contrasting it with other heroic models raised by epic poetry. Unlike Achilles and Hector, whose masculinity is more associated with war and honor, Paris (or Alexandros) is often associated with femininity and seduction, and is criticized by other characters as the one responsible for the war between the Greeks and the Trojans for the kidnapping of Helen. The analysis considers how Homeric poetry constructs models of masculinity and its contradictions, exploring the tension between strength and vulnerability. In addition, it examines the role of discourse in the characterization of Paris and the social and cultural implications of his representation. In opposition to conservative interpretations that argue solipsism, virility and violence as marks of the Homeric man, this study proposes that the *Iliad* does not present a single and hegemonic model of masculinity, but a field of symbolic disputes that pluralize notions of gender in the diegetic context of the archaic epic.

Keywords: Masculinities; Homer; *Iliad*.

¹ Mestre em História pela UFPR, onde defendeu a milésima dissertação do PPGHIS com pesquisa sobre masculinidades e práticas ético-dietéticas na *Ilíada* e na *Odisseia*. Pesquisador do Grupo de Estudos em História Antiga e Conexões com o Presente (GEHA/UFPR), com atuação voltada à História Antiga e às relações entre cultura, ética e sociedade. Vencedor do Prêmio Cultural Eugênia Sereno (IEV) e membro da SBPC, ANPUH-PR e SBEC. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5613674128113039>. E-mail: felipe.ruzene@yahoo.com.br

A historiografia contemporânea, não obstante à constituição patriarcal da sociedade helênica, vem investigando como os papéis de gênero na Antiguidade podem ser reinterpretados a partir tanto da reanálise dos documentos textuais quanto da inclusão de novas perspectivas a partir de outras fontes. Nesse sentido, Beatrice Mellsop elucida como os textos de Homero² podem ser interpretados enquanto narrativas que apresentam o que é ser “homem” e adverte sobre possíveis desvios dessa definição³. Também, Frederico Lourenço classifica a narrativa homérica como um “exercício de cartografar aquilo que é ser homem”⁴. Contudo, os padrões de masculinidades na sociedade arcaica e na constituição mitológica não seguiam a normatividade reclamada na contemporaneidade⁵. Logo, embora desfilem na narrativa homérica diversas formas de masculinidades, por certo não representam os mesmos modelos – sejam hegemônicos ou transgressores – das consciências de masculinidade que temos na atualidade.

Na *Ilíada*, o contexto da guerra de Troia serve como o cenário principal em que a masculinidade é testada e definida. A masculinidade heroica de Aquiles, o mais poderoso dos guerreiros gregos, é construída em torno da bravura, do orgulho e da busca incansável pela glória eterna no pós-vida – *kléos*⁶. Aquiles é o paradigma do guerreiro invencível, cuja identidade está intrinsecamente ligada ao campo de batalha, como apontam James

² Neste artigo, o nome “Homero” é usado para se referir ao(s) autor(es) ou tradição(ões) que deram origem à *Ilíada* e à *Odisseia*, por uma questão de conveniência, sem considerá-lo um autor individual e histórico que compôs ambos os poemas. Para mais informações sobre essas questões, reconhecidas por questões homéricas, veja: NAGY, Gregory. *Homeric questions. Transactions of the American Philological Association*, Baltimore, v. 122, p. 17–60, 1992.

³ MELLSOP, Beatrice. Homer's dream guy: an exploration of masculinity and honor in the *Odyssey*. *Studies in Mediterranean Antiquity and Classics*, Saint Paul - MN, v. 7, n. 1, p. 1-8, 2023.

⁴ LOURENÇO, Frederico. Introdução. In: HOMERO. *Ilíada*. Lisboa: Quetzal Editores, 2019. p. 20.

⁵ Cf. WORMAN, Nancy. The body as argument: Helen in four Greek texts. *Classical Antiquity*, Berkeley, v. 16, n. 1, p. 151-203, 1997.

⁶ VERNANT, Jean-Pierre. A bela morte e o cadáver ultrajado. *Discurso*, São Paulo, Brasil, n. 9, p. 31–62, 1978. p. 32.

Redfield⁷ e Jean-Pierre Vernant⁸. No entanto, sua masculinidade também revela uma vulnerabilidade emocional, especialmente em sua relação com Pátroclo⁹ e na dor devastadora que sente com a morte do amigo. Em contraste, Heitor, o herói troiano, exemplifica uma masculinidade que equilibra o papel de guerreiro com o de protetor da família e da cidade. Sua preocupação com o destino de Troia e seu amor por sua esposa, Andrômaca, e seu filho, Astianax, conferem à sua masculinidade uma dimensão igualmente trágica e demasiadamente humana, contrastante com a condição de solteiro e a fúria de Aquiles¹⁰.

Deve-se notar, portanto, como a contradição está sempre presente nas representações das masculinidades na narrativa épica. Aquiles, o bravo e heroico (quase sempre aquele que se entende como o modelo ideal de masculinidade homérica), mostra-se desmedido, furioso, inseguro com suas próprias escolhas e, ao fim e ao cabo, o responsável por inúmeras das dores gregas (Il. I, 2-3).¹¹ Incapaz de salvaguardar a vida de Pátroclo, chega a se arrepender de sua escolha pela glória ao invés de uma longa vida (Od. XI, 482-486.). Heitor, embora capaz de ser o maior dentre os guerreiros, príncipes,

⁷ REDFIELD, James. *Nature and Culture in the Iliad: the tragedy of Hector*. Durham: Duke University Press, 1994. p. 104.

⁸ VERNANT, Jean-Pierre. A bela morte e o cadáver ultrajado. Discurso, São Paulo, Brasil, n. 9, p. 31-62, 1978. p. 36.

⁹ Na Ilíada o relacionamento de Aquiles e Pátroclo é um modelo de amizade profunda e leal, expressa na reciprocidade ética e comunitária da *philótēs*, algo além da relação afetiva/pessoal que se supõe pela palavra “amizade” na modernidade. Contudo, a natureza de seus afetos é objeto de disputa desde a Antiguidade. Não há versos homéricos que explicitem uma relação sexual entre eles, mas muitos autores e comentaristas enxergam um exemplo do modelo pederástico grego ou do amor homoerótico no Período Arcaico, como representado nas obras de Ésquilo, Platão, Píndaro e Ésquines, por exemplo. Para estudos mais aprofundados, recomenda-se: DOVER, Kenneth. *A homossexualidade na Grécia Antiga*. Tradução: Luís Sérgio Krausz. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2007; CLARKE, W. M. Achilles and Patroclus in love. *Hermes*, Wiesbaden, v. 106, n. 3, p. 381-396, 1978.

¹⁰ Cf. REDFIELD, James. *Nature and Culture in the Iliad: the tragedy of Hector*. Durham: Duke University Press, 1994. p. 3-29.

¹¹ O padrão para referenciar obras clássicas não segue a mesma estilística empregada para bibliografia moderna. Assim, faço uso do sistema mais usual, no qual se menciona o título abreviado da obra, seguido da numeração dos cantos e dos versos, conforme as subdivisões tradicionais da obra que estiver sendo mencionada. No caso supracitado: Il. I, 2-3, refere-se à Ilíada de Homero, Canto 1, Versos 2 e 3.

maridos e pais troianos, ao final das contas é mais um dos que sucumbem pela fúria do Pelida e, com ele, têm fim sua nação, família e reinado.

Esses modelos de masculinidades não são apenas personificados pela capacidade militar, bravura ou caracteres bélicos, mas também um conjunto de elementos que se relacionam aos contextos culturais, sociais, sexuais, religiosos e de gênero na Grécia Antiga. A interação dos personagens com os deuses, a honra diante dos outros homens e o inevitável confronto com o destino moldam suas identidades masculinas de maneiras que são ao mesmo tempo específicas aos poemas e reconhecidas pela múltipla audiência helênica em períodos posteriores.

O *ethos heroico* nas masculinidades homéricas

Na obra de Homero¹², são evidentes as distinções sociais, corporais e valorativas entre as personagens. Dentro desse contexto, como analisa Luiz César Teixeira dos Santos, a sociedade grega demandava corpos edificados e aptos à atividade guerreira. Por isso, talvez, a maior parte das personagens homéricas pertencia a uma aristocracia guerreira, cujo histórico genealógico incluía diversos heróis de combate, o que os levava a seguir e compor exemplos bélicos. Assim, a preparação militar das masculinidades era fundamental para formação de “um corpo forte, uma musculatura de combatente e uma estética guerreira, pois as constantes lutas e guerras exigiam-lhes estes requisitos”¹³. Além dos atributos físicos ligados ao corpo, as armas e armaduras também eram relevantes fragmentos da formação masculina guerreira (*Il. XIX*, 12-14).

¹² As citações às fontes homéricas provêm da versão grega organizada em 1920 pela Oxford University Press e disponibilizada na Perseus Digital Library da Tufts University. A versão para o português advém das traduções de Trajano Vieira. Opto por tal versão em virtude de ter sido rigorosamente metrificada pelo tradutor, buscando recriar em língua portuguesa a fórmula do original.

¹³ SANTOS, Luiz César Teixeira dos. A atividade física e a construção da corporeidade na Grécia Antiga. *Revista da Educação Física*, Maringá, v. 8, n. 1, p. 73-77, 1997. p. 73.

Apesar desses caracteres e da figura masculina estar ligada, desde a Antiguidade, ao domínio, à força e à violência, como investigaram Maurice Sartre¹⁴ e Donna Zuckerberg¹⁵, entendo que os poemas homéricos oferecem uma variedade de ângulos a partir dos quais se podem observar os diferentes paradigmas de comportamento masculino – que, inclusive, tornar-se-ão profundamente influentes ao longo de toda a Antiguidade, do Período Arcaico ao Tardio. Jean-Pierre Vernant, por exemplo, comprehende o excesso e a brutalidade como partes integrantes dos valores guerreiros na sociedade épica, visto que poderiam culminar na “bela morte” (*kalòs thanatós*)¹⁶. Na análise do autor, o valor masculino homérico estava em morrer no ápice da virilidade e durante o combate. Assim, Vernant afirma que: “A guerra, o ódio, a violência destruidora, não pode nada contra aqueles que, inspirados pelo sentido heroico da honra, se dedicaram à vida breve”¹⁷.

Como ressalta Teodoro Rennó Assunção em sua crítica à “bela morte” vernantiana, os erros cometidos pelos heróis os qualificam como *népîoi*, “infantil” ou “juvenil”, e, nesse caso, nada há de glorioso¹⁸. A poesia homérica, portanto, pode ter mapeado caracteres contrastantes entre modelos de masculinidades reprováveis ou assentidas pela tradição que gerou seus versos. Os textos antigos, de fato, informam mais sobre o que se espera do comportamento masculino do que sobre suas efetivas práticas no interior das sociedades helênicas, como destaca Maurice Sartre¹⁹. Todavia, o autor se

¹⁴ SARTRE, Maurice. Virilidades gregas. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História da virilidade: a invenção da virilidade – da Antiguidade às Luzes*. Vol. 1. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

¹⁵ ZUCKERBERG, Donna. *Not all dead White men: classics and misogyny in the digital age*. Cambridge-MA: Harvard University Press, 2018.

¹⁶ VERNANT, Jean-Pierre. A bela morte e o cadáver ultrajado. *Discurso*, São Paulo, Brasil, n. 9, p. 31–62, 1978. p. 31-32.

¹⁷ VERNANT, Jean-Pierre. A bela morte e o cadáver ultrajado. *Discurso*, São Paulo, Brasil, n. 9, p. 31–62, 1978. p. 43.

¹⁸ ASSUNÇÃO, Teodoro Rennó. Nota crítica à bela morte vernantiana. *Classica: Revista Brasileira de Estudos Clássicos*, [S. I.], v. 7, p. 53–62, 1995.

¹⁹ SARTRE, Maurice. Virilidades gregas. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História da virilidade: a invenção da virilidade – da Antiguidade às Luzes*. Vol. 1. Petrópolis: Editora Vozes, 2013. p. 18.

limita a interpretações que entendem as masculinidades homéricas como unidimensionais e observa na literatura épica apenas modelos de virilidade guerreira. Além de Vernant e Sartre, James Redfield²⁰ interpreta uma “anticomunidade de combate” nos épicos e Charles Brooks²¹ argumenta que os homens da épica são exemplos bravios e imprudentes.

Em contradição, entendo ser possível compreender transgressões em relação à norma entendida, mesmo nos contextos literários, de modo que a epopeia homérica não representa um único e intransigente modelo coerente de masculinidade. Logo, ainda que exista uma grande produção de pesquisas que relacionam gênero à narrativa homérica, boa parte ainda se limita às interpretações que leem em Homero defesas a modelos de virilidade e brutalidade masculina na Antiguidade²².

Uma das denominações recorrentemente aplicadas aos personagens masculinos nos poemas homéricos é *hérōs*, termo que, quando dicionarizado, apresenta múltiplos significados em virtude de seus usos também polissêmicos na épica arcaica. Como apontou Christian Werner²³ no âmbito da poesia hexamétrica, tal termo se refere, primordialmente, a homens de uma época relativamente distante, podendo ser, assim, considerados distintos daqueles da audiência em virtude de suas qualidades e tempo excepcionais, levando à tradução (semanticamente coerente) como “herói”.

²⁰ REDFIELD, James. *Nature and Culture in the Iliad: the tragedy of Hector*. Durham: Duke University Press, 1994. p. 104.

²¹ BROOKS, Charles. *The Heroic Impulse in the Odyssey*. *Classical World: a quarterly journal on Antiquity*, Baltimore, n. 70, v. 7, 1977. P. 455.

²² Pesquisas como *Homeric Masculinity* (2003) de Barbara Graziosi e Johannes Haubold, *Aspects of effeminacy and masculinity in the Iliad* (2011) de Christopher Ransom e *Homer's dream guy* (2023) de Beatrice Mellsop, são exceções dignas de nota. Cf. RUZENE, Felipe Daniel. *À mesa de Homero: masculinidades contrastantes a partir dos comportamentos ético-dietéticos nos banquetes da Ilíada e Odisseia*, século VIII AEC. Orientadora: Renata Senna Garraffoni. 2025. 189 p. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2025.

²³ WERNER, Christian. O mundo dos heróis na poesia hexamétrica grega arcaica. *Romanitas: Revista de Estudos Grecolatinos*, Vitória-ES, n. 2, p. 20-41, 2013. p. 29.

Persiste, contudo, a dúvida se, no Período Arcaico, o público que assistia às apresentações dos aedos reconhecia essas figuras como parte de uma categoria cultural mais ampla – ou seja, entidades religiosas, igualmente nomeadas como “heróis”²⁴, conectadas a locais específicos e capazes de atuar no mundo dos vivos. Convém advertir que afirmações sobre as relações diretas entre a poesia épica e as práticas litúrgicas do período arcaico não são consensuais, apesar de inúmeras contribuições significativas²⁵.

Sabe-se, como apresentado pelos estudos de Milman Parry²⁶, que há terminologias estilísticas em Homero, logo a recorrência às menções heroicas sugere ou um demarcado motivo na poética hexametal ou uma consciência plural na definição do heroísmo homérico²⁷. Em outros termos, frente à amplitude da ideia de herói em Homero, a épica ou evoca personagens como heróis por razões métricas-formulares, ou a visão de heroísmo ali representada não se limita à atividade guerreira e à divinização religiosa. Em ambos os casos, portanto, entendo que não seria possível afirmar uma definição *sui generis* dos caracteres que diferenciam um herói dos demais

²⁴ Observe o fato de o termo “herói” ser amplamente empregado nos épicos para diferentes performances de masculinidade – na *Odisseia*, por exemplo, mesmo trabalhadores, como o porqueiro Eumeu (*Od.* XIV, 514) e o aedo Demódoco (*Od.* VIII, 483), são evocados pelo mesmo título heroico atribuído a deuses, aristocratas e guerreiros. O porqueiro, por exemplo, é recorrentemente tratado pelo epíteto aristocrático *órkhamos andrôn*, “condutor de homens” (*Od.* XIV, 22 e 121; XV, 351 e 389; XVI, 36 e 184).

²⁵ Veja, por exemplo, as discussões apresentadas por: NAGY, Gregory. Homeric questions. *Transactions of the American Philological Association*, Baltimore, v. 122, p. 17–60, 1992.

²⁶ O classicista estadunidense Milman Parry, a partir de pesquisas de campo com rapsodos da ex-Iugoslávia na década de 1930, apresentou conclusões que reformularam os estudos clássicos e literários, observando em Homero as “pistas textuais” de suas origens orais e de seus padrões formulares. Sua pesquisa de campo foi capaz de relacionar o padrão repetitivo que regia as poesias orais, apresentando uma explicação convincente para seu uso recorrente ao longo das obras homéricas. Assim, essas fórmulas e repetições deixaram de ser lidas como imperfeições nos épicos e passam a ser interpretadas como atributos estilísticos necessários à manutenção da métrica e do ritmo e servindo de recurso mnemônico comum à poesia oral. PARRY, Milman. Published works. In: PARRY, Adam (Ed.). *The making of Homeric verse: the collected papers of Milman Parry*. Oxford: Clarendon Press, 1971. p. 13.

²⁷ Segundo contagens extraídas da Perseus Digital Library, o termo herói (*hérōs*) e algumas variações aparecem 67 vezes no texto da *Ilíada* e 35 na *Odisseia*.

personagens representados em Homero, ao menos não nos baseando apenas na análise de nomes-epítetos²⁸.

A característica heroica é, portanto, intrínseca ao tempo histórico e à geração dos personagens homéricos, sendo que mesmo não-guerreiros permanecem sendo “heróis”²⁹. Segundo Werner, os poemas homéricos narram as ações de “homens melhores”, heróis pertencentes a uma linhagem extinta, descritos como mais fortes e poderosos do que aqueles que formavam a audiência dos poemas³⁰. As façanhas divinas relatadas interferem diretamente no mundo desses heróis.

De fato, apesar da inegável força ímpar e virilidade presentes nas personagens bélicas da épica homérica, há de se considerar o fato de que esses mesmos heróis-guerreiros também são responsáveis pelas guerras que os dizimam. De maneira menos direta, como na busca de Aquiles por glória, ou de modo mais evidente, a exemplo de Páris – frequentemente apontado como o causador do conflito com os gregos. Aliás, o príncipe troiano (também chamado Aléxandros) é um interessante caso a ser analisado, uma vez que representa uma outra esfera da masculinidade homérica.

O caso de Páris em contraste

²⁸ Os epítetos são palavras ou expressões, muito recorrentes nos poemas, que Homero associa às personagens e são bastante funcionais na estilística do poema, a depender do enquadramento métrico que ocupam no verso. Na análise de Milman Parry, o que define o epíteto usado pelo poeta não é o sentido que se dá à sentença, mas a extensão métrica que ocupa no verso. Há, portanto, nos usos desses recursos formulares, uma notável finalidade poética. PARRY, Milman. Published works. In: PARRY, Adam (Ed.). *The making of Homeric verse: the collected papers of Milman Parry*. Oxford: Clarendon Press, 1971. p. 5 e 14-17.

²⁹ SOUZA, Renata Cardoso de. *Páris épico, Páris trágico: um estudo comparado da etnicidade helênica entre Homero e Eurípides (séculos VIII e V a.C.)*. 2014. 120 f. Orientador: Fábio de Souza Lessa. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. p. 101.

³⁰ WERNER, Christian. O mundo dos heróis na poesia hexamétrica grega arcaica. *Romanitas: Revista de Estudos Grecolatinos*, Vitória-ES, n. 2, p. 20-41, 2013. p. 22.

Versos do canto III da *Ilíada* recobram a responsabilidade de Páris sobre a guerra que dizimava a cidade troiana³¹. Assim pronuncia seu irmão, Heitor:

Páris, és pária! Escultural, amulherado
e bom de lábia! Não tivesses vindo ao mundo,
morto sem núpcias! Sim! Melhor teria sido
do que ultrajar, envergonhar os que te cercam.
Os dânaos de cabelos longos riem de ti.
Tua beleza³² os fez pensar que eras ótimo,
mas tens a têmpera de um desfibrado.³³

Mesmo possuindo a mesma beleza e força dos demais guerreiros heroicos, Heitor evoca o irmão como *gynaimanēs*, “amulherado” (para Trajano Vieira), “sedutor de mulheres” (em Carlos Alberto Nunes) ou “mulherengo” (na tradução de Haroldo de Campos), motivo pelo qual o responsabiliza pelo confronto contra os gregos. O termo aplicado é uma qualificação que provém da justaposição dos substantivos: *gūnē*, “mulher”, e *manī*, “loucura”. Duas possibilidades se colocam diante dessa nomenclatura, como afirma Ann Suter: Páris poderia ser o sujeito passivo da loucura que advém das mulheres (“louco por mulheres”) ou o agente ativo do enlouquecimento delas (“aquele que deixa as mulheres loucas”).³⁴ Como Suter (1984), estou mais predisposto a entender da segunda maneira, compreendendo que parte da crítica ao modelo masculino evocado por essa terminologia está na figura do sedutor. O comportamento galanteador e

³¹ A responsabilidade da guerra recai diretamente em Páris ainda nos cantos V (v. 63-64), VI (v. 280-281) e XII (v. 115-116).

³² Note o uso do termo “*kalòn*”, derivado de “*kalós*”, para se referir à beleza de Páris, nome arcaico particularmente associado à pederastia grega, como assinala: STERN, Jacob. Phanocles' Fragment 1. *Quaderni Urbinati di Cultura Classica*, Pisa, v. 3, p. 135-143, 1979. p. 138.

³³ “Δύσπαρι εῖδος ἄριστε γυναιμανές ἡπεροπευτὰ/ αἰθ' ὄφελες ἄγονός τ' ἔμεναι ἄγαμός τ' ἀπολέσθαι;/ καὶ κε τὸ βουλοίμην, καὶ κεν πολὺ κέρδιον ἦεν/ ἡ οὔπω λώβην τ' ἔμεναι καὶ ὑπόψιον ἄλλων./ ἡ που καγχαλόωσι κάρη κομόωντες Ἀχαιοί/ φάντες ἄριστηα πρόμον ἔμεναι, οὔνεκα καλὸν/ εῖδος ἔπ', ἀλλ' οὐκ ἔστι βίη φρεσὸν οὐδέ τις ἀλκή.” (II. III, 39-45).

³⁴ SUTER, Ann. *Paris/Alexandros: a study in Homeric technique of characterization*. Tese (Doutorado em Filosofia). 1984. Department of Classics – Princeton University, Princeton, 1984. p. 74.

dado às paixões afasta o herói de suas responsabilidades que, pelos acontecimentos da tradição poética, estão no ambiente bélico³⁵.

Na ocorrência do julgamento de Páris (*Il. XIV*, 25-30), ao escolher os “dons de Afrodite” (*dôra Afrodítis*), o príncipe já pronunciava o modelo de masculinidade pelo qual será guiado, aquele que se pauta na beleza e sexualidade, cujas paixões sobrepujam as virtudes. Segundo Heitor, a beleza ímpar do irmão deveria ser prognose para um excelente desempenho no campo de batalha: sendo o mais belo, deveria ser também o mais corajoso (*Il. III*, 46-55). Há, porém, de se observar que o vocativo usado por Heitor para se referir à beleza de Páris, *eîdos áristos*, só é utilizado para mulheres – como aponta Renata Cardoso de Souza³⁶. Ou seja, uma beleza dissociada das demais virtudes que se atribui à masculinidade, ou, em outros termos, um insulto quando aplicado aos corpos masculinos. Páris é, portanto, demarcado como um homem relacionado à feminilidade, sedução e paixão.

Helena também exorta Páris e o acusa de gerir sua própria ruína, após fugir da luta que travava com Menelau. Os versos dão à rainha espartana voz para censurar Páris pela situação em que estavam:

Deixaste o prélio? Ah! Puderas ter morrido,
dobrado por alguém mais forte, o ex-consorte!
Vivias dizendo que o Atreu não era páreo,
nem com a lança, nem com o braço. Então, por que
não vais correndo provocar de novo o Atreu
dileto de Ares para te enfrentar? Não o faças!³⁷

³⁵ Convém ressaltar, porém, que nem sempre a esfera de atuação do homem heroico está na guerra. Como vislumbrado nos casos de Demódoco e Eumeu na *Odisseia*, que são heróis, mas não soldados, de modo que suas responsabilidades não estão no campo de batalha. Ainda assim, o homem deveria estar pronto para guerrear se o destino lhe imbuísse à batalha – como ocorre a Telêmaco, que não era guerreiro, mas precisa combater, junto ao pai, os pretendentes de sua mãe (*Od. XXII*, 170-464).

³⁶ SOUZA, Renata Cardoso de. Páris épico, Páris trágico: um estudo comparado da etnicidade helênica entre Homero e Eurípides (séculos VIII e V a.C.). 2014. 120 f. Orientador: Fábio de Souza Lessa. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. p. 50.

³⁷ “ἡλυθες ἐκ πολέμου: ὡς ὥφελες αὐτόθ’ ὀλέσθαι/ ἀνδρὶ δαμεὶς κρατερῷ, ὃς ἐμὸς πρότερος πόσις ἦεν./ ἡ μὲν δὴ πρὶν γ’ εὔχε’ ἀρηϊφίλου Μενελάου/ σῆ τε βίῃ καὶ χερσὶ καὶ ἔγχει φέρτερος εἶναι:/ ἀλλ’ θι νῦν προκάλεσσαι ἀρηϊφίλον Μενέλαον/ ἐξαῦτις μαχέσασθαι ἐναντίον: ἀλλὰ σ’ ἔγωγε” (*Il. III*, 428-433).

De certo modo, ver-se-á em Homero, salvaguardadas as devidas proporções, certa ideia apresentada por Fábio Lessa ao tratar do Período Clássico, de que a sociedade helênica buscou “manter as mulheres distanciadas da esfera da ação masculina, mas ao mesmo tempo concedeu-as a função de policiar as ações dos cidadãos, isto é, de vigiar o comportamento masculino”³⁸. Eis o caso de Helena: embora afastada do palco central da guerra, ela possui o papel de atuar como sentinela do comportamento de Páris, apontando-lhe suas falhas e fazendo-o repensar seu papel no conflito.

As palavras de Helena surtem efeito a partir do Canto VI (II. VI, v. 503-525), quando o herói retorna definitivamente para os combates contra os aqueus após nova censura da rainha espartana (II. VI, v. 352-353). Ademais, há de se considerar que Páris não sofre calado às exortações, o troiano demonstra uma habilidade ímpar de eloquência ao contra-argumentar com seus repreendedores. Talvez por isso, nos versos já citados da fala de Heitor (II. III, 39), ele menciona o irmão como “bom de lábia” ou “bajulador” (ēperopeutēs). Habil com as palavras, Páris sempre encontra uma maneira de apaziguar seu interlocutor, seja: 1) distribuindo a culpa nos acontecimentos que culminaram na guerra (II. III, 59-66); 2) prometendo maior participação no campo de batalha (II. III, 438-446); ou 3) defendendo-se de acusações que considera indevidas (II. VI, 332-341; XIII, 768-787). Em muitos desses discursos ele é capaz de inverter a situação, deitando-se com Helena ou alternando as intenções de Heitor. Assim, Páris é um duplo arqueiro, dispara flechas e palavras³⁹.

[1] Não me censureis pelos dons da áurea Afrodite,
pois é impossível refutar o que nos dão

³⁸ LESSA, Fábio Souza. *O feminino em Atenas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2004. p. 77.

³⁹ MACKIE, Hilary Susan. *Talking Trojan: speech and community in the Iliad*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 1996. p. 56.

os deuses, nem tampouco pode-se escolhê-lo⁴⁰.

[2] Não venhas agredir, mulher, meu coração
Graças a Atena, Menelau venceu-me agora,
como eu o vencerei um dia. Os nomes nos
circundam. Ao prazer nos entreguemos⁴¹.

[3] Teu coração, Heitor, inculpa inocentes.
Em outra ocasião, talvez, eu evitei
lutar, mas minha mãe não procriou fujão⁴².

François Lissarrague aponta que Páris não é nem um homem completo, nem um guerreiro completo⁴³: visto como o causador dos males que assolam gregos e troianos, ele é recorrentemente evocado como um exemplo em desacordo com os modelos heroicos⁴⁴. Compreendo, porém, que não há “homens completos” na poesia homérica, todos representam potências e ausências. “Guerreiros completos” também são exortados pela poética, afinal “o herói homérico também é falho”⁴⁵. A questão está no fato de que, ante ao contexto de uma década de guerra entre sociedades bélicas, a habilidade guerreira era consideravelmente valorizada, o que não significa dizer que outras práticas não fossem igualmente reconhecidas na sociedade grega. Em suma, a crise está em Paris não atender ao modelo que se esperava dele ante

⁴⁰ “μή μοι δῶρ’ ἔρατά πρόφερε χρυσέτης Ἀφροδίτης:/ οὐ τοι ἀπόβλητ’ ἐστὶ θεῶν ἔρικυδέα δῶρα/ δοσσά κεν αὐτοὶ δῶσιν, ἔκων δ’ οὐκ ἄν τις ἔλοιτο:” (II. III, 64-66).

⁴¹ “μή με γύναι χαλεποῖσιν ὄνειδεσι θυμὸν ἔνιπτε:/ νῦν μὲν γὰρ Μενέλαος ἐνίκησεν σὺν Ἀθήνῃ, / κεῖνον δ’ αὗτις ἔγώ: πάρα γὰρ θεοὶ εἰσὶ καὶ ἡμῖν. / ἀλλ’ ἄγε δὴ φιλότητι τραπείομεν εύνηθέντε:” (II. III, 438-441).

⁴² “Ἐκτορ ἐπεὶ τοι θυμὸς ἀναίτιον αἰτιάσθαι, / ἀλλοτε δὴ ποτε μᾶλλον ἔρωῆσαι πολέμοιο/ μέλλω, ἐπεὶ ούδ’ ἔμε πάμπαν ἀνάλκιδα γείνατο μήτηρ:” (II. XIII, 775-777).

⁴³ LISSARRAGUE, François. The Athenian image of the foreigner. In: HARRISON, Thomas (Ed.). *Greeks and Barbarians*. New York: Routledge, 2002. p. 101-124. p. 115.

⁴⁴ A visão de autores antigos e modernos sobre a figura de Páris foi motivo de estudo em: SOUZA, Renata Cardoso de. *Páris épico, Páris trágico: um estudo comparado da etnicidade helênica entre Homero e Eurípides (séculos VIII e V a.C.)*. 2014. 120 f. Orientador: Fábio de Souza Lessa. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. p. 50-99.

⁴⁵ SOUZA, Renata Cardoso de. *Páris épico, Páris trágico: um estudo comparado da etnicidade helênica entre Homero e Eurípides (séculos VIII e V a.C.)*. 2014. 120 f. Orientador: Fábio de Souza Lessa. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. p. 78.

à sua posição de líder, aristocrata, guerreiro e potencial responsável pelo conflito.

Veja-se o caso do canto XXIV, quando Príamo reúne os filhos sobreviventes para lhes reprovar. Segundo o rei, só lhe restavam filhos indignos, passíveis de censura – mentirosos (*pseūstaī*), dançarinos (*òrchēstaī*) e ladrões (*arpaktēres*)⁴⁶. Há ali a dor pela perda de seu filho e, simultaneamente, um sentimento de que não haveria quem fizesse o trabalho de herdeiro e guerreiro como Heitor.

Depressa, seus molengas, filhos lamentáveis!
Morrêsseis ao invés de Heitor nos barcos rápidos!
Triste destino o meu: ter tido tantos filhos
notáveis, sem que me restasse ao menos um:
Troilos, ginete hábil, o divino Méstor
e Heitor, um nume entre os humanos. Seu semblante
tinha algo inumano, de prole imortal.
Ares os trucidou. Ficaram só velhacos,
ases na dança, bailarinos, mentirosos
que sabem só roubar do povo ovelha e cabra⁴⁷.

Tampouco isso deve ser lido como se o dançar e o cantar fossem reprováveis na cultura arcaica, mas são outros valores, menos relacionados ao contexto bélico⁴⁸ – embora igualmente pertencentes à *paideía*. O contexto deste poema, porém, dá-se à guerra:

Não a convida para a dança, mas à luta.
Sou incapaz de conceber plano melhor⁴⁹.

⁴⁶ Alguns dos termos em grego serão traduzidos ao longo do texto, visando apresentar o sentido literal das palavras e associá-los aos nossos argumentos. Contudo, na citação integral dos versos, opto pela tradução de Trajano Vieira inalterada, por isso podem ocorrer algumas inconsonâncias.

⁴⁷ “*σπεύσατέ μοι κακὰ τέκνα κατηφόνες: αἴθ’ ἄμα πάντες/ Ἐκτορος ὡφέλετ’ ἀντὶ θοῆς ἐπὶ νηυσὶ πεφάσθαι. / ὦ μοι ἔγώ πανάποτμος, ἐπεὶ τέκον υἱας ἀρίστους/ Τροίη ἐν εύρειη, τῶν δ’ οὗτινά φημι λελεῖφθαι, / Μήστορά τ’ ἀντίθεον καὶ Τρωῆλον ἵπποχάρμην/ Ἐκτορά θ’, ὃς θεὸς ἔσκε μετ’ ἀνδράσιν, ούδε ἔώκει/ ἀνδρός γε θνητοῦ πάϊς ἔμεναι ἀλλὰ θεοῖο. / τοὺς μὲν ἀπώλεσ’ Ἀρης, τὰ δ’ ἐλέγχεια πάντα λέλειππαι/ ψεῦσται τ’ ὄρχησται τε χοροιτυπίησιν ἄριστοι/ ἀρνῶν ἡδ’ ἐρίφων ἐπιδήμιοι ἀρπακτῆρες.*” (Il. XXIV, 253-262).

⁴⁸ Na verdade, a própria guerra é evocada como uma dança na Ilíada. Segundo Heitor, o combate seria a “dança de Ares” (*méltesthai Ἀρεῖ*) (Il. VII, 241).

⁴⁹ “*ούμὰν ἔς γε χορὸν κέλετ’ ἐλθέμεν, ἀλλὰ μάχεσθαι. / ἡμῖν δ’ οὗτις τοῦδε νόος καὶ μῆτις ἀμείνων*” (Il. XV, 508-509).

Não obstante, há de se considerar que, para além das críticas à figura de Páris, é a ele que se reserva a glória de ferir e matar o melhor dos aqueus, Aquiles. Talvez por isso autores como o filólogo John Scott defendem que Páris seria o verdadeiro e grande herói da tradição mítica, não Aquiles ou Heitor, tendo sido modificado nos versos de Homero para que não fosse o raptor de Helena, um troiano, o principal dos heróis⁵⁰. Essa suposição me parece demasiada, porém a figura de Páris é bastante interessante em sua contradição.

[...] o líder troiano, Páris, a quem a tradição forneceu, era por razões morais indigno de ser o grande líder de ambos os lados, portanto o poeta foi obrigado a substituir outro cujas excelências humanas e morais o qualificavam para a liderança. A degradação de Páris envolveu uma grande contradição, a saber, em dar ao ouvinte a impressão de que o guerreiro que fez tanto era um covarde; a criação de Heitor envolveu a segunda grande contradição, a saber, em dar ao mesmo ouvinte a impressão de que o guerreiro que fez tão pouco era um poderoso campeão. A tradição estreitou o alcance do poeta em ambos os casos; ele poderia criar um herói, mas não uma guerra⁵¹.

Alexandros ou Páris, protetor de homens

Os estudos de Scott, ainda apontam para o nome do herói, Aléandros, como uma tradução para o grego de Páris, cuja composição provém do verbo “proteger”, *aléxiō*, e do substantivo “homem”, *ándros* – genitivo singular do substantivo *ànér*, que indica o indivíduo do sexo masculino.⁵² Por sua vez, Irene de Jong entende que Páris é um nome aplicado a contextos troianos e

⁵⁰ SCOTT, John. Paris and Hector in tradition and in Homer. *Classical Philology*, Chicago, v. 8, n. 2, p. 160-171, 1913.

⁵¹ “As already said, the Trojan leader, Paris, whom tradition furnished, was for moral reasons unworthy to be the great leader either side, hence the poet was obliged to substitute another whose human and moral excellencies fitted him for leadership. The degradation of Paris involved one great contradiction, namely, in giving the hearer the impression that the warrior who did so much was a coward; the creation of Hector involved the second great contradiction, namely, in giving that same hearer the impression that the warrior who did so little was a mighty champion. Tradition narrowed the poet's range in either case; he could create a hero, but not a war.” SCOTT, John. Paris and Hector in tradition and in Homer. *Classical Philology*, Chicago, v. 8, n. 2, p. 160-171, 1913. p. 166 (tradução própria).

⁵² SCOTT, John. Paris and Hector in tradition and in Homer. *Classical Philology*, Chicago, v. 8, n. 2, p. 160-171, 1913. p. 161-164.

Aléxandros voltado aos gregos, o que serviria para ratificar a índole estrangeira da personagem.⁵³

Ann Suter, por outro lado, entende essa dupla denominação como proveniente de um nome humano (Aléxandros) em detrimento a uma nomenclatura divina (Páris), título concebido em sua constante associação com Afrodite e Helena, filhas de Zeus⁵⁴. Contudo, como afirma Michael Lloyd⁵⁵ e reafirma Renata Souza⁵⁶, opto por demarcar que não fica evidente nenhuma distinção no emprego dessa dupla nomenclatura em Homero – sendo, sobretudo, uma escolha textual do poeta, possivelmente por razões métricas. Não obstante, é no mínimo uma característica bastante curiosa para a temática desta pesquisa que o nome mais recorrentemente aplicado ao herói representa, em tradução literal, o protetor do que é relativo ao homem e ao masculino⁵⁷.

Distanciando-se do campo de batalha, no contexto da *Odisseia*, por exemplo, observam-se mais exemplos de masculinidades não-bélicas que, diferentemente da *Ilíada*, não são por isso exortados – como Teoclímeno, o vidente, e Telêmaco, filho de Odisseu, também Eumeu, o porqueiro, ou o aedo Demódoco⁵⁸. Assim, é evidente que na poesia homérica são múltiplos e por

⁵³ DE JONG, Irene. Three off-stage characters in Euripides. In: MOSSMAN, Judith (Ed.). *Euripides*. New York: Oxford University Press, 2011. p. 127.

⁵⁴ SUTER, Ann. *Paris/Alexandros: a study in Homeric technique of characterization*. Tese (Doutorado em Filosofia). 1984. Department of Classics – Princeton University, Princeton, 1984. p. 74.

⁵⁵ LLOYD, Michael. Paris/Alexandros in Homer and Euripides. *Mnemosyne*, Leiden, v. 42, n. 1/2, p. 76–79, 1989. p. 78.

⁵⁶ SOUZA, Renata Cardoso de. *Páris épico, Páris trágico: um estudo comparado da etnicidade helênica entre Homero e Eurípides (séculos VIII e V a.C.)*. 2014. 120 f. Orientador: Fábio de Souza Lessa. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. p. 72.

⁵⁷ O nome Aléxandros é utilizado 45 vezes no texto da *Ilíada*, 19 das quais em discursos diretos das personagens. Páris, contudo, aparece somente 11 vezes e em apenas 2 delas por diálogos que não provém do narrador. Ver: LLOYD, Michael. Paris/Alexandros in Homer and Euripides. *Mnemosyne*, Leiden, v. 42, n. 1/2, p. 76–79, 1989. p. 76.

⁵⁸ SUTER, Ann. *Paris/Alexandros: a study in Homeric technique of characterization*. Tese (Doutorado em Filosofia). 1984. Department of Classics – Princeton University, Princeton, 1984. p. 60-61.

vezes dissonantes os modelos heróicos e as performatividades das masculinidades. Como a narrativa suscita:

A alguém um deus concede a função guerreira,
a um outro a dança, a um outro a cítara e o canto,
a um outro a lucidez sutil Zeus ecoante
fixou no peito. Muitos se beneficiam com isso.⁵⁹

Considerações finais

Logo, Páris, apesar de não ser um magno exemplo da destreza em batalha, permanece apresentando as características de um herói homérico. Como qualquer outro modelo heróico, ele representa como se deve e como não se deve agir, projetando ideais de masculinidade e pluralizando as representações épicas. Evidentemente há falhas ou dificuldades, mas o ato heróico está em reverter a situação de desequilíbrio causado por sua “insensatez” (*λάτε*). Neste ponto, Aquiles e Páris se aproximam. A causa da perdição de Aquiles é a fúria que guia o poema em virtude da posse de Briseida, a de Páris é o desrespeito da ética hospitaleira ao raptar Helena.

Um herói pode fraquejar, tremer, sentir medo, mas este não deve sobrepujar o ímpeto de ficar e lutar. Quando ocorre a fuga, o retrocesso, este deve ser corrigido, a fim de que se restaure a *timé* e de que aquele que fugiu não seja alvo da némesis dos seus *ísoi*. É isso o que acontece com Páris, que é muito mais do que uma simples “contradição da epopeia”: ora ele se mostra corajoso, ora ele se mostra temente, pois é a representação de um ser humano. Ele recua e retorna à batalha, configurando-se num exemplo de como se agir, mas, de fato, ele é representado de uma maneira diferente e singular pelo poeta⁶⁰.

Na “psicologia homérica”, como estudou Robert Aubreton⁶¹, há aspectos coletivos pautados por um código de conduta modelar, visto que

⁵⁹ “Ἄλλω μὲν γὰρ ἔδωκε θεὸς πολεμῆσα ἔργα, / ἄλλω δ' ὄρχηστύν, ἐτέρω κιθαριν καὶ ἀοιδήν, / ἄλλω δ' ἐν στήθεσσι τιθεῖ νόον εύρυοπα Ζεὺς/ ἐσθλόν, τοῦ δέ τε πολλοὶ ἐπαυρίσκοντ' ἄνθρωποι,”. (Il. XIII, 730-734).

⁶⁰ SOUZA, Renata Cardoso de. Páris épico, Páris trágico: um estudo comparado da etnicidade helênica entre Homero e Eurípides (séculos VIII e V a.C.). 2014. 120 f. Orientador: Fábio de Souza Lessa. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. p. 101-102.

⁶¹ AUBRETON, Robert. *Introdução a Homero*. São Paulo: Edusp, 1968.

as personagens épicas constituem um grupo social fechado (ligado aos deuses), e aspectos individuais, já que todos têm personalidade e atribuições específicas. Interessante observar que, ao tratar dos heróis homéricos, Aubreton inclui em suas investigações personagens não-guerreiros (como o porqueiro Eumeu) e femininos (Andrômaca, Helena, Penélope e Nausícaa), ampliando o rol do que se poderia considerar heróico – ideia aqui apoiada. Aubreton⁶², assim como a célebre obra de Cedric Whitman⁶³, observou a profunda humanidade dos heróis homéricos que, pela virtude de seus feitos, adquiriram após a morte um estatuto sobre-humano.

Como bem sintetizou Christopher Ransom:

Eu sugiro que é útil e informativo examinar o ‘outro’, o homem que quebra as regras da masculinidade e cujas transgressões e excessos ajudam a definir a masculinidade ideal ao fornecer um contraste contra o qual a identidade do homem ‘real’ pode ser estabelecida⁶⁴.

Esse homem “transgressor” da masculinidade hegemônica, permanece sendo igualmente heróico, uma vez que os personagens homéricos o são intrinsecamente⁶⁵. Como argumenta Raewyn Connell, é preciso reconhecer a diversidade nas masculinidades e as relações entre esses diferentes tipos de masculinidade, relações de aliança, dominação e/ou subordinação que permitem historicizar as noções “hegemônicas” de ser homem⁶⁶ – isto é, a política de gênero que há dentro da masculinidade e seus efeitos nas experiências corporais, sociopolíticas, culturais e individuações.

⁶² AUBRETON, Robert. *Introdução a Homero*. São Paulo: Edusp, 1968. p. 188.

⁶³ WHITMAN, Cedric. *Homer and the heroic tradition*. Cambridge-MA: Harvard University Press, 1958.

⁶⁴ “I suggest that it is useful and informative to examine the ‘other’, the man who breaks the rules of masculinity and whose transgressions and excesses help define ideal masculinity by providing a contrast against which the identity of the ‘real’ man can be established.” RANSOM, Christopher. *Aspects of effeminacy and masculinity in the Iliad*. *Antichthon*: Australasian Society for Classical Studies, Cambridge, v. 45, p. 35–57, 2011. p. 35. (tradução própria).

⁶⁵ SOUZA, Renata Cardoso de. Páris épico, Páris trágico: um estudo comparado da etnicidade helênica entre Homero e Eurípides (séculos VIII e V a.C.). 2014. 120 f. Orientador: Fábio de Souza Lessa. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. p. 101.

⁶⁶ CONNELL, Raewyn. *Masculinities*. 2. ed. Berkeley: University of California Press, 2005. p. 71.

Referências bibliográficas

- ASSUNÇÃO, Teodoro Rennó. Nota crítica à bela morte vernantiana. *Classica: Revista Brasileira de Estudos Clássicos*, [S. l.], v. 7, p. 53–62, 1995.
- ASSUNÇÃO, Teodoro Rennó. A philótes de Aquiles e Pátroclio na Ilíada: um esboço. *Anais do VI Simpósio Internacional de Estudos Antigos do Grupo de Filosofia Antiga da UFMG: philia/amicitia na Antiguidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2018.
- AUBRETON, Robert. *Introdução a Homero*. São Paulo: Edusp, 1968.
- BROOKS, Charles. The Heroic Impulse in the *Odyssey*. *Classical World: a quarterly journal on Antiquity*, Baltimore, n. 70, v. 7, 1977.
- CLARKE, W. M. Achilles and Patroclus in love. *Hermes*, Wiesbaden, v. 106, n. 3, p. 381-396, 1978.
- CONNELL, Raewyn. *Masculinities*. 2. ed. Berkeley: University of California Press, 2005.
- DE JONG, Irene. Three off-stage characters in Eurípides. In: MOSSMAN, Judith (Ed.). *Eurípides*. New York: Oxford University Press, 2011. p. 369-389.
- DOVER, Kenneth. A homossexualidade na Grécia Antiga. Tradução: Luís Sérgio Krausz. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2007.
- GRAZIOSI, Barbara; HAUBOLD, Johannes. Homeric masculinity: ἡνορέη and ἀγηνορίη. *The Journal of Hellenic Studies*, Cambridge, v. 123, p. 60-76, 2003.
- HOMERO. *Odisseia*. Tradução: Trajano Vieira. São Paulo: Editora 34, 2014.
- HOMERO. *Ilíada*. Tradução: Haroldo de Campos. São Paulo: Arx, 2003.
- HOMERO. *Ilíada*. Tradução: Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2015.
- HOMERO. *Ilíada*. Tradução: Trajano Vieira. São Paulo: Editora 34, 2020.
- LESSA, Fábio Souza. *O feminino em Atenas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2004.
- LISSARRAGUE, François. The Athenian image of the foreigner. In: HARRISON, Thomas (Ed.). *Greeks and Barbarians*. New York: Routledge, 2002. p. 101-124.

LLOYD, Michael. Paris/Alexandros in Homer and Euripides. *Mnemosyne*, Leiden, v. 42, n. 1/2, p. 76–79, 1989.

LOURENÇO, Frederico. Introdução. In: HOMERO. *Ilíada*. Lisboa: Quetzal Editores, 2019. p. 5-28.

MACKIE, Hilary Susan. *Talking Trojan: speech and community in the Iliad*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 1996.

MELLSOP, Beatrice. Homer's dream guy: an exploration of masculinity and honor in the *Odyssey*. *Studies in Mediterranean Antiquity and Classics*, Saint Paul - MN, v. 7, n. 1, p. 1-8, 2023.

NAGY, Gregory. Homeric questions. *Transactions of the American Philological Association*, Baltimore, v. 122, p. 17–60, 1992.

PARRY, Milman. Published works. In: PARRY, Adam (Ed.). *The making of Homeric verse: the collected papers of Milman Parry*. Oxford: Clarendon Press, 1971.

RANSOM, Christopher. Aspects of effeminacy and masculinity in the *Iliad*. *Antichthon*: Australasian Society for Classical Studies, Cambridge, v. 45, p. 35–57, 2011.

REDFIELD, James. *Nature and Culture in the Iliad: the tragedy of Hector*. Durham: Duke University Press, 1994.

RUZENE, Felipe Daniel. *À mesa de Homero: masculinidades contrastantes a partir dos comportamentos ético-dietéticos nos banquetes da Ilíada e Odisseia, século VIII AEC*. Orientadora: Renata Senna Garraffoni. 2025. 189 p. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2025.

SANTOS, Luiz César Teixeira dos. *A atividade física e a construção da corporeidade na Grécia Antiga*. *Revista da Educação Física*, Maringá, v. 8, n. 1, p. 73-77, 1997.

SARTRE, Maurice. *Virilidades gregas*. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História da virilidade: a invenção da virilidade – da Antiguidade às Luzes*. Vol. 1. Petrópolis: Editora Vozes, 2013. p. 17-70.

SCOTT, John. Paris and Hector in tradition and in Homer. *Classical Philology*, Chicago, v. 8, n. 2, p. 160-171, 1913.

SOUZA, Renata Cardoso de. *Páris épico, Páris trágico: um estudo comparado da etnicidade helênica entre Homero e Eurípides (séculos VIII e V a.C.)*. 2014. 120 f. Orientador: Fábio de Souza Lessa. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

STERN, Jacob. Phanocles' Fragment 1. *Quaderni Urbinati di Cultura Classica*, Pisa, v. 3, p. 135-143, 1979.

SUTER, Ann. *Paris/Alexandros: a study in Homeric technique of characterization*. Tese (Doutorado em Filosofia). 1984. Department of Classics – Princeton University, Princeton, 1984.

VERNANT, Jean-Pierre. A bela morte e o cadáver ultrajado. *Discurso*, São Paulo, Brasil, n. 9, p. 31–62, 1978.

WERNER, Christian. O mundo dos heróis na poesia hexamétrica grega arcaica. *Romanitas: Revista de Estudos Grecolatinos*, Vitória-ES, n. 2, p. 20-41, 2013.

WHITMAN, Cedric. *Homer and the heroic tradition*. Cambridge-MA: Harvard University Press, 1958.

WORMAN, Nancy. The body as argument: Helen in four Greek texts. *Classical Antiquity*, Berkeley, v. 16, n. 1, p. 151-203, 1997.

ZUCKERBERG, Donna. *Not all dead White men: classics and misogyny in the digital age*. Cambridge-MA: Harvard University Press, 2018.

A PÍTIA DE DELFOS: GÊNERO E PROFECIA ATRAVÉS DAS EMISSÕES MONETÁRIAS DE CROTONA

Danielly Baldenebro¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo investigar a importância simbólica e social da Pítia, sacerdotisa do oráculo de Apolo, no contexto da religiosidade grega, a partir da análise da iconografia monetária da pólis de Crotona. Por meio da presença recorrente da trípode — símbolo oracular diretamente associado a Apolo — nas moedas crotônias, torna-se possível compreender como a imagem de Apolo foi mobilizada para legitimar a fundação da cidade e fortalecer vínculos com o mundo helênico. A escolha desse símbolo revela a dimensão religiosa e política da colonização grega no Ocidente, ao mesmo tempo que reforça o papel central da mediação profética na construção da identidade religiosa. A figura da Pítia, embora ausente fisicamente na iconografia, é evocada pela trípode como intermediária entre o divino e o humano, destacando uma presença feminina recorrente em um contexto patriarcal. A análise se apoia em fontes textuais antigas, como Heródoto e Diodoro Sículo, e nas contribuições dos estudos de gênero, buscando compreender como os símbolos oraculares contribuíram para a construção identitária das pólis coloniais.

Palavras-chave: Pítia; Iconografia monetária; Delfos.

THE PYTHIA OF DELPHI: GENDER AND PROPHECY THROUGH THE COINAGE OF CROTON

Abstract: This article aims to investigate the symbolic and social significance of the Pythia, priestess of the oracle of Apollo, within the context of Greek religiosity, through the analysis of the monetary iconography of the polis of Croton. The recurring presence of the tripod — an oracular symbol directly associated with Apollo — on Crotontian coins makes it possible to understand how Apollo's image was employed to legitimize the city's foundation and to strengthen its connections with the Hellenic world. The choice of this symbol reveals the religious and political dimensions of Greek colonization in the West, while also emphasizing the central role of prophetic mediation in the construction of religious identity. Although the Pythia is physically absent from the iconography, she is evoked by the tripod as an intermediary between the divine and the human, highlighting a recurring female presence within a patriarchal context. The analysis draws on ancient textual sources, such as Herodotus and Diodorus Siculus, and on contributions from gender studies, seeking to understand how oracular symbols contributed to the identity formation of the colonial poleis.

Keywords: Pythia; Monetary iconography; Delphi.

¹Historiadora pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Aluna pesquisadora no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (MAE-USP). Pesquisadora do Laboratório de Arqueologia Romana Provincial – USP (LARP-MAE-USP) <https://www.larp.mae.usp.br/>.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7526214025273376>.

E-mail: danibalden@usp.br.

Introdução

A presença feminina em espaços de cultos e expressões religiosas na Grécia Antiga, sobretudo em uma sociedade marcada pelo patriarcado, levanta questionamentos acerca da construção de gênero e da legitimidade simbólica do feminino no mundo antigo. Entre essas figuras, a Pítia, sacerdotisa do deus Apolo no oráculo de Delfos, ocupa um papel central como intermediária entre o divino e o humano, sendo responsável por verbalizar as profecias que orientavam decisões políticas, militares e sociais. Sua atuação, no entanto, não se restringe ao plano religioso: ela também revela tensões e possibilidades dentro das estruturas de poder que excluíam as mulheres da esfera pública.

A cultura oracular grega, e especialmente o santuário de Delfos, foi responsável pela expansão das práticas proféticas para além do Mediterrâneo. Nesse cenário, a imagem da Pítia se projeta como um símbolo que transcende os limites geográficos e ganha ressignificações conforme o contexto local. Um dos exemplos mais significativos desse processo está na cidade de Crotone, situada no sul da Itália, cuja iconografia monetária revela vínculos com o universo délfico. As moedas crotoniatas, cunhadas a partir do século VI a.C., apresentam representações recorrentes da trípode — símbolo oracular associado a Apolo e à prática profética —, funcionando como um marcador visual de identidade religiosa e política.

Este artigo investigará como a imagem da Pítia é evocada simbolicamente por meio da cultura material, em especial pela iconografia da trípode presente nas moedas de Crotone. A questão que orienta esta pesquisa é: como a representação desse elemento nas moedas crotoniatas pode revelar a centralidade simbólica da figura da Pítia na articulação entre religião, poder e gênero na Grécia Antiga? Sob a perspectiva metodológica, o estudo adota uma análise qualitativa dos elementos iconográficos presentes nas moedas crotoniatas, considerando suas formas, símbolos e composições como expressões de significados culturais e religiosos. A investigação busca

interpretar como esses elementos, especialmente a trípode, os animais e as inscrições, refletem concepções simbólicas associadas à Pítia e ao oráculo de Delfos. Assim, a metodologia privilegia a leitura interpretativa das imagens, entendendo-as como construções discursivas que revelam valores, crenças e representações do feminino na religiosidade grega antiga.

O santuário de Delfos e o funcionamento da prática oracular

Localizado na região central da Grécia continental, aos pés do monte Parnaso, o santuário de Delfos foi um dos mais importantes centros religiosos do mundo grego, consagrado ao deus Apolo. Considerado o “umbigo do mundo” (*omphalos*), Delfos reunia significado religioso, político e cultural, sendo um ponto de convergência de diversas *pólis* que buscavam, por meio da prática oracular, legitimar decisões e afirmar vínculos com o divino.

A origem do santuário de Delfos é amplamente fundamentada em narrativas míticas que buscam entender e explicar sua fundação, bem como sua profunda conexão com o deus Apolo. Embora a história e a arqueologia apontem sua existência já entre os séculos IX e VIII a.C., mais precisamente no período Geométrico Médio II², o mito sobre o nascimento de Delfos atua como uma forma de legitimar a centralidade daquele local, considerando os inúmeros recursos simbólicos que o envolviam.

Diversas versões desse mito circularam no mundo antigo, sendo a mais conhecida aquela em que Apolo derrota a serpente Python e assume o poder sobre o santuário profético. Esse episódio nos permite compreender como certas características do mito de Apolo se entrelaçam com o papel da Pítia como sua sacerdotisa, evidenciado em elementos como o nome que ela recebe, o local físico onde se sentava, o surgimento dos supostos gases inalados e toda a atmosfera “divinatória” que envolvia sua atuação³.

² CABRAL, Luiz Alberto Machado. *Hino Homérico a Apolo*. Campinas: Editora UNICAMP, 2004.

³ Além do nome dado à sacerdotisa, é provável que todo o contexto oracular de Delfos se baseie em sua história. Segundo Heródoto: “Pitoniso é o nome que se dá ao delegado enviado a Delfos para consultar o oráculo” (HERÓDOTO. *Histórias*. Tradução de Pierre Henri

Pítia deriva de Píton, um dragão fêmea mítico, que perseguiu Leto, a mãe dos gêmeos Apolo e Ártemis. Píton foi morto por Apolo que lhe retirou a pele e cobriu com ela a trípode de bronze, onde sentava-se a Pítia ou Pitonisa, possuída por Apolo, para responder às consultas aos que reverenciavam Apolo⁴.

No *Hino Homérico a Apolo*, composto entre os séculos VII e VI a.C., o mito é apresentado como uma narrativa heroica e etiológica. Apolo, recém-nascido, procura um local para estabelecer seu oráculo, chegando à região de Delfos. Lá, confronta Python, a serpente que aterrorizava e “governava” o local, e a derrota com suas flechas. A morte de Python marca o início do domínio de Apolo sobre o espaço sagrado, reforçando sua autoridade como deus da profecia⁵.



Figura 1: Moeda de prata, Crotona, ca. 400–350 a.C. Anverso com cabeça laureada de Apolo; reverso com Apolo sentado em atitude de atacar a serpente Píton, conforme a mitologia fundacional do oráculo de Delfos.

Fonte: © The Trustees of the British Museum

Já em *Eumêni des*, tragédia de Ésquilo, o mito da fundação do oráculo aparece de maneira totalmente distinta. Logo no início da peça, a sacerdotisa apresenta uma sucessão de divindades femininas — Gaia, Têmis e Febe —, que, de forma melodiosa, transferem o controle do oráculo para Apolo. Nessa versão, não há qualquer menção a violência ou conflito: Apolo assume o oráculo não pela conquista, mas por meio de uma herança simbólica, consentida e ordenada. A escolha de Ésquilo parece dialogar com

Larcher. [S. l.]: EbooksBrasil, 2006. p. 471. Disponível em: <https://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/historiaherodoto.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2025).

⁴ DA SILVA, Amós Côelho. A adivinha de Esaú e Jacó. *Principia*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 27-37, 2010. p. 27.

⁵ Para melhor entender a narrativa histórica de Apolo, ver: CABRAL, Luiz Alberto Machado. *Hino Homérico a Apolo*. Campinas: Editora UNICAMP, 2004.

a própria temática da peça, que valoriza a superação da vingança pela justiça e a instauração de uma nova ordem baseada na lei e na razão⁶.

Por outro lado, Eurípides retoma um tom mais tradicional e heroico em *Ifigênia entre os Tauros*. Em um hino coral da peça, Apolo, ainda criança, aparece nos braços de sua mãe, Leto, derrotando a serpente Python e assumindo o oráculo. A cena é carregada de emoção e grandiosidade, com a imagem da trípode aparecendo como símbolo da conquista do espaço sagrado. Essa versão reforça o aspecto guerreiro do deus desde seu nascimento, evidenciando que o domínio do oráculo também podia ser interpretado como um ato de força, glória e afirmação divina⁷.

É fundamental ressaltar que, por serem mitos, esses episódios não podem ser interpretados como representações de eventos com total veracidade, mas como narrativas que carregam profundos significados religiosos e culturais para a sociedade grega.

As diferentes versões que narram a fundação do oráculo de Delfos, sejam elas marcadas pela violência ou por uma sucessão pacífica entre divindades, mostram mais do que simples variações literárias. Essas, por sua vez, contribuem para compreender de que maneira, ao longo do tempo, o domínio de Apolo sobre aquele espaço sagrado foi sendo construído e justificado. Independentemente do caminho escolhido — pela força ou pela transmissão simbólica —, o que se mantém é a tentativa de afirmar Delfos como um centro espiritual importante dentro do mundo grego. É justamente nesse ponto que mito e história acabam se cruzando.

Embora Apolo fosse reverenciado como o deus da profecia e tradicionalmente vinculado à trípode oracular, é por meio da figura da Pítia que sua voz se concretiza e ganha eficácia. Aqui, concentrar-nos-emos justamente nessa presença feminina, que atua como mediadora entre o

⁶ ÉSQUILO. *Oresteia: Agamêmnon, Coéforas, Eumênides*. Tradução, introdução e notas de Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 277–278.

⁷ EURÍPIDES. *Ifigênia entre os Tauros*. Tradução de Jaime Bruna. São Paulo: Escala, 2007.

sagrado e o terreno, destacando como sua intervenção transcende o domínio estritamente religioso para assumir relevância também no campo político — sobretudo no contexto das fundações coloniais do mundo grego.

Entre Delfos e Crotona: colonização grega, construção identitária e iconografia monetária

Como observa Pontin⁸, o oráculo de Delfos exerceu um papel central no processo de “colonização”⁹ grega, funcionando como um espaço de consulta e validação simbólica para as fundações no Mediterrâneo ocidental. Além disso, por conta de sua localização privilegiada, a região de Delfos facilitava o contato com outras cidades que, posteriormente, fariam parte desse movimento. Sobre isso, Pontin destaca:

Tem que se levar em conta também a posição geográfica do santuário, que lhe assegurou a clientela das cidades do golfo de Corinto e das regiões vizinhas. Delfos tinha um acesso fácil para os peloponésios e para os habitantes da Grécia central e sua posição em relação às cidades que vão ter um papel de primeiro plano na colonização grega no Ocidente deve ter contribuído ao sucesso do oráculo. É muito provável que Delfos fosse também, nestas circunstâncias, um polo promotor de contatos e trocas entre fundadores vindos de regiões diferentes¹⁰.

A ligação entre Delfos e o movimento colonizador grego revela-se também em aspectos simbólicos, como exemplifica a fundação de Crotona — uma das mais proeminentes pólis da Magna Grécia, situada no sul da península Itálica. De acordo com a tradição helênica, Apolo era reconhecido como *archegétēs*, isto é, a divindade que simbolicamente conduzia o processo de fundação de uma nova cidade¹¹. Nesse contexto, a consulta ao

⁸ PONTIN, Patrícia. O oráculo de Delfos e a colonização grega: a construção de uma ideologia política. *Interações*, [s. l.], v. 9, n. 17, p. 171-185, 2008.

⁹ O termo “colonização” aparece entre aspas pois pode levar a interpretações equivocadas. Diferente do sentido moderno de colônia, como extensão subordinada a uma metrópole, muitas cidades gregas fundadas na Antiguidade eram comunidades autônomas, com organização política própria.

¹⁰ PONTIN, Patrícia. O oráculo de Delfos e a colonização grega: a construção de uma ideologia política. *Interações*, [s. l.], v. 9, n. 17, p. 171-185, 2008. p. 175.

¹¹ PONTIN, Patrícia. O oráculo de Delfos e a colonização grega: a construção de uma ideologia política. *Interações*, [s. l.], v. 9, n. 17, p. 171-185, 2008. p. 171.

oráculo de Delfos, realizada antes da partida dos colonos, ultrapassava a dimensão de um simples ritual; tratava-se, na verdade, de um ato que conferia legitimidade sagrada à nova comunidade, concebida como expressão direta da vontade dos deuses.

Crotona, por estar localizada em uma posição estratégica naquela região, mostra um exemplo claro dessa construção simbólica. Sua relevância pode ser percebida não apenas por meio de elementos mitológicos ou iconográficos, mas também por registros históricos, como o de Heródoto. No Livro III de suas *Histórias*, ele menciona Demócedes, médico nascido em Crotona, cuja reputação foi tamanha que chegou a atuar na corte do rei persa Dario¹². Ao destacá-lo como “crotoniate de nascimento”, Heródoto reforça a imagem da cidade como um centro respeitado e plenamente inserido nas dinâmicas culturais e políticas do mundo grego.

A presença de Crotona nas fontes textuais demonstra que a cidade não ocupava uma posição periférica entre as colônias gregas; ao contrário, afirmava-se como uma pólis de reconhecido prestígio, capaz de mobilizar de forma estratégica e simbólica os repertórios religiosos e mitológicos para consolidar sua proeminência. Sua fundação, guiada pelas instruções do oráculo de Delfos através da voz da Pítia, integrava-se a um sistema simbólico mais abrangente, no qual a autoridade de Apolo, na condição de *archegétēs*¹³, conferia uma legitimação sagrada à nova comunidade. Nesse cenário, a consulta ao oráculo transcendia a função prática de escolha territorial ou de ratificação ceremonial do empreendimento colonizador;

¹² HERÓDOTO. *Histórias*. Tradução de Pierre Henri Larcher. [S. l.]: EbooksBrasil, 2006. Disponível em: <https://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/historiaherodoto.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2025.

¹³ Segundo o glossário do Labeca (<https://labeca.mae.usp.br/pt-br/glossary/>), o vocábulo *arquegueta*, derivado do grego ἀρχηγέτης (*archegétēs*), refere-se àquele que dá início ou estabelece algo. Na cultura grega, esse termo aparece como epíteto de Apolo, evidenciando sua função como fundador e iniciador dentro do contexto mitológico e religioso.

constituía, antes, um ato inaugural de natureza sacral, que instituía a nova pólis sob o signo da vontade divina.

A fundação da cidade, então, encontrou expressão concreta nas primeiras emissões monetárias de Crotona, que traziam gravado o rosto de Apolo e a trípode. Crotona destacou-se como uma das primeiras regiões a iniciar a cunhagem de moedas, datada em 530 a.C., adotando como elementos centrais em seu anverso e reverso a simbologia apolínea e delfica, reforçando, assim, sua ligação com o sagrado e com a autoridade de Apolo¹⁴.

Assim, essa escolha imagética não apenas reafirmava os vínculos com Delfos, mas também projetava, por meio da circulação monetária, uma identidade enraizada na sacralidade do oráculo. Diante de um cenário em que as moedas já excediam seu valor econômico para assumir papéis políticos e religiosos, a repetição de símbolos ligados a Apolo, especialmente a trípode, revela uma estratégia deliberada de consolidação da legitimidade cívica de Crotona.

Desde 530 a.C., o trípode foi escolhido também como emblema da cidade de Crotona, que cunhou a moeda que estamos analisando. O motivo dessa escolha foi a intenção de remeter ao vínculo existente entre Crotona e o famoso santuário, de acordo com o mito de fundação da cidade¹⁵.

A trípode e a voz da Pítia: símbolo da mediação oracular

Antes de assumir um lugar central na prática oracular de Delfos, o tripé já integrava o repertório simbólico do mundo grego como objeto ritual associado aos deuses e aos cultos heroicos. Ainda que a trípode esteja tradicionalmente associada a Apolo, sua imagem carrega múltiplos sentidos,

¹⁴ LAKY, Lilian de Angelo. Crotona e suas conexões religiosas e políticas com Olímpia nos séculos VI, V e IV a.C.: as evidências das imagens monetárias de águias e raios. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 69, n. 1, p. 136-162, 2021.

¹⁵ FRIGERIO, Giulia. *The Myth of the Foundation of the Oracle of Delphi. Apollo and Python. A Literary and Iconographic Analysis*. *Quaderni Borromaii Saggi Studi Proposte*, 2018, p. 32.

que variam entre usos práticos cotidianos e significados profundamente simbólicos ligados à prática oracular. Sobre o objeto, Diodoro afirmava:

E este dispositivo tem três suportes e por isso foi chamado de tripé, e, ouso dizer, todos os tripés de bronze que são construídos até hoje são feitos em imitação deste dispositivo. De que maneira, então, o oráculo foi descoberto e por quais razões o tripé foi concebido, acho que já contei com bastante detalhes¹⁶.

De fato, trata-se de um dos objetos mais emblemáticos no universo délfico, não apenas pela quantidade significativa de exemplares encontrados na região, mas também por sua persistência visual em diversos contextos religiosos. Os tripés, originalmente usados como suporte para caldeirões — tanto em rituais quanto em tarefas domésticas —, passaram a figurar como prêmios votivos e símbolos de consagração. Heródoto relata, por exemplo, que os vencedores dos jogos em honra a Apolo Triópico recebiam tripés de bronze, que deveriam ser consagrados ao deus, como gesto de gratidão e respeito sagrado¹⁷.

Entre suas várias funções, destaca-se aquela que constitui o foco de análise deste estudo e tornou-se símbolo central da paisagem oracular de Delfos: o uso mântico da trípode¹⁸. Trata-se do modelo associado à arte da adivinhação, que servia de assento para a Pítia durante os ritos proféticos.

Diodoro Sículo menciona que foi inventado um dispositivo sobre o qual a sacerdotisa pudesse se sentar com segurança para entrar em transe e transmitir as mensagens divinas: “[...] os primeiros oráculos dados foram por

¹⁶ DIODORUS SICULUS. *Diodorus of Sicily*. Tradução de C. H. Oldfather. Cambridge, Mass.: Harvard University Press; Londres: William Heinemann, 1989. v. 4-8. Disponível em: <http://data.perseus.org/citations/urn:cts:greekLit:tlg0060.tlg001.perseus-eng1:16.26.6>. Acesso em: 20 out. 2025.

¹⁷ HERÓDOTO. *Histórias*. Tradução de Pierre Henri Larcher. [S. l.]: EbooksBrasil, 2006. Disponível em: <https://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/historiaherodoto.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2025.

¹⁸ Segundo Karl Otfried Müller (1825), a trípode desempenhava um papel central no contexto espiritual de Delfos, estando intimamente associado ao culto de Apolo e à prática oracular exercida pelas Pítias, funcionando como símbolo da mediação.

meio da inspiração da Terra; mais tarde, a arte profética foi atribuída a Apolo, que estabeleceu a Pítia como intermediária sentada sobre um trípode”¹⁹.



Figura 2: Moeda de prata, Crotona, ca. 530 a.C. Anverso com trípode central em posição frontal, ladeado por elementos decorativos e legenda KPOTQN (identificação da cidade); reverso com imagem incusa, técnica típica das primeiras emissões monetárias dessa região.

Fonte: © The Trustees of the British Museum

Em outra passagem, Diodoro também afirma “E para ela foi inventado um dispositivo que ela poderia montar com segurança, então se inspirar e dar profecias para aqueles que assim desejassem”²⁰.

A partir disso, a trípode ganha contornos não apenas religiosos, mas também simbólicos, tornando-se suporte da fala feminina no oráculo e elemento visual que, mesmo isoladamente, evoca o ambiente oracular e a mediação profética. A moeda analisada neste artigo, ao estampar o elemento pítico, cria uma composição que reforça a dimensão sacra da fundação de Crotona e sua ligação com Delfos.

Entretanto, ainda sobre a utilização do tripé na simbologia oracular, é possível observar que, em algumas descrições de suas funcionalidades — especialmente na iconografia representada por diferentes moedas —, o objeto não mantém a mesma estrutura da versão cunhada nas moedas de 530 a.C. Nessa emissão mais antiga, o tripé apresenta-se com formato semelhante a um assento ritual. Em outros casos, porém, é representado como

¹⁹ DIODORUS SICULUS. *Diodorus of Sicily*. Tradução de C. H. Oldfather. Cambridge, Mass.: Harvard University Press; Londres: William Heinemann, 1989. v. 4-8.

²⁰ DIODORUS SICULUS. *Diodorus of Sicily*. Tradução de C. H. Oldfather. Cambridge, Mass.: Harvard University Press; London: William Heinemann, 1989. v. 4-8. Disponível em: <http://data.perseus.org/citations/urn:cts:greekLit:tlg0060.tlg001.perseus-eng1:16.26.6>. Acesso em: 20 out. 2025.

um objeto de uso social, cultural ou mesmo doméstico, evidenciando a variedade de significados atribuídos a esse artefato ao longo do tempo.

Além da representação da trípode, outras moedas dessa cunhagem apresentam simbologias que se conectam à mitologia de Delfos e à relação do oráculo com a fundação de Crotônia. Entre esses elementos, destacam-se animais marítimos, que remetem à riqueza natural dos mares da região, assim como o golfinho, símbolo da presença e importância de Apolo nas águas. Esse elemento é demonstrado neste reverso de uma moeda:



Figura 3: Moeda de prata, Crotônia, ca. 500–480 a.C. Anverso com trípode central, ladeado por elementos animalescos, como o caranguejo, e legenda ΦPO, indicando o nome da cidade; reverso com trípode acompanhado de um golfinho à direita.

Fonte: © The Trustees of the British Museum

Portanto, é evidente que essa simbologia demonstra a relevância do papel oracular desempenhado pela Pítia e pelo santuário de Delfos, cuja presença, assentada sobre a trípode, a configurava como mediadora da manifestação divina. Embora esse objeto, tanto em sua dimensão visual quanto ritual, seja tradicionalmente vinculado a Apolo, era a voz da sacerdotisa que ecoava no interior do templo. Era ela quem proferia tais palavras e adivinhações. A imagem desse tripé, assim, não remete unicamente à divindade que inspirava, mas igualmente à mulher que expressava tal inspiração — é nesse entrelaçamento que a materialidade do objeto se torna um símbolo: o assento de bronze sustenta, de modo literal e simbólico, o corpo e a autoridade daquela sacerdotisa.

A ausência da figura da Pítia na iconografia não implica sua irrelevância, ao contrário, é justamente a força simbólica da trípode que

remete à sua atuação. A Pítia, por sua vez, desempenhou um papel decisivo em momentos cruciais da história de diversas pôlis, inclusive em Crotônia. Fontes distintas destacam e associam a trípode a Apolo, mas, nesta interpretação, ele será considerado como símbolo da atividade pítica, representando a Pítia ao receber as profecias do deus. Assim, o objeto representado no moedas crotônias revela-se como uma imagem condensada de um rito sagrado, feminino e dotado de poder legitimador.

Legitimação social feminina: a mulher que falava por Apolo

Falar da prática oracular e de toda a atmosfera que a envolve é indispensável para refletir sobre a figura emblemática da mulher que lhe dava voz. Em primeiro plano, é importante ressaltar que essa mulher, no contexto em que estava inserida, não se limitava apenas aos rituais religiosos — ela atravessava questões sociais e políticas na organização das pôlis gregas. O mundo externo voltava-se para ela, buscando o conhecimento que ecoava por meio de sua voz.

Considerando que, em uma sociedade na qual a voz feminina no espaço público era parcialmente limitada, a presença da Pítia não apenas se fazia ouvir, mas determinava pontos cruciais em nome de Apolo²¹. É exatamente essa questão que instiga e interessa neste estudo — a compreensão da legitimidade social atribuída a essa mulher no exercício da profecia e de como sua palavra, ainda que atribuída ao deus, operava como forma de validação política e religiosa dentro da sociedade grega.

A atuação da Pítia no oráculo de Delfos ultrapassava o cenário profético já conhecido por todos, configurando-se como um ritual elaborado que a posicionava no centro das decisões sociais e políticas do mundo grego antigo. Conforme relata Diodoro Sículo, com a passagem da autoridade

²¹ “A voz profética de maior autoridade da Grécia antiga era a voz feminina da Pítia” (GIORDANO, Cristiano. *Antropologia do mundo antigo: mitologia e sociedade na Grécia clássica*. São Paulo: Odysseus, 2000, p. 383).

profética das antigas divindades ctônicas para Apolo, instituiu-se a figura da sacerdotisa como mediadora oficial da vontade divina: “[...] os primeiros oráculos foram dados sob a inspiração da Terra; mais tarde, a arte profética foi confiada a Apolo, que estabeleceu a Pítia como intermediária, sentada sobre um trípode”²².

De acordo com Plutarco, as Pítias transmitiam as respostas do deus diretamente, em estado de transe e em forma de versos, sem a intervenção de sacerdotes²³. Essa voz feminina, ao canalizar as palavras de Apolo, detinha o poder de influenciar não apenas destinos individuais, mas também os rumos coletivos da pólis, como exemplifica Heródoto ao narrar a consulta feita por Creso antes de empreender sua campanha militar²⁴.

Conforme analisa Violaine Sebillotte-Cuchet²⁵, o gênero, na Grécia clássica, operava como um elemento variável que se manifestava de modos distintos segundo os contextos sociais e rituais. As mulheres, ainda que ausentes das esferas deliberativas formais, participavam ativamente das práticas cívicas por meio de funções religiosas e simbólicas que reforçavam a coesão da pólis. Nesse sentido, a Pítia encarna uma forma de cidadania espiritual, cuja autoridade profética legitima-se não pela presença política direta, mas pela capacidade de representar a voz divina em nome da comunidade. Sua palavra, autorizada pelo próprio Apolo, adquire legitimidade coletiva, revelando que a religiosidade também operava como um campo de mediação entre gênero e poder.

²² DIODORUS SICULUS. *Diodorus of Sicily*. Tradução de C. H. Oldfather. Cambridge, Mass.: Harvard University Press; Londres: William Heinemann, 1989. v. 4-8. Disponível em: <http://data.perseus.org/citations/urn:cts:greekLit:tlg0060.tlg001.perseus-eng1:16.26.6>. Acesso em: 20 out. 2025.

²³ PLUTARCO. *Moralia*. Trad. e ed. variáveis conforme a versão utilizada. In: PLUTARCH. *Moralia*, vol. IX. Cambridge, MA: Harvard University Press; London: William Heinemann, 1936. (Loeb Classical Library, 396A).

²⁴ HERÓDOTO. *Histórias*. Tradução de Pierre Henri Larcher. [S. I.]: EbooksBrasil, 2006. Disponível em: <https://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/historiaherodoto.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2025.

²⁵ SEBILLOTTE-CUCHET, Violaine. Cidadãos e cidadãs na cidade grega clássica: onde atua o gênero? *Tempo*, [s. I.], v. 21, n. 38, p. 285-303, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/tem-1980-542x2015v213805>. Acesso em: 20 out. 2025.

A prática “ritualística”²⁶ que envolve a Pítia consistia em um estado de transe, compreendido pelos gregos como um momento no qual a identidade da mulher era temporariamente suspensa, permitindo-a que fosse diretamente atribuída ao deus Apolo. Nesse sentido, Quinton Deeley²⁷ observa que “a principal característica da possessão é a substituição aparente da identidade usual de um indivíduo por outra personalidade — seja um deus, demônio, espírito ou ancestral — que passa a se manifestar através dela”. No caso específico da Pítia, reconhecia-se o próprio Apolo como o agente que era posto em atividade, sendo o ritual concebido para canalizar a vontade divina por meio dessa mulher.

A figura social dessa mulher carregava implicações importantes no mundo antigo, desde o processo de escolha até a tomada de posse do trono délfico. Embora diferentes fontes e literaturas indiquem divergências sobre qual seria o perfil ideal da sacerdotisa ao longo do tempo, em geral, ela era escolhida entre mulheres livres, naturais de Delfos e de reputação íntegra. Porém, segundo Plutarco, um acontecimento trágico interrompeu essa forma de admissão da sacerdotisa:

Antigamente, as Pítias eram escolhidas entre jovens virgens, mas depois de um episódio de violência cometido contra uma delas por um consulente, decidiu-se que as sacerdotisas seriam mulheres mais velhas, de vida irrepreensível, pertencentes à comunidade de Delfos²⁸.

É a partir dessa descrição de violência que propomos, de modo analítico, uma reflexão sobre como essa figura tão importante se conecta aos

²⁶ O uso de aspas em “ritualística” indica uma precaução conceitual, já que, como aponta Ullucci (2012), a noção de “ritual” carrega implicações modernas que tendem a reduzir ou distorcer a complexidade das práticas religiosas na Antiguidade, que, na verdade, devem ser entendidas como processos sociais localizados e ritualizações específicas de cada contexto cultural.

²⁷ DEELEY, Quinton. *The Pythia at Delphi: a cognitive reconstruction of oracular possession*. [S. l.: s. n.], 2019. p. 227.

²⁸ PLUTARCO. *Moralia*. Trad. e ed. variáveis conforme a versão utilizada. In: PLUTARCH. *Moralia*, vol. IX. Cambridge, MA: Harvard University Press; London: William Heinemann, 1936. (Loeb Classical Library, 396A).

discursos e debates acerca do impacto social de uma cultura patriarcal, que caminha lado a lado com a existência feminina na sociedade.

A partir de uma análise interpretativa ancorada nos estudos de gênero, o oráculo de Delfos e a atuação da Pítia podem ser compreendidos como parte de uma complexa rede de significados simbólicos e sociais que ultrapassam a dimensão puramente religiosa. A composição do ritual, que envolve a trípode, a fumaça, o transe e o próprio corpo da Pítia, configurava-se como uma performance social carregada de simbolismo, na qual a agência feminina, embora delimitada, não se via anulada. Ao contrário, tornava-se ponto de convergência para reflexões sobre a legitimidade no imaginário helênico.

Com base na perspectiva foucaultiana, tanto a prática oracular quanto a atuação da Pítia podem ser entendidas como dispositivos que articulam poder e saber. Nesse sentido, Foucault²⁹ argumenta que as sociedades estabelecem regimes discursivos que definem quem tem legitimidade para falar, o que pode ser dito e em quais contextos. Dentro desse quadro, mesmo em uma cultura marcada por severas restrições à expressão pública feminina, a Pítia ocupava uma posição paradoxal: ao mesmo tempo sujeita e meio de manifestação do discurso divino. Sua voz, embora oficialmente atribuída a Apolo, tinha o poder de influenciar decisões políticas e moldar convenções sociais, evidenciando como certos espaços de atuação feminina, mesmo rigidamente vigiados e subordinados, podiam operar como instâncias de autoridade simbólica.

Essa tensão é cuidadosamente discutida por Mary Beard³⁰, ao analisar os mecanismos de construção da autoridade feminina na Antiguidade. A autora observa que, quando às mulheres era permitido falar em público, isso se dava sob condições específicas: ou mediadas pela voz divina ou relegadas à margem do discurso legítimo.

²⁹ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso (L'Ordre du Discours)*. Paris: Gallimard, 1971.

³⁰ BEARD, Mary. *Mulheres e poder: um manifesto*. São Paulo: Planeta, 2018.

A figura da Pítia ilustra exemplarmente essa negociação delicada, cuja voz era, simultaneamente, celebrada e controlada, exaltada e regulamentada. A leitura desse papel social evidencia de que maneira a cultura material, os relatos literários e a performance ritual se articularam para legitimar e, ao mesmo tempo, limitar a autoridade feminina no imaginário helênico.

Conclusões finais

A permanência da Pítia como intermediária oficial do oráculo, mesmo após a apropriação do santuário de Delfos por Apolo e o fortalecimento das estruturas patriarcais nas pôlis gregas, revela não apenas a resiliência e a continuidade das tradições religiosas helênicas, mas também as tensões persistentes entre o domínio masculino e a legitimação simbólica da palavra feminina. Ainda que a mensagem proferida pela sacerdotisa fosse atribuída à divindade, era, na prática, por meio do corpo e da voz de uma mulher que os desígnios divinos se materializavam, conferindo a ela um espaço de autoridade pública praticamente exclusivo em uma sociedade que restringia severamente a participação das mulheres.

Nesse contexto, a posição ocupada pela Pítia revela uma ambiguidade significativa. Ao mesmo tempo que se constituía como instrumento da vontade de Apolo, era também agente indispensável para a prática oracular, transitando por esferas simbólicas e políticas das quais as demais mulheres permaneciam excluídas. Sua atuação ultrapassava os limites do religioso, desempenhando um papel decisivo nas esferas social, política e cultural das pôlis gregas e de suas colônias. Assim, a Pítia não era apenas uma intermediária, mas encarnava uma instância de poder ritual e simbólico cuja importância social é incontornável para a compreensão das dinâmicas de gênero e das formas de legitimação da autoridade feminina na Antiguidade.

Por fim, este trabalho buscou demonstrar como a iconografia monetária de Crotônia, ao representar a trípode, reforçava essa conexão sagrada com

Delfos e com a atividade da Pítia, perpetuando não apenas uma memória religiosa, mas também uma afirmação social da mulher no imaginário simbólico grego. A leitura da cultura material e das fontes textuais, a partir das perspectivas dos estudos de gênero, permite, portanto, resgatar dimensões sociais frequentemente silenciadas, reposicionando a Pítia como protagonista essencial no universo religioso e político do mundo helênico.

Referências

Autores antigos

DIODORUS SICULUS. *Diodorus of Sicily*. Tradução de C. H. Oldfather. Cambridge, Mass.: Harvard University Press; Londres: William Heinemann, 1989.

ÉSQUILO. *Oresteia: Agamêmnon, Coéforas, Eumênia*. Tradução, introdução e notas de Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

EURÍPIDES. *Ifigênia entre os Tauros*. Tradução de Jaime Bruna. São Paulo: Escala, 2007.

HERÓDOTO. *Histórias*. Tradução de Pierre Henri Larcher. [S. l.]: EbooksBrasil, 2006. Disponível em: <https://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/historiaherodoto.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2025.

Documentação numismática

BRITISH MUSEUM. Coleção Numismática: Crotone. Disponível em: <https://www.britishmuseum.org/collection/search?place=Crotone%20%28town%29>. Acesso em: 20 out. 2025.

Referências bibliográficas

BEARD, Mary. *Mulheres e poder: um manifesto*. São Paulo: Planeta, 2018.

CABRAL, Luiz Alberto Machado. *Hino Homérico a Apolo*. Campinas: Editora UNICAMP, 2004.

DA SILVA, Amós Côelho. *A adivinha de Esaú e Jacó*. Principia, Rio de Janeiro, n. 21, p. 27-37, 2010.

DEELEY, Quinton. *The Pythia at Delphi: a cognitive reconstruction of oracular possession.* [S. l.: s. n.], 2019.

FRIGERIO, Giulia. *The Myth of the Foundation of the Oracle of Delphi. Apollo and Python. A Literary and Iconographic Analysis.* Quaderni Borromaii Saggi Studi Proposte, 2018. p. 32.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso (L'Ordre du Discours).* Paris: Gallimard, 1971.

GIORDANO, Cristiano. *Antropologia do mundo antigo: mitologia e sociedade na Grécia clássica.* São Paulo: Odysseus, 2000.

LAKY, Lilian de Angelo. Crotona e suas conexões religiosas e políticas com Olímpia nos séculos VI, V e IV a.C.: as evidências das imagens monetárias de águias e raios. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 69, n. 1, p. 136-162, 2021.

MÜLLER, Karl Otfried. *Sobre os tripés.* *Amalthea*, [s. l.], v. 3, 1825.

PONTIN, Patrícia. *O oráculo de Delfos e a colonização grega: a construção de uma ideologia política.* *Interações*, [s. l.], v. 9, n. 17, p. 171-185, 2008.

SEBILLOTTE-CUCHET, Violaine. Cidadãos e cidadãs na cidade grega clássica: onde atua o gênero? *Tempo*, [s. l.], v. 21, n. 38, p. 285-303, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/tem-1980-542x2015v213805>. Acesso em: 20 out. 2025.

ULLUCCI, Daniel. *Sacrifice in the ancient mediterranean: recent and current research.* *Religious Compass*, [s. l.], v. 6, n. 8, p. 310-322, 2012.

POR UMA HISTÓRIA GLOBAL DO POPULISMO: UMA OPÇÃO VIÁVEL?

Roberto Junio Martinasso Ribeiro¹

Resumo: A manifestação de eventos políticos ou sociais que tenham abrangência global exige dos estudiosos um esforço adicional para identificar singularidades e semelhanças entre si. Para os historiadores, essa tarefa se torna ainda mais relevante à medida que se buscam atribuições conceituais aos acontecimentos, com o objetivo de compreendê-los de maneira mais profunda. Dividido em três partes, este artigo aborda a problemática das possibilidades de se escrever uma história global do populismo. Com base em parte da bibliografia pertinente, e sem desconsiderar as distintas perspectivas e abordagens, este texto busca contribuir com novas reflexões sobre o populismo enquanto fenômeno de alcance global. O texto inicia-se com uma breve síntese do debate sobre a história global, apresentando as possíveis frentes dessa abordagem. Em seguida, o populismo é examinado sob uma ótica historiográfica, com ênfase para abordagens a partir de diferentes contextos históricos e escalas de análise. Por fim, as considerações finais sintetizam as principais ideias no sentido de uma construção de uma história global dos movimentos populistas.

Palavras-chave: Conceito; Populismo; História Global.

FOR A GLOBAL HISTORY OF POPULISM: A VIABLE OPTION?

Abstract: The manifestation of political or social events with global scope requires scholars to make an additional effort to identify both their singularities and similarities. For historians, this task becomes even more relevant as conceptual attributions are sought in order to achieve a deeper understanding of such phenomena. Divided into three sections, this article addresses the question of whether it is possible to write a global history of populism. Drawing on part of the pertinent bibliography, and without disregarding distinct perspectives and approaches, the text aims to contribute new reflections on populism as a phenomenon of global reach. It begins with a brief synthesis of the debate on global history, presenting the possible directions of this approach. Next, populism is examined from a historiographical perspective, with emphasis on analyses grounded in different historical contexts and scales. Finally, the concluding remarks synthesize the main ideas in the direction of constructing a global history of populist movements.

Keywords: Concept; Populism; Global history.

¹ Graduado em História pela Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, Pós-graduado em “Especialização em História do Brasil pelo Centro de Educação Aberta e a Distância da Universidade Federal do Piauí e Mestrando no Programa de Pós-graduação em História na Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6733806606087079>. E-mail: martinasso.roberto@unifesp.br.

Apresentação

Como ponto de partida para este trabalho, considero de antemão seu problema central: seria possível escrever uma história global do populismo?

Abordagens macro-históricas têm ganhado fôlego entre os historiadores nas primeiras décadas do século XXI. Com especial atenção à História Global, essa vertente tem se demonstrado como caminho viável na construção de uma historiografia que rompa cada vez mais com abordagens marcadamente forjadas em nacionalismos metodológicos.

De outra maneira, atualmente, o conceito de populismo é caracterizado pelos meios de comunicação neoliberais como um termo desqualificativo, usado de forma indiscriminada para rotular políticos de direita e esquerda que adotem medidas ou comportamentos que são identificados como de forte apelo popular ou que não atendam à agenda neoliberal². Tal compreensão promove, além do esvaziamento do conceito, sua vulgarização³. Outro debate importante parte dos intelectuais do campo da história. Alguns deles têm rejeitado a percepção de populismo por considerarem promotora de uma noção que obscurece a compreensão da relação entre Estado e massas, sintetizada por meio de ideias como manipulação e cooptação⁴.

Doravante a globalidade alcançada pelo populismo enquanto conceito e categoria explicativa de fenômenos globais, almejo aprofundar a problemática inicial e acender o debate realizando uma revisão bibliográfica e considerando diferentes interpretações acerca da História Global e do

² Considerando apenas os agentes contemporâneos, e a título de exemplo, políticos contemporâneos como Luiz Inácio Lula da Silva, Jair Messias Bolsonaro, Javier Milei, Nicolás Maduro e Donald Trump, entre outros, são frequentemente descritos como agentes populistas em grandes veículos de mídia.

³ PEREIRA NETO, Murilo Leal. *Conclusão. O voto e a vida: democracia, populismo e comunismo nas eleições de 1954 e 1962 em São Paulo*. 3. ed. São Paulo: Alameda, 2023, p. 629-630.

⁴ DUARTE, Adriano; FONTE, Paulo. O populismo visto da periferia: Adhemarismo e Janismo nos Bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953). *Cadernos AEL*, Campinas, v. 11, p. 83-125, 2004. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2534>. Acesso em: 27 set. 2025.

Populismo, sem, no entanto, apresentar uma resposta definitiva acerca da possibilidade da escrita de uma história global do populismo, dado o objetivo e a extensão deste trabalho⁵. Dividido em três momentos, a primeira parte volta-se à compreensão do que os historiadores consideram como a História Global e suas ramificações, apresentando o atual estado da arte. Em seguida, apresento o populismo como conceito e fenômeno histórico. Realizada essa etapa, o problema inicial será retomado e aprofundado a partir de uma perspectiva historiográfica. Por fim, e não menos importante, apresento as considerações finais, buscando responder à questão inicialmente proposta.

História global

Como destacado anteriormente, as abordagens macro-históricas têm ganhado fôlego renovado entre os historiadores nas primeiras décadas do século XXI. Apesar de não contar com uma definição unânime entre os estudiosos, segundo João Júlio Gomes dos Santos e Monique Sochaczewski, a História Global conta com “características claras, sobretudo a ideia de pensar a história para além das fronteiras nacionais e também a necessidade de ‘provincializar’ o Ocidente”⁶.

No livro *O que é história global?*, Sebastian Conrad⁷ busca responder, em dez capítulos, o que considera como essa vertente da historiografia contemporânea. Na obra, Conrad não somente identifica abordagens de diferentes temporalidades e espacialidades, como também demonstra questões metodológicas relacionadas à constituição das histórias globais. No primeiro capítulo, o autor destaque que:

⁵ Este trabalho foi elaborado como parte dos critérios de avaliação da disciplina Populismo e Neopopulismo no Brasil e na América Latina: História e Debate, ministrada pelo Prof. Dr. Murilo Leal Pereira Neto, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), no segundo semestre de 2024.

⁶ SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos; SOCHACZEWSKI, Monique. História global: um empreendimento intelectual em curso. *Tempo*, Niterói, v. 23, n. 3, set./dez. 2017. p. 483.

⁷ CONRAD, Sebastian. *O que é história global?* Tradução de Teresa Furtado e Bernardo Cruz. Lisboa: Edições 70, 2019.

Uma definição preliminar e bastante *lata* de história global pode ser formulada da seguinte maneira: é uma forma de análise histórica que situa os fenômenos, os eventos e os processos em contextos globais. No entanto, não existe um consenso sobre o caminho que se deve percorrer para atingir tal resultado⁸.

Apropriando-se da definição de Conrad, que define História Global a partir da noção de integração de estruturas tecnológicas, imperiais, econômicas, culturais e biológicas⁹, deduziu-se que o populismo encontra correspondências em diferentes realidades históricas, e por isso pode ser analisado a partir de uma perspectiva global. Essa questão retornará de forma mais aprofundada na conclusão do artigo.

Novamente segundo Santos e Sochaczewski, uma das chaves interpretativas pode ser verificada pela perspectiva dos 4Cs (conectar, comparar, conceituar e contextualizar), apresentada pelo autor argentino Diego Olstein no livro *Thinking history globally*, de 2015¹⁰. Em sua obra, Olstein analisa o governo de Juan Domingo Perón (1946-1955) a partir do exercício dos 4Cs, inserindo assim o populismo numa escala muito mais ampla e extrapolando as marcas metodológicas estritamente nacionais desse evento.

Exemplificando a proposta de Olstein, Santos e Sochaczewski indicam que a conexão dar-se-ia com a Inglaterra, pois apresentaria uma crise que comprometeria a relação com a aristocracia argentina, sublevando setores nacionalistas e indústrias argentinas. Já a comparação poderia se dar com qualquer líder autoritário contemporâneo a Perón, como seriam os casos de Getúlio Vargas, no Brasil, e Gamal Abdel Nasser, no Egito, líderes de regimes autoritários com amplo apoio social e que chegaram ao poder por meios democráticos. A conceitualização, por sua vez, partiria da ideia de civilização

⁸ CONRAD, Sebastian. *O que é história global?*. Tradução de Teresa Furtado e Bernardo Cruz. Lisboa: Edições 70, 2019. p. 16.

⁹ SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos; SOCHACZEWSKI, Monique. História global: um empreendimento intelectual em curso. *Tempo*, Niterói, v. 23, n. 3, set./dez. 2017.

¹⁰ SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos; SOCHACZEWSKI, Monique. História global: um empreendimento intelectual em curso. *Tempo*, Niterói, v. 23, n. 3, set./dez. 2017.

latino-americana, em que um líder carismático, com amplo apoio popular, atuaria de forma intervencionista em setores como a economia, por exemplo. Por fim, no que concerne à contextualização, o mundo assistia, nesse momento, à ascensão global de partidos mais comprometidos com os mercados locais, na esteira do mundo pós-Segunda Guerra Mundial, de declínio da Grã-Bretanha e ascensão da URSS¹¹.

Dessa breve revisão acerca da História Global, percebe-se que essa perspectiva mostra-se especialmente relevante para a compreensão e contextualização do(s) populismo(s). Em vez de se limitar a rotular governos ou governantes de forma superficial, a História Global oferece uma abordagem mais ampla ao conceito de populismo, capaz de ultrapassar as restrições do nacionalismo metodológico e abrir novos horizontes interpretativos para este que é uma chave interpretativa e um fenômeno histórico descrito globalmente.

Populismo(s)

Discutidos brevemente os parâmetros que norteiam a História Global, vejamos as principais considerações de autores que se debruçaram acerca do populismo enquanto conceito e fenômeno histórico.

Segundo Murilo Leal Pereira Neto, os conceitos históricos são “categorias ou conceitos próprios para a investigação de processo, ao escrutínio dos ‘fatos’ que no momento mesmo da interrogação, modificam sua forma”¹². Baseando-se na compreensão de Reinhart Koselleck, Otávio Erbereli Júnior evidencia que conceitos históricos devem ser compreendidos desde sua abordagem inicial como expressões polissêmicas, sendo portadores de variados sentidos e significados. Ainda segundo Erbereli Júnior,

¹¹ SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos; SOCHACZEWSKI, Monique. História global: um empreendimento intelectual em curso. *Tempo*, Niterói, v. 23, n. 3, set./dez. 2017.

¹² PEREIRA NETO, Murilo Leal. *Conclusão. O voto e a vida: democracia, populismo e comunismo nas eleições de 1954 e 1962 em São Paulo*. 3. ed. São Paulo: Alameda, 2023, p. 638.

essa diversidade interessa aos historiadores na medida em que apresenta uma diversidade histórica, sendo necessário considerar o conceito a partir do tempo e espaço em que se encontra inserido¹³.

Nesse sentido, e tomando como referência Leonardo Segura Moraes e Pedro Dutra Cesar Fonseca, o populismo, enquanto conceito histórico, possibilita a análise de fenômenos “político-econômicos ou movimentos sociais complexos e historicamente distintos” que, “embora aparentemente diferentes, possuem em comum uma união dialética entre teoria e prática (práxis) política binária centrada no conflito”¹⁴. Ainda segundo os autores:

Abstraindo suas especificidades particulares, o fato é que emergem como expressão concreta do acirramento do conflito social em cada uma dessas formações sociais, e, também, constituem movimentos populares com aspirações nacionalistas e antielitistas¹⁵.

Localizado na órbita das disputas, o conceito de populismo, especialmente quando apropriado à análise da política brasileira entre as décadas de 1930 e 1964, torna-se central. Sua historicidade revela que a apropriação do termo não ocorreu pelos agentes do período que ele caracteriza, mas foi posteriormente adotada por diferentes gerações de estudiosos. Discorrendo acerca dessa historicidade, Jorge Ferreira, em “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”¹⁶, apresenta a evolução histórica do populismo enquanto categoria explicativa. Sem pretender ser

¹³ ERBERELI JÚNIOR, Otávio. Do populismo “clássico” ao neopopulismo: trajetória e crítica de um conceito. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Dourados, v. 7, n. 13, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/2518>. Acesso em: 27 set. 2025.

¹⁴ MORAES, Leonardo Segura; FONSECA, Pedro Dutra Cesar. Populismo como conceito: teoria e história das interpretações. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 28, p. 1-31, 2024. p. 6. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/K9CjPP4nSTgP8xWFXCFkMtq/?lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2025.

¹⁵ MORAES, Leonardo Segura; FONSECA, Pedro Dutra Cesar. Populismo como conceito: teoria e história das interpretações. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 28, p. 1-31, 2024. p. 7-8. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/K9CjPP4nSTgP8xWFXCFkMtq/?lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2025.

¹⁶ FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 59-124.

repetitivo quanto às ideias do autor, destaco seus principais argumentos em concordância com autores contemporâneos, na tentativa de compreender o próprio conceito aqui em discussão.

Ferreira inicia sua argumentação destacando o chamado “populismo de primeira geração”. Segundo o autor, os primeiros intelectuais, inspirados pelas interpretações do Grupo de Itatiaia e pela perspectiva sociológica, fundamentados na teoria da modernização¹⁷, compreenderam, na década de 1950, o populismo como um fenômeno caracterizado pela cooptação e manipulação das massas¹⁸.

Antes de prosseguirmos na análise dos argumentos aventados por Ferreira, cabe contextualizar a primeira geração, mencionando a análise clássica de Hélio Jaguaribe acerca do populismo. Advogado e sociólogo carioca, Jaguaribe discute a questão do populismo no texto “O que é o Ademarismo?”¹⁹, considerando o governo do ex-governador paulista Ademar de Barros.

Para Jaguaribe, o populismo se constituiu graças a três importantes elementos. Inicialmente, o populismo teria frutificado graças ao processo de massificação das classes operárias nos ambientes urbanos, sem necessariamente desenvolverem uma consciência de classe. O segundo elemento estaria vinculado à derrocada da classe dirigente, transformada em

¹⁷ A teoria da modernização, segundo Jorge Ferreira (2001, p. 63), sustenta que a América Latina teria assistido a uma inserção no mundo moderno fora dos padrões clássicos da democracia liberal europeia. A América Latina teria passado, assim, de uma sociedade tradicional, baseada fundamentalmente em aristocracias rurais, para sociedades altamente urbanizadas e industrializadas, mobilizando, dessa maneira, massas populares em êxodo dos campos para as cidades, e na luta por participação política e social. A resolução para essa massa mobilizada, ainda segundo Ferreira, seria dada por meio de “golpes militares ou com ‘revoluções nacionais-populares’, sendo que as últimas, sobretudo seus resultados, foram nomeadas de populismo”.

¹⁸ FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 59-124.

¹⁹ JAGUARIBE, Helio. O que é Ademarismo?. In: SCHWARTZMAN, Simon (org.). *O pensamento nacionalista e os “Cadernos de Nossa Tempor*”. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Câmara dos Deputados, 1981, p. 21-28. (Coleção “Biblioteca do Pensamento Político Republicano”, v. 6).

classe dominante e descaracterizada dos valores e estilos de vida informadores da conduta média da comunidade. Por fim, o terceiro elemento centrava-se no líder populista, figura carregada do aparato de apelo às massas e apto a mobilizá-las politicamente para a conquista do poder. Essa figura seria essencial em sociedades que foram massificadas, tanto pela mobilização dos estratos proletarizados quanto pela dos estratos superiores²⁰.

Analisando especificamente o caso brasileiro, Jaguaribe pontua que o populismo teria se formado seguindo o padrão descrito anteriormente, no qual o processo de massificação não foi acompanhado de formação de consciência e organização de classe pelo proletariado brasileiro. Essa condição, segundo o autor, deu-se em decorrência da recente formação de um exército de mão de obra recrutado nos meios rurais, gestada em um contexto de cessamento do acesso aos produtos industrializados no imediato início da Segunda Guerra Mundial em 1939²¹. Essa falta de conscientização, segundo o autor, teria implicado a prevalência do Estado frente às concessões de interesse de classe, como se verifica por meio das relações trabalhistas:

Assim é que a legislação trabalhista, em lugar de resultar das reivindicações operárias, foi promulgada de cima para baixo pelo Estado, nos períodos em que este foi dirigido por representantes da classe média que haviam conquistado o poder revolucionariamente. E ainda hoje, decorridos mais de vinte anos desde a Revolução de 30, a sindicalização salvo no Estado de São Paulo e, até certo ponto, no Distrito Federal, não é um movimento espontâneo do operariado, mas o produto de uma política governamental²².

²⁰ JAGUARIBE, Helio. O que é Ademarismo?. In: SCHWARTZMAN, Simon (org.). *O pensamento nacionalista e os “Cadernos de Nossa Tempo”*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Câmara dos Deputados, 1981, p. 21-28. (Coleção “Biblioteca do Pensamento Político Republicano”, v. 6).

²¹ JAGUARIBE, Helio. O que é Ademarismo?. In: SCHWARTZMAN, Simon (org.). *O pensamento nacionalista e os “Cadernos de Nossa Tempo”*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Câmara dos Deputados, 1981, p. 21-28. (Coleção “Biblioteca do Pensamento Político Republicano”, v. 6).

²² JAGUARIBE, Helio. O que é Ademarismo?. In: SCHWARTZMAN, Simon (org.). *O pensamento nacionalista e os “Cadernos de Nossa Tempo”*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Câmara dos Deputados, 1981, p. 21-28. (Coleção “Biblioteca do Pensamento Político Republicano”, v. 6).

Retomando a argumentação de Jorge Ferreira, o chamado “populismo de segunda geração”, fundamentalmente vinculado às correntes marxistas e pouco crítico à primeira geração, teria se estruturado a partir do binômio repressão-propaganda, teoria do controle social e enfoque totalitário. Para o autor, essa segunda geração consolidou uma interpretação em que a classe trabalhadora surgia representada como vítima da opressão estatal, em uma relação desprovida de interações e interlocuções entre as partes, marcada profundamente pela

[...] dominação ideológica, em alguns casos psicológica, teriam tido a capacidade de manipular, por meio de imagens e representações, as emoções e a sensibilidade das pessoas, dominando, inclusive, as suas mentes²³.

Ferreira observa que, em menor escala, os historiadores culturais, especialmente a partir da década de 1980, contribuíram para a compreensão da relação entre a chamada História Cultural e o trabalhismo dos “anos populistas”. Essa abordagem, influenciada por autores como Carlo Ginzburg, Roger Chartier, Peter Burke, Edward Palmer Thompson, entre outros, questionava a noção de hierarquia cultural, evidenciando as formas pelas quais as classes populares podiam atuar e construir estratégias diante de sua própria realidade social.

Por este enfoque, os trabalhadores, “ao viverem sua própria história”, deixam de ser considerados simples objeto de regulamentação estatal! O próprio projeto trabalhista, para ser compreendido e aceito, não pode ignorar o patrimônio simbólico presente na cultura política popular. O sucesso do trabalhismo, portanto, não foi arbitrário, e muito menos imposto pela propaganda política e pela máquina policial²⁴.

²³ FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 93.

²⁴ FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 102.

No mesmo sentido, Daniel Aarão Reis, no artigo “Estado e trabalhadores: o populismo em questão”, ressalta a relevância de trabalhos como os do historiador inglês Thompson, citado anteriormente, para a formulação de uma nova perspectiva acerca do fenômeno populista. Em contraste com as interpretações das primeiras gerações, que compreendiam o populismo primordialmente como resultado da manipulação das massas trabalhadoras, os pesquisadores influenciados pela leitura thompsoniana passaram a sustentar que “a partir de 1945, a grande maioria das classes trabalhadoras participam, ativa e conscientemente, da construção do projeto nacional-estatista”²⁵.

Por fim, Ferreira salienta o que considera como o “colapso do populismo”. Para o autor, ao final da década de 1990, tornou-se possível afirmar que “aqueles que recusaram as abordagens que privilegiam a manipulação e a tutela estatal dos trabalhadores após 1930 deixaram de ser vozes isoladas”²⁶. Diversos autores, entre eles Angela Maria de Castro Gomes, com seu trabalho “A invenção do trabalhismo”, de 1988, passaram a desacreditar às premissas do populismo na política brasileira, definidas pelas duas gerações anteriores como chave interpretativa para os anos de 1930 e 1964.

Concordando com Ferreira quanto à derrocada do pensamento populista clássico, Reis, amparado nos mesmos estudos Gomes, citado anteriormente, salienta que “parte da classe trabalhadora viu com simpatia, quando não participou ativa e conscientemente do processo de construção desses projetos”²⁷. Sustentando sua argumentação, o autor elenca dois pontos fundamentais para compreender a adoção consciente por parte dos

²⁵ REIS, Daniel Aarão. Estado e trabalhadores: o populismo em questão. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, 2011. p. 95-96.

²⁶ FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 107.

²⁷ REIS, Daniel Aarão. Estado e trabalhadores: o populismo em questão. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, 2011. p. 94-95.

trabalhadores do projeto varguista. Em primeiro lugar, Vargas conseguiu retornar ao poder por via democrática em 1950. Em segundo lugar, após seu suicídio, a população mostra-se visivelmente sensibilizada pela morte do ex-líder, rendendo mobilizações em sua homenagem²⁸. Assim, o populismo passou a desfrutar de cada vez menos prestígio entre os acadêmicos. Diante disso, o autor afirma que:

Para concluir eu diria que o conceito de populismo é incapaz, a meu ver, de compreender o processo histórico brasileiro e só contribui, no melhor dos casos, para a perpetuação da ignorância, ou no pior, para articulação das forças mais obscuras e reacionárias que esse país já conheceu²⁹.

Coincidemente, à medida que o conceito perdia relevância acadêmica, assistiu-se ao seu esvaziamento no senso comum, decorrente, sobretudo, de sua vulgarização enquanto categoria aplicada de forma indiscriminada a fenômenos e personagens políticos. Segundo Neto, as interpretações acerca do populismo tornaram-se uma “polêmica planetária ou, pelo menos, intercontinental, envolvendo autores latino-americanos, norte-americanos e europeus”³⁰. Refletir acerca da possibilidade de se escrever uma história global do populismo perpassa, nesse sentido, por compreender diferentes camadas em que o populismo se apresentou ou se apresenta, buscando, assim, um esclarecimento possível para a questão inicial.

Partindo de uma perspectiva local, Adriano Duarte e Paulo Fonte³¹ consideram o conceito de populismo para entender o fenômeno político

²⁸ REIS, Daniel Aarão. Estado e trabalhadores: o populismo em questão. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, 2011.

²⁹ REIS, Daniel Aarão. Estado e trabalhadores: o populismo em questão. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, 2011. p. 108.

³⁰ PEREIRA NETO, Murilo Leal. Conclusão. *O voto e a vida: democracia, populismo e comunismo nas eleições de 1954 e 1962 em São Paulo*. 3. ed. São Paulo: Alameda, 2023. p. 629-630.

³¹ DUARTE, Adriano; FONTE, Paulo. O populismo visto da periferia: Adhemarismo e Janismo nos Bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953). *Cadernos AEL*, Campinas, v. 11, p. 83-125.

ocorrido na metade do século XX na cidade de São Paulo. Considerando dois personagens centrais desse período, tendo sido um deles citado anteriormente, Adhemar de Barros e Jânio Quadros, assim como organizações de bairros e a participação popular envolvida em suas agendas, os autores defendem que o populismo pode ser um conceito importante não somente para compreender as políticas desenvolvidas por esses atores, mas também o protagonismo da classe trabalhadora no agenciamento de suas demandas. Seria, assim, pela mediação dos diferentes interesses entre classes dirigentes e populares que o populismo se operacionalizou. Segundo os autores:

De modo que, em vez de tomá-lo como um fenômeno imposto de fora para dentro da classe, ou como uma ideologia, que implicaria a manipulação externa, ambos modos insatisfatórios de operar com conceitos históricos, parece adequado compreendê-lo como um sistema político. Ou seja, uma conjugação complexa e sofisticada de interesses e disputas entre atores desiguais, mas não prescinde da reciprocidade e da negociação, na qual as classes populares estiveram presentes de forma decisiva³².

A compreensão de Francisco Weffort acerca do populismo, muito alinhada à primeira geração analisada por Ferreira e descrita anteriormente, vê esse fenômeno político como algo exclusivo da América Latina e do século XX. Segundo Weffort, o populismo, no caso brasileiro, surge como uma resposta à “crise oligárquica e do liberalismo, sempre muito afins na história brasileira, e do processo de democratização do Estado que, por sua vez, teve que apoiar-se sempre em algum tipo de autoritarismo”³³, e se caracteriza pela “personalização do poder, a imagem (meio real e meio mística) da soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade e a necessidade da participação

³² 2004. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2534>. Acesso em: 27 set. 2025.

³³ DUARTE, Adriano; FONTE, Paulo. O populismo visto da periferia: Adhemarismo e Janismo nos Bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953). *Cadernos AEL*, Campinas, v. 11, p. 83-125, 2004. p. 117. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2534>. Acesso em: 27 set. 2025.

³³ WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 3. ed. São Paulo: Paz & Terra, 1989. p. 61.

das massas populares urbanas”³⁴. Assim, Weffort entendeu o populismo como política endêmica das democracias dependentes dos países latino-americanos. O líder populista assumiria a figura de um árbitro na conciliação, ou melhor, na arbitrariedade dos diferentes interesses desses estados.

Vertente reconhecida como clássica, a interpretação de Weffort pode ser útil na tentativa de compreender esse movimento na política latino-americana, porém pouco eficaz quando do entendimento de outras realidades históricas possíveis. Seria importante salientar, nesse sentido, as delimitações propostas pelo autor brasileiro, para que possamos nos apropriar de suas ideias para buscar entender outros contextos.

Por meio de uma outra perspectiva, Chantal Mouffe propõe uma interpretação entendida como “populismo de esquerda”. Caracterizado como uma estratégia adequada para “recuperar e aprofundar os ideais de igualdade e de soberania popular, que são construtivos na política democrática”³⁵, Chantal defende que o populismo de esquerda busca recuperar e aprofundar a democracia, de forma que uma cadeia de equivalência entre demandas de trabalhadores, imigrantes e classe média precarizada culminará em uma “nova hegemonia que permitirá a radicalização da democracia”³⁶.

Buscando explicar o populismo enquanto fenômeno, Chantal pontua o que considera como “momento populista”:

Podemos falar de um “momento populista” quando, sob a pressão de transformações políticas ou socioeconômicas, a hegemonia dominante é desestabilizada pela multiplicação de demandas insatisfeitas. Nessas situações as instituições existentes falham em garantir a lealdade das pessoas, na tentativa de defender a ordem existente. Como resultado, o bloco histórico que estabelece a base social de uma formação hegemônica é desarticulado, e surge a

³⁴ WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 3. ed. São Paulo: Paz & Terra, 1989. p. 69.

³⁵ MOUFFE, Chantal. *O momento populista. Por um populismo de esquerda*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. p. 29.

³⁶ MOUFFE, Chantal. *O momento populista. Por um populismo de esquerda*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. p. 48.

possibilidade da construção de um novo sujeito de ação coletiva – o povo – capaz de reconfigurar uma ordem social tida como injusta.³⁷

Não se limitando a um recorte temporal e espacial específico, temos uma concepção mais ampla para poder pensar no populismo, podendo este ser apropriado por ideologias de esquerda dentro do sistema democrático em diferentes realidades sociais.

Pensando nesse sentido, Maria Bridget Chesterton, Gary Marotta e York Norman, na introdução da obra *Transformations of populism in Europe and the Americas*, demonstram como ideias consideradas populistas são apropriadas pela direita em países como Estados Unidos, Alemanha e Balcãs³⁸. Dilatando ainda mais a questão, o conceito de populismo poderia ser, ele mesmo, uma chave interpretativa para compreender fenômenos de diferentes naturezas ideológicas e contextos sociais.

Para tanto, os autores elencam uma série de características que seriam próprias de tais políticas, como a crença na soberania popular e sua plena realização política, o populismo como resposta a uma crise real ou percebida, a hostilidade às elites conservadoras tradicionais, a hostilidade à política liberal representativa, entre outras características. Além disso, os autores permitem refletir sobre de que maneira o conceito de populismo poderia, ao mesmo tempo, explicar tanto eventos passados, como os governos de Getúlio Vargas, no Brasil, e Domingo Juan Perón, na Argentina, quanto contemporâneos, como os mandatos de Hugo Chávez, na Venezuela, e Evo Morales, na Bolívia, dadas suas devidas proporções³⁹.

Portanto, esta breve revisão bibliográfica acerca do populismo enquanto conceito e fenômeno nos oferece uma visão mais clara da

³⁷ MOUFFE, Chantal. *O momento populista. Por um populismo de esquerda*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. p. 31-32.

³⁸ CHESTERTON, Bridget Maria; MAROTTA, Gary; NORMAN, York. Introduction. In: ABROMEIT, John. et al. (ed.). *Transformations of populism in Europe and the Americas: history and recent tendencies*. Nova Iorque: Bloomsbury Academic, 2017.

³⁹ CHESTERTON, Bridget Maria; MAROTTA, Gary; NORMAN, York. Introduction. In: ABROMEIT, John. et al. (ed.). *Transformations of populism in Europe and the Americas: history and recent tendencies*. Nova Iorque: Bloomsbury Academic, 2017.

polissemia que envolve o populismo. As diversas interpretações demonstram como ele pode ser operacionalizado para tentar entender eventos específicos dentro de contextos históricos e sociais próprios, revelando, assim, sua potencialidade global e globalizante. Contudo, o esvaziamento do termo surge como um problema, especialmente quando consideramos a sua complexidade histórica e as múltiplas dimensões que pode abranger.

A superficialidade com que o conceito é frequentemente tratado pode reduzir sua capacidade explicativa, dificultando uma análise mais profunda. Portanto, é essencial que a próxima seção retome o problema central, buscando um aprofundamento do tema a partir da perspectiva dos historiadores, que são capazes de contextualizar as diferentes manifestações do populismo ao longo do tempo, levando em consideração suas variáveis políticas, sociais e culturais. Essa abordagem permite não apenas esclarecer as múltiplas facetas do conceito, mas também entender como ele se insere e se transforma em diferentes momentos históricos.

Uma história global do populismo?

Retomemos a pergunta inicialmente proposta: seria possível escrever uma história global do populismo? Tendo em mente a complexidade tanto do conceito quanto do fenômeno, e os debates acadêmicos decorrentes, não caberia aqui uma resposta definitiva para a questão. Por outro lado, apresentar um caminho historiográfico em um estilo mais ensaístico aparenta ser uma boa oportunidade para lançar um olhar para a questão.

Ao refletir sobre a escrita de uma história global do populismo, torna-se essencial reconhecê-la como uma possibilidade que atravessa ampla diversidade acadêmica no plano conceitual, assim como extensa abrangência temporal e geográfica enquanto fenômeno histórico. À luz das diferentes abordagens previamente discutidas, a História Global revela-se uma perspectiva historiográfica particularmente frutífera para o estudo de

fenômenos que se manifestam em larga escala espacial. O populismo, enquanto chave explicativa para fenômenos históricos, adquire um lugar privilegiado de análise, cabendo aos historiadores aprofundar-se nas questões que emergem e que ainda poderão emergir desse campo de investigação.

Além disso, o populismo se revela em diferentes escalas espaciais. A partir de questões mais locais, como as eleições municipais em São Paulo, é possível expandir o foco para uma perspectiva regional, como a América Latina, ou até mesmo alcançar uma dimensão mais global, abrangendo contextos como Rússia, Alemanha, Balcãs e Estados Unidos⁴⁰. Dada essa flexibilidade, uma história global do populismo ofereceria aos historiadores uma possibilidade de desafiar e desconstruir narrativas historiográficas que, com frequência, reforçam limitações de caráter nacional. Contudo, é fundamental não perder de vista uma outra dimensão crucial: o tempo.

Considerando o recorte temporal para a elaboração de uma história global do populismo, é imprescindível levar em consideração sua historicidade. Com um debate que remonta aos Estados Unidos e à Rússia dos séculos XIX⁴¹, o populismo, enquanto conceito explicativo de fenômenos contemporâneos, é revitalizado ao buscar entender as realidades atuais.

Perpassando pelas décadas de 1920 e 1930, o populismo foi percebido por autores em diferentes contextos sociais, desde a América Latina até os movimentos de extrema direita na Europa do entre guerras. Como exemplo contemporâneo, cita-se o discurso de Steve K. Bannon, porta-voz da extrema direita dos Estados Unidos e ex-assessor de Donald Trump. Momentos antes da posse de Trump, Bannon descreve aquele evento como uma grande

⁴⁰ CHESTERTON, Bridget Maria; MAROTTA, Gary; NORMAN, York. Introduction. In: ABROMEIT, John. et al. (ed.). *Transformations of populism in Europe and the Americas: history and recent tendencies*. Nova Iorque: Bloomsbury Academic, 2017.

⁴¹ ERBERELI JÚNIOR, Otávio. Do populismo “clássico” ao neopopulismo: trajetória e crítica de um conceito. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Dourados, v. 7, n. 13, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/2518>. Acesso em: 27 set. 2025.

celebração do “populismo e nacionalismo americanos”⁴². Assim, compreender a historicidade do conceito envolve analisá-lo enquanto uma construção histórica, examinando suas diversas formas de operação, seja por aqueles que o utilizam politicamente, seja pelos intérpretes da política contemporânea.

Por fim, e não menos importante, as fontes históricas para a construção de uma história global do populismo devem ser cuidadosamente delimitadas. Inseridas em um recorte espacial e temporal mais amplo do que o abordado em estudos convencionais sobre o conceito, essas fontes devem abranger desde os tradicionais documentos escritos, fotografias, filmes e registros radiofônicos, até as produções da era digital, como postagens em redes sociais. Nesse sentido, o historiador precisará desenvolver uma metodologia que se adeque aos seus objetivos e à tipologia documental, a fim de garantir uma coleta e análise de dados eficazes.

Embora a questão inicial ainda não tenha uma resposta definitiva, ela pode ser enriquecida pelos apontamentos feitos anteriormente. Escrever uma história global do populismo pode parecer uma tarefa ambiciosa, mas é, sem dúvida, possível. Ao considerar as diferentes perspectivas, os recortes temporais e espaciais, bem como a diversidade de fontes, estudiosos e, especialmente, historiadores audaciosos podem encontrar um caminho pouco explorado até o momento.

Considerações finais

A análise da possibilidade de escrever uma história global do populismo revelou a complexidade intrínseca ao conceito e à sua aplicação em diferentes contextos históricos e geográficos. A pluralidade de interpretações sobre o populismo, desde a visão negativa adotada pelos meios de

⁴² NOGUEIRA, Carolina. Sem o pai, Eduardo Bolsonaro encontra Milei, Trump Jr. e Bannon nos EUA. UOL, 19 jan. 2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2025/01/19/sem-o-pai-eduardo-bolsonaro-encontra-milei-trump-jr-e-bannon-nos-eua.htm>. Acesso em: 24 jan. 2025.

comunicação até as abordagens mais acadêmicas e teóricas, como as de autores latino-americanos, europeus e estadunidenses, indica a impossibilidade de uma definição simplória. Sua vulgarização revela o esvaziamento do seu significado, dificultando uma análise profunda e precisa dos fenômenos políticos que o caracterizam.

Contudo, ao investigar o populismo sob diferentes perspectivas, percebe-se que o conceito oferece uma chave interpretativa rica para compreender não só os eventos políticos de um determinado período ou local, mas também as dinâmicas de poder, classe e identidade que perpassam tais fenômenos. A partir das diversas abordagens discutidas, fica claro que o populismo se manifesta de formas variadas, adaptando-se às especificidades culturais, políticas e sociais de cada contexto. Isso sugere que uma história global do populismo, embora desafiadora, é uma tarefa viável e necessária, capaz de enriquecer nossa compreensão dos processos políticos que moldaram e continuam a moldar o cenário global.

Referências

CHESTERTON, Bridget Maria; MAROTTA, Gary; NORMAN, York. Introduction. In: ABROMEIT, John. et al. (ed.). *Transformations of populism in Europe and the Americas: history and recent tendencies*. Nova Iorque: Bloomsbury Academic, 2017, p.

CONRAD, Sebastian. *O que é história global?* Tradução de Teresa Furtado e Bernardo Cruz. Lisboa: Edições 70, 2019.

DUARTE, Adriano; FONTE, Paulo. O populismo visto da periferia: Adhemarismo e Janismo nos Bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953). *Cadernos AEL*, Campinas, v. 11, p. 83-125, 2004. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2534>. Acesso em: 27 set. 2025.

ERBERELI JÚNIOR, Otávio. Do populismo “clássico” ao neopopulismo: trajetória e crítica de um conceito. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Dourados, v. 7, n. 13, jan./jun. 2013. Disponível em:

<https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/2518>. Acesso em: 27 set. 2025.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 61-124.

JAGUARIBE, Helio. O que é Ademarismo?. In: SCHWARTZMAN, Simon (org.). *O pensamento nacionalista e os “Cadernos de Nossa Tempo”*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Câmara dos Deputados, 1981, p. 21-28 (Coleção “Biblioteca do Pensamento Político Republicano”, v. 6).

MORAES, Leonardo Segura; FONSECA, Pedro Dutra Cesar. Populismo como conceito: teoria e história das interpretações. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 28, p. 1-31, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/K9CjPP4nSTgP8xWFXCFkMtq/?lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2025.

MOUFFE, Chantal. *O momento populista. Por um populismo de esquerda*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

NOGUEIRA, Carolina. Sem o pai, Eduardo Bolsonaro encontra Milei, Trump Jr. e Bannon nos EUA. UOL, 19 jan. 2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2025/01/19/sem-o-pai-eduardo-bolsonaro-encontra-milei-trump-jr-e-bannon-nos-eua.htm>. Acesso em: 24 jan. 2025.

PEREIRA NETO, Murilo Leal. Conclusão. In: PEREIRA NETO, Murilo Leal. *O voto e a vida: democracia, populismo e comunismo nas eleições de 1954 e 1962 em São Paulo*. 3. ed. São Paulo: Alameda, 2023, p. 629-652.

REIS, Daniel Aarão. Estado e trabalhadores: o populismo em questão. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20166>. Acesso em: 27 set. 2025.

SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos; SOCHACZEWSKI, Monique. História global: um empreendimento intelectual em curso. *Tempo*, Niterói, v. 23, n. 3, set./dez. 2017.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 3. ed. São Paulo: Paz & Terra, 1989.

OS KARAJÁ DE SANTANA DO ARAGUAIA/PA: AGENTES E CONFLITOS EM UMA DEMARCAÇÃO DE TERRA INDÍGENA NA AMAZÔNIA DURANTE A DITADURA MILITAR (DÉCADA DE 1970)

Thawanne Rayssa Galdino Silva¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar os agentes e conflitos em uma demarcação de terra indígena durante a Ditadura Militar (1964-1985), em especial a do povo Karajá de Santana do Araguaia, ocorrido durante a década de 1970, quando o Brasil ultrapassava esse período. Nesse sentido, o estudo da demarcação das terras Karajá, por meio de seu processo administrativo produzido no âmbito da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), pode elucidar as complexas relações entre o Estado e as comunidades indígenas e não indígenas durante a Ditadura Militar brasileira, sinalizando estratégias, mecanismos de resistência, adaptação e atuação política. Para esta análise, utilizou-se a documentação presente no acervo digital "Armazém Memória – Um Resgate Coletivo da História", uma fonte rica e abrangente, composta por 624 páginas que cobrem cerca de três décadas.

Palavras-chave: Karajá; Povos indígenas; Ditadura Militar.

THE KARAJÁ OF SANTANA DO ARAGUAIA, PARÁ: AGENTS AND CONFLICTS IN THE DEMARCTION OF AN INDIGENOUS LAND OF AMAZON DURING THE MILITARY DICTATORSHIP (1970s)

Abstract: This article seeks to analyze the actors and conflicts involved in the demarcation of indigenous lands during the Brazilian military dictatorship (1964-1985), with a particular focus on the Karajá people of Santana do Araguaia. The demarcation process, which took place in the 1970s as Brazil transitioned out of this political period, offers valuable insight. By examining the administrative proceedings related to the Karajá land demarcation, produced within the framework of Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), this study aims to elucidate the complex interactions between the State, indigenous, and non-indigenous communities during the dictatorship. It highlights the strategies, resistance mechanisms, adaptations, and political actions that shaped these relationships. The analysis draws on documentation from the digital archive "Armazém Memória – Um Resgate Coletivo da História," a comprehensive source comprising 624 pages covering approximately three decades.

Keywords: Karajá; Indigenous Peoples; Military Regime.

Introdução

Ao falar sobre demarcação de terras indígenas no século XX, é fundamental ressaltar a dimensão conflitiva do acesso à terra, tema

¹ Possui licenciatura em História pela Universidade de Brasília (UnB). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9644034025299188>. E-mail: thawannerayssa2000@gmail.com

controvertido em toda a história do Brasil. Por aqui, a terra tem sido um recurso disputado, especialmente em função de sua distribuição desigual e perdulária operada pelos diferentes projetos coloniais que marcaram nossa história. O acesso à terra e o uso dela ocorrem de forma bastante desigual e estão frequentemente associados à violência institucional e material e a estratégias políticas que favorecem a concentração, a expropriação e a devastação ambiental. Desde o século XIX, essa dinâmica histórica esteve diretamente ligada à formação de latifúndios². Além disso, é essencial reconhecer que a realidade do acesso, uso e apropriação das terras no Brasil é fruto de um longo período de exploração colonial, que além de devastar física e culturalmente os povos indígenas, também pavimentou o caminho para a criação de grandes propriedades privadas concentradas nas mãos de poucos, como alertou Vânia Moreira³. Com isso, essa concentração de terras consolidou o poder violento das elites agrárias⁴.

Portanto, a demarcação de terras indígenas no Brasil é um tema de grande importância e, por vezes, de alta complexidade, uma vez que os direitos territoriais dos povos indígenas têm sido, ao longo do tempo, objeto de muitas controvérsias jurídicas, mas também da resistência e defesa sistemática de indígenas e não indígenas. Ainda, embora um robusto conjunto de normas e leis, nos marcos de um direito “do branco”, há muito tempo⁵ reconheça os

² MOREIRA, Vânia Losada. Deslegitimação das diferenças étnicas, “cidanização” e desamortização das terras de índios: notas sobre liberalismo, indigenismo e leis agrárias no México e no Brasil na década de 1850. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 4, n. 8, p. 68-85, jul.-dez. 2012; SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 133, p. 480-500, set./dez. 2018.

³ MOREIRA, Vânia Losada. Deslegitimação das diferenças étnicas, “cidanização” e desamortização das terras de índios: notas sobre liberalismo, indigenismo e leis agrárias no México e no Brasil na década de 1850. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 4, n. 8, p. 68-85, jul.-dez. 2012.

⁴ SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 133, p. 483, set./dez. 2018.

⁵ Embora tendo aderido a diferentes formatos ao longo do tempo, marcos regulatórios têm preservado até aqui a concepção de que povos indígenas possuem direito aos seus territórios tradicionalmente ocupados. Tal constância pode ser evidenciada pelo Alvará Régio de 1º de abril de 1680, pela Lei de Terras de 1850 (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850) e pela Lei de Terras dos Índios de 1928 (Decreto nº 5.484, de 27 de junho de 1928). Esta última estabeleceu diretrizes para a situação dos indígenas nascidos no território nacional. A Constituição de 1934,

direitos dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam, é inegável que sempre houve grandes contrariedades quanto ao seu reconhecimento, sejam elas motivadas por interesses conflitantes, como por empresas, industriais e fazendeiros, além de questões burocráticas, obstáculos administrativos, pressões políticas e a falta de recursos, infraestrutura e implementação. Dessa maneira, contextualizar juridicamente a luta dos povos indígenas, respeitando suas trajetórias e tradições, é um exercício crucial para que o sistema judiciário possa adotar as melhores interpretações da ordem constitucional brasileira. Isso é essencial para resolver conflitos e construir soluções mais democráticas e equitativas⁶.

O presente artigo explora o processo administrativo de demarcação de terras do povo indígena Karajá de Santana do Araguaia, considerando as nuances do período sob análise, com um foco específico no contexto da Ditadura Militar. A análise se concentra no período da década de 1970, refletindo as particularidades e desafios presentes naquele período. Para tanto, recorreu-se à documentação contida no acervo “Armazém Memória – Um resgate coletivo da história”,⁷ na biblioteca Terras Demarcadas⁸ - Processos/ Pára/ TI Karajá Santana do Araguaia. O acervo acerca do

em seu art. 129, proporcionou uma maior segurança jurídica ao direito dos indígenas sobre suas terras ao torná-las propriedade da União. Esta proteção foi mantida e reforçada pelas constituições subsequentes. Todas as constituições posteriores reconheceram explicitamente o direito dos indígenas à posse de suas terras, incluindo a Constituição de 1937 (art. 154), a Constituição de 1946 (art. 216) e a Constituição de 1967 (art. 186) - (Índios, Direitos Originários e Territorialidade. / Associação Nacional dos Procuradores da República. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão. Ministério Público Federal. Organizadores: Gustavo Kenner Alcântara, Lívia Nascimento Tinôco, Luciano Mariz Maia. Brasília: ANPR, 2018).

⁶ ALCÂNTARA, Gustavo Kenner; Tinôco, Lívia Nascimento; Maia Luciano Mariz (org.). *Índios, direitos originários e territorialidade*. Brasília, DF: ANPR, 2018.

⁷ O Armazém Memória é uma iniciativa de articulação e construção coletiva de um sítio na Internet, visando colaborar para o desenvolvimento de políticas públicas, que possam garantir ao cidadão brasileiro o acesso à sua memória histórica, através de Bibliotecas Públicas Virtuais interligadas em um sistema de busca direto no conteúdo.

⁸ A biblioteca Terras Demarcadas - Processos, tem por objetivo abrir acesso público, livre e gratuito ao conjunto de documentos que integram os processos demarcatórios das terras indígenas no Brasil homologadas pelo Estado brasileiro. O acervo reunido foi fornecido ao acervo do Armazém Memória pelo coordenador da 6ª Câmara – Populações Indígenas e Tradicionais, ligada à Procuradoria Geral da República, Dr. Antônio Carlos Bigonha, recolhendo algo em torno de 30% dos processos de demarcação reunidos pelo Ministério Público Federal.

processo está dividido em três pastas: a primeira, de 1971 – Identificação e Delimitação, contendo 336 páginas; a segunda, de 1989 – Homologação, contendo 56 páginas; e a terceira e última, de 2015 – Reestudo, contendo 232 páginas, tendo como soma total o número de 624 páginas. Tendo em vista que a fonte é extremamente rica, abrangendo um grande recorte cronológico, e reconhecendo a limitação que um artigo requer, é que, por ora, limita-se o uso da fonte apenas ao intervalo cronológico da década de 1970.

Contexto histórico e sistema de demarcação de terras na Ditadura Militar

É imprescindível discorrer sobre a Ditadura Militar (1964-1985) ao tratar da história recente das demarcações de terras indígenas. Durante esse período, a política indigenista foi caracterizada por uma perspectiva desenvolvimentista e *integracionista*, que, por vezes, via a presença indígena em terras com grandes riquezas naturais como empecilho ao avanço econômico e à expansão agrícola que tanto almejava⁹. Entretanto, também é fundamental entender que tal ideia não surgiu na Ditadura Militar, mas já tinha suas raízes no Vargasmo, especialmente durante o Estado Novo (1937-

⁹ Carlos Benítez Trindad evidencia que os indígenas eram vistos como obstáculos ao progresso e à expansão agrícola nas regiões de fronteiras. Eram retratados como entraves à ocupação produtiva e ao desenvolvimento nacional. Essa visão, reforçada por autoridades e fazendeiros, legitimava políticas e violências que buscavam eliminar ou assimilar os povos indígenas para abrir espaço à colonização, à agricultura e aos grandes projetos econômicos (Trinidad, Carlos Benítez. 2018. “A questão indígena Sob a Ditadura Militar: Do Imaginar Ao Dominar”. Anuário Antropológico 43 (1):257. <https://doi.org/10.4000/aa.2986>). Ainda, Davis apontou que, em 1973, a Funai anunciou a intenção de realizar expedições de pacificação na parte noroeste da Bacia Amazônica. Naquela época, estimava-se que viviam na área entre 20 mil e 50 mil indígenas, em 270 grupos, entre os quais os Waimiri-Atroari e os Yanomami. A análise desses povos evidencia como a Funai, sob a lógica do desenvolvimento, acabou por sacrificar os direitos territoriais indígenas em favor da abertura de entradas e da expansão da mineração Amazônica. A chamada “pacificação” dos Waimiri-Atroari, na região entre Manaus e Boa Vista, ilustra a maneira como o Estado brasileiro via os povos indígenas como entraves ao desenvolvimento econômico. Apesar de resistirem por anos à invasão de seu território, os Waimiri-Atroari foram pressionados pela construção da rodovia Manaus-Boa Vista, considerada estratégica para fins militares e para a exploração mineral (DAVIS, Shelton. Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1978).

1945)¹⁰. Assim, toda essa estrada percorrida ao longo dos anos influenciou a atual sistemática demarcatória.

Quanto aos povos indígenas, grandes projetos econômicos da Ditadura Militar provocaram o acirramento das políticas de assimilação e integração forçada, além do esbulho territorial, do deslocamento compulsório, dos massacres e da desintegração étnico-cultural de várias comunidades¹¹. As terras dos povos indígenas e a preservação de suas visões de mundo e modos de vida foram diretamente afetadas pelos projetos desenvolvimentistas de infraestrutura e megaobras, associados a pressões de missões religiosas e frentes de expansão agropecuária e mineradora. Necessário lembrar que os povos indígenas eram vistos como obstáculos ao progresso do capitalismo e possíveis ameaças à segurança nacional. Isso ocorreu devido às doutrinas do inimigo interno¹² do crescimento econômico desenfreado, bem como à

¹⁰ Durante o Estado Novo (1937-45), Vargas visitou não só uma área indígena, mas também a própria região Centro-Oeste, promovendo assim uma incursão nos territórios indígenas com a finalidade de anunciar a necessidade de um governo federal todo-poderoso. Assim, a ideia da construção de uma nova nação, sendo ela mais independente do ponto de vista econômico, consistente em termos políticos, unificada socialmente, militarmente reforçada e geograficamente integrada, fez com que Vargas voltasse os olhos para os povos indígenas. Com isso, pode-se dizer que o Estado Novo buscou enrijecer o poder do Estado, esquadrinhar economicamente as regiões Centro-Oeste e Norte e promover a unidade nacional. Portanto, o governo federal fomentar a identidade nacional e a integração dos indígenas, incumbindo-lhes a tarefa de tornar o interior produtivo, protegendo as fronteiras e garantindo o elemento cultural diferenciador da nacionalidade e da "formação étnica" do Brasil (GARFIELD, Seth. *A luta indígena no coração do Brasil. Política indigenista, a Marcha para o Oeste e os índios xavante (1937-1988)*. São Paulo: Editora Unesp, p. 38-40, 2011).

¹¹ BERNARDI; Bruno Boti; RORIZ, João. Mantendo o céu no lugar: o caso Yanomami e as denúncias contra a ditadura militar brasileira na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, [s. l.], n. 40, p. 1-35, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2023.40.262918>. Acesso em: 15 out. 2025.

¹² O conceito de "inimigo interno" desempenha um papel central na construção das "fronteiras ideológicas". Semelhante à sua concepção na matriz norte-americana, na versão brasileira da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), esse conceito é aplicável a qualquer indivíduo e é constantemente adaptado para abranger todos aqueles que possam questionar, opor-se ou de alguma forma desestabilizar a ditadura de segurança nacional. A utilização do "inimigo interno" permeia toda a doutrina de segurança, elaborada e readaptada pela Escola Superior de Guerra (ESG), abrangendo temas como guerra revolucionária, geopolítica, política externa, segurança nacional e desenvolvimento econômico. Não há uma definição precisa do que constitui um "inimigo"; o que importa é que toda a população é considerada suspeita, sujeita a controle, perseguição e até mesmo eliminação (FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antíteses*, [s.l.], v. 2, n. 4, p. 848, jul./dez.

clássica ideia da democracia racial e da noção de uma única comunhão nacional pacificada sem conflitos de classe e raça¹³.

Naquela época, havia rumores de que as grandes potências, especialmente aquelas com maior desenvolvimento econômico e tecnológico, manifestavam interesse em “áreas vazias”, como a Amazônia. Essas especulações, de que tais países buscavam ocupar áreas inabitadas de diversas partes do mundo ou corromper “nacionais” em prol de objetivos antipatrióticos e, assim, explorar riquezas naturais foram fundamentais para criar um ambiente propício à Doutrina de Segurança Nacional dos militares e estimular uma política indigenista ainda mais agressiva¹⁴. Com tais ameaças, foram elaboradas novas estratégias para a chamada Amazônia Legal¹⁵. Era fundamental integrar a região e torná-la produtiva e rentável, “integrando para não entregar”, como se dizia à época¹⁶. Entretanto, para que isso

2009. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/2668/3937> . Acesso em: 24 out. 2025).

¹³ BERNARDI; Bruno Boti; RORIZ, João. Mantendo o céu no lugar: o caso Yanomami e as denúncias contra a ditadura militar brasileira na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, [s. l.], n. 40, p. 1-35, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2023.40.262918>. Acesso em: 15 out. 2025.

¹⁴ OLIVEIRA, Natália Araújo de. Os Xavante e as políticas de desenvolvimento para a Amazônia Legal Brasileira: de símbolo da brasiliade a obstáculo ao progresso. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 22, n. 2, p. 146-178, 2017. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/30374>. Acesso em: 10 maio 2024.

¹⁵ A definição legal da área amazônica brasileira sempre esteve ligada à criação de órgãos públicos e à implementação de políticas governamentais. A primeira definição ocorreu em 1953, com a Lei nº 1.806, sancionada em 6 de janeiro do mesmo ano. Essa lei criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e estabeleceu sua área de atuação, abrangendo os estados do Pará e do Amazonas, além dos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco. Também incluía partes do estado de Mato Grosso ao norte do Paralelo 16°, do estado de Goiás ao norte do Paralelo 13° e do Maranhão a oeste do Meridiano 44°. Essa construção geopolítica visava criar uma área destinada à aplicação de políticas territoriais e econômicas, integrando a vasta região norte do Brasil ao tecido socioeconômico do país e assegurando a soberania sobre o território (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Amazônia Legal. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/quadrogeografico/pdf/19_Amazonia%20Legal.pdf . Acesso em: 24 out. 2025).

¹⁶ A política de integração da Amazônia ao território nacional, apesar de seu viés nacionalista, revelou-se contraditória, pois facilitou a entrada de empresas estrangeiras interessadas na exploração de recursos naturais. Segundo o relatório BRASIL Nunca Mais, em Estrada da “entregação” da Amazônia (BNM_092 (4), [s.d.], p. 1393), o processo de ocupação e

ocorresse, era necessário circunscrever povos indígenas nos menores espaços de terras possíveis, ou até mesmo removê-los forçadamente de seus territórios, colocando-os em outras áreas e “liberando” terras para projetos agropastoris, mineradores e energéticos¹⁷.

Essa centralização do poder de Estado sob um regime autoritário, seguindo a ótica da integração, da doutrina de segurança nacional e do crescimento econômico pela apropriação sistemática dos espaços interioranos, incluindo territórios indígenas tradicionais, representou um novo momento para os indígenas de todo o país, especialmente da área da Amazônia Legal. Vale destacar que boa parte dos espaços da Amazônia Legal, com cerca de 5 milhões de quilômetros quadrados, era constituída de terras indígenas. Para os militares, o controle sobre essas áreas e suas populações nativas era aspecto essencial para impedir a presença estrangeira e a infiltração comunista, devido à sua população dispersa, infraestrutura precária e escassas ligações com os centros político e econômico do país, além de suas fronteiras vulneráveis¹⁸.

levantamento de terras abriu caminho para que áreas estratégicas fossem mapeadas e disponibilizadas para interesses externos (BRASIL Nunca Mais. Estrada da “entregação” da Amazônia. BNM_092 (4), [s.d.], p. 1393. Disponível em: https://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01). Complementando esse quadro, Shelton Davis, em Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil (Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 118), relata que, em maio de 1973, o geólogo norte-americano Max White, do Serviço Geológico dos Estados Unidos, publicou no periódico *Engineering and Mining Journal* o artigo “Sondando a Desconhecida Bacia Amazônica — Uma Investigação de 21 Programas de Exploração Mineral no Brasil”. O artigo apontava a existência de 21 projetos geológicos e de mineração em andamento na Bacia Amazônica, desenvolvidos em cooperação entre o Departamento Nacional de Produção Mineral, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais e o Serviço Geológico dos Estados Unidos, com apoio do governo brasileiro e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (DAVIS, Shelton. Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1978).

¹⁷ OLIVEIRA, Natália Araújo de. Os Xavante e as políticas de desenvolvimento para a Amazônia Legal Brasileira: de símbolo da brasiliade a obstáculo ao progresso. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 22, n. 2, p. 146-178, 2017. p. 150. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/30374>. Acesso em: 10 maio 2024.

¹⁸ GARFIELD, Seth. *A luta indígena no coração do Brasil. Política indigenista, a Marcha para o Oeste e os índios xavante (1937-1988)*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Pode-se considerar que o crescimento das frentes de expansão agropecuária e industrial, apoiado pelos subsídios, isenções e financiamentos oferecidos pelo governo federal, assim como a possibilidade de arrendamento de terras indígenas por meio da instituição da chamada renda indígena¹⁹ impulsionou o assédio territorial e o crescimento das históricas ondas de violência contra os nativos. Após o golpe de 1964, foi implementada uma política indigenista que visava atender predominantemente aos interesses empresariais, garantindo a disponibilização de boa parte das terras indígenas para o projeto econômico em voga²⁰. O uso frequente da renda indígena e do arrendamento dos territórios acabou por proporcionar um grande incentivo à corrupção e à exploração do trabalho e do patrimônio indígenas, tanto por particulares quanto por funcionários civis e militares dos órgãos indigenistas²¹.

Aliado a isso, a partir de 1966, a reforma agrária conservadora dos militares levou à Amazônia Legal camponeses e posseiros despossuídos, empresas nacionais e internacionais, tornados todos vizinhos das terras indígenas em áreas como o Bico do Papagaio e o nordeste do Mato Grosso. Toda essa movimentação modificou a estrutura agrária local. Até o final da década de 1970, hidrelétricas, rodovias e fazendas de gado de corte e leite seriam os novos vizinhos, que traziam consigo madeireiras e o garimpo²².

¹⁹ Lei N° 6001 de 19 de dezembro de 1973, Art. 43. “A renda indígena é a resultante da aplicação de bens e utilidades integrantes do Patrimônio Indígena, sob a responsabilidade do órgão de assistência ao índio. § 1º A renda indígena será preferencialmente reaplicada em atividades rentáveis ou utilizada em programas de assistência ao índio.” O artigo 43 cria a “renda indígena”, autorizando a exploração de madeira e outras riquezas nas terras indígenas. Embora a lei tenha a intenção de beneficiar os indígenas, na prática, a renda indígena representa 80% do orçamento da Funai e, assim como ocorreu durante o período do SPI, facilitou o enriquecimento ilícito de diversos funcionários da instituição (CNV, 2014, p. 210 e 211).

²⁰ ARAÚJO, Rayane Barreto de. O Relatório Figueiredo e as violações dos direitos indígenas nas páginas do Jornal do Brasil (1965-1968). *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 213-250, jul./dez. 2018.

²¹ ARAÚJO, Rayane Barreto de. O Relatório Figueiredo e as violações dos direitos indígenas nas páginas do Jornal do Brasil (1965-1968). *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 213-250, jul./dez. 2018.

²² MESQUITA, Thiago Broni de. Os governos militares e a política de terras para a Amazônia (1964-1973). Belém: Universidade Federal do Pará, 2015.

Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai)

A Fundação Nacional do Índio (Funai) foi criada em 5 de dezembro de 1967, após um escândalo envolvendo o antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), uma vez que este foi acusado de irregularidades administrativas e contribuição para o aniquilamento dos indígenas²³. O antigo SPI tinha sido criado pelo Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910, com o propósito de prestar assistência aos indígenas do Brasil e instituir centros agrícolas formados pelos chamados “trabalhadores nacionais”²⁴. Se o SPI foi um órgão do Ministério da Agricultura, a Funai foi criada, em 1967, dentro do Ministério do Interior. Cabe lembrar que a Funai teve grande margem de autonomia funcional, não havendo nenhum órgão de controle interno que regulasse suas atividades e reprimisse eventuais abusos ou desvios²⁵.

No cenário que culminou na crise do SPI, marcado por denúncias de corrupção e violência institucional, foi criada a Comissão de Inquérito do Ministério do Interior em 1967 — liderada pelo procurador Jader Figueiredo —, que resultou na produção de relatório com graves revelações envolvendo casos de vendas e arrendamentos ilegais de terras, corrupção, escravização, torturas, assassinatos, exploração sexual de mulheres indígenas, entre diversos outros casos de violências cometidas contra povos indígenas por civis e funcionários do SPI²⁶. O relatório se perdeu em um misterioso incêndio²⁷ no

²³ SOUZA, Marcio et al. *Os índios vão à luta*. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1981. v. 2.

²⁴ SERVIÇO de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais. MAPA, 2025. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/ultimas-noticias/686-servico-de-protecao-aos-indios-e-localizacao-dos-trabalhadores-nacionais>. Acesso em: 1 mar. 2023.

²⁵ COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). *Violações de direitos humanos dos povos indígenas*. In: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). *Relatório: textos temáticos*. Brasília: CNV, 2014. p. 203-264. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2). Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 15 out. 2025.

²⁶ ARAÚJO, Rayane Barreto de. *O Relatório Figueiredo e as violações dos direitos indígenas nas páginas do Jornal do Brasil (1965-1968)*. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 213-250, jul./dez. 2018.

²⁷ O Relatório Figueiredo foi encontrado em abril de 2013 no Museu do Índio, no Rio de Janeiro, com mais de 7 mil páginas. ARQUIVO NACIONAL. Encontrado há 10 anos, Relatório Figueiredo

prédio do Ministério do Interior em 1967 e o inquérito foi arquivado em 1968, provavelmente devido ao Ato Institucional nº 5 (AI-5)²⁸. Importa dizer que a Comissão de Inquérito de 1967 estava inserida no discurso anticorrupção do grupo que liderou o golpe de 31 de março de 1964, a chamada “linha dura”, em que faziam parte o presidente Costa e Silva e o ministro Albuquerque Lima²⁹.

Constituição de 1967 e Estatuto do Índio

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1967:

Art 4º - Incluem-se entre os bens da União: IV - as terras ocupadas pelos silvícolas; Art 8º - Compete à União: XVII - legislar sobre: o) nacionalidade, cidadania e naturalização; incorporação dos silvícolas à comunhão nacional; Art 186 - É assegurada aos silvícolas a posse permanente das terras que habitam e reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes³⁰.

O ano de 1968 deu início a uma política indigenista ainda mais agressiva, possibilitada pelo recrudescimento do regime com o AI-5 e pela edição de um conjunto normativo voltado para o controle sistemático dos territórios nativos. Foi implementado o incentivo à ocupação da Amazônia pelo Plano de Integração Nacional (PIN)³¹, ignorando a existência de povos

revelou extermínio, mas cultura indígena resiste em MS. 20 abr. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/noticias/encontrado-ha-10-anos-relatorio-figueiredo-revelou-exterminio-mas-cultura-indigena-resiste-em-ms>. Acesso em: 22 out. 2025.

²⁸ Guimarães, 2015 apud ARAÚJO, Rayane Barreto de. *O Relatório Figueiredo e as violações dos direitos indígenas nas páginas do Jornal do Brasil (1965-1968)*. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 213-250, jul./dez. 2018.

²⁹ ARAÚJO, Rayane Barreto de. *O Relatório Figueiredo e as violações dos direitos indígenas nas páginas do Jornal do Brasil (1965-1968)*. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 213-250, jul./dez. 2018.

³⁰ BRASIL. [Constituição (1967)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1967*. Brasília, DF: Presidência da República, [1971]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 31 jul. 2024.

³¹ O Programa de Integração Nacional (PIN), foi criado pelo governo militar brasileiro através do Decreto-Lei Nº1.106, de 16 de julho de 1970, assinado pelo Presidente Médici.

indígenas no local. Nesse contexto, ocorreram transferências forçadas dos povos indígenas, não somente para promover obras de infraestrutura, mas também para “liberar” suas terras para a inserção dos projetos agroindustriais³².

Já a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que estabeleceu o Estatuto do Índio, foi responsável por regular a situação jurídica dos “índios” ou “silvícolas” e de suas comunidades, com o intuito de “preservar a sua cultura” e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional³³. Além disso, foi estabelecido no artigo 2º que cumpria à União, aos Estados e aos municípios, bem como aos órgãos das respectivas administrações indiretas, nos limites de sua competência, a proteção das comunidades indígenas e a preservação dos seus direitos:

I - estender aos índios os benefícios da legislação comum, sempre que possível a sua aplicação; II - prestar assistência aos índios e às comunidades indígenas ainda não integrados à comunhão nacional; III - respeitar, ao proporcionar aos índios meios para o seu desenvolvimento, as peculiaridades inerentes à sua condição; IV - assegurar aos índios a possibilidade de livre escolha dos seus meios de vida e subsistência; V - garantir aos índios a permanência voluntária no seu habitat, proporcionando-lhes ali recursos para seu desenvolvimento e progresso; VI - respeitar, no processo de integração do índio à comunhão nacional, a coesão das comunidades indígenas, os seus valores culturais, tradições, usos e costumes; VII - executar, sempre que possível mediante a colaboração dos índios, os programas e projetos tendentes a beneficiar as comunidades indígenas; VIII - utilizar a cooperação, o espírito de iniciativa e as qualidades pessoais do índio, tendo em vista a melhoria de suas condições de vida e a sua integração no processo de desenvolvimento³⁴.

³² COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). *Violações de direitos humanos dos povos indígenas*. In: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). *Relatório: textos temáticos*. Brasília: CNV, 2014. p. 203-264. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2). Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 15 out. 2025.

³³ BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.001%2C%20DE%2019,sobre%20o%20Estatuto%20do%20%C3%88ndio.&text=Art.%201%C2%BA%20Esta%20Lei%20regula,e%20harmoniosamente%2C%20%C3%A0%20comunh%C3%A3o%20nacional. Acesso em: 1 mar. 2023.

³⁴ BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.001%2C%20DE%2019,sobre%20o%20Estatuto%20do%20%C3%88ndio.&text=Art.%201%C2%BA%20Esta%20Lei%20regula,e%20harmoniosamente%2C%20%C3%A0%20comunh%C3%A3o%20nacional.

Deve-se destacar que o Estatuto do Índio manteve arrendamentos preexistentes dados aos não índios e sancionou a remoção de comunidades nativas mediante decreto presidencial em prol do “desenvolvimento nacional”. Além disso, também admitiu que o Estado pudesse contratar terceiros para prospecção e mineração em terras indígenas³⁵.

Inquérito civil nº: 1.23.005.000135/2015-60

Os Karajá, também conhecidos como *Iny* [i'nã], são um dos habitantes indígenas seculares da bacia do rio Araguaia, na Ilha do Bananal e cercanias, abarcando um território que engloba as fronteiras entre os estados de Tocantins, Mato Grosso, Goiás e Pará³⁶. O nome desse povo em sua própria língua, *Iny Rybè*, é *Iny* [i'nã], que se traduz como “nós”, e o nome Karajá não é a autodenominação original, mas sim um nome tupi que se aproxima do significado de “macaco grande³⁷”. O rio Araguaia é tido como um eixo de referência cosmopolítica³⁸ e social para os Karajá, tendo o grupo um território definido por uma extensa faixa do vale do rio Araguaia à Ilha do Bananal, que, por sinal, é a maior ilha fluvial do mundo, tendo por volta de 2 milhões de hectares. Assim, os grupos estão localizados preferencialmente próximos aos

³⁵ ODE%2019,sobre%20o%20Estatuto%20do%20%C3%8Dndio.&text=Art.%201%C2%BA%20Esta%20Lei%20regula,e%20harmoniosamente%2C%20%C3%A0%20comunh%C3%A3o%20nacional. Acesso em: 1 mar. 2023.

³⁶ GARFIELD, Seth. *A luta indígena no coração do Brasil*. Política indigenista, a Marcha para o Oeste e os índios xavante (1937-1988). São Paulo: Editora Unesp, 2011.

³⁷ KARAJÁ. Museu do Índio, [20--]. Disponível em: <http://prodoclin.museudointio.gov.br/index.php/etnias/karaja>. Acesso em: 15 out. 2025.

³⁸ INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Povo Iny Karajá. In: *Povos Indígenas no Brasil*. [S.I.]: Instituto Socioambiental, [20--]. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/en/Povo:Iny_Karaj%C3%A1. Acesso em: 22 de outubro de 2025.

³⁹ O termo “cosmopolítica”, presente na dissertação de Igor Silva de Sousa, se refere a uma abordagem cuja organização política é orientada pelas memórias compartilhadas da comunidade, suas tradições e culturas. De forma mais abrangente, ela reflete a totalidade das relações socioculturais do grupo com o seu meio ambiente. Esse sistema político integra tanto o mundo físico quanto o espiritual, incorporando a cosmovisão do povo e sua maneira de viver e interagir com o entorno (SOUZA, Igor Silva de. *A cosmopolítica Yawalapiti: uma análise histórica da organização política do Alto Xingu*. 2024. 117 f., il. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2024).

lagos e afluentes do rio Araguaia e do rio Javaés, bem como no interior da Ilha do Bananal³⁹.

O inquérito civil nº: 1.23.005.000135/2015-60, do Ministério Público Federal, aponta que os Karajá setentrionais foram confrontados com pressões que foram sendo intensificadas por populações não indígenas que, gradualmente, se estabeleceram na região. Desse modo, essas pressões foram crescendo ao longo dos séculos XIX e XX, acompanhando o surgimento das cidades de Barreira de Santana/PA, Conceição do Araguaia/PA, Santa Terezinha/MT, Luciara/MT, São Félix do Xingu/PA e Barreira de Campo/PA. Diante desse cenário, os contatos com a sociedade nacional se tornaram cada vez mais violentos, envolvendo histórias de raptos de crianças, conflitos e até mesmo assassinatos⁴⁰. De acordo com as fontes consultadas, os Karajá sofreram com a existência de doenças trazidas por não indígenas. Todos esses eventos desencadearam conflitos internos e a dispersão das comunidades em aldeias menores. Somado a isso, a política indigenista dos anos de 1970, que incentivava a mudança de grupos e a concentração de diferentes povos e etnias em áreas já regulamentadas e previamente demarcadas, resultou na perda de controle das terras tradicionalmente ocupadas pelos Karajá⁴¹.

Além do mais, embora a criação do Parque Nacional do Araguaia na Ilha do Bananal, em 1971, tenha contribuído para a proteção dos Karajá que viviam naquela região, aqueles que permaneceram fora da área designada, mesmo ocupando áreas tradicionais dessa etnia, acabaram ficando em uma situação ainda mais vulnerável, devido à legitimação da ocupação de não indígenas em suas áreas, fazendo com que fossem incentivados a migrarem para os limites do Parque. Entretanto, nesse período, diversas aldeias e grupos Karajá resistiram ao deslocamento para o interior do Parque Nacional do

³⁹ INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Povos Indígenas no Brasil: Karajá. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Karaj%C3%A1>. Acesso em: 15 out. 2025.

⁴⁰ BRASIL. Ministério Público Federal. *Inquérito civil nº 1.23.005.000135/2015-60*. [Brasília, DF]: Ministério Público Federal, 2021.

⁴¹ BRASIL. Ministério Público Federal. *Inquérito civil nº 1.23.005.000135/2015-60*. [Brasília, DF]: Ministério Público Federal, 2021.

Araguaia, de modo que isso resultou em conflitos contínuos e em negociações com autoridades locais e federais em busca de terras para ocupação dos Karajá na região de Santana do Araguaia/PA⁴².

A documentação do processo de doação de terras

A documentação do processo de demarcação das terras dos Karajá de Santana do Araguaia se apresenta como uma fonte extremamente rica. Por meio dela, pode-se identificar o caos normativo presente em todo processo e nas diferentes esferas, tanto a nível municipal e estadual quanto a nível federal. Desde o início surgiram conflitos quanto aos institutos jurídicos utilizados para demarcar a terra, pois havia dúvidas se as terras eram da prefeitura, se eram da União e se poderiam, de fato, serem doadas ou não. Era constante o descaso com a situação dos Karajá, pois inúmeras vezes partes do processo foram perdidas, relatórios não eram entregues, prazos não eram respeitados e o povo era colocado em circunstância de vulnerabilidade e de completa falta de assistência. A Funai, que deveria mediar e minimizar os atritos entre a burocracia estatal e os envolvidos, por vezes se manteve distante ou omissa.

Desde o início, a documentação reforça ainda mais a existência dessa imagem estereotipada que foi criada e enraizada a respeito dos indígenas, imagem essa carregada de preconceito e inferiorização. Em ofícios produzidos por funcionários da Funai durante os anos de 1970 e 1980, constantemente chefes dos postos indígenas e delegados de delegacias regionais se referiam ao grupo como "indigentes". Também era muito presente a ideia de que o índio sempre procurava por um "civilizado" que pudesse ajudá-lo. Em todo processo, ao longo da década de 1970, há somente uma denúncia de maus-tratos, que relata o caso de um casal indígena que havia sofrido violência por parte de policiais da cidade, ocasião em que Raimundo

⁴² BRASIL. Ministério Público Federal. *Inquérito civil nº 1.23.005.000135/2015-60*. [Brasília, DF]: Ministério Público Federal, 2021.

Nonato Soares Holanda, assistente técnico da Funai, afirmou que seu departamento nada sabia a respeito.⁴³

Com isso, é possível identificar essa imagem enraizada do paternalismo estatal e da tutela, capaz de infantilizar o indígena. Tal imagem era adensada pela desestruturação dos modos de vida tradicional, reforçando uma equivocada concepção de dependência estatal entre indígenas e não indígenas. Ademais, a denúncia de maus-tratos também reforça o que o Relatório Figueiredo⁴⁴, já nos anos 1960, e, posteriormente, a Comissão Nacional da Verdade⁴⁵, haviam descrito, como maus-tratos constantes, não havendo investigações e muito menos punições para os autores dos crimes, uma vez que a omissão se fazia constantemente presente.

No Processo Funai nº 88/71, Ofício nº 40/70, datado em 7 de novembro de 1970, José Coelho da Luz, prefeito do município de Santana do Araguaia à época, declarou ao presidente da Funai que:

Em virtude de 56 índios Karajás que sempre viveram sem terra própria, e vivem aldeados nas praias desses municípios, desde as suas primeiras gerações, resolvo destinar uma área de terra, na zona suburbana desta cidade, que na instalação do posto será levantada a referida área e entregue à FUNAI. No ensejo, apresento a V. Excia. protestos de estima e consideração⁴⁶.

Desse modo, conforme os documentos presentes no Armazém Memória, especialmente no processo administrativo de demarcação da Terra

⁴³ TERRAS demarcadas – processos. Acervo digital do Armazém Memória – Um resgate coletivo da História, [20–]. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CRV_Terras&pesq=&pesquisa=Pesquisar&pagfis=0.

⁴⁴ BRASIL. Relatório da Comissão de Investigação do Ministério do Interior. (Relatório Figueiredo). Brasília, DF: Ministério do Interior, 1967.

⁴⁵ COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). Violações de direitos humanos dos povos indígenas. In: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). Relatório: textos temáticos. Brasília: CNV, 2014. p. 203-264. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2). Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 15 out. 2025.

⁴⁶ TERRAS demarcadas – processos. Acervo digital do Armazém Memória – Um resgate coletivo da História, [20–]. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CRV_Terras&pesq=&pesquisa=Pesquisar&pagfis=0.

Karajá Santana do Araguaia, embora tenha ficado estabelecido na documentação que o caso deveria ser concluído ou encontrar-se em sua fase final de conclusão no mês de março de 1971, fim da legislatura municipal vigente, o prazo não foi cumprido. De toda forma, o prefeito seguinte, Amaral da Costa Machado, informou que daria continuidade ao caso. Também apontou que eram 120 Karajás, número este distinto do que o administrador municipal anterior havia informado, o que mostra a imprecisão existente quanto à demografia Karajá. O novo prefeito também disse que os indígenas estavam vivendo em uma situação precária, à base de pesca rudimentar e pequena lavoura, dependendo diretamente da municipalidade em outros setores assistenciais.

Desafios jurídicos e conflitos

Em 1976, o Conselho de Segurança Nacional adotou duas medidas para enfrentar o problema dos títulos de terras fraudulentos na Amazônia Legal. A Medida 005 validou os títulos de propriedade privada na região, considerando-os legais ainda que tenham sido obtidos por meio de práticas desonestas e ilegais, com o objetivo de promover o “desenvolvimento” regional. Já a Medida 006 reconheceu as reivindicações dos antigos posseiros, garantindo os títulos de até 3 mil hectares àqueles que ocupassem a terra por um período de dez anos. Quanto ao caso das terras indígenas, esta apresentava uma particularidade, uma vez que os títulos privados sobrepostos às terras indígenas (que eram de propriedade federal desde a Constituição de 1934) deveriam ser considerados nulos, ao passo que, após a Constituição de 1969, seus possuidores não tinham direito à indenização. Além do mais, em 1969, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) passou a exigir dos proprietários particulares que buscavam incentivos fiscais uma certidão negativa emitida pela Funai que declarasse que suas terras não eram

ocupadas por indígenas. Garfield aponta que tal exigência provocou uma onda de emissão de certidões falsas e corrupção de agentes públicos⁴⁷.

Também é de suma importância ressaltar que o fortalecimento do poder estatal na Amazônia Legal durante o regime militar impulsionou a expansão da infraestrutura, os investimentos econômicos, o crescimento populacional, a degradação ambiental e a expulsão dos povos indígenas de suas terras. A transformação da dinâmica política e dos interesses socioeconômicos sob o governo militar também motivou a formação de um marco regulatório de demarcações de terras indígenas, que visava restringir a circulação dessas comunidades a espaços controlados pelo Estado, bem como “liberar” grandes áreas tradicionalmente ocupadas por indígenas para os objetivos da política do nacional-desenvolvimentismo conservador dos militares e do grande capital nacional e internacional.

Com isso, em alinhamento com grandes investidores privados, que eram parceiros e beneficiários do projeto desenvolvimentista na região, o governo militar tentou restringir os povos indígenas a pequenos lotes de terras. Portanto, povos como os Xavante lutaram para expandir suas reservas e expulsar os invasores, enfrentando a resistência. Assim, os indígenas se engajaram na batalha política, utilizando aliados e recursos que seus antecessores sequer teriam imaginado. Portanto, por meio de diversas formas de mobilização política, como apelos, ações extralegais e até mesmo violência simulada, conseguiram forçar o regime autoritário a reconsiderar seus planos para a região⁴⁸.

Andamento do processo administrativo de demarcação no fim da década de 1970

⁴⁷ GARFIELD, Seth. *A luta indígena no coração do Brasil. Política indigenista, a Marcha para o Oeste e os índios xavante (1937-1988)*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

⁴⁸ GARFIELD, Seth. *A luta indígena no coração do Brasil. Política indigenista, a Marcha para o Oeste e os índios xavante (1937-1988)*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Até o dia 29 de agosto de 1973, o Departamento Geral de Planejamento Comunitário da Funai continuava sem solução a respeito do grupo Karajá Santana Araguaia, estando já no 6º processo sobre o assunto. Segundo um documento do dia 25 de outubro de 1971, o processo ainda estava em tramitação normal pelas secretarias afetas, tendo a Secretaria de Viação e Obras Públicas dado parecer favorável. O processo havia sido encaminhado à Secretaria de Agricultura.

Em 18 de fevereiro de 1974, o processo sugeriu que a área pretendida pela Funai no município de Santana do Araguaia/PA incidia em terras tituladas em nome de Martinho de Lima Alencar (título definitivo nº 45, expedido em 30.12.1961). Devido a isso, caberia à Funai utilizar o meio legal, previsto na alínea b, § 1º, art.º 20, do Estatuto do Índio de 1973⁴⁹, para solicitar ao governo federal a desapropriação da área em questão, uma vez que a permanência do grupo Karajá sem a mínima assistência levaria, a curto prazo, ao seu completo extermínio. Ademais, o processo reconhecia que os índios estavam morrendo à míngua nas praias do rio Araguaia, situação essa agravada com o inverno que havia inundado as praias.

Em 22 de fevereiro de 1974, o processo foi restituído pela 2ª Delegacia Regional e, segundo o protocolo geral, foi encaminhado ao gabinete do presidente. Já no ofício de nº 42/74, de 22 abril de 1974, o presidente da Câmara de Vereadores de Santana do Araguaia comunicou a aprovação da

⁴⁹ "Art. 20. Em caráter excepcional e por qualquer dos motivos adiante enumerados, poderá a União intervir, se não houver solução alternativa, em área indígena, determinada a providência por decreto do Presidente da República. 1º A intervenção poderá ser decretada: a) para pôr termo à luta entre grupos tribais; b) para combater graves surtos epidêmicos, que possam acarretar o extermínio da comunidade indígena, ou qualquer mal que ponha em risco a integridade do silvícola ou do grupo tribal; c) por imposição da segurança nacional; d) para a realização de obras públicas que interessem ao desenvolvimento nacional; e) para reprimir a turbação ou esbulho em larga escala; f) para a exploração de riquezas do subsolo de relevante interesse para a segurança e o desenvolvimento nacional" (BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em:

proposição 05/74, que verificava que a prefeitura havia reservado uma área para a criação de um posto indígena destinado aos Karajá que ali habitavam. O ofício ressaltava que o processo para doação de terras havia sido dirigido ao governo do estado do Pará, e este encaminhou à Assembleia Legislativa. Contudo, o assunto ainda não havia sido votado.

Em um requerimento de 27 de abril de 1974, da Câmara Municipal de Santana do Araguaia, diz-se que o povo Karajá havia reclamado que Sallim Costa Luz tinha deslocado quase todos os povos indígenas que habitavam em uma localidade próxima à cidade para outro local distante da sede do município, onde estavam passando por privações por falta de recursos. Já em um documento de 23 de julho de 1974, nota-se a existência de um oitavo processo sobre a demarcação das terras, do que se depreende o complexo emaranhado administrativo em torno da questão. Em anos subsequentes, surgiram mais cobranças a respeito da situação dos Karajá. Em 1980, o último despacho solicitando a regularização da área havia sido feito em 23 de julho de 1974.

Considerações finais

A partir do artigo desenvolvido sobre agentes e conflitos em uma demarcação de terra indígena na Amazônia durante a Ditadura Militar no Brasil, é possível reconhecer a evidência de um panorama complexo e multifacetado, marcado por uma intensa confusão de competências entre os diversos órgãos públicos envolvidos nas esferas municipal, estadual e federal. A falta de clareza e a coordenação nas responsabilidades e atribuições por parte dessas esferas de governo não somente contribuiu para as disputas e conflitos em torno das terras Karajá, favorecendo invasores dos territórios tradicionais, como também projetou um ambiente de instabilidade e insegurança jurídica para as comunidades afetadas. Os conflitos sobre a jurisdição e os procedimentos a serem adotados, gerados pelas diversas esferas de governo, resultaram em uma fragmentação na abordagem da

demarcação de terras. Embora o governo federal buscassem estabelecer diretrizes gerais, por vezes a atuação descoordenada com os governos estaduais e municipais acentuava a incerteza sobre competências e atribuições nos processos de demarcação.

Também é possível reconhecer uma confluência de interesses políticos, econômicos e ideológicos que prevaleceram durante a Ditadura Militar, relegando os Karajá e outros povos nativos à condição de grande vulnerabilidade. Os grandes projetos de desenvolvimento industrial, agropecuário, minerador e energético utilizaram a demarcação de terras como instrumento para a expansão econômica e consolidação geopolítica do Estado brasileiro nos interiores, muitas vezes desconsiderando as reivindicações, os direitos, as memórias e as histórias desses povos. No que diz respeito ao processo de demarcação de terras analisado, observa-se que ele foi moroso, confuso sob os pontos de vista jurídico e administrativo, e permeado de adversidades que colocaram em risco os direitos, inclusive o direito à vida, dos Karajá. Pode-se afirmar, portanto, que a burocracia excessiva, a morosidade processual e a falta de transparência nos processos de demarcação não foram apenas incidentes isolados, mas sintomas de uma estratégia deliberada de enfraquecimento das bases territoriais e culturais das populações indígenas durante a Ditadura Militar.

Referências

Corpus documental

BRASIL. Brasil Nunca Mais. Estrada da “entregação” da Amazônia. BNM_092 (4), [s.d.], p. 1393. Disponível em: https://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01.

BRASIL. [Constituição (1967)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1967*. Brasília, DF: Presidência da República, [1971]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 31 jul. 2024.

BRASIL. *Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio.* Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.001%2C%20DE%2019,sobre%20o%20Estatuto%20do%20%C3%8Dndio.&text=Art.%201%C2%BA%20Esta%20Lei%20regula,e%20harmoniosamente%2C%20%C3%A0%20comunh%C3%A3o%20nacional.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.001%2C%20DE%2019,sobre%20o%20Estatuto%20do%20%C3%8Dndio.&text=Art.%201%C2%BA%20Esta%20Lei%20regula,e%20harmoniosamente%2C%20%C3%A0%20comunh%C3%A3o%20nacional. Acesso em: 1 mar. 2023.) Acesso em: 1 mar. 2023.

BRASIL. Ministério Público Federal. *Inquérito civil nº 1.23.005.000135/2015-60.* [Brasília, DF]: Ministério Público Federal, 2021.

BRASIL. Relatório da Comissão de Investigação do Ministério do Interior. (Relatório Figueiredo). Brasília, DF: Ministério do Interior, 1967.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). *Violações de direitos humanos dos povos indígenas.* In: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). *Relatório: textos temáticos.* Brasília: CNV, 2014. p. 203-264. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2). Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 15 out. 2025.

TERRAS demarcadas – processos. Acervo digital do Armazém Memória – Um resgate coletivo da História, [20--]. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CRV_Terras&pesq=&pesquisa=Pesquisar&pagfis=0. Acesso em: 15 out. 2025.

Referências bibliográficas

ALCÂNTARA, Gustavo Kenner; Tinôco, Lívia Nascimento; Maia Luciano Mariz (org.). *Índios, direitos originários e territorialidade.* Brasília, DF: ANPR, 2018.

ARAÚJO, Rayane Barreto de. O Relatório Figueiredo e as violações dos direitos indígenas nas páginas do Jornal do Brasil (1965-1968). *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 213-250, jul./dez. 2018.

BERNARDI; Bruno Boti; RORIZ, João. Mantendo o céu no lugar: o caso Yanomami e as denúncias contra a ditadura militar brasileira na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, [s. l.], n. 40, p. 1-35, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2023.40.262918>. Acesso em: 15 out. 2025.

DAVIS, Shelton. *Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil.* Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antíteses*, [s. l.], v. 2, n. 4, p. 831-856, jul./dez. 2009. Disponível

em:

<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/2668/3937>.

Acesso em: 24 out. 2025.

GARFIELD, Seth. *A luta indígena no coração do Brasil. Política indigenista, a Marcha para o Oeste e os índios xavante (1937-1988)*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Índios, Direitos Originários e Territorialidade. / Associação Nacional dos Procuradores da República. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão. Ministério Público Federal. Organizadores: Gustavo Kenner Alcântara, Lívia Nascimento Tinôco, Luciano Mariz Maia. Brasília: ANPR, 2018.

MESQUITA, Thiago Broni de. *Os governos militares e a política de terras para a Amazônia (1964-1973)*. Belém: Universidade Federal do Pará, 2015.

MOREIRA, Vânia Losada. Deslegitimação das diferenças étnicas, “cidanização” e desamortização das terras de índios: notas sobre liberalismo, indigenismo e leis agrárias no México e no Brasil na década de 1850. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 4, n. 8, p. 68-85, jul.-dez. 2012.

OLIVEIRA, Natália Araújo de. Os Xavante e as políticas de desenvolvimento para a Amazônia Legal Brasileira: de símbolo da brasiliade a obstáculo ao progresso. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 22, n. 2, p. 146-178, 2017. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/30374>. Acesso em: 10 maio 2024.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 133, p. 480-500, set./dez. 2018.

SOUZA, Marcio et al. *Os índios vão à luta*. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1981. v. 2.

SOUSA, Igor Silva de. A cosmopolítica Yawalapiti: uma análise histórica da organização política do Alto Xingu. 2024. 117 f., il. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

Trinidad, Carlos Benítez. 2018. “A questão indígena Sob a Ditadura Militar: Do Imaginar Ao Dominar”. *Anuário Antropológico* 43 (1):257. <https://doi.org/10.4000/aa.2986>.

Outros materiais consultados

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Amazônia Legal*. Rio

de Janeiro: IBGE, [s.d.]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/quadrogeografico/pdf/19_Amazonia%20Legal.pdf. Acesso em: 24 out. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (Brasil). Povos Indígenas no Brasil: Karajá. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Karaj%C3%A1>. Acesso em: 15 out. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Terras Indígenas Karajá, 2012. Disponível em: https://img.socioambiental.org/v/publico/pibmirim/avatares/karaja3peq.jpg.html?g2_jsWarning=true. Acesso em: 6 jul. 2024.

KARAJÁ. Museu do Índio, [20--]. Disponível em: <http://prodoclin.museudoindio.gov.br/index.php/etnias/karaja>. Acesso em: 15 out. 2025.

SERVIÇO de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais. MAPA, 2025. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/ultimas-noticias/686-servico-de-protecao-aos-indios-e-localizacao-dos-trabalhadores-nacionais>. Acesso em: 1 mar. 2023.

“COMECEI A ESCREVER SOBRE PODER, PORQUE ERA ALGO QUE EU TINHA MUITO POUCO”¹

Sabrina Bentes²

Resumo: Este trabalho é uma reunião de fragmentos de um tempo e um espaço. Esta nota de pesquisa é apenas o breve início de uma jornada que busca escrever sobre as histórias de 32 meninas e mulheres que me encontraram³ a partir da leitura de seus autos de crime de defloramento, no tempo que vai de 1890 até 1930 e no espaço da Comarca de São José de Macapá. Os fragmentos encontrados, podem nos contar muito sobre os motivos históricos de o estado do Amapá figurar nos piores índices de violência contra as mulheres. Essa nota de pesquisa também é um pequeno fragmento que busca indicar os caminhos que esta pesquisa pretende seguir.

Palavras-chave: História das mulheres; Gênero; Decolonialidade.

"I STARTED WRITING ABOUT POWER BECAUSE IT WAS SOMETHING I HAD VERY LITTLE OF"

Abstract: This work is a collection of fragments from time and space. This research note is just the brief beginning of a journey that seeks to write about the stories of 32 girls and women who found me through reading their deflowering crime reports, from 1890 to 1930, in the district of São José de Macapá. The fragments found can tell us a lot about the historical reasons why the state of Amapá has the worst rates of violence against women. This research note is also a small fragment that seeks to indicate the paths this research intends to follow.

Keywords: Women's history; Gender; Decoloniality.

Este trabalho é uma reunião de fragmentos de um tempo e um espaço.

¹ Título inspirado na obra de Octavia E. Butler, intitulada *Kindred: laços de sangue* (2019).

² Graduada e Mestra em História pela Universidade Federal do Amapá; Doutoranda em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9999846420644589>. E-mail: bentessabrina7@gmail.com

³ Acredito que os arquivos não sejam uma massa amorfa, mas uma produção dinâmica no tempo e no espaço. A partir das orientações de Saidiya Hartman (2021) e da pergunta clássica de Gayatri Spivak (1985), “Pode o subalterno falar?”, busco, nesta pesquisa, tentar “ouvir” o que foi calado pela produção desses arquivos. A ação de pesquisa não é, portanto, só minha, muito também por uma questão de respeito com aqueles que já não estão aqui para falar por si mesmos, não os considero meramente objetos de pesquisa. Foram vidas. Resta-me tentar trazer essas vozes abafadas pelo tempo a partir de uma ideia de que elas foram, e são, sujeitas ativas de alguma maneira. Isso também é uma escolha metodológica e ética.

O tempo são anos que seguem desde 1890 até 1930, o espaço é a Comarca de São José de Macapá e os fragmentos são 32 autos de crimes de defloramento provenientes do Arquivo do Tribunal de Justiça do Amapá. Esse recorte temporal foi escolhido porque foi possível observar, a partir de um balanço geral dos arquivos disponibilizados para esta pesquisa, que a produção dos autos de crimes de defloramento é muito maior a partir da década de 1890, e se estende até a década de 1930, devido à mudança de código penal que ocorreu na década de 1940. O recorte espacial se deu pela observação dos altos índices de violência contra mulheres e meninas no estado do Amapá e pela pergunta que parte do presente para o passado sobre os motivos desses índices tão alarmantes e as razões históricas para isso. Este trabalho também se apresenta como uma possibilidade de preenchimento de lacunas em relação à história das mulheres no Amapá.

Faço essa descrição de tempo, espaço e fragmento/fonte pela necessidade metodológica, para tentar caber em um lugar que há muito já me parece pequeno — sinto que trabalhar com o tempo organizado de maneira cartesiana, quadripartite, acaba por limitar o entendimento do que é a própria História, mas sei que isso é necessário para “caber” nos limites do início, meio e fim do ocidente, por ora. Dito isso, os vestígios encontrados são parte da história de vida, de figuras consideradas menores, mas que, de algum modo, puderam chegar até aqui e me fazer de trampolim para erguer as suas vozes abafadas por quase cem anos em caixas de arquivos. Posso emprestar as palavras de Audre Lorde⁴ para dizer que, a partir desses vestígios, pequenos e esparsos, mas preciosos, foi possível transformar as suas vozes abafadas em ação. O silêncio nunca vai nos proteger.

Trabalhar com histórias das mulheres, gênero e, neste caso, com crimes de defloramento (crimes sexuais) foi e é uma escolha muito pessoal e política. Li em algum lugar que, quando escrevemos histórias alheias, estamos

⁴ LORDE, Audre. A transformação do silêncio em linguagem e ação. In: LORDE, Audre. *Irmã outsider*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

querendo contar a nossa própria. Neste caso, é bem verdade: este trabalho tem uma justificativa muito forte: eu também fui uma menina violada, muito cedo, aos 5 anos de idade, por um vizinho que brincava comigo. Por muito tempo, fiquei pensando na escolha de querer contar, escrever ou refazer os caminhos das meninas que me encontraram nos autos de crimes de defloramento, e só depois percebi que eu também gostaria que alguém pudesse ter me ouvido. Escolhi ouvi-las, mesmo sabendo que elas não podem falar com suas próprias palavras, assim como eu não pude, escolhi porque essa história também é minha.

Assim como eu, as "Vênus"⁵ também foram violadas por pessoas muito próximas do seu dia a dia: um vizinho, um namorado, um tio, o tutor, o próprio pai. Elas não passavam de 21 anos de idade, a maior parte tinha entre 12 e 15 anos de idade. Seus nomes também se repetem, como Anas, Raimundas e Marias. Fiquei pensando no que mais gostaria de escrever sobre elas, além dos fatos encontrados nos autos, como a cor de seus olhos, a textura do cabelo, seus tamanhos, o jeito que falavam e o tom da voz, sua fisionomia, bem como seus sonhos, vontades e desejos, mas estes durariam mais de um século pra "provar de sua língua"⁶.

Dos 32 autos de crimes de defloramento observados, cerca de 29 eram negras (pretas ou pardas), além de terem sido encontrados 2 autos de crimes em que elas eram indígenas e 1 em que a ofendida se autodeclarou branca. Embora, na maioria dos autos de crimes, não conste o registro da declaração racial das ofendidas, é possível realizar uma aferição desse marcador a partir dos lugares da sua origem, geralmente locais predominantemente ocupados por pessoas negras ou indígenas, como o Igarapé do Lago, a Ilha dos Porcos ou quilombo do Curiaú. Essa inferência é reforçada pela história do estado do Amapá, que, atualmente, depois do estado da Bahia, é o com o maior

⁵ HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. In: Pereira, Allan K. et al. *Pensamento negro radical*. São Paulo: N-1 Edições, 2021.

⁶ HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. In: Pereira, Allan K. et al. *Pensamento negro radical*. São Paulo: N-1 Edições, 2021.

percentual de pessoas negras (pretas e pardas) do Brasil, cerca de 78% da sua população. A racialidade (cor/raça) das ofendidas, segundo o que defendo, é preponderante para a construção, a condução e o andamento ou não dos processos judiciais, por isso o marcador de raça estará presente do início ao fim deste trabalho, atrelado ao gênero e à classe.

Também eram meninas pobres, que realizavam serviços domésticos e que, em sua maioria, não sabiam ler ou escrever. O recorte temporal proposto (1890-1930) também foi um período considerado de decadência econômica para a região. Houve uma queda na produção da borracha, além de doenças como a malária e a varíola, que fizeram dessa região, nesse período específico, um lugar muito ruim para se viver, embora, historicamente, essa situação nunca tenha sido revertida. Dessa maneira, é possível pensar que o aumento no número de defloramentos registrados nessa época seja também o resultado de um cotidiano de muita pobreza, vulnerabilizando ainda mais as meninas e mulheres desse lugar. A educação também era precária, o que condiz com o alto número de analfabetos na Comarca⁷. Um contexto político, social e econômico fragilizado pode ser pensado como um fator que expõe à violência sexual meninas e mulheres na região nesse passado que é muito presente.

As meninas dessas histórias, encontradas nos 32 autos de crimes do Arquivo do Tribunal de Justiça do Amapá, tiveram suas vidas atravessadas por um tipo de violência que marca o corpo e alma com centenas de vestígios que são carregados até o fim da vida e que nenhum perito no exame de corpo de delito poderia detectar ao responder os quesitos regulares. Os lugares onde ocorreu o que vou chamar de violência total⁸, ou cena de

⁷ NERY, Vitor Sousa Cunha. *Colonialidade Pedagógica na Instrução Pública Primária da Comarca de Macapá (1840-1889)*. 2021. 180 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Pará, 2021.

⁸ Conceito utilizado por Denise Ferreira da Silva, para informar a morte realizada pelo Capital, pelo Estado e pela Justiça de pessoas racializadas. Em: Silva, Denise Ferreira da. *A dívida impagável: uma crítica feminista, racial e anticolonial do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2024.

sujeição⁹, tiveram como parte da cena o rio, um furo, uma ilha, um igarapé, um barco, as estradas de um seringal, um barracão de borracha, uma casa de madeira e palha, um quintal quando a maré estivesse baixa. Em relação à dinâmica desses crimes, esses ocorriam em localidades relativamente distantes da cidade de Macapá, o que influenciava muito no correr da justiça. As denúncias eram feitas a distância, por um promotor público que só saberia do crime quatro anos depois, por exemplo¹⁰. Esses locais, banhados por muita água doce e matas densas, fizeram parte da cena de violência total que marcou a vida dessas meninas, mas também constituíram espaços de sociabilidade para elas, os réus e as testemunhas.

Os julgamentos, os exames do corpo de delito e as inquirições das ofendidas, dos réus e das testemunhas eram feitos, geralmente, na Intendência da cidade de Macapá, fazendo com os personagens dos processos tivessem que se deslocar por horas, e até mesmo por dias, repetidamente, durante os meses em que os processos corriam para realizar os procedimentos da Justiça. Pode-se pensar que, muitas vezes, realizar essa trajetória também era um fator de dificuldade para o andamento do processo, como, por exemplo, para conseguir intimar as testemunhas para depor, ou como a distância era utilizada pelo réu para fugir, ou mesmo pela falta de um motor disponível para os oficiais da justiça chegarem até estes locais. Essas grandes distâncias provavelmente influenciaram bastante no desconhecimento de muitos outros crimes de defloramento.

Embora fossem lugares distantes da capital da Comarca, que era Macapá, e apesar do crime demorar muitas vezes a chegar aos ouvidos da Justiça, é interessante perceber a abrangência dela ao estender sua jurisdição nos mais diversos locais e distâncias. De toda forma, a Justiça, muitas vezes, era a única que conseguia estabelecer um vínculo extenso com a

⁹ Conceito utilizado por Saidiya Hartman, ao se referir ao estado de violência colonial pelo qual meninas e mulheres racializadas foram submetidas. Em: HARTMAN, Saidiya. *Cenas da Sujeição: Terror, escravidão e criação de si na América no século 19*. São Paulo: Fósforo, 2025.

¹⁰ AMAPÁ. Arquivo do Tribunal de Justiça do Amapá. Processo nº 1, Anna Nery, 1892.

população, mesmo sendo muito precária, seja na constituição material de seu funcionamento, seja na sua performance. Muitos dos processos que abordarei neste trabalho não tiveram um desfecho por parte da Justiça — às vezes possuem apenas o libelo inicial com a denúncia do promotor público, o corpo de delito e o auto de perguntas a ofendida —, e quando tiveram, não foram favoráveis para as ofendidas. Pontuar essas especificidades é fundamental para compreender este trabalho.

Assim, além da escolha pessoal-política, também há a escolha histórica. O estado no qual se criou a Comarca de São José de Macapá figura, há algum tempo, uma posição elevada no ranking de violência contra as mulheres. Segundo dados do ano de 2023 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública¹¹, o estado do Amapá foi considerado o mais violento do Brasil. Os municípios de Santana e de Macapá estão no ranking de cidades mais violentas, em que Santana ocupa o 1º lugar no ranking e Macapá o 9º. Segundo o Monitor da Violência¹², o estado do Amapá teve um aumento de 49,5% de mortes violentas em 2023, sendo os principais tipos os homicídios dolosos e os feminicídios, configurando também como um dos estados do Brasil com uma das mais altas taxas de assassinatos. De forma geral, não podemos esperar que índices tão altos de violência não atinjam principalmente as minorias sociais, nesse caso, meninas e mulheres.

O levantamento publicado em 2023 pelo Mapa Nacional da Violência de Gênero¹³ aponta que 52% da população feminina do Norte do Brasil já sofreu algum tipo de violência de gênero, e o Amapá aparece em 2º lugar,

¹¹ ANUÁRIO Brasileiro de Segurança Pública 2023. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 17, 2023. ISSN 1983-7364. Disponível em:

<https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/57>. Acesso em: 30 set. 2025.

¹² ALEIXO, Rafael. Monitor da Violência: Amapá teve alta de 49,5% na taxa de mortes violentas em 2023, a mais alta do país. G1, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/03/12/monitor-da-violencia-amapa-teve-alta-de-495percent-na-taxa-de-mortes-violentas-em-2023-a-mais-alta-do-pais.ghtml>. Acesso em: 30 set. 2025.

¹³ MAPA Nacional da Violência de Gênero. Senado Federal, [2025?]. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/mapadaviolencia/#/inicio>. Acesso em: 30 set. 2025.

com 56% na lista dos estados do Norte onde as mulheres já sofreram algum tipo de violência de gênero. No mesmo levantamento, 74% das mulheres amapaenses declararam conhecer uma amiga, familiar ou conhecida que já sofreu violência de gênero. Quando comparado aos outros estados do Brasil, o Amapá, em 2024, aparece em 4º lugar no ranking da Pesquisa Estadual de Violência contra a Mulher¹⁴ como o estado onde as mulheres mais sofrem violência.

Nos dados mais atuais sobre o estado do Amapá, realizados pelo Observatório da Mulher Amapaense da Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres (SEPM)¹⁵, de janeiro a setembro de 2024, 3.444 mulheres foram acolhidas pelos Centros de Acolhimento, 551 casos sendo acompanhados pelo Observatório e mais de 11.045 serviços foram prestados às mulheres vítimas de violência de gênero, como atendimento médico, auxílio jurídico, serviço social, psicologia etc. Um dado interessante é que, no gráfico gerado até o momento, o tipo de violência mais registrado é a psicológica, que é considerada o estágio inicial do ciclo de violência doméstica.

No que diz respeito, aos casos de violência sexual de meninas e mulheres, os dados do ano de 2023, segundo o Anuário de Segurança Pública, também foram alarmantes, a taxa é de um estupro a cada 6 minutos, e o perfil são de meninas de até 13 anos de idade, sobretudo negras. Os agressores são, em sua maioria, pessoas presentes na vida cotidiana dessas meninas e mulheres, como vizinhos, conhecidos, familiares, companheiros ou ex-parceiros. A violência de cunho sexual ocorre sobretudo dentro de casa. Três cidades do norte do Brasil ocuparam posição de destaque na ocorrência desse tipo de violência: Porto Velho (RO), Boa Vista (RR) e Itaituba (PA).

No Amapá, segundo dados do mesmo Anuário, os índices de violência

¹⁴ PESQUISA Estadual de Violência contra a Mulher – 2024. Senado Federal, 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/pesquisas/pesquisa-estadual-de-violencia-contra-a-mulher-2024>. Acesso em: 30 set. 2025.

¹⁵ OBSERVATÓRIO da Mulher. SEPM - Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres, 2025. Disponível em: <http://observatoriomulher.ap.gov.br/>. Acesso em: 30 set. 2025.

sexual também são alarmantes, tendo em vista o seu contingente populacional relativamente pequeno em relação aos outros estados brasileiros. No quadro geral, em números absolutos, no anos de 2023, foram registrados 157 casos de estupro e 516 casos de estupro de vulnerável, uma taxa de 91,7 por 100 mil habitantes, um alto índice para a dimensão do estado. Quando as vítimas de estupro e estupro de vulnerável são mulheres, os índices aumentam ainda mais: foram registrados 151 casos de estupro e 441 de estupro de vulnerável, o que, ao todo, representa uma taxa de 160,3 estupros por 100 mil mulheres.

A partir desses dados, é necessário pensar que esse estado de violência total e de reprodução de cenas de sujeição contra meninas e mulheres se construiu historicamente. Essa é uma das tarefas pensadas para a construção deste trabalho, mas, além dela, analisar como se organizaram os instrumentos da justiça para permitir que essas mesmas cenas de sujeição fossem repetidas ano após anos ao longo do tempo e do espaço e como a própria violência é ontológica na constituição do Estado e de suas instituições, como a Justiça, que fora forjada às custas de sangue e subjugação de mulheres negras, indígenas, pardas e brancas pobres.

A tese levantada aqui é de que o defloramento, enquanto criação sociojurídica, foi utilizado pelo Estado, por meio da Justiça, como um dispositivo/ferramenta para a sujeição, cenas de subjugação ou violência total contra meninas e mulheres, sendo organizado por um mandato de masculinidade¹⁶, que opera a partir dos critérios da colonialidade de gênero¹⁷. Diante dessa conjunção de colonialidades, o sistema de justiça transparece

¹⁶ Conceito criado pela antropóloga Rita Segato para descrever o processo histórico de opressão das mulheres. Em: SEGATO, Rita. *As estruturas elementares da violência: ensaios sobre gênero entre a antropologia, a psicanálise e os direitos humanos*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2024.

¹⁷ Conceito criado pela filósofa María Lugones para descrever o processo de conformação da "humanidade" a partir de 1492. É uma complementação ao conceito de Rita Segato (2024), pois Lugones entende que não foi somente o critério racial, mas também o de gênero utilizado para categorizar pessoas no "novo mundo". Em: LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set.-dez. 2014.

em sua própria ontologia esses critérios e os utiliza para julgar e, ao mesmo tempo, marginalizar meninas e mulheres que foram vítimas da violência total, revitimizando-as num ciclo quase eterno de subjugação.

Em confluência com essa tese, há a fresta causada pela destruição. É nessa fresta que pretendo adentrar também. Apesar de perpassar pela violência, almejo realizar um movimento de recusa¹⁸ dessa mesma violência: hackear o sujeito que subjuga e tentar compreender ou ouvir aquelas vozes que foram abafadas por quase cem anos de arquivos e dos critérios do sistema de justiça. É um trabalho com muitos limites, mas também muitas possibilidades de escrever e fabular criticamente¹⁹ sobre esse tema que já foi muito documentado pela historiografia, mas que ainda não tinha alcançado a pequena Comarca de São José de Macapá. Embora seja um tema “velho”, a violência contra mulheres e meninas permanece ininterrupta e crescente, por isso, é sempre necessário falar sobre ela. O desafio é transformar a dor em possibilidade de vida, não só de sobrevivência, decretando o fim deste mundo como o conhecemos. Como esclarece Segato:

Esse universo denso de masculinidade e sua história colonial precisam ser entendidos a fim de compreendermos o ataque do estuprador contra a vítima. O que acontece quando um corpo é apropriado, dominado, estuprado - deflorado -. Sem entender o caráter inteiramente político do ato do estupro e a estrutura de poder particular que ele sugere, tonar-se impossível compreender a natureza desse crime no mundo contemporâneo, uma vez que ele põe em movimento um processo histórico no qual um sujeito se alimenta e se constrói por meio da fagocitose de seu imensurável alter, e esse alter é a substância que o constitui²⁰.

Gostaria de pensar que a violência não é capaz de apenas trazer a

¹⁸ Termo/conceito utilizado por Denise Ferreira da Silva como prática de recusar os métodos humanistas pós-iluministas de observar o mundo. Recusa da violência como ontológica da metodologia das ciências humanas e da filosofia nas análises. Em: SILVA, Denise Ferreira da. Hackear o sujeito: feminismo negro e recusa além dos limites da crítica. In: PEREIRA, Allan K. et al. *Pensamento negro radical*. São Paulo: N-1 Edições, 2021.

¹⁹ Conceito criado por Saidiya Hartman, na mesma via que Denise Ferreira da Silva (2021). Ela diz que é possível recusar a violência contida nos arquivos e fabular sobre um mundo da vida. Em: Hartman, Saidiya. Vênus em dois atos. In: PEREIRA, Allan K. et al. *Pensamento negro radical*. São Paulo: N-1 Edições, 2021.

²⁰ SEGATO, Rita. *Cenas de um pensamento incômodo: gênero, cárcere e cultura em uma visada decolonial*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022. p. 17.

destruição a partir da violência total e da cena de sujeição. Espero que as frestas nos escombros e os vestígios deixados pelos limites do arquivo e pela colonialidade possam ser retraduzidos a ponto de poder informar o que essas meninas e mulheres dos 32 autos de crimes de defloramento estiveram querendo contar, não necessariamente a partir de suas próprias línguas e vozes, mas pelo trabalho que realizaram, da sua cor, da sua origem, da sua idade etc. Esse seria o sentido próprio de hackear o sujeito da subjugação e trazer as histórias dessas muitas Marias, Raimundas e Anas, das "Vênus" à superfície, para "desfigurá-las e liberá-las para realizar o que sozinhas podem performar que é o desarranjo da gramática moderna"²¹, ou a recusa de ser conformada para sempre na cena de subjugação.

Como já abordei anteriormente, a proposta de tese centra-se na análise de autos de crime de defloramento produzidos na Comarca de São José de Macapá nos anos que vão de 1890 até 1930, utilizando, para isso, o arcabouço teórico dos estudos decoloniais, dos feminismos decoloniais, das epistemologias do sul global e dos estudos negros, especialmente conceitos como mandato de masculinidade, colonialidade do gênero, recusa e termos como cenas de sujeição e violência total, além dos conceitos amplamente estudados pela vasta historiografia a esse respeito, como honra, honestidade, virgindade, estupro e defloramento, com base em autoras como María Lugones, Rita Segato, Saidyia Hartman, Audre Lorde, Denise Ferreira da Silva, Ochy Curiel, Martha de Abreu Esteves, Sueann Caulfield, Rachel Sohiet, Cristina Donza Cancela entre outras.

A ideia é fazer um cruzamento entre essa gama de conceitos, de modo a entender que o defloramento — prática central da análise da pesquisa — pode ser compreendido não apenas como uma descrição legal de uma prática criminosa muito recorrente no final do século XIX até a década de

²¹ SILVA, Denise Ferreira da. Hackear o sujeito: feminismo negro e recusa além dos limites da crítica. In: PEREIRA, Allan K. et al. *Pensamento negro radical*. São Paulo: N-1 Edições, 2021. p. 197.

1940, quando sua nomenclatura é modificada para “sedução”, mas como um dispositivo brutal de organização social, desumanização e controle de corpos femininos. Dessa forma, será analisado como ele foi milimetricamente construído e constituído a partir dos conceitos de honra, honestidade e virgindade e como estes por sua vez são indispensáveis para o funcionamento deste dispositivo. Nesse sentido, utilizar-se-á a teoria feminista decolonial como base para esta análise.

Esse cruzamento busca, então, compreender como esse dispositivo foi constituído para atingir o objetivo de separar as meninas e as mulheres consideradas “honestas” das “desonestas” e colocar estas últimas à margem do projeto republicano, que visava uma higienização racial e de gênero. Essa ideia veio do entendimento de que a maioria dos trabalhos sobre esse tema pouco explora a ontologia dessas criações, apenas descrevendo o funcionamento da sociedade a partir do uso desses conceitos, mas pouco discriminando o seu sentido ontológico, além de utilizar a teoria feminista decolonial para análise de um tema que já foi bastante explorado, mas que ainda, como já escrevi, não alcançou a Comarca de São José de Macapá e seus números de defloramento expressivos tanto para a época como para os casos de estupro nos até os dias atuais.

Referências

ANUÁRIO Brasileiro de Segurança Pública 2023. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 17, 2023. ISSN 1983-7364. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/57>. Acesso em: 30 set. 2025.

ALEIXO, Rafael. Monitor da Violência: Amapá teve alta de 49,5% na taxa de mortes violentas em 2023, a mais alta do país. G1, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/03/12/monitor-da-violencia-amapa-teve-alta-de-495percent-na-taxa-de-mortes-violentas-em-2023-a-mais-alta-do-pais.ghtml>. Acesso em: 30 set. 2025.

BUTLER, Octavia E. *Kindred: laços de sangue*. Local: Morro Branco Editora, 2019.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. In: PEREIRA, Allan K. et al. *Pensamento*

negro radical. São Paulo: N-1 Edições, 2021, p. 105-126.

LORDE, Audre. A transformação do silêncio em linguagem e ação. In: LORDE, Audre. *Irmã outsider*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 51-56

LORDE, Audre. As ferramentas do senhor não desmantelam a casa grande. In: LORDE, Audre. *Irmã outsider*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 135-140.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set.-dez. 2014.

MAPA Nacional da Violência de Gênero. *Senado Federal*, [2025?]. Disponível em:

<https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/mapadaviolencia/#/inicio>. Acesso em: 30 set. 2025.

OBSERVATÓRIO da Mulher. *SEPM - Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres*, 2025. Disponível em: <http://observatoriomulher.ap.gov.br/>. Acesso em: 30 set. 2025.

PESQUISA Estadual de Violência contra a Mulher – 2024. *Senado Federal*, 2024. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/pesquisas/pesquisa-estadual-de-violencia-contra-a-mulher-2024>. Acesso em: 30 set. 2025.

SEGATO, Rita. *As estruturas elementares da violência: ensaios sobre gênero entre a antropologia, a psicanálise e os direitos humanos*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2024.

SEGATO, Rita. *Cenas de um pensamento incômodo: gênero, cárcere e cultura em uma visada decolonial*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

SILVA, Denise Ferreira da. Hackear o sujeito: feminismo negro e recusa além dos limites da crítica. In: PEREIRA, Allan K. et al. *Pensamento negro radical*. São Paulo: N-1 Edições, 2021, p. 193-222.

Fontes

AMAPÁ. Arquivo do Tribunal de Justiça do Amapá. Processo nº 1, Anna Nery, 1892.

TRABALHO INDÍGENA E PRODUÇÃO NAS MISSÕES JESUÍTICAS DO GUAIRÁ, TAPE E ITATIM (1609-1641)

Leandro Ferraz¹

Resumo: Os resultados trazidos nestas notas de pesquisa correspondem à análise de uma etapa de introdução, tentativas de consolidação e instabilidade das missões jesuíticas do Guairá, do Tape e do Itatim. Essa etapa se deu entre o início da expansão missionária da Companhia de Jesus no Paraguai (1609) e a vitória dos missionários e indígenas contra os bandeirantes na batalha do Mbororé (1641) — triunfo que teria sido definitivo para concretizar a organização interna das missões. Diversos fatores seriam entraves para o estabelecimento das missões, como conflitos com os encomenderos espanhóis e os bandeirantes paulistas, a resistência de diferentes grupos e lideranças indígenas e a distância do colégio de Assunção. Esta análise trata da produção e do trabalho indígena nessas missões durante a fase inicial de ocupação jesuítica. Baseando-se em alguns dos pressupostos da chamada Nova História Indígena, busca-se fazer a leitura de documentos produzidos nesse período das regiões estudadas. A leitura e a interpretação dos documentos são acompanhadas por um suporte bibliográfico que auxilia no entendimento da sociedade colonial, das sociedades indígenas e dos valores que norteavam a atividade da Companhia de Jesus, bem como seu funcionamento interno.

Palavras-chave: Missões jesuíticas; Paraguai; Trabalho indígena e produção.

INDIGENOUS LABOR AND PRODUCTION IN THE JESUIT MISSIONS OF GUAIRÁ, TAPE AND ITATIM (1609-1641)

Abstract: The results brought by these research notes come from the analysis of a stage of introduction, attempts at consolidation and instability for the Jesuit missions of Guairá, Tape and Itatim. This stage starts with the beginning of missionary expansion of the Society of Jesus in Paraguay (1609) and ended with the victory of the missionaries and natives over the bandeirantes in the Mbororé battle (1641) — triumph that would be definitive to secure the internal organization of the missions. Many elements would be obstacles for the establishment of the missions, such as conflict with Spanish encomenderos and bandeirantes from São Paulo, resistance from indigenous groups and leaders, and the distance from the college of Assunção. This research aims to examine the organization of production and indigenous labor in these missions during this initial phase of Jesuit occupation. Guided by premises of the New Indigenous History, we aim to read documentation produced in this period in these selected regions. The reading and the interpretation of these documents are assisted by a bibliographical body that helps to understand colonial society, indigenous societies, and the values that guided the activities of the Society of Jesus, as well as their internal operation.

Keywords: Jesuit missions; Paraguay; Indigenous labor and production.

¹ Graduando em História Licenciatura na Universidade Federal de São Paulo. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3239175379804946>. E-mail: leandro.ferraz@unifesp.br. O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2024/10935-1.

Introdução

A pesquisa que deu origem a estas notas busca compreender o desenvolvimento econômico nas reduções da Província Jesuítica do Paraguai, mais especificamente as do Itatim, do Guairá e do Tape. Respectivamente, as regiões correspondem a partes dos atuais territórios do Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul².

Foram escolhidas essas três regiões geográficas pela função que cumpririam na ocupação do espaço colonial a partir de Assunção. O recorte temporal diz respeito ao início da expansão jesuítica no Paraguai, em 1609, e vai até 1641, ano marcado pela vitória dos jesuítas sobre os bandeirantes paulistas na batalha do M'bororé. No caso das bandeiras, para Monteiro³, o “desastre” dessa batalha teria marcado o fim de uma era, mesmo que ainda tenham havido algumas incursões pontuais posteriormente. No caso das reduções, a resolução desse fator externo, na visão de Mörner⁴, teria sido definitiva para tornar possível a concretização de sua organização interna. Sendo assim, esse período é tratado aqui como a primeira fase de missão nessas regiões, com características diferentes de outros momentos, sendo marcada por um caráter introdutório, de instabilidade, experimentação e tentativas de consolidação.

Boa parte da bibliografia que analisa essas questões tende a dar menos atenção a essa fase. Em alguns casos, ela pode tratar da economia das reduções de uma forma abrangente, sem uma temporalidade mais específica, como em Popescu⁵. Em outros, seguindo linha semelhante, preocupa-se em buscar características de natureza mais universal:

² QUARLERI, Lia. *Rebelión y guerra en las fronteras del Plata: guaraníes, jesuitas e imperios coloniales*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009, 384 p.

³ MONTEIRO, John. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, 300 p.

⁴ MÖRNER, Magnus. *Actividades políticas y económicas de los jesuitas en el Río de la Plata*. Buenos Aires: Paidos, 1968, 261 p.

⁵ POPESCU, Oreste. *El sistema económico en las misiones jesuíticas*. Bahia Blanca: Editorial Pampa-Mar, 1952, 125 p.

denominadores comuns que pudessem definir a experiência econômica jesuítica como um todo, desde sua chegada até sua expulsão em 1768, normalmente com um enfoque ainda em períodos posteriores. Este seria o caso, por exemplo, de parte da produção de Garavaglia *et al.*⁶ Essas obras são importantes para esta pesquisa e necessárias para entender o contexto da produção e as bases do pensamento econômico jesuítico, mas seus conteúdos não abrangem as particularidades pertinentes à primeira fase nas três regiões já citadas.

Em sua obra sobre o comércio da erva-mate, Garavaglia⁷ também passa pela experiência econômica dos inacianos, mas tratando majoritariamente da segunda metade do século XVII em diante. Há também obras que tratam de questões mais específicas e pertinentes majoritariamente a esse outro período⁸. Nesse outro momento, a situação dos missionários já se encontrava mais estável e praticamente não se criavam novas reduções⁹.

Outra questão referente às análises do trabalho e da produção nos núcleos jesuíticos é quanto ao papel da mulher Guarani no interior das reduções. Em muitas obras que têm o propósito de descrever o desenvolvimento da experiência da Companhia de Jesus na região da bacia do rio da Prata desde sua chegada¹⁰, esse aspecto é pouco trabalhado. É

⁶ GARAVAGLIA, Juan. *et al.* *Modos de producción en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina Editores, 1973, 242 p.

⁷ GARAVAGLIA, Juan. *Mercado interno y economía colonial: tres siglos de historia de la yerba mate*. 2. ed. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2008, 508 p.

⁸ VÁZQUEZ, María. Crecimiento del Litoral rioplatense colonial y decadencia de la economía misionera: un análisis desde la ganadería. *Investigaciones de Historia Económica*, Madrid, v. 3, n. 9, p. 11-44, 2007. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/IHE/article/view/70091>. Acesso em: 12 jan. 2025.

⁹ GARAVAGLIA, Juan. *et al.* *Modos de producción en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina Editores, 1973, 242 p.

¹⁰ FURLONG, Guillermo. *Misiones y sus pueblos de guaraníes*. Buenos Aires: Balmes, 1962, 788 p.; GADELHA, Regina. *As missões jesuíticas do Itatim: estruturas socio-econômicas do Paraguai colonial – séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, 342 p.; GARAVAGLIA, Juan. *et al.* *Modos de producción en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina Editores, 1973, 242 p.; MASY, Rafael. *Estrategias de desarrollo rural en los pueblos guaraníes (1609-1767)*. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1992, 512 p.; MELIÀ, Bartomeu. *El guaraní conquistado y reducido: ensayos de etnohistoria*. 4. ed. Assunção: CEADUC, 1997, 299 p.;

possível encontrar elementos em passagens curtas e talvez fazer algumas inferências. Por exemplo, sabe-se que, pelo menos nas povoações espanholas da região do Paraguai, além de cumprir outros tipos de trabalho, a mulher indígena trabalhava nos roçados, algo herdado da própria organização do trabalho na sociedade Guarani¹¹. Sabemos também, pela documentação, que os Guarani consideravam que o cumprimento de tarefas domésticas, como cozinhar e varrer, era papel das mulheres¹². Tendo ciência de que os jesuítas também buscaram organizar a produção a partir dos padrões da sociedade indígena, sempre que isso fosse aceitável aos missionários¹³, é possível supor que as atribuições da mulher Guarani nas reduções fossem parecidas.

Uma inferência semelhante pode ser feita a partir do apontamento de Gadelha¹⁴ quanto ao trabalho da fiação: a autora afirma que, nas reduções do século XVIII, esse trabalho era executado pela mulher, e seria razoável supormos que isso também foi verdade para o século XVII. Mas em que nível foram adaptadas as divisões de trabalho tradicionais dos indígenas no contexto das missões, ou se de fato podemos presumir continuidade entre divisões posteriores e aquelas presentes no período aqui estudado, são elementos que carecem de verificação e de uma abordagem mais atenta.

É preciso também enfatizar que, como já dito, os membros da Companhia organizaram seus núcleos em grande parte com base em moldes preexistentes nas sociedades indígenas. Além disso, casos como o do cacique

MÖRNER, Magnus. *Actividades políticas y económicas de los jesuitas en el Rio de la Plata*. Buenos Aires: Paidos, 1968, 261 p.

¹¹ GADELHA, Regina. *As missões jesuíticas do Itatim: estruturas socio-econômicas do Paraguai colonial – séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, 342 p.

¹² MONTOYA, Antonio. *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesus, en las Provincias del Paraguay, Parana, Vruguay y Tape*. Assunção: Editorial El Lector, 1996.

¹³ GARAVAGLIA, Juan. et al. *Modos de producción en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina Editores, 1973, 242 p.

¹⁴ GADELHA, Regina. *As missões jesuíticas do Itatim: estruturas socio-econômicas do Paraguai colonial – séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, 342 p.

Arapizandú, que solicitou ou facilitou a entrada dos missionários¹⁵, e do cacique Ñezú, cuja comunidade foi uma constante ameaça aos jesuítas na região banhada pelo rio Yjuí¹⁶, evidenciam o papel que a cultura Guarani e as lideranças nativas exerceram no processo.

Essa influência da estrutura social indígena e das suas próprias intenções na expansão das missões aponta para um movimento duplo (mesmo que desigual) permeado por negociações, concessões e ameaças. Decisões tomadas pelos missionários com respeito a trabalho e produção passaram, inevitavelmente, pelo filtro da relação com os nativos. É necessário, então, dialogar com uma bibliografia que busque compreender, como diz Garavaglia¹⁷, o substrato anterior: como funcionavam essas comunidades, quais eram suas concepções de mundo e como isso influenciou suas reações frente às mudanças trazidas pelo processo de colonização. Um exemplo importante de trabalhos que tratam dessa temática a obra de Quarleri¹⁸.

No que diz respeito às concepções de mundo, o choque entre as visões sobre a acumulação é especialmente significativo para esta pesquisa. Os Guarani tinham como objetivo da produção de excedentes o consumo em festas rituais, que representariam a generosidade dos líderes, o bem-estar da comunidade e o prazer do grupo¹⁹; a unidade produtiva era a família extensa,

¹⁵ CHAGAS, Nádia. *Europeus e indígenas: relações interculturais no Guairá nos séculos XVI e XVII*. 221 f. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/2976>. Acesso em: 12 jan. 2025; SUSNIK, Branislava. *Los indios del Paraguay*. Madrid: Gráficas Lormo, 1995, 452 p.

¹⁶ OLIVEIRA, Paulo. *O encontro entre os guarani e os jesuítas na Província do Paraguai e o glorioso martírio do venerável padre Roque González nas tierras de Ñezú*. 2010. Tese (Doutorado em História). Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/21462>. Acesso em: 12 jan. 2025; SUSNIK, Branislava. *Los indios del Paraguay*. Madrid: Gráficas Lormo, 1995, 452 p.

¹⁷ GARAVAGLIA, Juan. *Mercado interno y economía colonial: tres siglos de historia de la yerba mate*. 2. ed. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2008, 508 p.

¹⁸ QUARLERİ, Lia. *Logicas y concepciones sobre trabajo, acumulación y bienestar en los pueblos de indios guaraníes (siglos XVII y XVIII)*. Anos 90, Porto Alegre, v. 20, n. 37, p. 177-212, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/26264>. Acesso em: 12 jan. 2025.

¹⁹ QUARLERİ, Lia. *Logicas y concepciones sobre trabajo, acumulación y bienestar en los pueblos de indios guaraníes (siglos XVII y XVIII)*. Anos 90, Porto Alegre, v. 20, n. 37, p. 177-212,

e a circulação dos bens se dava pela reciprocidade²⁰. O processo de tentativas de transformação do propósito em torno do trabalho indígena, a que Garavaglia²¹ se refere como uma exploração mais “racional” (no sentido da razão econômica europeia) da mão de obra, foi uma constante na experiência das reduções. A forma em que isso foi colocado em prática pelos jesuítas, e até onde isso foi possível nessa fase inicial, é um dos pontos analisados neste trabalho, especialmente tendo em vista as interferências anteriores do colonizador, como o regime das encomiendas.

Resultados e discussão

Durante a leitura dos documentos, algumas informações de caráter mais abrangente para o Paraguai são significativas: a baixa presença de moeda, que levava a uma economia de escambo²² ou a outros elementos serem usados para a troca, como a cana²³ e a erva-mate²⁴; o valor relativamente baixo do gado, que teria o preço do que, em Castela, seria equivalente ao de uma galinha²⁵; e a cotação mais comum da erva-mate, de 25 pesos huecos a cada 100 libras.

²⁰ 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/26264>. Acesso em: 12 jan. 2025.

²¹ SOUZA, José. O sistema econômico nas sociedades indígenas guarani pré-coloniais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 8, n. 9, p. 211-253, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832002000200010>. Acesso em: 12 jan. 2025.

²² GARAVAGLIA, Juan. et al. *Modos de producción en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina Editores, 1973, 242 p.

²³ CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1549-1640)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.

²⁴ LEONHARDT, Carlos. *Documentos para la historia Argentina*. Tomo XX: Iglesia. Cartas anuas de la provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús (1615-1637). Buenos Aires: Talleres S. A. Casa Jacobo Peuser, 1929.

²⁵ LEONHARDT, Carlos. *Documentos para la historia Argentina*. Tomo XX: Iglesia. Cartas anuas de la provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús (1615-1637). Buenos Aires: Talleres S. A. Casa Jacobo Peuser, 1929; MONTOYA, Antonio. *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesus, en las Provincias del Paraguay, Parana, Vruguay y Tape*. Assunção: Editorial El Lector, 1996.

²⁶ MONTOYA, Antonio. *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesus, en las Provincias del Paraguay, Parana, Vruguay y Tape*. Assunção: Editorial El Lector, 1996.

Quanto à produção, a baixa quantidade de trigo, carne e sal parece ter sido recorrente nas reduções durante todo esse período²⁶. As reduções de Loreto e San Ignacio podem ser vistas como exceções importantes, ao menos em seu período mais tardio: pouco antes de seu abandono, em 1632, essas reduções já tinham muitas manadas de ovelhas, cabras, mulas, vacas e uma produção de excedentes capaz de alimentar um comércio de tecidos²⁷. É também notório que, ainda que houvesse gado em uma redução, ele teria a função principal de produzir leite, manteiga e queijo, e, no caso bovino, de ajudar nas tarefas agrícolas²⁸. A carne bovina seria consumida, normalmente, de forma ocasional, como em episódios de surtos de doenças²⁹, ou em momentos excepcionais, como durante a penosa fuga do Guairá³⁰.

No entanto, a ênfase na pobreza inicial das reduções por vezes entra em contradição com outras descrições do mesmo período, como na Carta Ânua de 1613, em que Loreto e San Ignacio já têm gado bovino, vinhedo e um moinho para processar a cana ali já produzida³¹. Além disso, é curioso que o acesso à carne de caça faça parte dessas descrições de penúria³². É possível que a concepção de pobreza, nesses relatos, seja referente à baixa quantidade de excedentes, ou ao fato dos jesuítas não terem controle total

²⁶ LEONHARDT, Carlos. *Documentos para la historia Argentina*. Tomo XIX: Iglesia. Cartas anuas de la provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús (1609-1614). Buenos Aires: Talleres S. A. Casa Jacobo Peuser, 1927; MONTOYA, Antonio. *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesus, en las Provincias del Paraguay, Parana, Vruguay y Tape*. Assunção: Editorial El Lector, 1996.

²⁷ LEONHARDT, Carlos. *Documentos para la historia Argentina*. Tomo XX: Iglesia. Cartas anuas de la provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús (1615-1637). Buenos Aires: Talleres S. A. Casa Jacobo Peuser, 1929.

²⁸ LEONHARDT, Carlos. *Documentos para la historia Argentina*. Tomo XX: Iglesia. Cartas anuas de la provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús (1615-1637). Buenos Aires: Talleres S. A. Casa Jacobo Peuser, 1929.

²⁹ CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e Bandeirantes no Tape (1615-1641)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969.

³⁰ MONTOYA, Antonio. *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesus, en las Provincias del Paraguay, Parana, Vruguay y Tape*. Assunção: Editorial El Lector, 1996.

³¹ LEONHARDT, Carlos. *Documentos para la historia Argentina*. Tomo XIX: Iglesia. Cartas anuas de la provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús (1609-1614). Buenos Aires: Talleres S. A. Casa Jacobo Peuser, 1927.

³² MONTOYA, Antonio. *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesus, en las Provincias del Paraguay, Parana, Vruguay y Tape*. Assunção: Editorial El Lector, 1996.

sobre a produção (tanto em um sentido de comando sobre a mão de obra quanto na obtenção de sustentos mais fixos e previsíveis — como carne de gado, em vez de caça). Isso justificaria as descrições iniciais de Loreto e San Ignacio como pobres, a despeito de nelas, por exemplo, já estar vivendo a liderança indígena Miguel Atiguaiec, descrito como possuidor de boas reservas de grãos³³. Também não se pode deixar de considerar que essas descrições podiam exercer um papel político na busca por apoio da Coroa.

Como é de se esperar, as condições de uma redução tendiam a estar diretamente ligadas ao tempo que elas teriam para se desenvolver. Como já dito, Loreto e San Ignacio, justamente as mais antigas dentre as aqui estudadas, chegaram a ser bastante prósperas, tendo abundância de comida, plantações de algodão e alta produção de tecidos, muito gado e moinhos para o processamento de cana, além das igrejas que chamaram a atenção do Provincial Durán pela sua dimensão³⁴. Por outro lado, o mesmo Provincial foi desencorajado, no episódio de sua visita, quanto às suas intenções de visitar as reduções de Encarnación e San José, devido exatamente ao seu caráter ainda prematuro e, portanto, precário³⁵.

Um fato que nos chama a atenção nos relatos é a escolha de um indígena de plantar cana-de-açúcar em seu próprio roçado³⁶. Segundo a bibliografia, nas reduções havia separação espaço-temporal entre o trabalho necessário e o trabalho produtor de excedentes. No primeiro, denominado abambaé (terra do homem), o indígena teria alguns dias da semana para produzir seu próprio sustento de forma autônoma. No resto do tempo, dedicar-

³³ LEONHARDT, Carlos. *Documentos para la historia Argentina*. Tomo XIX: Iglesia. Cartas anuas de la provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús (1609-1614). Buenos Aires: Talleres S. A. Casa Jacobo Peuser, 1927.

³⁴ LEONHARDT, Carlos. *Documentos para la historia Argentina*. Tomo XX: Iglesia. Cartas anuas de la provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús (1615-1637). Buenos Aires: Talleres S. A. Casa Jacobo Peuser, 1929.

³⁵ LEONHARDT, Carlos. *Documentos para la historia Argentina*. Tomo XX: Iglesia. Cartas anuas de la provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús (1615-1637). Buenos Aires: Talleres S. A. Casa Jacobo Peuser, 1929.

³⁶ MONTOYA, Antonio. *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesus, en las Provincias del Paraguay, Parana, Vruguay y Tape*. Assunção: Editorial El Lector, 1996.

se-ia à outra face do trabalho, chamada de tupambaé (terra de Deus) — esta seria destinada à produção para o uso comunitário³⁷. A escolha de manter um canavial em seu roçado, a princípio contrariando o propósito de subsistência do abambaé, pode indicar uma adaptação curiosa ao novo cenário construído pela colonização: se sabemos que a cana era utilizada nas trocas, devido à falta de moeda metálica, é possível que o intuito do indígena em produzi-la fosse seu uso comercial.

É notório que, até o momento, não tenham sido encontradas evidências de mudanças importantes nas práticas agrícolas nativas. A coivara, praticada tradicionalmente pelos Guarani, é de baixa sustentabilidade. Isso é evidenciado em parte da documentação: em 1619, em carta escrita pelo superior das missões do Paraguai, José Cataldino, dirigida ao Provincial Oñate, é dito que, com essa técnica, os indígenas próximos a Assunção somente trabalhavam a terra por até três anos, quando então mudavam de chácaras³⁸; para o Uruguai, esse tempo seria de cinco a seis anos³⁹. De uma forma mais geral, Sarreal⁴⁰ coloca esse intervalo entre dois e seis anos. O tempo considerado por aqueles indígenas como suficiente para a recuperação do solo não é quantificado na documentação até o momento consultado; é informado, no entanto, que os indígenas não plantavam em “campo descoberto” por considerá-lo “inútil”⁴¹. Isso nos leva a crer que os lavradores esperavam que a terra previamente utilizada recuperasse sua cobertura antes de ser novamente submetida ao plantio, o

³⁷ GARAVAGLIA, Juan. et al. *Modos de producción en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina Editores, 1973, 242 p.

³⁸ CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1549-1640)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.

³⁹ LEONHARDT, Carlos. *Documentos para la historia Argentina*. Tomo XX: Iglesia. Cartas anuas de la provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús (1615-1637). Buenos Aires: Talleres S. A. Casa Jacobo Peuser, 1929.

⁴⁰ SARREAL, Julia. *The guaraní and their missions: a socioeconomic history*. Stanford: Stanford University Press, 2014, 335 p.

⁴¹ LEONHARDT, Carlos. *Documentos para la historia Argentina*. Tomo XX: Iglesia. Cartas anuas de la provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús (1615-1637). Buenos Aires: Talleres S. A. Casa Jacobo Peuser, 1929. p. 368.

que somente ocorreria em um prazo relativamente longo, sempre maior que o tempo de cultivo⁴².

Tais limitações entravam em direta contradição com a intenção dos jesuítas de reconfigurar o espaço de ocupação indígena para assentamentos mais fixos — a palavra *redução*, de fato, trata exatamente da intenção de reduzir o espaço de vivência do indígena, visando a uma nova configuração espacial, na qual ele seria mais facilmente submetido e explorado na produção⁴³. Segundo Sarreal⁴⁴, essa técnica agrícola seria substituída por outras que permitissem esses assentamentos, apesar da autora não nos fornecer o intervalo de tempo em que esse processo teria sido concretizado. Gadelha⁴⁵ aponta que os padres teriam supervisionado as plantações e ensinado os indígenas a “arar, colher e beneficiar as colheitas”, mas, para isso, utiliza documentação que não diz respeito ao período ou aos locais aqui examinados. Masy⁴⁶, por sua vez, afirma não ter encontrado prova documental de que os jesuítas contrariaram diretamente essa técnica de desmonte e de que a superação dessa dificuldade — ao menos nas reduções guairenhas de San Loreto e San Ignacio — teria sido promovida pela escolha acertada de solos mais férteis, sem vulnerabilidade a secas e geadas.

⁴² MUNARI, Lucia C. *Memória social e ecologia histórica: a agricultura de coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da Mata Atlântica local*. 2009. 217 f. Dissertação (Mestrado em Ciências – Ecologia). Departamento de Ecologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/41/41134/tde-07032010-134736/pt-br.php>. Acesso em: 12 jan. 2025.

⁴³ MELIÀ, Bartomeu. *El guaraní conquistado y reducido: ensayos de etnohistoria*. 4. ed. Assunção: CEADUC, 1997, 299 p.; OLIVEIRA, Paulo. *O encontro entre os guarani e os jesuítas na Província do Paraguai e o glorioso martírio do venerável padre Roque González nas tierras de Ñezú*. 2010. Tese (Doutorado em História). Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/21462>. Acesso em: 12 jan. 2025.

⁴⁴ SARREAL, Julia. *The guaraní and their missions: a socioeconomic history*. Stanford: Stanford University Press, 2014, 335 p.

⁴⁵ GADELHA, Regina. *As missões jesuíticas do Itatim: estruturas socio-econômicas do Paraguai colonial – séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 221.

⁴⁶ MASY, Rafael C.. *Tecnica y tecnologia agrarias apropiadas en las misiones guaranies. Estudios Ibero-Americanos*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, v. 15, n. 1, 1989. p. 27-28.

De qualquer forma, esse era um problema que estava posto para as missões, e como os padres o enfrentaram no recorte temporal escolhido, será um dos objetos investigados na continuação desta pesquisa. Tomando como exemplo a redução de Encarnación: esta foi, a princípio, fundada em um “campo”, local que inicialmente foi rejeitado pelos indígenas, algo interpretado por Montoya⁴⁷ como causa da fome que se sucedeu. Isso só teria se resolvido a partir da mudança de Encarnación para algumas serras próximas, de terras ditas mais férteis e atraentes aos nativos. Além disso, a discrepância existente nos documentos sobre as distâncias entre as reduções de San Loreto e San Ignacio do Guairá — três léguas no suplemento à Carta Ânua de 1614, uma léguia e meia na de 1616, novamente três léguas na de 1617 e “não mais que quatro léguas” na de 1618-1619⁴⁸ —, pode resultar tanto de imprecisões quanto da mudança de chácaras como resposta ao esgotamento do solo.

Já o papel da mulher na produção é evidenciado em algumas passagens, notavelmente em episódios em que os homens teriam se recusado a exercer tarefas ditas femininas. Varrer, cozinhar e fiar o algodão seriam, para os Guarani, tarefas reservadas às mulheres, de acordo com os resultados obtidos. No entanto, o fato de a ameaça (perpetrada em rumores pelos encomenderos, em momento de conflito com os padres) de que os homens reduzidos seriam obrigados a fiar ter tido credibilidade entre os indígenas pode ser um indicativo de que os jesuítas tentaram colocá-los nesses papéis⁴⁹.

⁴⁷ MONTOYA, Antonio. *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesus, en las Provincias del Paraguay, Parana, Vruguay y Tape*. Assunção: Editorial El Lector, 1996.

⁴⁸ LEONHARDT, Carlos. *Documentos para la historia Argentina*. Tomo XX: Iglesia. Cartas anuas de la provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús (1615-1637). Buenos Aires: Talleres S. A. Casa Jacobo Peuser, 1929, p. 204.

⁴⁹ MONTOYA, Antonio. *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesus, en las Provincias del Paraguay, Parana, Vruguay y Tape*. Assunção: Editorial El Lector, 1996; LEONHARDT, Carlos. *Documentos para la historia Argentina*. Tomo XX: Iglesia. Cartas anuas de la provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús (1615-1637). Buenos Aires: Talleres S. A. Casa Jacobo Peuser, 1929.

Cruzando, porém, estas informações com aquelas passadas por Gadelha⁵⁰ e já mostradas na seção introdutória, é possível concluir que, se houve tal tentativa, a rejeição dos indígenas implicou no seu fracasso, pelo menos no que diz respeito à fiação: esta começou como papel feminino e continuou assim até o século XVIII.

Considerações finais

Para além das informações obtidas da produção em si, alguns elementos interessantes foram levantados no processo de pesquisa até o presente momento. Percebe-se concretamente que as decisões dos indígenas eram fundamentais para o estabelecimento das reduções: do já descrito fracasso inicial da redução de Encarnación (até que ela fosse mudada para terras que os nativos considerassem férteis) aos atritos em torno da possibilidade de mudanças na acentuada divisão do trabalho tradicional dos Guarani, fica evidente que a capacidade de intervenção direta dos jesuítas no âmbito produtivo era bastante limitada.

Outra questão é que as perguntas em torno das práticas agrícolas e sua adequação aos objetivos reducionais continuam em aberto, sendo possível que os jesuítas não tenham conseguido resolvê-las, ao menos nessa primeira fase. Se for esse o caso, os propósitos de conversão do indígena a uma nova forma de vida talvez não tenham sido apropriadamente alcançados no período estudado.

Referências

Fontes documentais

CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1549-1640)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.

⁵⁰ GADELHA, Regina. *As missões jesuíticas do Itatim: estruturas socio-econômicas do Paraguai colonial – séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, 342 p.

CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e Bandeirantes no Tape (1615-1641)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969.

LEONHARDT, Carlos. *Documentos para la historia Argentina*. Tomo XIX: Iglesia. Cartas anuas de la provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús (1609-1614). Buenos Aires: Talleres S. A. Casa Jacobo Peuser, 1927.

LEONHARDT, Carlos. *Documentos para la historia Argentina*. Tomo XX: Iglesia. Cartas anuas de la provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús (1615-1637). Buenos Aires: Talleres S. A. Casa Jacobo Peuser, 1929.

MONTOYA, Antonio. *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesus, en las Provincias del Paraguay, Parana, Vruguay y Tape*. Assunção: Editorial El Lector, 1996.

Referências bibliográficas

CHAGAS, Nádia. *Europeus e indígenas: relações interculturais no Guairá nos séculos XVI e XVII*. 221 f. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/2976>. Acesso em: 12 jan. 2025.

FURLONG, Guillermo. *Misiones y sus pueblos de guaraníes*. Buenos Aires: Balmes, 1962, 788 p.

GADELHA, Regina. *As missões jesuíticas do Itatim: estruturas socio-econômicas do Paraguai colonial – séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, 342 p.

GARAVAGLIA, Juan. *Mercado interno y economía colonial: tres siglos de historia de la yerba mate*. 2. ed. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2008, 508 p.

GARAVAGLIA, Juan. et al. *Modos de producción en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina Editores, 1973, 242 p.

MASY, Rafael C.. *Tecnica y tecnologia agrarias apropiadas en las misiones guaraníes*. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, v. 15, n. 1, 1989. p. 21-47.

MELIÀ, Bartomeu. *El guaraní conquistado y reducido: ensayos de etnohistoria*. 4. ed. Assunção: CEADUC, 1997, 299 p.

MONTEIRO, John. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, 300 p.

MÖRNER, Magnus. *Actividades políticas y económicas de los jesuitas en el Rio de la Plata*. Buenos Aires: Paidos, 1968, 261 p.

MUNARI, Lucia C. *Memória social e ecologia histórica: a agricultura de coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da Mata Atlântica local*. 2009. 217 f. Dissertação (Mestrado em Ciências – Ecologia). Departamento de Ecologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/41/41134/tde-07032010-134736/pt-br.php>. Acesso em: 12 jan. 2025.

OLIVEIRA, Paulo. *O encontro entre os guarani e os jesuítas na Província do Paraguai e o glorioso martírio do venerável padre Roque González nas tierras de Ñezú*. 2010. Tese (Doutorado em História). Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/21462>. Acesso em: 12 jan. 2025.

POPESCU, Oreste. *El sistema económico en las misiones jesuiticas*. Bahia Blanca: Editorial Pampa-Mar, 1952, 125 p.

QUARLERI, Lia. *Rebelión y guerra en las fronteras del Plata: guaraníes, jesuitas e imperios coloniales*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009, 384 p.

QUARLERI, Lia. *Logicas y concepciones sobre trabajo, acumulación y bienestar en los pueblos de indios guaraníes (siglos XVII y XVIII)*. Anos 90, Porto Alegre, v. 20, n. 37, p. 177-212, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/26264>. Acesso em: 12 jan. 2025.

SARREAL, Julia. *The guaraní and their missions: a socioeconomic history*. Stanford: Stanford University Press, 2014, 335 p.

SOUZA, José. *O sistema econômico nas sociedades indígenas guarani pré-coloniais*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 8, n. 9, p. 211-253, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832002000200010>. Acesso em: 12 jan. 2025.

SUSNIK, Branislava. *Los indios del Paraguay*. Madrid: Gráficas Lormo, 1995, 452 p.

VÁZQUEZ, María. *Crecimiento del Litoral rioplatense colonial y decadencia de la economía misionera: un análisis desde la ganadería*. *Investigaciones de Historia Económica*, Madrid, v. 3, n. 9, p. 11-44, 2007. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/IHE/article/view/70091>. Acesso em: 12 jan. 2025.

TENSÕES URBANAS: A PERIFERIA DE GUARULHOS NAS PÁGINAS DO JORNAL O REPÓRTER DE GUARULHOS (1978-1982)¹

Peterson Mendes Paulino²

Resumo: A presente nota de pesquisa busca, a partir do jornal *O Repórter de Guarulhos*, analisar as mobilizações sociais de moradores de territórios periféricos da cidade de Guarulhos no período de circulação do periódico entre 1978 e 1982. *O Repórter de Guarulhos* era um jornal que noticiava a atuação dos sindicatos e denunciava as condições de precariedade urbana em muitos bairros periféricos da cidade. A partir da análise de notícias e artigos, buscamos observar a mobilização de moradores das periferias e favelas do município, além de tensões entre múltiplos agentes, tanto públicos como privados, nos territórios periféricos da cidade.

Palavras-chave: Periferia de Guarulhos; Jornal *O Repórter de Guarulhos*; História Urbana e Imprensa.

URBAN TENSIONS: THE PERIPHERY OF GUARULHOS IN THE PAGES OF THE NEWSPAPER O REPÓRTER DE GUARULHOS (1978-1982)

Abstract: Based on the newspaper *O Repórter de Guarulhos*, this research note seeks to analyse the social mobilizations of residents of peripheral territories in the city of Guarulhos during the period in which the newspaper was in circulation between 1978 and 1982. *O Repórter de Guarulhos* was a newspaper that reported on the actions of trade unions and denounced the precarious urban conditions in many of the city's outlying neighborhoods. Through the analysis of news and articles, we sought to observe the mobilization of residents of the city's peripheries and favelas, as well as tensions between multiple agents, both public and private, in the city's peripheral territories.

Keywords: Periphery of Guarulhos; *O Repórter de Guarulhos* Newspaper; Urban History and Press.

¹ Nota de Pesquisa elaborada a partir de análise documental proposta na *Unidade Curricular Eletiva História Urbana: Tema, Fontes e Métodos*, ministrada pelo Prof. Dr. Leonardo Faggion Novo do departamento de história da Universidade Federal de São Paulo no segundo semestre de 2024, como um dos critérios de avaliação para cumprimento da disciplina.

² Graduando em História (Bacharelado) pela Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (EFLCH/UNIFESP). Membro Associado e pesquisador da Associação dos Amigos do Patrimônio e Arquivo Histórico (AAPAH) e pesquisador do Favelas.br/Lab.Hum/UNIFESP. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4102784199391600>. E-mail: petersomendes5@gmail.com / peterson.paulino@unifesp.br.

Introdução

Esta nota de pesquisa se propõe a explorar um conjunto de notícias do jornal *O Repórter de Guarulhos*, tendo como objeto de análise as reportagens relacionadas aos territórios periféricos e como eles eram representados no periódico. O texto inclui ainda a abordagem do território urbano e das mobilizações sociais de moradores da periferia e favelas da cidade por melhorias e instalações de equipamentos urbanos. Dessa forma, buscamos compreender as tensões no espaço urbano num momento da formação dos territórios periféricos da cidade. Os loteamentos periféricos são uma das formas pelas quais trabalhadores tiveram que recorrer para buscar oportunidades de moradia, face à crise habitacional³. Além desses territórios, as favelas também fazem parte do tecido urbano do município, onde sua presença é conhecida desde o começo dos anos 1970. Moradores periféricos e favelados, vivendo às margens da cidade, sofrem com a espoliação urbana, conceito de Kowarick⁴ que traduz o conjunto de opressões que a população desses territórios cotidianamente sofre nas cidades.

Para dar início à análise, cabe fazer um histórico do periódico. O jornal *O Repórter de Guarulhos* foi uma das imprensas alternativas a se constituir como uma das frentes da esquerda na cidade de Guarulhos. O jornal foi fundado em 1977, ano em que também foi publicada sua primeira edição⁵. O responsável pelo jornal era o jornalista e editor Névio R. Gomes, e na Redação estavam Heloísa Faria Cruz, Jose Luis Frare, Lizete Teles de Menezes, Maria Clementina P. Cunha, Tuta de Oliveira e Vicente Roig⁶. Elói Pietá, militante do Partido dos Trabalhadores (PT) e dos movimentos sociais, era um

³ BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Liberdade; FAPESP, 2017, 350p.

⁴ KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

⁵ PIETÁ, Elói. *Revirando a história de Guarulhos*. São Paulo: Caja, 1992, 162p.

⁶ O nome dos membros da Redação não aparece em todas as edições do jornal, sendo somente seus nomes conhecidos a partir das edições dos anos 1980. Dos redatores conhecidos, estão Heloísa de Faria Cruz, atual docente da PUC/SP e Vicente Roig, militante do movimento secundarista perseguido na ditadura civil-militar.

dos membros do jornal e responsável pela publicidade. Elói também publicou, em 1992, a obra *Revirando a história de Guarulhos*. No livro, ele utiliza passagens desse jornal para narrar a história das mobilizações sociais no município e conta, brevemente, sobre o surgimento do *O Repórter de Guarulhos*:

Em 1997 no centro da cidade, inicia seu funcionamento, o jornal alternativo “Repórter de Guarulhos”. Era uma forma de expressão para o povo adotada em muitas cidades do Brasil por alguns setores da esquerda. O “Repórter” existiu até 1982⁷.

Bernardo Kucinski⁸, ao realizar o mapeamento de jornais que compõem a imprensa alternativa no Brasil, traz informações sobre a materialidade do jornal, bem como algumas características de sua circulação em Guarulhos:

O Repórter de Guarulhos tirava oito mil exemplares e saiu em tamanho standard, passando depois a tablóide. Vendido a apenas Cr\$ 2,00 propunha-se a “facilitar às chamadas classes menos favorecidas não só o acesso à imprensa – que continua sendo coisa de elite no Brasil e em Guarulhos ainda mais –, mas sobretudo um veículo para a divulgação de suas necessidades, anseios, reivindicações, e lutas pela melhoria de seu padrão de vida”. Também O Repórter de Guarulhos contava com apoio institucional dos sindicatos, que compravam repartes do jornal para distribuí-los gratuitamente e de comunidades eclesiás de base⁹.

A imprensa alternativa era assim chamada, de acordo com Aguiar¹⁰, pois era a que se opunha à imprensa hegemônica vigente. A Imprensa Alternativa também desempenhou um papel importante na Ditadura Civil-Militar (1964-1985) como forma de resistência ao regime ditatorial, face à

⁷ PIETÁ, Elói. *Revirando a história de Guarulhos*. São Paulo: Caja, 1992, 162p. p. 94.

⁸ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991, 259p. Disponível em: http://www.marcosfaerman.com.br/1991_JornalistasRevolucionarios.pdf. Acesso em: 20 jan. 2025.

⁹ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991, 259p. p. 83. Disponível em: http://www.marcosfaerman.com.br/1991_JornalistasRevolucionarios.pdf. Acesso em: 20 jan. 2025.

¹⁰ AGUIAR, Flávio. Imprensa alternativa: opinião, movimento e em tempo. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 233-248.

repressão que os jornalistas sofreram no período. Cruz e Pereira¹¹, ao falarem sobre a ação dos trabalhadores e sindicatos na imprensa, indicam que, diferentemente dos seus locais de trabalho e de organização política, os bairros populares e periféricos onde residiam e vivenciavam também uma intensa atividade de organização por melhorias urbanas, era pouco destacado na imprensa.

Entendemos que a análise das notícias do jornal possibilitará a leitura de uma cidade mergulhada em disputas envolvendo uma série de agentes: desde os próprios moradores das periferias e favelas até as imobiliárias, grileiros, loteadoras etc. Sobre a imprensa como fonte para o historiador, Capelato¹² apresenta a importância do uso da imprensa como objeto de pesquisa histórica e ressalta que o seu uso como fonte pressupõe uma abordagem mais crítica, o que leva à desconstrução do documento. Para refletir sobre as questões urbanas nesses territórios, apoiamo-nos em Bresciani¹³, no sentido da necessidade de abertura de uma “nova porta” para compreensão da cidade na contemporaneidade, sobretudo ligada ao seu funcionamento sob lógicas diversas, além de suas contradições e conflitos marcados pela crescente urbanização. Nesse sentido, as favelas e periferias podem ser compreendidas por essa lógica, pois vão muito além de um território da pobreza, sendo um território marcado por lutas, solidariedades e resistências frente à falta de equipamentos públicos e de infraestrutura urbana. Ainda com Bresciani¹⁴, consideramos que reportagens e textos sobre

¹¹ CRUZ, Heloisa de Faria; PEREIRA, Lauro Ávila. Territórios periféricos e trabalhadores: imprensa, identidades coletivas e lutas sociais (1978-1985). In: DIAS, Luiz Antônio; LONGHI, Carla (org.). *História e representação: linguagens, comunicação e mídias*. Curitiba: Appris, 2023, p. 61-86.

¹² CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana Martins; PRADO, Maria Ligia Coelho (org.). *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. São Paulo: Humanitas; Capes, 2015, p. 114-136.

¹³ BRESCIANI, Maria Stela Martins. As sete portas da cidade. *Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, [s. l.], n. 34, p. 10-15, 1981.

¹⁴ BRESCIANI, Stella. Cidade e território: os desafios da contemporaneidade numa perspectiva histórica. In: BRESCIANI, Stella. *Da cidade e do urbano: experiências, sensibilidades, projetos*. São Paulo: Alameda Editorial, 2018.

os territórios periféricos e, mais especificamente, as favelas mobilizam atenção da imprensa, principalmente se relacionados a relatos de violência de cunho policial, tragédias (como incêndios, deslizamentos etc.), entre outros malefícios ocorridos nessas localidades.

Lutas sociais e mobilizações na periferia

O Repórter de Guarulhos, ao longo de sua atuação, deu bastante visibilidade à atuação política do PT e dos sindicatos, mas também dedicava boa parte de suas páginas para noticiar uma série de eventos que ocorriam na periferia da cidade. O jornal teve uma forte atuação na luta pelos favelados da cidade. A Vila Flórida, considerada a primeira favela identificada da cidade, ocupa boa parte de algumas edições do jornal, destacando a atuação dos moradores pela permanência e melhorias na favela. Em algumas edições, notamos que eram destacadas na capa notícias que envolviam, por exemplo, casos de grilagem de terra, como a denúncia de invasão no Cocaia, bairro periférico da cidade¹⁵.

Dessa forma, concentramo-nos nas notícias e artigos que tratavam especialmente das condições estruturais urbanas de bairros e loteamentos da cidade, além de conflitos ligados a agentes públicos ou privados que são recorrentes nessas notícias, como loteadoras, imobiliárias e órgãos da prefeitura. O período de análise, cobre a atuação do jornal entre 1978 e 1982, sendo analisadas um total de 20 edições. Para isso, foram selecionadas edições que trouxessem informações sobre os jornalistas e repórteres que assinam as colunas, além de notícias relacionadas à condição urbana de territórios periféricos já apontados. A seleção foi realizada a partir de palavras-chave, como **imobiliária, favelas, prefeitura e grilagem**, bem como da leitura das notícias na íntegra, a fim de identificar esses agentes que tensionam o

¹⁵ O REPÓRTER DE GUARULHOS. Guarulhos: [s. n.], Ano V, n. 37, jul. 1981. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/documento/o-reporter-de-guarulhos-37/>. Acesso em: 30 set. 2025.

espaço urbano periférico. As edições analisadas se encontram digitalizadas na plataforma Memórias da Ditadura Militar, que reúne um conjunto de variados periódicos que circularam no período ditatorial no Brasil.

Nas páginas 4 e 5 da edição de maio de 1978¹⁶, uma série de pequenas colunas com os nomes de bairros da cidade denunciam a falta de infraestrutura urbana nessas localidades, desde a falta de um campo de futebol no Jardim Barbosa, passando pelo esgoto aberto nos Jardim Kawamoto, Santo Eduardo e das Acáias, até a “curva da morte” na movimentada Avenida Tiradentes, uma das principais de Guarulhos. Nesta edição, destaca-se a frase localizada ao meio do periódico: “Cidade Símbolo¹⁷? Do quê?”. Notamos que a “cidade símbolo” retratada no jornal, não condiz com a ideia de uma Cidade Símbolo que era pensada para Guarulhos naquele momento. O “símbolo”, aqui, era o símbolo do descaso, do abandono e da falta de políticas públicas e de ações da prefeitura voltadas aos moradores das periferias da cidade.

Na edição de junho de 1978¹⁸, nas páginas 4 e 5, seguem outras denúncias da falta de infraestrutura urbana, mas, dessa vez, mencionando algumas favelas da cidade, em especial, a Vila Flórida. No artigo “Um projeto para sair da favela”, são relatadas as estratégias que os moradores da Vila Flórida buscam para construir suas casas com recursos próprios. De acordo com o que está descrito na coluna, o plano consistia na compra do terreno e na reunião de, aproximadamente, 100 famílias, que juntaram cerca de 500

¹⁶ O REPÓRTER DE GUARULHOS. Guarulhos: [s. n.], Ano II, n. 4, maio 1978. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/documento/o-reporter-de-guarulhos-4/>. Acesso em: 30 set. 2025.

¹⁷ Guarulhos era conhecida como “Cidade Símbolo”. Esse nome vem da obra de Adolfo de Vasconcelos Noronha, chamada “Guarulhos, Cidade Símbolo: História de Guarulhos 1560-1960” escrita no contexto das comemorações do IV Centenário da cidade. Uma análise da obra pode ser vista em: GUERRA, Tiago. **O IV Centenário em Guarulhos: Espelhando a Capital Paulista** In: AAPAH (org.) *Signos e significados em Guarulhos: identidade, urbanização e exclusão*. Guarulhos: AAPAH, 2014.

¹⁸ O REPÓRTER DE GUARULHOS. Guarulhos: [s. n.], Ano II, n. 5, jun. 1978. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/documento/o-reporter-de-guarulhos-5/>. Acesso em: 30 set. 2025.

cruzeiros por mês, criando uma espécie de fundo para a compra de materiais de construção das casas. A prefeitura entraria então na organização dos lotes de terra. Com as casas construídas no método de mutirão, os moradores pagariam os terrenos em prestações. O projeto chegou a ser apresentado a vereadores da cidade, mas tanto eles quanto a prefeitura alegaram a falta de recursos para a execução do projeto.

O jornal questionava, afinal, os planos da prefeitura para as favelas. Em sua coluna, trazia que, para os moradores que tivessem terreno, a prefeitura entraria com a planta da casa, e para os que tivessem tanto o terreno quanto o material, auxiliaria com a mão de obra. No caso dos favelados que desejassem sair, seria oferecida a passagem para o retorno ao norte ou interior, além do caminhão de mudança. Dessa forma, o artigo expõe a ação dos favelados em meio a um cenário em que incertezas quanto à permanência da favela e as angústias dos moradores são sentidas.

Mais adiante, nos anos 1980, uma denúncia de corrupção e irregularidades em lotes ocupou boa parte das páginas do jornal. Nesse momento, observamos mais uma tensão na periferia da cidade e a entrada de mais um personagem: os loteadores. Esses agentes privados, responsáveis pelo loteamento de diversos bairros periféricos, estão presentes na formação de muitas regiões que compõem a periferia da cidade. Na edição de fevereiro de 1980¹⁹, na capa e nas páginas 2 e 8, é noticiado um caso de extorsão envolvendo, na época, o secretário de Planejamento Urbano, Valdomiro Ramos, o chefe de Gabinete do prefeito Jaime Tolentino e um funcionário da Câmara Municipal de Guarulhos, Roberto Moutinho. Ambos estavam extorquindo o loteador do Jardim Vila Rica, Luciolo França Vasconcelos. O caso, denunciado por vereadores da Câmara, expõe um esquema que consistia na aprovação dos loteamentos mediante

¹⁹ O REPÓRTER DE GUARULHOS. Guarulhos: [s. n.], Ano IV, n. 21, fev. 1980. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/documento/o-reporter-de-guarulhos-21/>. Acesso em: 30 set. 2025.

pagamentos a funcionários do alto escalão da prefeitura. O artigo “Caso de corrupção atinge a prefeitura” nos mostra que a prática da corrupção estava presente na formação e constituição de loteamentos da cidade. Como traz Raquel Rolnik²⁰, a ilegalidade também se manifesta na formação dos territórios periféricos da cidade.

A última edição que será analisada mostra um caso em que os moradores do Jardim Fortaleza protestam na sede da Imobiliária Continental²¹. O protesto dos moradores era motivado pela falta de melhoramentos que a imobiliária, responsável pelo loteamento, não estava realizando. O artigo “Imobiliária usa máquinas para calar os moradores do Fortaleza”, noticia as medidas tomadas pelos moradores em frente à sede da imobiliária. Meses sem acesso à luz e a escassez de ônibus no bairro fizeram que protestos fossem organizados no local²². As manifestações eram bastante comuns nesses territórios, principalmente quando os moradores que começaram a ocupar os lotes para construção de suas moradias não eram ouvidos nem pela prefeitura, tampouco pelas imobiliárias à frente dos loteamentos.

Conclusão

O Repórter de Guarulhos pode ser entendido como uma importante fonte para refletir sobre a condição urbana nos territórios periféricos de Guarulhos, em um momento em que esses espaços estavam cada vez mais presentes no tecido urbano do município, marcado por constantes lutas e descasos presentes. Além disso, o periódico contribuiu para pensar o período

²⁰ ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei*. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 1999, 242p.

²¹ A Imobiliária Continental é uma das mais conhecidas imobiliárias da cidade. Sabe-se pouco sobre sua história, mas suas atividades em Guarulhos já são conhecidas desde a década de 1970. O Jardim Continental, localizado na periferia de Guarulhos, recebe esse nome em alusão a essa imobiliária.

²² O REPÓRTER DE GUARULHOS. Guarulhos: [s. n.], Ano VI, n. 45, set. 1982. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/documento/o-reporter-de-guarulhos-45/>. Acesso em: 30 set. 2025.

da cidade de Guarulhos no final dos anos 1970/1980, marcado pela urbanização e formação de muitos bairros na periferia do município. Como pontua Carlos José Ferreira dos Santos²³, uma série de agentes sociais que se relacionam com interesses particulares foram responsáveis pela formação dos territórios da cidade.

Cabe apontar nesta nota que pesquisas futuras poderão aprofundar a atuação do jornal nos territórios periféricos de Guarulhos, num momento de intensa mobilização social e política, e, segundo Sader²⁴, na entrada de novos atores na cena pública e política, como ficou evidente nas passagens analisadas. Assim, o periódico tem potencial para reflexões sobre a formação das periferias da cidade, suas representações e personagens envolvidos, bem como sobre sua relação com outros movimentos sociais do período, levando em conta o contexto ditatorial e as transformações urbanas que a cidade vivenciava naquele momento.

Referências

Fontes

O REPÓRTER DE GUARULHOS. Guarulhos: [s. n.], Ano II, n. 4, maio 1978. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/documento/o-reporter-de-guarulhos-4/>. Acesso em: 30 set. 2025.

O REPÓRTER DE GUARULHOS. Guarulhos: [s. n.], Ano II, n. 5, jun. 1978. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/documento/o-reporter-de-guarulhos-5/>. Acesso em: 30 set. 2025.

O REPÓRTER DE GUARULHOS. Guarulhos: [s. n.], Ano IV, n. 21, fev. 1980. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/documento/o-reporter-de-guarulhos-21/>. Acesso em: 30 set. 2025.

²³ SANTOS, Carlos José Ferreira. *Identidade urbana e globalização: a formação dos múltiplos territórios em Guarulhos-SP*. São Paulo: Annablume, 2006.

²⁴ SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena. Experiências e luta dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. São Paulo: Paz & Terra, 1988.

O REPÓRTER DE GUARULHOS. Guarulhos: [s. n.], Ano V, n. 37, jul. 1981. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/documento/o-reporter-de-guarulhos-37/>. Acesso em: 30 set. 2025.

O REPÓRTER DE GUARULHOS. Guarulhos: [s. n.], Ano VI, n. 45, set. 1982. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/documento/o-reporter-de-guarulhos-45/>. Acesso em: 30 set. 2025.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Flávio. Imprensa alternativa: opinião, movimento e em tempo. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 233-248.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Liberdade; FAPESP, 2017, 350 p.

BRESCIANI, Maria Stela Martins. As sete portas da cidade. *Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, [s. l.], n. 34, p. 10-15, 1991.

BRESCIANI, Stella. Cidade e território: os desafios da contemporaneidade numa perspectiva histórica. In: BRESCIANI, Stella. *Da cidade e do urbano: experiências, sensibilidades, projetos*. São Paulo: Alameda Editorial, 2018, p. 473-492.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLACA, Mariana Martins; PRADO, Maria Ligia Coelho (org.). *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. São Paulo: Humanitas; Capes, 2015, p. 114-136.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEREIRA, Lauro Ávila. Territórios periféricos e trabalhadores: imprensa, identidades coletivas e lutas sociais (1978-1985). In: DIAS, Luiz Antônio; LONGHI, Carla (org.) *História e representação: linguagens, comunicação e mídias*. Curitiba: Appris, 2023, p. 61-86.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991, 259p. Disponível em: http://www.marcosfaerman.com.br/1991_JornalistasRevolucionarios.pdf. Acesso em: 20 jan. 2025.

PIETÁ, Elói. *Revirando a história de Guarulhos*. São Paulo: Caja, 1992, 162p.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1999, 242p.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena. Experiências e luta dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. São Paulo: Paz & Terra, 1988.

SANTOS, Carlos José Ferreira. *Identidade urbana e globalização: a formação dos múltiplos territórios em Guarulhos-SP*. São Paulo: Annablume, 2006.

NO MOMENTO DE PERIGO, QUEM ESCUTA O TESTEMUNHO DA BARBÁRIE?

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2022. 368p.

Davi Lee Oliveira de Castro¹

Em um célebre texto, Walter Benjamin nos presenteia com 18 teses Sobre o conceito de história, um verdadeiro tratado historiográfico que critica duramente o historicismo e alerta para os perigos de uma história positivista. Para o filósofo alemão, a imagem do passado surge a partir de um momento de perigo do tempo presente, e cabe ao historiador atiçar no passado a “centelha da esperança”, em compromisso tanto com os vivos quanto com os mortos². Esse pensamento está na sexta tese de Benjamin, e também está — não por acaso — citado integralmente no livro *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*, de Márcio Seligmann-Silva³. Seria difícil resenhar sobre esse livro, publicado pela Editora da Unicamp em 2022, sem antes fazer menção ao fio condutor das ideias de seu autor, a perspectiva contundente de Walter Benjamin da urgência por uma história dos vencidos que se oponha à cultura da barbárie.

Teórico da literatura e professor titular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Seligmann-Silva não é iniciante nos estudos de testemunho. O livro de 2022 é resultado de décadas de pesquisa sobre essa temática e sucede a outros livros já publicados, como *História, memória, literatura: O testemunho na era das catástrofes*, de 2003, e *O local da diferença: Ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução*, de 2005. O pesquisador paulista não esconde sua simpatia por Walter Benjamin — afinal,

¹ Graduando em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: davileecastro@gmail.com.

² BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de história: edição crítica*. Organização e tradução de Márcio Seligmann-Silva e Adalberto Müller. São Paulo: Alameda, 2020. 208p.

³ SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2022. 368p.

além de pesquisador de sua obra, é também seu tradutor — e por outros pensadores ilustres que reiteradamente são citados e servem de fundamento para sua pesquisa, como Émile Benveniste, Franz Kafka, Sigmund Freud, Jean Norton Cru e Jacques Derrida. O fato de Seligmann-Silva ser um historiador de formação, com pós-graduação no território da literatura e da estética⁴, torna possível germinar uma pesquisa interdisciplinar sobre a literatura de testemunho, que, em diálogo com a filosofia, a psicanálise e o direito, provoca não somente o campo da linguagem, da arte e da estética, mas sobretudo o da história, como é bem lembrado no título do livro, sugerindo uma virada, isto é, uma completa transformação desse saber.

A virada de que o professor da Unicamp trata meticulosamente em sua escrita é fruto da necessidade de testemunho provocada pelas catástrofes ocorridas desde o século passado, que expuseram a humanidade à barbárie pelos genocídios⁵. Segundo Seligmann-Silva⁶, “o testemunho coloca-se desde o início sob o signo da sua simultânea necessidade e impossibilidade”. No entremeio do real com a ficção, da memória e o esquecimento, situa-se o testemunho, que desponta sobretudo a partir do Holocausto. Escrever enquanto sobrevivente é, assim, posicionar-se ética e politicamente no momento posterior à catástrofe, construindo pela linguagem uma forma de lidar com o trauma histórico.

Ao nascer da literatura do testemunho, as ciências humanas ganham novas narrativas e epistemologias através da escrita e da arte, em detrimento de um discurso monolíngue que apenas ratificava a história das elites. O

⁴ Márcio Orlando Seligmann-Silva é graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mestre em Letras pela Universidade de São Paulo, doutor em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Freie Universität Berlin e pós-doutor pelo Zentrum Für Literaturforschung Berlim e pela Yale University, também na área da Literatura e Teoria Literária.

⁵ Quanto aos genocídios, Seligmann-Silva (2022, p. 168) destaca “o armênio, o judaico, o dos tutsis, de bónsios, de vietnamitas, de cambojanos, de populações africanas nas guerras de independência e em seus desdobramentos, de indígenas, mas também de gerações inteiras perseguidas por ditaduras na América Latina e em outros continentes”.

⁶ SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura. O testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 46.

recente fenômeno de emergência da memória⁷ desloca a história para a investigação do teor testemunhal presente nas artes e na literatura. A virada testemunhal do saber histórico é, portanto, decolonial e mnemônica. Decolonial porque o testemunho quer romper com a empresa colonial que tem hierarquizado, outrificado e dizimado com indiferença populações historicamente marginalizadas mediante uma nefasta necropolítica, para usar o conceito de Achille Mbembe⁸. Mnemônica porque na memória está a base dessa nova ética que se constrói por meio da escuta do testemunho, manifesto de denúncia e resistência de quem sobreviveu à barbárie. É assim que Márcio Seligmann-Silva introduz os 12 capítulos em que seu livro é dividido, além das suas palavras finais.

Nos primeiros capítulos, com o fito de alvorecer suas ideias, o autor ensaia uma história da memória no Ocidente, vista como peça-chave para inventar nações, unir e dividir povos, construindo “comunidades imaginadas”, como bem observa Benedict Anderson⁹. As bases mnemônicas dessas comunidades são abaladas pelos dispositivos testemunhais que desfazem o alicerce colonial em que elas foram edificadas. A fim de transitar pela memória na história, o autor frequentemente recorre aos gregos antigos, dialogando com Aristóteles, Platão e Simônides de Ceos, mas também com Santo Agostinho na Idade Média, passando por Hegel até chegar aos pensadores pós-coloniais¹⁰ e ao já citado Benjamin na contemporaneidade. Com estes últimos, propõe também uma virada pós-colonial e copernicana do saber, ou seja, uma recusa de uma história calcada na memória da elite, eurocentrada e singular, ao posicionar o “anjo da história” para a imagem de

⁷ NORA, Pierre. Memória: da liberdade à tirania. *Revista Musas*, [s. l.], n. 4, p. 6-10, 2009.

⁸ MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80p.

⁹ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 336p.

¹⁰ São nominalmente referenciados no livro: Aimé Césaire, Frantz Fanon, Léopold Sédar Senghor, Edward Said, Stuart Hall, Gayatri Spivak, Ranajit Guha, Homi Bhabha, Dipesh Chakrabarty, Achille Mbembe, Grada Kilomba; no Brasil: Abdias Nascimento, Lélia Gonzalez, Djamila Ribeiro e Silvio Almeida.

um passado em ruínas que se faz perceber no presente estado de exceção em que o mundo sucumbe.

A tragédia de Ésquito, *Eumênides*, é evocada como tentativa de traçar uma origem da ideia de testemunho, por ser a primeira história de um julgamento em tribunal com advogados e testemunhas. A partir desse relato, teoriza-se sobre o testemunho de modo a identificar suas raízes falogocêntricas e patrilineares, na dicotomia entre dois modelos: *testis*, centrado na visão, é aquele que vê o episódio traumático como um terceiro de modo positivista, violento porque existe comprovação do fato — duramente rejeitado no texto; e *superstes*, um modelo auricular da testemunha sobrevivente, o qual o autor nos convida a anuir porque, ao contrário do anterior, valoriza o sujeito e se abre para outras novas sensibilidades na história.

Ao adentrar no campo da psique, o livro discute como o trauma é um elemento fulcral para entender o testemunho. Apoiado em *É isto um homem?*, relato de 1947 publicado por Primo Levi após a 2ª Grande Guerra, discute as dificuldades de narrar o trauma, que se situa num paradoxo temporal entre o presente e o passado que insiste em não passar, e lida com as reticências dos trabalhos de memória e suas limitações, que encontram espaço dentro das possibilidades imaginativas da literatura, canal expansor do testemunho. A narração do trauma põe em xeque a neutralidade epistemológica, na medida em que a verdade é incorporada pelo sujeito que testemunha — *superstes* — sito na *double bind* do conflito de dizer o indizível. Por meio da psicanálise, o autor nos apresenta à era do trauma. Partindo da ideia freudiana de “pulsão de morte”, mostra-nos a inegável produção do trauma pela história, o que torna, dessa forma, indiscutível a necessidade de perceber essa violência histórica mediante o testemunho. Este último é quem inscreve o

trauma no seio da coletividade, e sua escuta permite resgatar o que foi jogado no rio do esquecimento¹¹.

Márcio Seligmann-Silva quer lançar as bases da teoria do testemunho nas intersecções entre história, literatura e psicanálise, mas também analisar como ele se apresenta em casos reais, no que ele examina a partir do que é escrito por historiadores, filósofos e autores da literatura de teor testemunhal. Para refletir sobre o genocídio armênio, pensa junto a Marc Nichanian, que publicou seus testemunhos sobre essa catástrofe. Aqui, novamente o paradigma positivista da história é encravado pela virada decolonial desse saber, porque atende a uma lógica que se encontra na contramão do testemunho. Seligmann-Silva, dessa forma, condena o que ele chama de “perversão historiográfica”, a insistência negacionista pela comprovação oficial do registro da violência, quando o próprio genocídio se encarrega de tornar oblívio suas cicatrizes, como no caso dos armênios. O mecanismo falogocêntrico e visual da verdade é sempre injusto com a memória testemunhal, que não se acomoda nos arquivos, mas permeia a história da humanidade, quase sempre indisposta a ouvi-la.

O livro também se dedica a pensar a discussão fervilhante acerca da ditadura civil-militar no Brasil, chamando atenção para o teor testemunhal presente nos diários, posicionados de modo limítrofe entre a vida privada e a esfera pública. Contudo, a memória presente nos diários não se encontra sozinha nessa paisagem de resistência, uma vez que as artes e a literatura têm alargado as fronteiras entre passado e presente na construção de um espaço de imagem da hecatombe. O estado de exceção inconcluso instituído pela ditadura provocou, além do genocídio, um memoricídio que apaga, nega, esquece e, sobretudo, reprime qualquer tentativa de criação dessas imagens

¹¹ Rio Lete, que, na mitologia grega, cruzava os limites do Hades em paralelo ao rio Mnemosyne, o rio da recordação. Essa imagem é evocada logo na introdução do livro para estabelecer uma indissociabilidade dos dois conceitos. A história da memória é, portanto, uma história do esquecimento.

do trauma pela escuta das produções de teor testemunhal. O campo imagético de uma sociedade, cuja memória testemunhal não é ativada, é encoberto pelos “biombos de falsas memórias encobridoras”¹², erguidos pelos perpetradores do regime ditatorial. Em contrapartida, não pode ser também relegada ao esquecimento a missão política das humanidades de transpor esses biombos na luta testemunhal.

Em tom crítico à condução da transição democrática da ditadura civil-militar, dá-se enfoque à paradoxal Lei da Anistia de 1979, que, para garantir a justiça, concedeu perdão aos opositores, mas também aos autores do regime, assegurando a impunidade para eles. Nesse sentido, o autor lamenta a insuficiência da Comissão Nacional da Verdade, incapaz de remodelar o campo jurídico brasileiro, território que ainda pertence às elites que se esquivam do enfrentamento dos traumas do passado — antes, laboriosamente, despendem esforços para o seu sepultamento.

Benjamin torna a servir de base para uma via a se construir para encarar o problema da ditadura por meio do testemunho: organizar o pessimismo. Para transpor os biombos arquitetados pelos memoricidas e enfrentar a violência da injustiça, é preciso ter o pessimismo organizado, cônscio de que, enquanto não se construir um espaço de imagens que privilegiem o testemunho dos vencidos, o inimigo não cessará de ser vitorioso. A guerra pela memória da ditadura está circunscrita na dialética entre o testemunho e sua negação; por conseguinte, resta à arte, à literatura e à ciência histórica se empenharem em construir uma imagem que contemple os corpos outrizados nessa disputa. Para estabelecer diálogos acadêmicos e literários, o autor transita entre o teor testemunhal do livro organizado por Fabiana Rousseaux e Stella Segado, *Territórios, escrituras y destinos de la memoria* — publicado em 2018 —, e o romance de Bernardo Kucinski, *A nova ordem* — publicado em 2019. O primeiro faz um comparativo entre Brasil e Argentina na luta por uma

¹² SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2022. p. 201.

cultura da memória, e o segundo trata de uma distopia política que narra o estabelecimento de uma ordem autoritária no Brasil, porém o alarmante é que o enredo mais se parece repetição da realidade do que obra da ficção; ambas as obras escancaram os imbróglhos do presente para nos convocar à guerra testemunhal.

Continuando na literatura, o autor — com base no clássico de João Guimarães Rosa publicado originalmente em 1956, *Grande sertão: veredas* — observa as correlações entre testemunho e confissão entrelaçados na figura do narrador-protagonista Riobaldo. Seligmann-Silva argumenta que a confissão não é prova de verdade, mas um dispositivo ficcional e ético, no qual o sujeito se inscreve no mundo pela linguagem. A fala que falha, hesita e oscila revela a instabilidade do sujeito que testemunha, sujeito a *double bind* do testemunho, a necessidade e impossibilidade que caminham em paralelo no elaborar da narrativa. Nessa perspectiva, Riobaldo não apenas conta histórias, mas realiza um ato performativo de subjetivação, em que a narração se confunde com a tentativa de reinvenção de si por meio do seu encontro com o leitor, aquele que ouve, *telos* da escrita — quem permite a efetivação do testemunho.

Outra obra específica que o escritor se debruça é o texto *Na colônia penal*, de Franz Kafka, cuja primeira publicação data de 1919. No conto, um viajante estrangeiro dialoga com um oficial acerca do funcionamento de uma cruel máquina, projetada para torturar até a morte o condenado. A máquina mortífera destacada no conto é equiparada à máquina colonial, igualmente torturante, cerne dos diálogos entre testemunho e história.

A violência corpórea produzida pela colonialidade e a acumulação de catástrofes do último século fizeram surgir um novo modelo literário: a literatura prisional. Montando uma lista de ponderações sobre a ascensão dos testemunhos do cárcere, o teórico da literatura expõe que estamos diante de uma literatura do real, que fabrica um choque de alteridade conforme o prisioneiro pode narrar o peso de seu trauma, fazendo ruir os modelos

tradicionalis de narrativas em que a virada testemunhal se manifesta. O aspecto autobiográfico desses dispositivos testemunhais são, portanto, propalados como denúncia numa sociedade que, como vimos, padece de reparações na esfera jurídica. À luz da trajetória autobiografada de Luiz Alberto Mendes, *Memórias de um sobrevivente* — livro publicado em 2001 —, Márcio Seligmann-Silva elabora uma imagem do sistema testemunhal brasileiro fabricado pela simbiose entre a violência e a lei. Esta última é vista como a pedra angular do crime, ainda que este sirva *sui generis* para o combate dele. Mediante esse paradoxo, o testemunho do cárcere se configura enquanto instrumento de luta contra a abjetificação¹³ desses corpos.

À guisa de conclusão, nas “Palavras Finais”, Seligmann-Silva¹⁴ faz o apelo para “aprendermos a ler e destacar o ‘teor testemunhal’ da história e da cultura, para não deixarmos a construção histórica como cantilena abstrata que embala a justificativa da dominação de ontem e de hoje”. A questão da virada não se impõe devido à ausência de produção de memória sobre a barbárie, mas pela efetivação dos empreendimentos testemunhais mediante uma recepção epistemológica das ciências humanas a esses testemunhos. Portanto, trata-se de uma virada benjaminiana do saber histórico.

A virada testemunhal e decolonial do saber histórico é uma obra com referências cruciais para o ofício do historiador que se dedica aos estudos da memória na contemporaneidade. Mais ainda, um chamado para estar na linha de frente da guerra de imagens que se dá nessa era de negacionismo, resultado do memoricídio que os genocidas orquestraram ao longo da

¹³ Fenômeno estudado por Julia Kristeva (1982), corresponde a uma subjetificação dos sujeitos no estabelecimento de limites entre o eu e o outro. Seligmann-Silva (2022, p. 302) afirma que o abjeto “obriga o simbólico a um ato regressivo para garantir a si mesmo, já que este mundo está desde sempre ameaçado de romper sob a força de uma massa abjeta originária que insiste em vir à tona”.

¹⁴ SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2022. p. 340.

história. Em resposta ao título da resenha, uma dimensão ética é, agora, acionada por Márcio Seligmann-Silva em relação aos historiadores, desafiados a serem responsáveis por escutar o testemunho da barbárie.

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 336p.
- BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de história: edição crítica*. Organização e tradução de Márcio Seligmann-Silva e Adalberto Müller. São Paulo: Alameda, 2020. 208p.
- KRISTEVA, Julia. *Powers of horror. An essay on abjection*. Nova Iorque: Editora Columbia University Press, 1982. 219p.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80p.
- NORA, Pierre. Memória: da liberdade à tirania. *Revista Musas*, [s. l.], n. 4, p. 6-10, 2009.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2022. 368p.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura. O testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. 525p.